UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIENCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO

Ativismo transnacional na América Latina (1980-1995)

Catalina González Zambrano

Orientadora: Angela Alonso

SÃO PAULO

Junho de 2017

CATALINA GONZALEZ ZAMBRANO

Mulheres Negras em Movimento

Ativismo transnacional na América Latina (1980-1995)

Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de doutor em sociologia

Orientadora: Profa. Dra. Angela Alonso

SÃO PAULO

Junho 2017

Para Maria Elvira e Valentina

Resumo

A tese de doutorado intitulada *Mulheres Negras em Movimento*, analisa o processo de formação do ativismo transnacional de mulheres negras na América Latina, entre os anos 1980 e 1995. A abordagem metodológica utilizada vem da Teoria do Confronto Político, da Sociologia Relacional e dos estudos sobre Ativismo Transnacional. O objetivo deste trabalho é analisar o processo de formação da Rede de Mulheres Afro Latino-Americanas, Afro-caribenhas e da Diáspora –RMAAD. Este processo é reconstruído a partir da trajetória de oito ativistas latino-americanas e do funcionamento dos espaços internacionais de ação política para os movimentos sociais, em particular as Conferências Mundiais da ONU e os Encontros Feministas Latino-americanos, que permitiram o desenvolvimento da ação política coletiva aqui analisada. A hipótese do trabalho é que as conexões entre as ativistas negras latino-americanas produziram, a partir de repertórios discursivos disponíveis, um novo enquadramento interpretativo crucial para produzir a mobilização, o Feminismo Negro Latino-americano. Procura-se demonstrar que este processo culminou na formação de um movimento transnacional de mulheres negras, ou seja, de um movimento que transcendas fronteiras nacionais.

Palavras Chaves: Ativismo Transnacional, Movimentos de Mulheres Negras, Trajetórias de ativismo, Enquadramentos interpretativos, América Latina.

Abstract

The doctoral thesis entitled Black Women in Movement analyzes the process of formation of transnational black women activism in Latin America between the years 1980 and 1995. The methodological approach used comes from Political Confrontation Theory, Relational Sociology and studies on Transnational Activism. The objective of this work is to analyze the process of formation of the Network of Afro-Latin American, Afro-Caribbean and Diaspora Women - RMAAD, based on the trajectory of eight Latin American activists and on international spaces of political action for social movements as the UN World Conferences and the Latin American Feminist Meetings that allowed the development of political action. The hypothesis of the work indicates that the connections between Latin American black activists produced, during this period, an interpretative framework, Latin American Black Feminism, based on discursive repertoires, that mobilized this population of women culminating in the formation of a transnational movement, that is, a movement that transcends national boundaries.

Key Words: Transnational Activism, Black Women Movements, Activism Trajectories, Frames, Latin America.

SUMÁRIO

	Pg.
Agradecimentos	**6**
Lista de Siglas	**9**
Lista de Quadros	**10**
Lista de Figuras	**11**
Introdução	**12**
1. Capítulo I. Repertórios discursivos e enquadramentos interpretativos no ativismo das mulheres negras na América Latina	**30**
1.1. Introdução	**30**
1.2 Repertório discursivo do ativismo feminista negro na América Latina	**35**
1.2.1 Repertório discursivo do Movimento Feminista na América Latina	35
1.2.2 Repertório discursivo do movimento negro	**44**
1.2.3 Repertório discursivo dos movimentos de mulheres negras latino-americanas e a teoria da interseccionalidade	**47**
1.3 Enquadramentos interpretativos: significados e interseções no processo de ação política	**49**
1.3.1 Enquadamentos interpretativos feministas	**52**
1.3.2 Enquadramentos interpretativos afro-latino-americanos ou feminismos negros latino-americanos	**58**
1.4 Formas de difusão dos enquadramentos interpretativos feministas	**62**
1.5 Conjunção de repertórios e interpretações para um Feminismo Negro Latino-Americano	**70**
1.6 Conclusões	**77**
2. Capítulo II. As mulheres negras no processo de formação do ativismo transnacional latino-americano	**79**
2.1. Introdução:	**79**
2.2. Trajetórias de ativismo das mulheres negras latino-americanas	**84**
2.2.1 **Da institucionalidade ao movimento de mulheres negras: ocaso de Sueli Carneiro**	**84**
2.2.2. Do movimento feminista e de mulheres aos movimentos de mulheres afro latino-americanas: o caso Sergia Galván	**92**
2.2.3Do movimento feminista e de mulheres aos movimentos de mulheres afro latino-americanas: o caso Ochy Curiel	**96**
2.2.4 Do movimento negro ao movimento de mulheres negras: o caso de Lúcia Xavier	**100**
2.2.5. Do movimento negro ao movimento de mulheres negras: o caso de Beatriz Ramírez	**105**
2.2.6 Do movimento social à ONG: o caso Jurema Werneck	**105**
2.2.7 Do ativismo político ao ativismo social : o caso de Dorotea Wilson	**117**
2.2.8 Das redes institucionais ao ativismo em rede: o caso de Epsy Campbell	**119**
2.3 Conclusão: Tipos de trajetórias e o processo de formação de um ativismo transnacional de mulheres negras	**122**
3. Capítulo III. Espaços e oportunidades políticas para o ativismo mulheres negras latino-americano	**128**
3.1 Introdução	**128**

3.2 Espaços transnacionais do ativismo afro latino-americano de mulheres entre 1980 e 1995 **133**
3.3 Ações e estratégias das ativistas afro latino-americanas nos espaços de ativismo transnacional **138**
3.3.1 Emergência da articulação feminista latino-americana na 2ª Conferência Mundial da ONU, Copenhague, 1980 **138**
3.3.2 Primeiro espaço para o ativismo feminista na América Latina : 1º EFLAC, Bogotá, 1981 **140**
3.3.3 Patriarcalismo e racismo: o 2º EFLAC, Lima, 1983 **142**
3.3.4 Mulheres negras em movimento. Raça e racismo no 3º EFLAC, Bertioga, 1985. **147**
3.3.5 Fim da Década da Mulher: 3ª Conferência Mundial da ONU, Nairóbi, 1985. **154**
3.3.6 Sexualidade e raça: 4ºEFLAC, Taxco, 1987 **157**
3.3.7 Articulação raça, gênero e sexualidade: 5º EFLAC, San Bernardo, 1990 **161**
3.3.8 As mulheres negras no Planeta Fêmea: Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, ECO 92RIO 92, Rio de Janeiro **165**
3.3.9 Feminismo e política: 6º EFLAC, San Salvador, 1993 **170**
3.3.10 Direitos das mulheres e categoria racial: Conferência Mundial de Direitos Humanos. Viena. 1993 **173**
3.3.11 Direitos reprodutivos e sexuais das mulheres negras: Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento, Cairo, 1994 **175**

3.3.12 Espaço de consolidação do ativismo 4ª Conferência Mundial sobre Mulheres, Beijing, 1995 **182**
3.4 Conclusões: Ações estratégicas das mulheres negras durante duas décadas na América Latina **188**

4. Capítulo IV. Redes de ativismo transnacional: estruturação e funcionamento da RMAAD **191**
4.1 Introdução: Mapas conceituais da articulação das ativistas afro latino americanas **191**
4.2 Articulação do ativismo transnacional **193**
4.2.1. Significados dos laços **195**
4.3 Análise qualitativa da Rede de Mulheres Afro Latino-americanas, Afro-caribenhas e da Diáspora- RMAAD **197**
4.3.1 Laços da RMAAD **198**
4.3.2 As conexões entre ativistas negras desde 1985 **203**
4.3.3 Ações e reações da RMAAD na década de 1990 **216**
4.3.4 Estrutura da RMAAD na segunda metade da década de 1990 **223**
4.4 Conclusões: a rede em operação [?] **225**

5. Conclusões **228**
6. Bibliografia **232**
7. Anexos **241**

Agradecimentos

Quando a vida me deu outra chance, percebi que tinha que devia aproveitar todos os espaços que se abriam para desenvolver meus interesses acadêmicos e intelectuais. A minha filha, ainda muito pequenina reforçou minha essa minha ideia, porque ela também devia construir seu caminho seguindo seus próprios interesses. Assim, a pós-graduação no departamento de Sociologia se abriu como uma possibilidade para minha formação intelectual e acadêmica.

Neste processo de formação sou muito grata à Professora Angela Alonso, pela acolhida na academia brasileira. Estes nove anos de imersão na Sociologia os devo em muito grau à Professora Angela e também ao acolhimento dos demais professores do Departamento de Sociologia da USP.

Sou grata aos professores que têm me ouvido e aconselhado e de quem muito aprendi, especialmente ao Prof. Brasílio Sallum Jr. ; o Prof. Antonio Sergio Guimarães e o Prof. Iram Rodrigues.

Obrigada aos ensinamentos do PAE nas disciplinas dos Professores Angela Alonso e Edson Bertoncello.

Agradeço a participação do Prof. Breno Bringel da UERJ e da Profa. Eva Bly da USP na minha banca de qualificação.

Sou muito grata ao CNPq pela bolsa de doutorado que chegou no momento oportuno e me permitiu expor também o trabalho fora do Brasil.

No trafegar internacional, agradeço ao Prof. Armando Zacarias, do Centro Universitario de Lagos de Moreno, CULagos, da Universidade de Guadalajara, México, pelo convite a expor meu trabalho sobre Feminismo na América Latina nessa

instituição. Agradeço às Profas. Citlali Quéchua e Gabriela Iturralde da Universidad Autónoma de México por discutir minhas idéias sobre redes afro latino-americanas.

Em 2016 fui selecionada pelo Instituto Hutchins da Universidade de Harvard e o Institute of Afro Latin-American Studies para integrar um workshop no qual se discutiam as produções acadêmicas nas diferentes regiões de América Latina sobre estudos afro latino-americanos nas diferentes áreas sociais. Eu expus quais eram os espaços internacionais para o ativismo transnacional das mulheres negras, desde minha visão da Sociologia Relacional. Agradeço ao Prof. Alejandro de la Fuente, pela organização do evento e sua atenta leitura de meu texto. Sou muítissimo grata aos comentários do Prof. George Reid Andrews, da Universidade de Pittsburg. A inclusão das mulheres negras uruguaias neste trabalho foi decisiva após as conversas com o Prof. Andrews. E agradeço também as conversas com o Prof. Sydney Chalhoub e a Profa. Dora Sommer, da Universidade de Harvard, por seus comentários e críticas sobre o contexto brasileiro e da importância dos trabalhos com orientação feminista.

Sou muito grata ao Prof. Peter Wade, da Univerisdade de Manchester, pelo interesse em discutir minha posição sobre o ativismo de mulheres negras e a importância da posição delas nas redes e nas estruturas sociais.

Agradeço aos funcionários da Biblioteca Anna Poppovic da Fundação Carlos Chagas. Da mesma instituição agradeço às Profas. Arlene Ricoldi e Albertina da Costa por seus comentários e depoimentos para a construção desta tese.

Agradeço meus colegas e amigos do departamento de Sociologia, e além. Rafaela Pannain; Maria Mercedes Salgado; Gabriela Martins; Rafael Souza; Carlos Castro; Sara Tufano Gina Monge e Amaya; Jenny Mona e Tomás; Esther, Vítor *y los niños,* e aos colegas que entraram comigo no doutorado em 2013. Agradeço as boas parcerias com Flavia Rios, Matheus Gato e Jorginho durante esses últimos anos.

Agradeço às pessoas que me ensinaram como se fazia um movimento social e se ofereceram a dar depoimentos sobre suas trajetórias. Obrigada à Profa. Mara Viveros e à Profa Ochy Curiel da Universidade Nacional de Colômbia, pela escuta atenta e crítica de meu projeto de doutorado, além de me dar entrevistas sobre suas trajetórias. Agradeço também, muito especialmente, à Profa. Doris Lamus Canavate, da Universidad Autônoma de Bucaramanga, Colômbia, que me ofereceu um mini curso individual de feminismo na Colômbia e na América Latina. Agradeço às ativistas de movimentos sociais e de instituições que me concederam entrevistas e me brindaram seu carinho no Brasil, Colômbia, Mexico e Estados Unidos. Devo agradecer às mulheres que me receberam para extensos diálogos, entrevistas e pelos documentos que foram compartilhados. São elas: Sueli Carneiro, Jurema Werneck, Lucia Xavier, Schuma Schumaher, Jacqueline Pitangui, Suelaine Carneiro, Neuza Pereira, Betty Lozano, Maura Nasly Mosquera, Ochy Curiel, Irene Izilda e Rosália de Oliveira Lemos.

Agradeço a Vera Caldas pela revisão atenta do português.

Agradeço a parceria, amizade e carinho de Nils Strandberg, quem além de escutar meus requebros de cabeça sobre a estrutura desta tese, me ofereceu sua ajuda inestimável para fazer a vida mais feliz.

Sou e estarei sempre agradecida aos meus pais Álvaro e Maria Elvira, aos meus irmãos Carlos e Camilo, porque o apóio da família é incomparável e o amor muito maior. À minha Valentina, por me dar a fortaleza e a bravura para continuar esse caminho.

São Paulo, Junho 2017

Lista de Siglas

AFI Acción Femenina Incorporada –

ASCUN Asociación Cultural Uruguay Negro -

CORECATO Comité Revolucionario Camilo Torres-

GRECMU Grupo de Estudios sobre la Mujer

IPCN Instituo de Pesquisa de Cultura Negra

CIES Centro de Investigação , Estudo e Desenvolvimento de Itália - -.

CEAP Centro de Articulação de Populações Marginalizadas

CIM Comisión Interamericana de Mujeres

FMICA Foro de Mujeres para la Integración Centroamericana

GAECO Grupo de Ações Ecológicas em Comunidades

MAM Movimento Amplo de Mulheres

OMA Organización Mundo Afro

OMS Organização Mundial da Saúde

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RMAAD Rede de Mulheres Afro Latino-americanas, Afro-caribenhas e da Diáspora-

UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNIFEM Fundo de desenvolvimento das Nações Unidas para a mulher

Lista de quadros

Quadro1. Jornais feministas latino-americanos	Pg. 63
Quadro2. Trajetórias e Tipos de Ativismo1980	82
Quadro3. Trajetórias das ativistas no início das articulaciones no primeiro momento: filiações associativas desde a década de 1970	112
Quadro4. Trajetórias das ativistas que consolidam articulções nas décadas 1980 e 1990	122
Quadro5. Tipos de trajetórias de ativismo e fases de constituição da RMAAD	125
Quadro6. Eventos de protesto transnacional entre 1980 e 2001	137
Quadro7. Participação das ativistas negras brasileiras no 3º EFLAC	149
Quadro8. Assuntos das organizações negras na Conferência do Cairo	181

Lista de Figuras

Figura1 Primeiro tipo de ativismo: Do movimento de mulheres negras à institucionalização do movimento	Pg. 91
Figura2 Segundo tipo de ativismo: do movimento feminista/de mulheres aos movimentos de mulheres afro latino-americanas	96
Figura3 TA 2	100
Figura4 Terceiro tipo de ativismo: Do movimento negro ao movimento de mulheres negras	105
Figura 5 Terceiro tipo de ativismo: Do movimento negro ao movimento de mulheres negras	110
Figura 6 Quarto tipo de ativismo: Do movimento social à especialização do ativismo	116
Figura 7 Quinto tipo de ativismo: Do ativismo político ao ativismo social	118
Figura 8. Sexto tipo de ativismo: das redes institucionais ao ativismo em rede	120
Figura 9 Presencia de blocos discursivos em 1983, em Lima	195
Figura 10 EFLAC, Bertioga, 1985	201
Figura 11 3ª CM ONU, 1985	202
Figura 12 4ºEFLAC, 1987 e a categoria ‘sexualidade’	203
Figura 13 Os anos 90 e o repertório negro-feminista	205
Figura 14 Os eventos internacionais e as agências internacionais	209

Mulheres negras em movimento: ativismo transnacional na América Latina 1980-1995

Introdução

Entre o 19 e 25 de julho de 1992 reuniram-se em Santo Domingo, Republica Dominicana, mulheres negras da região latino-americana durante o I Encontro de mulheres negras latino-americanas e caribenhas. A participação de 300 representantes de 32 países da região tinha como objetivo geral dar uma resposta alternativa às "comemorações do Quinto Centenário", ressaltando o momento do descobrimento da América como o início do maior tráfico de pessoas escravizadas no mundo. O objetivo mais específico era o de colocar em pauta, na voz das mulheres negras, a história de racismo e do sexismo que se manifestava nas sociedades contemporâneas, nas relações de desigualdade entre raças/etnias e gêneros na região, o que permitia a reflexão sobre a história da discriminação específica das mulheres negras latino-americanas e a forma de combatê-la.

Na década de 1980 na América Latina, a discriminação e a desigualdade por raça, gênero e outras categorias foram elementos levantados nos diferentes cenários internacionais em que participaram os movimentos sociais e instituições. As mulheres negras latino-americanas ocuparam os espaços internacionais de articulação, buscando alianças com as quais pudessem confrontar os processos de subordinação social e política desta população, em seus países e de maneira geral na região. Essas ativistas

tinham uma ampla trajetória no movimento negro e no movimento feminista, assim como nas instituições e outras organizações sociais. Em cada um desses espaços de ativismo, as mulheres negras chamavam a atenção para suas posições enquanto mulheres negras. As ações das feministas negras desafiavam, por um lado, ao movimento feminista, ao evocar a questão racial, e, por outro lado, orientavam ao movimento negro a repensar a idéia de discriminação contra a mulher negra.

Esta tese visa lançar luz sobre este cenário, por meio da análise do processo de constituição de um movimento social que tomou a forma de uma rede de ativismo. Esse processo esteve permeado pelos discursos contra o racismo, a discriminação, a violência contra as mulheres, mas especialmente contra as mulheres negras. Este movimento segue ainda em atividade, com os mesmos objetivos. Esta tese, contudo, não visa tratar do movimento em toda a sua atividade, mas tão somente entender sua gênese, o processo de constituição de uma rede de ativismo transnacional de mulheres negras.

O Encontro mencionado acima foi o momento em que ativistas negras produziram interpretações sobre seus objetivos que lhes permitiram consolidar alianças entre as organizações de mulheres negras da região. E foi neste momento que se fundou a Rede de Mulheres Afro Latino-americanas, Afro-caribenhas e da Diáspora. Esta rede de ativismo será aqui interpretada como um *movimento transnacional*.

.Assim como foi notória a mobilização política no cenário latino-americano nos anos 80, com o "surgimento" de novos atores políticos, a mobilização das mulheres negras adquiriu neste período a forma de ação em rede, transcendendo as fronteiras nacionais. A retórica das participantes deixava claro que a posição da mulher negra na base da pirâmide das hierarquias sociais, políticas e econômicas era um elemento comum na América Latina, contra o qual lutar ou enfrentar de alguma maneira.

Assim, durante o encontro se denunciaram as limitações que as mulheres negras enfrentam no acesso à educação, os papeis estereotipados e marginais no processo produtivo e se demonstrou que as mulheres negras eram, no mercado de trabalho, as que recebiam os piores salários.

Este repertório discursivo orientou uma interpretação da discriminação racial e de gênero como resultado de um legado de opressão. A partir deste discurso se construiria uma identidade compartilhada, que orientaria a formação de uma rede de ativismo na qual participariam organizações de mulheres negras de diferentes países latino-americanos.

O objetivo deste trabalho é de reconstruir a gênese da Rede de Mulheres Afro-latino-americanas, Afro-caribenhas e da diáspora (RMAAD). Parte-se da hipótese de que o ativismo transnacional das mulheres negras se construiu por meio da ocupação de espaços internacionais capazes de dar visibilidade política à mobilização social. As ativistas negras ocuparam os espaços internacionais para dar visibilidade política às reivindicações de raça, gênero, sexualidade que se desenvolviam na região. Neste processo, a estruturação dos laços entre as ativistas configurou a RMAAD como um tipo de ativismo transnacional, no qual as ativistas representavam organizações locais.

A questão que aqui se procura responder é como se estruturam os laços entre as ativistas, as organizações e demais categorias?. Tentaremos mostrar que a RMAAD resulta de um processo de articulação entre os ativismos das mulheres em relação aos temas de gênero e raça que se inicia nos anos 1980. Este trabalho contempla o período entre as duas últimas décadas do século XX, um momento de “boom” desta ação coletiva em nível regional e global.

Abordagem teórica

Recorre-se nesta tese à teoria do confronto político para entender o processo de formação do ativismo transnacional das mulheres negras na América Latina.

Deste ângulo, o ativismo transnacional é uma forma de ação coletiva que se produz entre indivíduos e organizações de diferentes nacionalidades e se orienta por: 1. repertórios e enquadramentos interpretativos do ativismo 2. motivações e interesses dos atores, 3. contextos e oportunidades políticas para a ação.

Os elementos anteriores são a base para entender como, porque, e quando se articulam os laços desse ativismo que conformam um movimento. Segundo Mario Diani, um movimento social é:

> Uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajados em um conflito político ou cultural, com base numa identidade coletiva compartilhada[1] (DIANI, 1992, p. 13).

Os repertórios discursivos sobre raça e gênero foram debatidos e confrontados entre os membros do movimento de mulheres negras latino-americanas em diferentes eventos internacionais. Dessa junção surge um enquadramento discursivo que orienta a ação.

Se discutirá em primeiro lugar a literatura sobre o ativismo transnacional e a noção de movimentos e redes transnacionais e, em segundo lugar, as categorias

[1] Diani, Mario. Social movement , a definition. Social Science Research. 1992

analíticas utilizadas para entender o movimento social transnacional, que são os repertórios discursivos, os enquadramentos interpretativos e as oportunidades políticas.

Ativismo transnacional e redes de sociabilidade

O aspecto transnacional do ativismo ao qual se faz referência neste texto supõe em primeiro lugar uma desconstrução do Estado-nação como uma referencia fundamental para a formação política dos movimentos sociais. Segundo Tarrow (2009), tudo aquilo que estava limitado a um território e à política daquele território é agora transnacionalizado, ou seja, os agentes sociais que formalizavam um confronto político saem do espaço social no qual estavam inseridos, e criam laços com outros agentes, construindo subjetividades coletivas num processo cheio de conflitos, contradições e tensões, de escala transnacional. Segundo o autor:

> [a ação política transnacional é] a emergência de mecanismos e processos que fazem a ponte entre as políticas nacionais e internacionais de forma sistemática, sem que sejam deslocadas ou homogeneizadas. Não significa que os Estados estejam andando inexoravelmente na direção de suas próprias dissoluções, e sim que alguns mecanismos apoiados e processos – muitos deles conflitantes – estão se desenvolvendo entre os Estados, atores não-estatais e as instituições internacionais (2009:153)[2].

Essa construção de subjetividades coletivas e relacionais transcende o marco referencial do local e do nacional abrindo um leque de oportunidades e ameaças

[2] Tarrow, Sidney." Outsiders inside e insiders outside: entre a ação públicanacional e transnacional em prol dos direitos humanos". *Caderno CRH.* Salvador, v. 22, n. 55. 2009.

políticas para os agentes no plano internacional. Deve-se diferenciar o plano internacional do aspecto transnacional, sendo o primeiro um nível ou escala que se contrapõe ao nacional e o segundo como um enfoque que permite observar as interações entre os indivíduos ou as relações dos indivíduos num determinado espaço que ultrapassa as fronteiras nacionais[3].

Dessa maneira, as subjetividades coletivas formadas nos espaços de interação superam as construções nacionais como nacionalidade ou soberania e se colocam de frente para mecanismos pós-nacionais ou transnacionais que permitem a construção de laços mais ou menos duradouros. Considera-se então as redes de ativismo transnacional como aquelas redes sociais que transcendem a organização delimitada por fronteiras nacionais, conectando os sujeitos individuais e os atores coletivos de forma simbólica. Dessa maneira se criam os laços de sociabilidade, cujas identidades vão se criando no próprio processo da interação.

As redes oferecem laços fortes e fracos entre os atores. Os primeiros, mais articulados, são uma condição para o desenvolvimento das mobilizações. Os vínculos mais frágeis (ou aparentemente) podem constituir dimensões chave para o estudo das redes, como é o caso dos mecanismos de mediação (brokerage) que permitem a ligação entre os atores sem um vínculo muito aprofundado, mas sim eficaz.

[3] Dito isso, o interesse deste trabalho recai no aspecto transnacional de maneira a analisar as interações entre as mulheres negras latino-americanas.

As redes podem ser vistas também como produtos da ação, numa espécie de efeito de irradiação onde novos interlocutores e/ou aliados seriam escolhidos e incorporados depois de uma série de ações. Melucci (1989b: 60) chamava a atenção, neste sentido, a que se devia prestar atenção às relações formais e informais "que conectam núcleos de indivíduos e grupos a uma área de participantes mais ampla". O interessante desta colocação é a idéia de que as redes se formam em torno de ameaças e oportunidades políticas de curto prazo, transformando as ações em estratégias políticas transnacionais. Quando as oportunidades e ameaças persistem no tempo é possível desenvolver identidades fortes que acabem por converter-se em movimentos sociais (della Porta e Diani, 1999; Tarrow, 2005). Tarrow, ao referir-se ao ativismo transnacional coloca o acento nas coalizões transnacionais, como um termo de maior impacto no significadorelacional e propositivo que têm as redes. Essa virada do termo proposto pelo autor (do ativismo transnacional às coalizões transnacionais) permite ver os alcances internacionais do ativismo, da mesma forma que deixa claro os vínculos fortes que o unem com o âmbito doméstico.

Dessa maneira, é possível observar a flacidez das redes, movendo-se dentro e fora dos estados-nacionais, ao mesmo tempo que criam vínculos com outras organizações e instituições supranacionais. Nesta perspectiva transnacional se posiciona a rede de mulheres negras latino-americanas.

O processo de difusão do ativismo transnacional

> Protest makers do not have to reinvent the wheel at each place and in each conflict..they often find inspiration elsewhere in the ideas and tactics espoused and practiced by other activists.

> In short, they play the role of adopters in the cross national diffusion of movement ideas and tactics (McAdam e Rucht, 1993: pg: 60)

Os autores citados chamam a atenção para as condições que fazem mais susceptíveis a difusão de repertórios que estimulam a ação coletiva. Segundo os autores, os movimentos sociais não são outra coisa do que aglomerados dassuntos culturais – enquadramentos cognitivos, rotinas comportamentais, formas organizacionais, repertórios tácticos- sujeitos à mesma dinâmica de difusão. Chama-se a atenção para as dinâmicas de difusão que estão presentes nos movimentos sociais, espalhando ideias e difundindo táticas de ação coletiva.

Para tentar responder essas perguntas e colocá-las em uso na análise do caso empírico a ser analisado nesta tese, deve-se começar por dizer que a difusão é um processo multidimensional que envolve atores, redes, mecanismos, com a finalidade de espalhar uma ação coletiva (Givan, Roberts, Soule, 2010).

Considera-se, então, que não é possível entender os movimentos sociais- como evoluem, como eles se expandem, como eles se engajam na arena política- sem entender as dinâmicas de difusão na qual eles estão inseridos. Mas de qual difusão se está falando? O que é difundido?

Os estudos sobre movimentos sociais, dos anos 80, vêm investindo na compreensão sociológica da emergência e articulação de reivindicações, das dinâmicas de engajamento e de mobilização e da construção de redes de solidariedade (Snow e Benford, 1988), processos por meio dos quais acontecem a formação e a difusão de quadros interpretativos, que Gamson (1992) resumiu a três grandes temas: injustiça, *agency* e identidade

A difusão não é simplesmente uma táctica em que determinados enquadramentos cognitivos ou formas de ação são transplantadas como um todo de um lugar a outro; pelo contrário, a adaptação, o aprendizado, a adoção dessas formas cognitivas ou ativas são vitais para seu sucesso em diversos espaços sociais.

A difusão acontece por meio de mecanismos que ajudam a espalhar os repertórios e os enquadramentos interpretativos. Pode acontecer por meio de um processo relacional, por contatos interpessoais, vínculos organizacionais ou redes associativas. É preciso, pois, entender a maneira pela qual os indivíduos e os grupos entram em contato e aprendem, emprestam e adaptam repertórios de ações coletivas ou enquadramentos interpretativos. Ao falar de enquadramentos interpretativos, entende-se que há um interesse dos ativistas por difundir suas ideias, discursos e narrativas entre outros ativistas, e outros ativistas simplesmente têm o mesmo interesse nesses assuntos. De qualquer maneira, a difusão só pode acontecer se há uma relação direta ou indireta entre os ativistas e um interesse comum.

Alguns estudos sobre os processos de difusão no confronto político destacam a presença de interesses mútuos (Soule, 2004; Soule e Robertson, 2010), contando com a presença de um transmissor; um receptor, quem adota o elemento difundido; uma inovação, que permite que aquele elemento seja incorporado amplamente; e um canal pelo qual o elemento é transmitido. Nesse sentido, os processos de difusão dependem de similaridades culturais e estruturais entre os transmissores e receptores, ou os potencialmente receptores (Soule, 1997).

Destaca-se aqui também a linha de interpretação sobre os processos de difusão que incluem a construção social da identidade coletiva e a possibilidade de enquadrar a agencia dentro de um marco discursivo que distinga o caráter ambíguo e maleável da difusão, tanto para quem transmite como para quem recebe.

Deve-se destacar que as ações no processo de difusão podem ser de quatro tipos: reciprocidade, adaptação, acomodação, contagio (Snow e Benford, 1999). A difusão pode acontecer a partir de contatos indiretos entre as redes, como quando dois grupos de ativistas estão conectados apenas pela mediação de um terceiro (grupo, indivíduo ou instituição), que oferece táticas ou enquadramentos cognitivos para conseguir estabelecer laços ou conexões.

Por isto, os mecanismos de difusão de normas, enquadramentos, táticas e imagens de um determinado confronto político são melhor entendidos quando se examinam as redes, os *brokers* e os canais de comunicação . Quando o processo de difusão é bem sucedido, se estende horizontalmente de um lugar a outro no escopo do confronto, cada vez com alcance maior. Desta maneira, os diversos atores políticos criam corpos coordenados, articulando suas reivindicações e demandas em arenas políticas mais amplas, o que Tarrow e McAdam (2005) chamam de "scale-shift"; isto é, uma mudança de escala (do local ao nacional, do nacional ao internacional) que ocorre por meio de um processo em que mecanismos relacionais, não relacionais e de mediação permitem a difusão dos repertórios do confronto[4]

Sarah Soule (1997, 2004) argumenta que a difusão varia dependendo da interação entre os atores. Quanto maior interação espera-se maior adoção das inovações. Isto remete à idéia de que as fronteiras dos movimentos sociais não são rígidas e que quantos mais laços diretos ou indiretos existam entre os movimentos é mais fácil a difusão de ideias, a transmissão de informação e as diferentes táticas dos confrontos (Meyer e Whittier, 1994). Isto, de novo, nos conduz à interpretação de que os elementos da difusão são muitas vezes “trabalhos em andamento” que vão tomando forma no

[4] “By non-relational diffusion, we mean the transfer of information by means of impersonal carriers, sch as the mass media. By relational diffusion, we mean the transfer of information along established lines of interacition. By brokerage we mean information transfers that depend on the linking of two or more previously unconnected social sites” (2005:127)

próprio processo de difusão e que dependem das relações que vão se tecendo entre transmissores e receptores, resultando às vezes difícil distinguir qual é um ou outro no processo. Da mesma maneira que os atores e os assuntos vão se construindo durante o processo, a construção de uma identidade coletiva depende da reciprocidade e da conexão entre os atores.

Para Chabot (2002), a formação de novos laços, ou a consolidação de laços antigos, entre transmissores e receptores e a apropriação coletiva dos assuntos que estão em jogo na ação transnacional, alteram as estratégias e as identidades coletivas dos grupos.

Repertórios Discursivos

Nos últimas duas décadas do século anterior, a mobilização coletiva de mulheres negras na América Latina comportava um número importante de organizações que demandavam e reivindicavam direitos. O discurso comum das organizações colocava em pauta a interseccionalidade das categorias de raça, classe e gênero, demonstrando que o compartilhamento dos significados da ação fortaleciam os laços e consolidavam instrumentos para conseguir seus objetivos.

Afirma-se, portanto, que categorias analíticas (como raça, classe, gênero) definem formas de ação e oferecem à mobilização uma série de instrumentos discursivos que permitem fortalecer os laços de ativismo. As ativistas desta luta política criam, portanto "interações estratégicas" entre diferentes ativistas da região e aproveitam assim as oportunidades internacionais que se abrem para a ação coletiva . Esta noção de *interações estratégicas* se refere às ações coletivas que se enquadram

institucionalmente e que permitem ou traçam um caminho para a concretização de suas demandas.

Mark Steinberg argumenta que os repertórios discursivos são um meio de estimular a ação coletiva, já que a partilha de conhecimento é uma forma pela qual opera a articulação entre as ativistas: "…*we must analyze the part of discourse in this process, the ways in which the collective articulation claims operate as a piece of the collective knowledge of the repertoire*"[5]. Florence Passy, por sua vez, chamou a atenção para a função socializadora, das redes, na medida em que os indivíduos enquadram os repertórios discursivos de forma a engrossar ou fortalecer a ação coletiva[6].

> "Social networks (as islands of meanings) shape the individual preferences and perceptions that form the basis for the ultimate decision to participate. Thus, networks shape both stable aspects such as values and identities and more volatile aspects such as perceptions and preferences" (ibid, p. 23).

As ilhas de significado definem as identidades coletivas através das interações entre os atores e os grupos, ao mesmo tempo em que redefinem suas percepções ou preferências. Neste sentido, as interações sociais fazem parte do processo de formação das redes sociais. A perspectiva relacional permite compreender como o entrelaçamento estrutura e ação, ou *agency*, gera interações sociais apoiadas na dimensão cultural[7].

---

[5] Steinberg, Marc. 1995. The roar of the crowd: Repertoires of discourse and collective action among the Spitafields Silk Weavers in Nineteenth-Century London. In: M. Traugott (ed.). Repertoires and cycles of collective action. Duke University Press

[6] Passy, Florence. 2003. Social Networks Matter But how?. In: Diani, M; McAdam, D. Social Movements and Networks. Relational approaches to collective action. Oxford University Press.

[7] Mützel, Sophie. 2009. Networks as culturally constituted processes: a comparison of relational sociology and actor network theory. Current Sociology. Vol. 57. N. 6.

Emirbayer, Mustapha. 1997. Manifesto for a relational sociology. American journal of sociology. Vol 103. N. 2.

Emirbayer, M; Goodwin, J. Network analysis. 1994.Culture and the problem of agency. American Journal of Sociology. Vo. 99. no. 6..

Nesta tese se argumenta que as dinâmicas de contestação dos movimentos sociais e de outras estruturas relacionais, em favor das mulheres negras da região, teve como consequência, por um lado, a comunicação interpessoal das ideias e da difusão de discursos de luta, emancipação, reivindicação de direito[8]. Por outro lado, as mesmas dinâmicas de contestação orientaram negociações com o Estado e com outros organismos e instituições não governamentais.

O argumento aqui é que os significados do Feminismo Negro na América Latina foram construídos sobre a base de um discurso comum entre as ativistas negras da região. Tal discurso foi construído a partir das experiências das ativistas e de suas trajetórias de ativismo. Desta maneira se traça uma mobilização em rede ou um conjunto de vínculos, laços, junções e disjunções, na linha da sociologia relacional.

Enquadramentos interpretativos

Segundo a literatura sociológica, os enquadramentos interpretativos ou os enquadramentos com os quais se interpreta um fenômeno social enfatizam uma perspectiva relacional em que as ações, as opções e as motivações de cada indivíduo dependem das opções e motivações dos outros. Considera-se assim, que as demandas e reivindicações que unem às ativistas negras deste estudo indicam o lugar a partir do qual o ativismo transita entre as esferas políticas e sociais . (BENFORD, R; . Snow, D.

Mische, Ann. 2003. Cross-talk in movements: Reconceiving the culture-network link. in: M. Diani, D. McAdam (eds). Social movements and networks. Oxford: Oxford University Press.

[8] Robnett, Belinda. 1996. African American women in the civil rights movement, 1954-1965: Gender, leadership, and micromobilization". American Journal of Sociology. No. 101 p, 1661-93

2000.)

Oportunidades políticas

Na década de 1990 se fortalece o protagonismo das mulheres afrodescendentes que, a partir de sua presença em todos os processos de luta contra o racismo e a discriminação, deram início a um processo reflexivo sobre o movimento negro e feminista. Assim, tanto a perspectiva de gênero quanto de raça estabeleceram situações específicas e inovadoras em ambos os movimentos. A partir deles foi se configurando o processo de formação do ativismo transnacional de mulheres negras, que se desenvolveria em dois contextos políticos, ambos de acolhida aos movimentos sociais. Por um lado, as Conferências Mundiais das Nações Unidas desde 1975, ano em que começa a década internacional da mulher e, por outro lado, os Encontros Feministas Latino-americanos organizados pelos movimentos feministas da região.

Nesses dois contextos se resumem as motivações, trajetórias e os repertórios discursivos para as mulheres negras latino-americanas do período. Neles se abriram as oportunidades que foram aproveitadas pelas ativistas para difundir discursos e consolidar laços de ativismo. Nesse processo de consolidação de laços e de relações entre as ativistas do continente, as próprias ativistas conseguiram também abrir oportunidades. Trata-se de um movimento de vaivém: tanto as ativistas aproveitam oportunidades, quanto as abrem.

Abordagem metodológica

A análise aqui se baseia na perspectiva relacional defendida por Emirbayer e Goodwin (1994: pg?) como "uma forma de superar antinomias entre estrutura e agência focando nas dinâmicas das interações sociais em diferentes tipos de ambientes sociais".

Em concordância com este trabalho, focalizam-se aqui as relações entre estruturas políticas e agência dos atores em contextos transnacionais.

Por um lado, se abordam as trajetórias políticas e de mobilização dos ativistas e, por outro lado, os espaços nos quais eles atuam, produzindo um processo de difusão transnacional do ativismo. Desta maneira, a ação dos indivíduos se produz em relação aos outros e ao contexto no qual se atua.

A metodologia baseada na perspectiva relacional se vale da análise de relações em rede para entender as mudanças culturais e históricas da ação coletiva. No caso aqui tratado, trata-se de entender a relação entre redes e cultura ou em que medida elementos culturais como raça ou gênero incidem e aprofundam conexões entre indivíduos e de indivíduos com coletivos ou instituições. Os elementos culturais, por sua vez, podem ser produto tanto de fatores internos quanto externos, mas que de qualquer maneira devem ser entendidos em sua intersecção (Robnett, 2002).

Nas redes de interação, destaca-se o papel de certos indivíduos, cujas posições na rede lhes permitem operar como mediadores (*brokers).* Essas posições são o resultado de um capital cultural adquirido a partir do seu conhecimento tanto interno quanto externo aos movimentos sociais; ao mesmo tempo, o acesso ao capital cultural depende da posição de cada indivíduo na sociedade (McAdam, et AL, 2001; Tarrow, 2005).

O propósito de usar essa metodologia neste trabalho é de reconstruir as interações e transações que se desenvolvem nas redes de ativismo, prestando atenção às interações estratégicas efetivadas ou possíveis.

Os espaços abertos para e pelo ativismo transnacional na América Latina foram os eventos internacionais e institucionais nas quais as ativistas participaram nessas décadas. Nestes espaços, identidades coletivas de expressão das ativistas negras foram construídas.

Estrutura da tese

No primeiro capítulo, se tratará das interpretações que se constroem nos anos 80 e 90 em torno da mulher negra no ativismo feminista e negro da América Latina. Se analisará a construção de um discurso que conduz à ação coletiva de ativistas negras na região. O objetivo aqui é desvendar os repertórios discursivos que foram utilizados no ativismo transnacional de mulheres negras durante os 80 e 90. Como se dá a formação desse ativismo negro que atravessa fronteiras? Esta problemática se abordará a partir da análise dos enquadramentos interpretativos, em particular o "Feminismo Negro Latino-Americano".

No segundo capítulo se examinam as trajetórias de ativistas que circularam nesses espaços na década de 1980. Para isso nos valemos das entrevistas semi-estruturadas com ativistas negras latinoamericanas, com a finalidade de reconstruir sua atuação no ativismo, em particular sua participação em eventos transnacionais. Utilizaram-se também entrevistas de segunda mão, especialmente se consultou o acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), no Rio de Janeiro. Considera-se que essa participação vincula-se à participação primária ou local em organizações de base. Tais informações serão úteis para também reconstruir os espaços onde começaram a desenvolver o ativismo feminista negro latino-americano.

O objetivo das entrevistas é acessar as experiências prévias das ativistas chave no ativismo transnacional em outros movimentos sociais ou em instituições. Visa-se partir das trajetórias individuais para traçar uma tipologia do ativismo transnacional. O ponto aqui é que a trajetória de ativismo dos indivíduos que formam parte de uma rede dá sentido às conexões da própria rede. A rede, como estratégia de ação, conecta diversos indivíduos e, com ele, diversas trajetórias.

Trata-se de analisar a maneira pela qual se constroem e se mantêm os laços entre as ativistas a partir de elementos como participação política e coletiva, especialização e profissão. Para isto, além das entrevistas, nos valemos da análise de jornais, catálogos, atas de reuniões, disposições gerais dos eventos e documentos produzidos por ativistas.

O terceiro capítulo apresenta os contextos onde se desenvolveu o ativismo transnacional e as oportunidades que permitiram esse desenvolvimento durante o período assinalado. O argumento é que esses espaços funcionaram como canais de difusão dos repertórios de mobilização das mulheres negras, assim como de expressão de seus discursos. A ênfase nesse capítulo está no modo como se produz essa fusão, por meio da análise de revistas feministas da época onde artigos e temas sobre mulher negra, raça e gênero se tornavam visíveis. Utilizaram-se revistas disponíveis no acervo da Biblioteca Anna Poppovic da Fundação Carlos Chagas em São Paulo nos centros de documentação de organizações sociais como em Criola e Geledés, no Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente; no Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades de la Universidad Autónoma de México, na Cidade de México e na Biblioteca Luis Angel Arango em Bogotá.

A pesquisa nas atas das Conferências da ONU, a maior parte, foi feita na web, a partir do site das Nações Unidas e de ONU Mulheres, assim como também de bibliografia secundária especialmente de autoras feministas. As memórias dos Encontros Feministas Latino-americanos foram doadas pela pesquisadora Alejandra Restrepo da Universidad Autónoma de México, cuja tese de doutorado (2016) faz um apanhado intenso, profundo e crítico destes contextos políticos.

No último capítulo se articulam as trajetórias das ativistas, a difusão de repertórios e as oportunidades políticas numa rede de ativismo de mulheres negras latino-americanas. Defende-se nesta tese que essa rede de ativismo toma a forma de um

movimento transnacional, que articula diversas organizações, ocupa espaços, e difunde enquadramentos e repertório discursivo.

Esta articulação de mulheres negras e os laços transnacionais constituídos desdos anos 80 são ainda hoje visíveis nas produções acadêmicas, na mídia, nos movimentos sociais. Neste sentido, o processo de formação de um ativismo coletivo de mulheres negras, de feministas negras e engajadas pela causa continua vigente.

.

1. Capítulo I
Repertórios discursivos e enquadramentos interpretativos no ativismo das mulheres negras na América Latina

1.1.Introdução

A construção do ativismo transnacional das mulheres negras latino-americanas é um processo longo, que se refere ao conjunto de ativistas de diferentes países da região que mobilizam interesses comuns e cujas causas de mobilização são reflexivas. Neste capítulo se chama a atenção para o processo de articulação que sinaliza, por um lado, a utilização coletiva de recursos discursivos e, por outro lado, destaca a formação de um enquadramento interpretativo como receptáculo de ações e de repertórios discursivos.

Durante os anos 70, o movimento feminista tinha já essa conotação regional e promovia orientações para reivindicar igualdade e direitos da mulher. O argumento aqui é que, entre as feministas, as ativistas negras de diversos países se apoiaram em discursos sobre desigualdade e discriminação racial e de gênero para promover ações ou performances coletivas; por outro lado, atuavam guiadas por enquadramentos interpretativos sobre feminismo e mobilização racial na região. Tais ações geraram uma rede de articulações entre ativistas, organizações e instituições estatais e internacionais. Estas articulações, no seu conjunto, são a base para a formação de um *movimento transnacional*. Neste capítulo se analisará o processo de gênese desses discursos.

A produção de discursos raciais e de gênero no contexto latino-americano é considerada, neste trabalho, como "repertórios discursivos", seguindo a definição amplamente trabalhada por Mark Strangberg (1999), na qual os repertórios discursivos

seriam aqueles argumentos e crenças que contêm coerência lógica e congruências culturais entre as ativistas ou potenciais ativistas e que, portanto, estimulam e fortalecem a ação[9].

Uma segunda categoria que vai se tratar neste capítulo é referente aos "enquadramentos interpretativos". Esta categoria tem sido muito trabalhada no campo da sociologia do confronto político, destacando os trabalhos de Benford (1986), Diani (1992), Gamson (1992), sendo usada para explicar as motivações culturais da ação. É um processo de criação de ideias, uma "*schemata*", que desenvolve elementos de persuasão comunicativa com o fim de orientar ações coletivas.

No caso do ativismo de mulheres negras, os repertórios discursivos referentes à discriminação racial e de gênero e a interseção entre as duas categorias se desenvolveram tanto na América do Norte quanto na América Latina. As ativistas norte-americanas os usaram desde a mobilização pelos direitos civis, nas décadas de 1960 e 70. Sob essa ótica, o ativismo das latino-americanas desentravou uma década depois. . Em ambos os casos, contudo, as ativistas circulavam tanto nos movimentos negros quanto em movimentos feministas, e em outros círculos sociais (como na academia, por exemplo). Desta maneira se afirma que o ativismo das mulheres negras na América Latina moldou um enquadramento interpretativo com características próprias da região. Este enquadramento será chamado de Feminismo Negro Latino-americano.

O Feminismo Negro Latino-americano apresenta-se como um espaço abstrato no qual estão ligados elementos de vários repertórios. Nesses repertórios se encontram o

[9] O autor argumenta que a análise da ação coletiva deve estar em diálogo com o processo de produção do discurso do movimento. A análise dialógica proposta se fundamenta na ação reflexiva ou relacional, mantendo o caráter conflitivo entre os indivíduos. Marc W. Steinberg. 1999. "The Talk and Back Talk of Collective Action: A Dialogic Analysis of Repertoires of Discourse among Nineteenth-Century English Cotton Spinners" American Journal of Sociology, Vol. 105, No. 3, pp. 736-780

gênero, a raça, a discriminação racial, a desigualdade, a racialização do gênero, que se manifestam nas ações.

A afiliação das mulheres negras aos movimentos feministas e aos movimentos negros providenciou o recurso teórico de repertórios discursivos do ativismo em nível local. No nível transnacional, as feministas negras latino-americanas se articularam em eventos internacionais de ativismo, articulando tanto discursos quanto ações.

Considerando essas observações, se apresenta a seguinte hipótese: as motivações compartilhadas pelas ativistas negras latino permitiram sua identificação com objetivos comuns de ação. Estes objetivos foram interpretados à luz dos repertórios discursivos disponíveis, o feminista, o negro e o latino-americano. A conexão entre elementos destes diferentes repertórios desembocou na produção de um novo enquadramento interpretativo: o Feminismo Negro Latino-americano.

Dentro dos objetivos das organizações de mulheres negras na América Latina, se adotava a luta contra as desigualdades socioeconômicas que diferenciavam mulheres de cor negra e branca. O ativismo foi possível graças a um discurso comum que podia ser ampliado na esfera transnacional, ou seja, além das fronteiras nacionais[10]. Alguns autores, como Mische, della Porta e Diani, apontam que as dinâmicas discursivas não só criam novas representações das experiências, mas constituem também relações entre atores sociais[11].

A partir desses estudos se sugere que as agendas dos movimentos sociais de mulheres negras no *subcontinente*, tinham como objetivo reivindicar direitos e expor os problemas sociais que atingiam essa população: a violência, a educação, a saúde, o

[10] **Keck e Sikkink, 1998**

[11] Mische, 2003. Cross-talk in Movements: Reconceiving the Culture-Network Link. M. Diani and Mc Adam, D, Social Movements and Networks. Oxford, New York: Oxford University Press. Della **Porta e Diani, 1999. "The Symbolic Dimension of Collective Action. In: Social Movements: An Introduction. ", pg. 96**

emprego, a família, foram alguns dos temas das agendas, reconhecendo que esses problemas tomam formas específicas segundo o contexto em que se produzam. Na medida em que as categorias de gênero e de raça se entrecruzam nas relações sociais, se produzem maiores relações de desigualdade e discriminação, sendo as mulheres negras as menos favorecidas.

Ao mesmo tempo, tais interpretações da realidade social das mulheres negras na América Latina decorrem, por um lado, das experiências de vida das ativistas, e por outro lado, do pensamento feminista negro que se difundia dentro das redes de ativismo das latino-americanas. Cabe ainda lembrar o impacto do contexto político latino-americano de fim de regimes militares e aberturas democráticas sobre as ações coletivas das mulheres negras.

Pensamento feminista negro

Enquanto na América Latina se dava a interseccionalidade entre as categorias de raça e gênero, na América do Norte se consolidava um "pensamento feminista negro" que ligava a experiência, as ideias e a mobilização das mulheres negras na sociedade. Patricia Hill Collins liga os três fatores para criar uma "matriz de dominação' formada a partir da interseção das categorias sociais que afetam quotidianamente a vida social em diferentes aspectos. [12]. Portanto, a interseção destas categorias determina as relações sociais entre dominados e oprimidos, pois ao combinar as diferentes características se obtêm distintas formas de opressão. As características não têm predominância entre elas e são acionadas em cada lugar de acordo com as circunstâncias e os contextos (Collins, 1998).

[12] Collins, Patricia. "Toujours courageuses..." . Les Cahiers du CEDREF, 2015.

Seguindo as perguntas - quais foram as estratégias das ativistas para criar ações de combate à discriminação e ao racismo? E quais são as interpretações das latino-americanas sobre esses assuntos? A resposta que se apresentará aqui é que as interpretações das demandas dos atores, vinculando as categorias de raça e gênero, representam uma estratégia de ação que se enquadra num repertório discursivo: o Feminismo Negro *à latino-americana.*

O argumento, portanto, é que os significados compartilhados do ativismo feminista negro na América Latina, nos anos 80 e 90, conseguiram consolidar projetos de ação coletiva a partir de uma perspectiva transnacional, ou de um ativismo que transcendia fronteiras nacionais.

Sugere-se, então, que as experiências e as trajetórias das ativistas guiaram o sentido da mobilização assim como a formação de coletivos ou de redes de ativismo. Um fato é que as demandas das ativistas negras que foram expostas nos diferentes eventos internacionais, criaram uma agenda comum de questões sociais referentes às mulheres negras no contexto latino-americano. Essa agenda comum estaria alocada nos debates da formação da Rede de Mulheres Afro Latino-Americanas, Afro-Caribenhas e da Diáspora-RMAAD-, em 1992.

1.2 Repertórios discursivos do ativismo feminista negro na América Latina

A primeira parte do capítulo está orientada a demonstrar que as interpretações sobre desigualdade, discriminação racial, violência de gênero, entre outros, foram os repertórios discursivos usados entre as mulheres negras da região para criar e fortalecer laços de ativismo[13]. Esses laços se referiam às distintas formas de opressão às quais as mulheres negras da região estavam expostas. O fato de serem mulheres e negras na sociedade latino-americana era uma dupla discriminação contra a qual se impunha lutar. Desta maneira e para agregar discursivamente às ações coletivas, os temas interseccionais de gênero e raça traçavam desafios comuns para as mulheres negras latino-americanas[14]. Elas se reuniram naqueles eventos nos quais conseguiram colocar notadamente essas distintas questões sociais.

1.2.1 Repertório discursivo do Movimento Feminista na América Latina

Historicamente, os feminismos latino-americanos têm criado laços de ativismo na arena internacional. Segundo pesquisas feitas a respeito, as feministas latino-americanas, desde a última década do século XIX, desenvolveram uma forte vocação

[13] Segundo Grannoveter (1974), a força dos laços é dada é dada pela intensidade emocional e a compatibilidade de interesses entre diversos indivíduos com diversos intereses, e não apenas pela quantidade de laços que um indivíduo gera.(Grannoveter, M. The strength of weak ties. 1974. American Journal of Sociology, v. 78. n.6, pg. 136)1

[14] Entende-se interseccionalidade como uma forma de análise sociológica para a compreender os efeitos da superposição de categorias analíticas.

pelo internacionalismo, não apenas como orientação intelectual, mas como uma validação de suas aspirações à plena participação política (Miller, 1991). Num trabalho pioneiro sobre a internacionalização da mulher entre 1890 e 1940, Francesca Miller argumenta que desde começos do século XX a participação das mulheres latino-americanas em conferencias internacionais ajudou a balancear tanto a sua invisibilidade política, produto da *andocracia* local, como o ostracismo que decorria do controle exercido pelos homens nas conferencias e na diplomacia internacional[15].

A histórica participação das mulheres nos contextos internacionais articulou temas de igualdade de direitos, e promoveu uma tradição feminista e pacifista. Os cenários foram, especialmente, os Congressos Científicos Latino-Americanos desde 1890: (Buenos Aires, 1890; Montevidéu, 1901; Rio de Janeiro, 1905; Santiago de Chile, 1908), o Primeiro Congresso Feminino, em 1910, em Buenos Aires e a 6ª. Conferencia Internacional dos Estados Americanos em Havana, em 1928[16], quando se deu a criação da Comissão Interamericana da Mulher (IACW, por suas siglas em inglês). A IACW foi a "primeira organização governamental no mundo a ser fundada com o objetivo expresso de trabalhar pelos direitos das mulheres",

> The majority of women participants came from Argentina, Chile, Uruguay and Brazil, and the topics they addressed came under the rubric of "social problems": hygiene, child care, nutrition, maternal welfare. All these topics meshed comfortably with traditional feminine interests within their societies and

[15] Miller, Francesca. 1990. "Latin American Feminism and the Transnational Arena" in: Women, Culture and Politics in Latin America. Seminar on Feminism and Culture in Latin America. Berkeley: University of California Press.

[16] Miller, 1990, p. 16

> were matters of concern to scientists and educators of both sexes[17].

Temas como a educação da mulher, as leis internacionais para o cuidado da saúde, os problemas das mulheres trabalhadoras casadas, demandas pela legitimação do divórcio e por salários iguais em ocupações iguais para ambos os sexos, foram se desenvolvendo durante a primeira metade do século XX. O lema das mulheres era então: "*trabajar porque en la igualdad de circunstancias el trabajo de la mujer no sea menos retribuido que del hombre*" (IBID).

Desta maneira, para os anos 30 foi notável a continuidade da estrutura organizacional num processo político de atividade organizacional, com acesso a recursos, e com uma rede de comunicação em andamento. Nesse momento interatuavam diversas organizações: o Consejo Feminista Mexicano, o Women's International League for Peace and Freedom, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, o National Woman Party dos Estados Unidos, a Ligue Feminine Haitiene, o Club de Madres de Buenos Aires, a Alianza Femenina Cubana, entre muitos outros, o que demonstra o caráter transnacional do ativismo latino-americano nas primeiras décadas do século XX.

No final da II Guerra, em 1945, é realizada, na Cidade do México, a Conferência de Chapultepec sobre a reorganização das relações interamericanas para adequar-se à nova realidade de poder mundial. As delegações feministas latino-americanas incluíram no seu repertório o compromisso de contribuir com a justiça social e econômica no subcontinente. Na ata final da Conferência ficou constatado o seguinte:

> "Es el deseo de la Conferencia Interamericana sobre Problemas de la Guerra y de la Paz que se tome en cuenta la Comisión Interamericana de Mujeres, que por 16 años ha

[17] Miller, 1990, p. 12

> prestado eminentes servicios a la causa americana y a la humanidad y que se la incluya entre las instituciones que integran la Unión Panamericana, con las mismas prerrogativas e igual tratamiento de que gozan las otras instituciones interamericanas que han trabajado dentro y fuera de la Unión Panamericana con carácter permanente o de emergencia". (Acta De Chapultepec Conferencia Interamericana Sobre Problemas De La Guerra Y De La Paz , 21 de Febrero a 8 de Marzo de 1945)

Entre as representantes da IACW incluíam Bertha Lutz, do Brasil, Minerva Bernardino, da República Dominicana e Amália Caballero de Castillo León, do México. A resolução aprovada na sessão plenária da Conferencia afirmava que:

> "The Commission, which is the only women's organization of continental scope in America recommends that the governments of the American Republics modify their legislation... to abolish any existing discriminations by reason of sex". Comisión Interamericana de Mujeres (CIM). 1945. Bulletin of the Pan American Union, p. 345).

Nos anos 70, os regimes militares na região deram um novo sentido à ação política feminina. Como afirma Virginia Vargas, feminista peruana fundadora do *Centro de la Mujer Peruana Flora Tristán*, "a característica central dos anos setenta, com respeito à mulher, foi sua incorporação na luta social e política de uma maneira muito mais permanente e mais compreensiva que no passado" (Citado em Miller, 1990, p. 195).

A politização das mulheres e sua oposição política aos regimes militares se intensificaram e surgiram novas propostas para agregar a situação da mulher nos debates públicos.

> "What united these women was their commitment to political action to bring about the withdrawal of the military and the return to democratic government. And, although most of these women rejected the term "feminism" their experiences in meeting together outside the home and their growing recognition of their relative powerlessness brought about an awareness of gender issues and a willingness to cooperate with the feminist groups in raising women's issues" (Jacquette, Jane; Wolchik, Sharon. 1998. Women and Democracy. Latin America and Central and Eastern Europe. Baltimore: The John Hopkins University Press, p. 5).

Para Jaquette e Wolchik, a transição democrática nos países latino-americanos, especialmente na Argentina, Brasil, Chile e Peru, trouxe oportunidades inusuais para os movimentos sociais, para os movimentos feministas ou de mulheres. Os processos de redemocratização colocaram os temas de gênero na agenda política, denunciando a repressão e todas as formas de opressão. Desta maneira, diverso trabalho tem focado no papel dos movimentos de mulheres em contextos repressivos nestes países da região[18].

[18] Os movimentos destacados pelo trabalho de Elizabeth Jelin (1990) são especialmente: -movimento de mulheres no exilio -movimento pela anistia: movimento contra as ditaduras: mãe da praça de maio, Arg. Grupos intelectuais: Grupo de Estudios sobre la mujer uruguaya.

Um dos casos mais representativos, porém, é observado no Brasil que, desde 1980, vem criando instituições e organismos ligados ao Estado, com pressão, direta ou indireta, e participação de movimentos sociais:

Brasil:

- Conselho Estadual da Condição Feminina. SP. CECF, 1983

- Conselho de Participação e Defesa da Comunidade Negra do Estado de SP. CPDCN, 1986

- Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher. CNDM. Brasília, 1985

- Coordenadoria Espacial dassuntos da População Negra. Prefeitura Municipal de São Paulo, 1989.

- Secretaria de Defesa e Promoção da População Afro-brasileira. SEAFRO RJ, 1991.

- Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra. BH, 1998

- Fundação Palmares. Brasília, 1996

Uruguai

- Secretaria de la Mujer. Montevideo, 1994

- Mujer afro-uruguaya, 2001

Chile

- SERNAM, Santiago, 1991

(Jelin, Elizabeth. 1990. Women and Social Change in Latin America. Zed books Ed. Jelin, E; Nash, June and Safa, Helen. 1986. Women and change in Latin America. South Hadley, Mass: Bergin& Garvey Publishers.

Colômbia

- Dirección dasuntos de Comunidades Negras. Bogotá, 1991

A discriminação de gênero e de raça foi uma das principais causas inseridas nas agendas dessas entidades. Neste caso, a mobilização das mulheres tinha conseguido difundir reivindicações de vários tipos, destacando-se as de corte racial[19]. A relação entre os movimentos negros, de mulheres negras e de movimentos feministas nesses espaços institucionais acabaram por destacar as categorias de raça e gênero entrelaçadas para pensar as demandas por direitos e contra as injustiças sociais. A participação das ativistas negras latino-americanas tanto de movimentos feministas 'tradicionais' quanto de movimentos negros, constata que a variável gênero foi determinante nas relações sociais e raciais.

As reivindicações pela não discriminação eram compartilhadas tanto pelo feminismo quanto pelas ativistas negras. Não foi, contudo, exclusivo da realidade brasileira a promoção de relações entre instituições e movimentos sociais. A difusão de manifestações das ativistas latino-americanas tem pautado que existem diferentes formas de aproximação ao feminismo, ecoando, o que, na literatura acadêmica da América Latina, tem se chamado de "feminismos latino-americanos", como formas culturais também diversas[20].

Nestes feminismos, como entre os feminismos norte-americanos mais radicais, se considera que as categorias de sexo, raça, classe, entre outras, se entrecruzam e reproduzem diferentes formas de opressão. Discriminação, desigualdade, repressão, racismo, sexismo, foram esses os temas colocados pelos diferentes movimentos sociais.

[19] Bruschini, Unbehaum, S.2002. Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34; Costa, Albertina de O., Bruschini, C.1992. Uma questão de gênero. São Paulo: Editora Rosa dos Tempos, Fundação Carlos Chagas.

[20] Alvarez, Sonia, 1998. "Feminismos latinoamericanos", Revista Estudos Feministas, vol. 6, no. 2, 1998.

De outro lado, os contextos políticos latino-americanos da época deram um tom especial ao ativismo feminista, por causa da repressão política. Os regimes mais conservadores do continente apontavam que não haveria racismo na sociedade, mas uma desigualdade por causas históricas. Isto é, que viveríamos numa democracia racial.

> "A democracia racial... não foi apenas doutrina de convivência pacífica entre as raças ou ideologia de dominação racial... foi também, e principalmente, um pacto econômico e político que uniu a massa negra urbana (formada principalmente por trabalhadores) e os intelectuais negros ao establishment (elites políticas, intelectuais e econômicas) do Estado desenvolvimentista" [21].

A democracia racial, portanto, mobilizou especialmente os movimentos negros na América Latina, e especialmente no Brasil. Essa mobilização foi fundamento da criação de laços de ativismo entre eles. Da mesma maneira, as mulheres negras que faziam parte desses movimentos criaram laços de ativismo com outros movimentos de mulheres da região. Afirma-se, então, que a interação das ativistas latino-americanas neste contexto não se baseava apenas em quadros interpretativos que colocavam o gênero no motor da ação, mas também a categoria racial era concebida como um eixo estruturador da hierarquia socioeconômica das mulheres. Portanto, se entende que a interseção dessas categorias é o marco de interpretação da realidade e o motor do ativismo dos movimentos de mulheres negras.

[21] Guimarães. A.S. 2002. Classes, Raças e Democracia. São Paulo: Editora 34.

Alguns trabalhos exemplares analisaram certas problemáticas sociais desde o ponto de vista *interseccional* entre as categorias gênero e raça. O trabalho do antropólogo Peter Wade, por exemplo, observou que a grande maioria de trabalhadoras do serviço doméstico na América Latina, eram mulheres negras. Todas elas de classes baixas na escala socioeconômica. O autor propõe pensar nessa interseção entre raça e gênero como a causa das posições desse grupo social e das dificuldades para mudá-las.

> elements of race, class and gender have been historically articulated together to produce a conjuncture in which low status work, blackness/indigeneity, and being female are straight-ahead together into a self-reinforcing constellation, in which each element connotes the other in the practice of domestic service.[22]

No estudo de Wade, a questão identitária (blackness/indigeneity) complementa a definição dos enquadramentos interpretativos; neste caso, para a mobilização das mulheres negras na América Latina. Do trabalho de Wade se pode deduzir que os sistemas de racialização devem ser compreendidos desde um ponto de vista interseccional. Desta maneira se entenderá porque as mulheres negras são determinadas a mudar a histórica sua posição na sociedade. Portanto, um dos enquadramentos interpretativos da mobilização passa pelo reconhecimento do problema social, a desigualdade social e a discriminação racial, depois utiliza categorias a partir das quais surgem estratégias para superar essa problemática.

De maneira geral, nota-se neste trabalho que as estratégias adotadas para alterar esse panorama têm sido a mobilização coletiva e a ação em rede. A motivação para tal engajamento tem sido por sua vez, a necessidade de transformar o quadro

[22] Wade, P. 2013. "Articulations of erotism and race: domestic service in Latin America" Feminist Theory. Vol 14. N. 2.

socioeconômico das mulheres negras, para colocá-las em lugares mais favoráveis na sociedade[23], mantendo o argumento de que a interseção entre as categorias mulher e negra desfavorece a ascensão social das mulheres negras.

1.2.2 Repertório discursivo do movimento negro

Uma das mais relevantes expressões do repertório discursivo dos movimentos negros na América Latina manifesta-se no movimento negro brasileiro. A partir dele se mostrará a força das articulações entre as mulheres negras dos coletivos durante as duas últimas décadas do século XX.

Vários trabalhos têm sinalizado o processo de formação do protesto negro no Brasil. Sobre as últimas duas décadas, pesquisadores sociais têm investigado as ações do Movimento Negro Unificado, o IPCN e as articulações das/dos ativistas em movimentos políticos[24]. Argumenta-se que os momentos nos quais surge a questão feminina nos movimentos negros coincidem com os momentos de mobilização das mulheres negras em vários outros países de América.

O caso brasileiro é emblemático porque nesse contexto se definiram vários conceitos elementares para a discussão sobre relações raciais, como: democracia racial, preconceito e discriminação, integração do negro e assimilação[25]. Esses conceitos identificam classes de fenômenos elaborados, interpretados e utilizados

[23] Jasper, J. Art of Moral Protest.

[24] Rios, 2014; Sotero, 2015; entre outros.

[25] Fernandes, Florestan. 2008. A integração do negro na sociedade de classes. Rio de Janeiro: Ed. Globo [1964]

Pierson, Donald. 1962. Teoria e pesquisa em sociologia. São Paulo. Ed. Melhoramentos.

Bastide, Roger. Negros e brancos em São Paulo: Ed. Paz e terra. [1965]

Guimarães, Antonio Sergio. 1993. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo. Ed. 34.

pelas organizações sociais, raciais e de gênero, no país, além do que tem levado a gerar ações contra as desigualdades e pela promoção de direitos e de justiça social.

Portanto, a experiência das ativistas negras no movimento negro brasileiro norteou a nomeação da ação coletiva como "feminismo negro latino-americano",. Para complementar o argumento, tais conceitos, entre outros produzidos pelas latino-americanas de forma geral, foram usados para definir as bases da mobilização das mulheres negras na América Latina.

O *repertório discursivo* utilizado pelas ativistas negras se compõe de:são: 1) o preconceito racial e a discriminação, 2) a integração das mulheres negras e 3) a não assimilação do ativismo feminista negro latino-americano.

- Preconceito racial e discriminação: A literatura sociológica das relações raciais, no Brasil, constata que a hierarquia social no país está altamente relacionada com a cor, antes de proclamadas as leis de abolição da escravatura. Os estudos sobre o tema corroboraram que quando os ex-escravos ingressaram numa estrutura multirracial que submetia os homens de cor, livres, em todas as formas de relacionamento, e que quanto mais escura a pele de um brasileiro, sua posição na estrutura social estaria nos níveis mais baixos. (Skidmore, 1992, p. 118).

As relações raciais no Brasil pós–abolição caracterizam-se por um sistema multirracial de classificação social em que o branco possuía o status mais alto, enquanto a economia predominantemente agrária preservava a estrutura social tradicional, dando o poder aos donos da terra. Enquanto isso, a população total estava "branqueando", tanto de acordo com os censos como com a crença popular. (pg. 110)

A literatura sobre relações raciais no Brasil nas últimas duas décadas do século XX empenhou-se, com acerto, em demonstrar a construção de um país baseado no

racismo e no preconceito racial. A partir de títulos assinados por escritores e cientistas sociais nos anos 30 e 40 sobre a democracia social e a harmonia das raças, se desenvolveram argumentos contrários para demonstrar a construção de um país baseado no preconceito e na discriminação racial.

- **Integração das mulheres negras:** Diversos trabalhos demonstraram que a integração das mulheres negras vem de seu engajamento coletivo em movimentos sociais, desdas primeiras décadas do século XX na América Latina (Pereira, 2007; Dominguez, 2008). Como demonstram os autores, a participação das mulheres negras nas organizações sociais e na vida política, em geral, tem sido negligenciadas, tanto na academia quanto pela mobilizaçãosocial. Portanto este é um elemento que compõe o repertório discursivo e um elemento de reivindicação das ativistas negras latino-americanas.

- Não assimilação do ativismo:

Segundo Donald Pierson apontou para o caso brasileiro, a assimilação cultural seria o fim do conflito social. O autor procurou demonstrar que os grupos negros teriam se assimilado tão bem à "cultura brasileira" que não se poderia falar de racismo ou discriminação do negro. O Brasil, segundo o autor, foi "bem sucedido" em desfazer as castas raciais da escravidão e estabelecer uma sociedade multirracial de classes. (Pierson, 1942, citado em Guimarães, 1999:76). Dessa maneira, o negro teria uma posição à qual ele se identificaria e conseguiria uma mobilidade social, como de fato seria para brancos, mulatos ou mestiços.

Contrariamente a esta posição, a atividade das mulheres negras latino-americanas na década de 80, dá conta de um sentido oposto à assimilação. Flavia Rios (2015) destaca em sua tese de doutorado que, entre as elites políticas do movimento

negro brasileiro contemporâneo, se destacam mulheres que desenvolveram um ativismo feminista e negro autônomo, portanto, longe da assimilação. Desta maneira, a teoria da assimilação não coincide no caso das relações raciais na América Latina no seu conjunto.

1.2.3 Repertório discursivo dos movimentos de mulheres negras latino-americanas e a teoria da interseccionalidade.

Os primeiros discursos difundidos pelas ativistas negras latino-americanas nos eventos internacionais diziam respeito à discriminação racial específica das mulheres negras na região, nas áreas da saúde, educação e mercado de trabalho. Em países como Brasil, República Dominicana, Nicarágua, Costa Rica e Colômbia, por exemplo, as ações dos movimentos de mulheres negras alertavam sobre as posições de subalternidade que ocupavam as mulheres negras nestas sociedades, e as exclusões em diversos âmbitos sociais, inclusive dentro do próprio movimento feminista. A questão de gênero, por sua vez, era exposta ao evocar o sexismo nestas sociedades patriarcais, por posicionar as mulheres em condições de maior vulnerabilidade nas diferenças socioeconômicas entre homens e mulheres brancos e não brancos na região, demonstrando que as mulheres negras encontram-se na base da pirâmide social.

Apesar de inegável a influencia das apologias de Angela Davis, bell hooks ou Patrícia Hill Collins no ativismo das latino-americanas, o Feminismo Negro desenvolvia aqui uma interpretação própria de sua realidade e de seu contexto.

O Feminismo Negro é uma teoria que se apropria das categorias sociais e as coloca em ação criando uma forma de ativismo político. Seguindo Patricia Collins, afirma-se que:

> "Les femmes qui éprouvent le besoin de créer un agenda commun de questions sociales réactif au contexte social hétérogène ou vive les femmes noires constituent la colonne vertébrale du féminisme noir transnational" (Collins, 2015:30).

A interseccionalidade que se desenvolveu na Norte América, e que dizia respeito à articulação das categorias raça, sexo, gênero, classe, indicava que as desvantagens sociais das mulheres negras norte-americanas ocorriam principalmente por causa de sua cor. A difusão desta teoria do Feminismo Negro serviu como alicerce, em especial, na região latino-americana, sobretudo em países em que as mulheres negras começavam a se organizar autonomamente.

Tratava-se, como disse Patricia Collins, de pautar uma nova agenda de justiça social que permitisse chegar a grupos até então negligenciados, como as mulheres negras.

> O feminismo negro não é um projeto de justiça social acabado, mas um *work in progress* ondas preocupações atuais refletem uma fragilidade dos vínculos entre experiência, análise e ação[26].

A interseccionalidade entre as categorias de raça, gênero e classe foi uma forma de interpretação da condição da mulher negra latino-americana e sua posição socioeconômica nesta sociedade. Claudia Cardoso se refere a esses temas como os fundamentos de muitas associações de mulheres negras da região. Nesses cenários também se faz a crítica à discriminação da questão racial no movimento feminista e no patriarcado vivido nos movimentos negros.

[26] Collins, Patricia H. 1998, *Black Feminist Thought…, p. 24*

Ao mesmo tempo, a interseccionalidade do feminismo negro latino-americano foi um pensamento que fundamentou a ação dos movimentos de mulheres negras da região. Consequentemente, uma rede de ativismo conseguiu se formar a partir de sua articulação. Na terceira parte deste capítulo se mostrará que a RMAAD (Rede de Mulheres Afro latino-americanas, Afro-caribenhas e da Diáspora) se formou pela interação das ativistas e a construção de laços de significado comuns formando o que aqui chamamos de *ativismo transnacional das mulheres negras latino-americanas*.

1.3 Enquadramentos interpretativos: significados e interseções no processo de ação política.

Defende-se aqui que o Feminismo Negro foi um enquadramento interpretativo *(frame)*, uma interpretação da realidade com vistas 'a ação política, produzidas por parte das ativistas negras na América Latina, durante os anos 80 e 90.

Na sociologia política, "enquadramentos interpretativos" se referem às interpretações da realidade e aos significados que orientam a ação política. A ação coletiva, por sua vez, é o resultado da interação entre ativistas ou grupo de ativistas e instituições, a partir de um eixo condutor (Benford, Snow, 1998).

A noção de enquadramentos interpretativos foi primeiro colocada por Erving Goffman na literatura sociológica[27]. A tese do autor indicava que a ação coletiva se desenvolvia a partir de interpretações da realidade comuns a determinados indivíduos. Goffman destacava como, dentro de um ambiente, se sinaliza um assunto que promove a interação. Mas, como diz Ann Mische “isso não vem do nada, vem da história, é estrutural, vem do discurso das experiências, dos hábitos que vão sendo ativados numa

[27] Goffmann, Erving. Frame Analysis. 1974.

perspectiva de futuro"[28]. Coincidimos com Mische e Emirbayer em afirmar que as estruturas vêm das competências e dos discursos[29]. Desta maneira, os significados da ação são construídos dentro dos movimentos sociais e surgem desta interação com objetivo de alcançar transformações sociais, culturais e estruturais nas sociedades.

As distintas categorias sociais como raça, sexo, gênero, classe interpretam a realidade de maneira relacional; ou seja, que sem elas ou sem sua interseção não seria possível entender a mobilização, neste caso, das mulheres negras latino-americanas. Portanto, concordamos que, quando essas categorias se entrecruzam, geram relações desiguais e discriminações na sociedade, fortalecendo, contudo, os laços de ativismo. A realidade das mulheres negras é, pois, observável a partir da relação entre essas categorias e a formação do ativismo. Sem os laços de ação não seria possível a transformação social, nem a transformação do próprio ativismo.

Por sua vez, a realidade política mostra uma interação cada vez maior entre indivíduos e instituições na América Latina. As ações coletivas e as estruturas onde elas se desenvolvem, são susceptíveis de mudanças a qualquer momento, pois estão influenciadas por fatores externos à mobilização, como os contextos políticos. Considerando esses fatores, os enquadramentos interpretativos do feminismo negro latino-americano se referem aos aspectos que sintetizam e condensam interpretações das realidades das mulheres negras com relação ao racismo, sexismo e patriarcalismo na região. Dessa maneira, os tipos de ativismo orientam os diagnósticos e os prognósticos sociais referentes a este grupo social[30].

Estes enquadramentos, segundo a literatura especializada, orientam também a organização de experiências, guiam ações coletivas e se vinculam a contextos políticos

---

[28] Zambrano, C; Pereira, G; Souza, R. Entrevista com Anne Mische. Revista Plural. No. 2016

[29] Mische; Emirbayer. 1998, A. What is Agency? Social Problems

[30] Della Porta, D. ; Diani, M. "The symbolic dimension of collective action.". In: Social Movements: an introduction. Blackwell Publishing. 1998

e culturais externos (Benford, 1997; Snow e Benford, 1992; Snow et al, 1986). Outros autores acrescentaram que essa interação entre a construção da identidade coletiva e o discurso no qual se apoiavam os movimentos, lograva transformar os significados inerentes à cultura dominante, ao Estado e às instituições (Melucci, 1989; Whittier, 1997, Katzenstein, 1990). Ressalta-se nesses estudos que os discursos tendem a transformar formas de agir e de pensar.

> "The connections between the meanings that movements construct and those offered by the dominant culture are far from straightforward. Movements draw on hegemonic discourses and categories to construct discourses that are both transformative yet constrained by the hegemonic meanings they wish to challenge. If we overlook collective identity and discourse, we miss many of the ways that political opportunities and cultural shifts affect movements and the ways that movements' construction of oppositional identities can reshape institutions" (Whittier, 2002 p. 306).

A partir desses estudos, se considera que as dinâmicas internas dos movimentos sociais dependem da construção de identidades, organização social e estratégias de ação a serem utilizadas pelo conjunto de ativistas.

Será utilizada a Frame Análise ou a análise de enquadramentos interpretativos para capturar o processo de atribuição de sentido à mobilização das mulheres negras. Como afirmam certos autores, os significados das ações, ou produção simbólica, facilitam a mobilização e permitem a articulação entre ativistas (della Porta e Diani, 1998).

Neste caso, para entender o Feminismo Negro Latino-americano como enquadramento interpretativo se percorrerão alguns estudos sobre Feminismo que influenciaram as ativistas negras na composição discursiva do Feminismo Negro.

1.3.1 Enquadramentos interpretativos feministas para um ativismo transnacional

Durante a década de 1970, o Feminismo, como movimento social na América Latina, empreendeu ações políticas importantes contra a opressão dos regimes políticos na região. Ditaduras, na maior parte dos países, marcaram a ação coletiva das mulheres que reivindicavam direitos e repudiavam a discriminação e a desigualdade por sexo ou raça. Como resultado, entre outros, houve grande número de ativistas exiladas.

Nessa mesma década, os trabalhos acadêmicos sobre Feminismo na América Latina desenvolviam uma epistemologia orientada a produzir conhecimento científico sobre a categoria de gênero e propunham várias metodologias de análise. As latino-americanas desenvolveram diferentes metodologias para analisar como a categoria gênero incitava discussões sobre as diversas problemáticas sociais. A partir da epistemologia feminista, Norma Blázquez, socióloga mexicana, por exemplo, chamava a atenção para a forma pela qual, na América Latina, a ciência reproduzia esquemas e preconceitos sociais de gênero. Portanto, a orientação da autora era de propor novos estudos sobre as mobilizações das mulheres latino-americanas e sua busca por justiça social[31].

[31] Blazquez, Norma, 2010. Epistemologia feminista: temas centrales. In: Investigación feminista. Epistemologia, metodologia y representaciones sociales. México,D.F. Colección Debate y reflexión. UNAM.

Blazquez, Norma, 2008. El retorno de las brujas. Incorporación, aportaciones y críticas de las mujeres a la ciencia. Mexico D.F. UNAM

Isto nos explica porque a segunda onda feminista na América Latina, ou seja, as lutas das mulheres pela igualdade de gênero e pelos direitos sociais e de cidadania, aconteceu no período de redemocratização nos diferentes países da região. Por um lado, o período de redemocratização, entre 1980 e 1991, trouxe a organização de mulheres originarias das organizações de esquerda que saíram da clandestinidade para atuar nos novos movimentos feministas. Tratava-se de mulheres de classe média, brancas intelectualizadas. Por outro lado, se produzia a institucionalização de mulheres em diferentes organismos do Estado[32].

A epistemologia feminista que vinha da ala mais radical da esquerda, tinha a ver com a construção de uma teoria que, neste caso, explicasse ou ajudasse a explicar a realidade das mulheres de uma região. Sob essa influência, em meados da década de 70, a teoria feminista começou a expor diferentes interpretações de uma realidade social, ressaltando que há aqueles que surgem dos entrecruzamentos de categorias como gênero, raça ou classe, entre outros.

De forma geral na America Latina, a epistemologia feminista centrou sua atenção na forma como o gênero influenciava os métodos, os conceitos, as teorias e as estruturas de organização da ciência e como a ciência reproduzia os esquemas e preconceitos sociais de gênero [33].

Sandra Harding, nos anos 80, explicitou perguntas próprias da epistemologia feminista:

> Uma epistemologia é uma teoria do conhecimento. Responde à pergunta de quem pode ser "sujeito de conhecimento" (as

[32] Miller, Francesca, 1991. Latin American Women and the Search for Social Justice. New England: University Press.

[33] Blazquez Graf, Norma. Epistemologia feminista: temas centrales. En: Blazquez, N, Flores, F. e Rios, Maribel (coords). Investigación feminista: epistemologia, metodologia y representaciones sociales. México: CEIICH, UNAM, 2010. p. 22.

> mulheres conseguem?). Também trata sobre as provas às que se devem submeter as crenças para serem legitimadas como conhecimento (refere-se apenas às provas aplicadas às experiências e observações masculinas?). Aborda o assunto sobre o tipo de coisas que possam se conhecer (pode se considerar como conhecimento as "verdades subjetivas"?) e muitos outros problemas similares[34]·.

A epistemologia feminista dos anos 70 se desenvolveu como resposta à insuficiência das epistemologias dominantes até o momento: as derivadas do empirismo e sua neutralidade valorativa; as funcionalistas/relativistas com um novo programa da sociologia para explicar as relações sociais como causalidade; e a epistemologia marxista que desconhecia o sistema sexo/gênero como variável que também determina as relações sociais[35].

A resposta do movimento feminista surgiu nessa década de 70, reivindicando que as pesquisas acadêmicas voltadas às questões feministas deviam se esforçar inicialmente em estender e reinterpretar as categorias de diversos discursos teóricos, de modo a tornar visíveis as atividades e relações sociais das distintas mulheres no âmbito das diferentes tradições intelectuais [36].

Apesar de, desde o começo, o compromisso acadêmico estar direcionado à emancipação das mulheres, os enfoques feministas têm sido variados e diversos. Diferentes posições ideológicas, abordagens e perspectivas estão contidas nas posturas

---

[34] Harding, Sandra. Existe un método feminista? 1987. En: Bartra, Eli (org.) Debates en torno a una metodologia feminista. México: UAM-X. p. 13.

[35] Harding, Sandra. 1979. Why has the sex/gender system become visible only now? In: S. Harding e M. Hentikka (eds). Discovering reality: feminist perspectives on epistemology, metaphysics, methodology and philosophy of science. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher. 2003.

[36] ibid

feministas/acadêmicas. Não há, contudo, uma clara distinção entre os estudos acadêmicos que produzem conhecimento e os movimentos que estão na prática.

Neste sentido, Patricia H. Collins aponta que a teoria e a prática devem caminhar juntas. Tanto a teoria quanto a ação interagem ajudando a criar teoria na prática e prática na teoria. Segundo Collins, "by espousing an orientation that views thought and action as part of the same process, possibilities for new relationships between thought and action emerge"[37] . Isto é fundamental para entender mais adiante o lugar do qual parte a epistemologia feminista negra latino americana.

Uma das correntes que surgiram, então, a partir da epistemologia feminista foi a do "ponto de vista" (standpoint theory). Corrente que foi posteriormente seguida pelas feministas negras[38]. Uma das impulsoras desta teoria foi Dorothy Smith, que, no começo dos anos 70, denunciou que, particularmente, a sociologia criava quadros interpretativos para promover uma realidade parcial. A autora propôs então uma sociologia posicionada de modo a conhecer a partir da experiência direta, do mundo da experiência, e também do lugar dos indivíduos de quem se fala. Smith é a primeira socióloga que expõe o "ponto de vista desde o lugar das mulheres"[39]·.

> Feminism is an approach to society from the standpoint of women, a standpoint defined by concrete reality in which all

[37]Collins, Patricia H. 1990. Black Feminist Thought. Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. NY-London: Routledge

[38] Nesta linha de análise, o Feminismo Negro norte-americano se desenvolveu como uma teoria alternativa na qual a interseccionalidade era a base para entender os sistemas de opressão na sociedade. Inter-relacionar as diferentes tendências é uma tentativa de construir uma teoria feminista do conhecimento.

[39] Esta observação é reflexo das tradições marxista e hegeliana, da dialética da consciência de classe e o ponto de vista do proletariado na produção do capital, para entender a transformação da vida social. Smith, Dorothy. 1972. Women's perspective as a radical critique of sociology. In: Harding, Sandra. Feminism and methodology: Social science issues. Bloomington: Indiana University. Milton Keynes: Open University, 1987.

> women participate to one degree or another. This is not to say that all women are the same or that all women in all cultures and across history have been in an identical position. Rather, it is to say that the experience of women is concrete, not abstract, and socially defines women as such and distinguishes them from men across time, space and culture. This experience includes segregation into forms of work which are paid little and valued less and the devaluation of women's contribution[40] .

Outra perspectiva é de Catherine MacKinnon que faz uma reflexão sobre a epistemologia e o ponto de vista do movimento feminista. A autora ressalta que "para o feminismo, o pessoal é epistemologicamente político e sua epistemologia é sua política". A partir da crítica à teoria marxista, MacKinnon baseia seu argumento nas respectivas demandas do marxismo e do feminismo para analisar as desigualdades nas relações sociais[41]. O argumento começa com as respectivas reivindicações do marxismo e do feminismo para analisar as desigualdades. Desta maneira, a autora propõe reconstruir o feminismo no nível epistêmico através de uma crítica da sexualidade como central para o status das mulheres. O intuito é o de promover uma crítica à epistemologia mais tradicional para dar ênfase ao lugar das mulheres na construção social do Estado.

> Marxism and feminism provide accounts of the way social arrangements of patterned and cumulative disparity can be internally rational and systematic yet unjust. Both are theories of

[40] Smith, 1987

[41] MacKinnon, Catharine A. 1989. Toward a feminist theory of the state. Cambridge: Harvard University Press.

> power, its social derivations and its misdistribution. Both are theories of social inequality. In unequal societies, gender and with it sexual desire and kinship structures, like value and with it acquisitiveness and property ownership, are considered pre-social part of the natural world, primordial or magical aboriginal. As Marxism exposes value as a social creation, feminism exposes desire as socially relational, internally, necessary to unequal social orders but historically contingent[42] .

Outras teóricas do pensamento situado e do ponto de vista são Patricia Hill Collins, Nancy Hartsock, Alison Jaggar e Hilary Rose. Estas intelectuais estenderam a idéia do ponto de vista do proletariado à maneira marxista, para outorgar um lugar ao ponto de vista feminista. Dentro dessas teorias postula-se que determinadas posições sócio-políticas ocupadas por mulheres são também lugares epistêmicos privilegiados chegando a novas questões não apenas sobre aqueles social e politicamente marginalizados, mas também sobre aqueles que por seu lugar privilegiado na vida social e política ocupam a posição de opressores. Nesse sentido, Sandra Harding aponta que "starting off research from women's lives will generate less partial and distorted accounts not only of women's but also of men's lives and of the whole social order" [43].

Nesta corrente de pensamento, os fatores sociais e históricos são centrais para entender a posição em que se encontram os agentes e como essa posição é relevante para a produção do conhecimento. Portanto, a teoria feminista do ponto de vista se orienta para o conhecimento socialmente situado, não como uma posição social

[42] MacKinnon, 1989, p. 4.
[43] Harding, 1993, p. 56.

individual, mas como um processo coletivo, histórico e social, que dirige a experiência de vida dos indivíduos[44].

1.3.2 Enquadramentos feministas afro latino-americana ou feminismos negros latino-americanos

A mobilização coletiva das mulheres negras na América Latina tem um marco interpretativo consensual formado pelas inter-relações forjadas durante os anos 80 e 90 em diversos espaços de discussão transnacional que, como vimos, foram difundidos em distintos meios. Os contextos que viabilizaram ou abriram as oportunidades políticas para a participação das ativistas em tais espaços foram especialmente o contexto político regional e as trajetórias de mobilização de ativistas ou grupo de ativistas, que permitiram criar um "framework" para ser não apenas difundido, mas construído relacionalmente dentro de um processo político.

O relacionamento político marcou a ação coletiva de muitas mulheres; particularmente entre as mulheres negras, pois um dos fenômenos que começou a se desenvolver no feminismo foi justamente o feminismo negro. O feminismo negro não é um resultado e uma elaboração do feminismo, mas é a consequência da ação de determinadas mulheres para conseguir a mudança social e novos discursos sobre feminismo e combate ao racismo.

A epistemologia feminista, que vinha da ala mais radical da esquerda, tinha a ver com a construção de uma teoria que, neste caso, explicasse ou ajudasse a explicar a realidade das mulheres de uma região. Sob essa influência, em meados da década de 70,

[44] Patricia H. Collins, por sua vez, discute os estereótipos que recaem sobre as mulheres afro-americanas, trabalhadoras domésticas. Estereótipos como 'faithful and obedient' que reforçam as imagens racial e sexualmente dominantes na sociedade.

a teoria feminista começou a expor diferentes interpretações de uma realidade social, ressaltando que há aquelas que surgem dos entrecruzamentos de categorias como gênero, raça ou classe, entre outras.

O termo Feminismo Negro começou a se difundir na década de 1970 a partir de mulheres negras que participaram ou testemunharam o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos nos anos 60. Dentre as protagonistas deste momento se encontram Rosa Park, Angela Davis, Patricia Williams. Todas demonstraram, no seu momento, que as mulheres negras tinham também a intenção de lutar por direitos e de encaminhar ações de justiça social para o grupo.

O Feminismo Negro é uma teoria que se desenvolve nos Estados Unidos, juntando duas categorias de opressão que são o gênero (mulher) e a raça (negra). As ações deste Feminismo queriam demonstrar que as desigualdades sociais recaem principalmente sobre a mulher negra na sociedade norte-americana. A interpretação das desigualdades sociais, do ponto de vista feminista negro, se dá a partir de uma identidade e da uma construção de uma identidade estigmatizada na sociedade sobre o que é ser mulher negra.

O Feminismo Negro é uma teoria que se constrói a partir de dados quantitativos e de experiências qualitativas das mulheres negras. Nos Estados Unidos, a presença destas mulheres nos movimentos negros, por um lado, e sua posição de mulheres na sociedade, eram as particularidades desta teoria. Por um lado, uma crítica das ativistas negras ao movimento feminista por não contemplar a questão racial dentro de suas preocupações; ou seja, a especificidade da mulher negra na sociedade e, por outro lado, uma crítica das ativistas negras aos movimentos negros por representar o patriarcado e a dominação masculina na sua estrutura organizacional. Da mesma maneira, a participação das

mulheres em posições de poder era relegada a um segundo lugar. Com essa orientação discursiva, as ativistas negras assumem demandas e reivindicações para a mulher negra durante os anos 70 e 80. Essa ação era própria do feminismo - chamado 'tradicional' que assumia reivindicações de direitos e de justiça social. O direito ao sufrágio, o direito a participar das instituições masculinizadas, a igualdade e o direito à diferença, as demandas contra o estigma exclusão e desigualdade por causa da raça, o gênero e a sexualidade.

Os primeiros estudos neste sentido foram elaborados principalmente por intelectuais e ativistas norte-americanas. A experiência das feministas negras intelectuais nos Estados Unidos evidenciava que a teoria feminista era uma teoria incompleta ao não considerar o tema racial como um diferencial das mulheres negras. Segundo Patrícia Collins,

> A supressão histórica das ideias das mulheres negras teve uma marcada influência na teoria feminista. Analisadas com mais detalhe, as teorias que são apresentadas como universalmente aplicáveis a todas as mulheres, como um grupo homogêneo, são limitadas por causa de suas próprias origens, brancas e de classe média como suas mentoras (Collins, 1998).

Isto queria dizer, então, que no chamado feminismo havia um discurso dominante no qual os assuntos das mulheres negras e pobres não tinham espaço. Seguindo essa lógica, Patrícia Collins afirma que as afrodescendentes, desde a época da escravidão, estiveram sempre ausente da história das mulheres, como também estiveram as indígenas, lésbicas, migrantes, etc.

Outra autora que critica a visão racista e classista do feminismo da década de 60 e 70 é bell hooks. A autora chama a atenção para os aspectos racistas e sexistas nos

trabalhos acadêmicos que tratam da liberação das amas de casa (hooks, 1982). Isto é, enquanto as mulheres brancas tentavam se liberar para ter os mesmos direitos à educação e ao trabalho que os homens, não se consideravam as mulheres afrodescendentes que já trabalhavam fora do lar desde muito tempo atrás, sendo exploradas em vários ofícios, especialmente no serviço doméstico. Tanto hooks como Collins, mostram que a visão classista e racista do feminismo estava gerando um sistema de dominação que se reproduzia entre as feministas.

Audre Lorde, ativista afro-americana, referia-se aos impasses que atravessava o feminismo, da seguinte maneira:

> Se a teoria feminista estadunidense não necessita explicar as diferenças que existem entre as mulheres, nem as diferenças que são o resultado de nossa opressão, então como explicar o fato de que as mulheres que limpam sua casa e cuidam de seus filhos, enquanto você assiste a congressos sobre teoria feminista, sejam na maioria pobres e mulheres de cor? Que teoria respalda o feminismo racista?" (Lorde, 1984: 112).

Outro ponto que as feministas negras norte-americanas ressaltavam era o fato de que o feminismo não tratasse o tema da violência racial, nem desde o ponto de vista doméstico, nem público (Collins, 1998; Hooks, 2004). As críticas também apontam que as análises feministas abordam o tema da família como uma instituição que reproduz a exploração da mulher, sem relativizar as experiências particulares das mulheres negras (Brah, 2006). Nessa mesma direção, as reivindicações sobre o direito ao aborto levantado pelas feministas não consideram que as mulheres negras reivindicam também o direito à reprodução em condições favoráveis, na medida em que as mulheres pobres, indígenas e negras são assistidas por serviços públicos de saúde limitados.

O Feminismo Negro norte-americano surge, então, com dois propósitos fundamentalmente: primeiro, reconstruir o discurso feminista, dominado por uma visão etnocêntrica e racista; segundo, denunciar o sexismo nos movimentos negros (Collins, 1999). "Mulheres de cor" adquiriu uma conotação política que questionava a naturalização da supremacia branca e as práticas patriarcais na sociedade norte-americana (Hooks, 1982).

1.4 Formas de difusão dos enquadramentos interpretativos

A literatura sobre movimentos sociais enfatiza que não basta aos movimentos sociais criarem enquadramentos interpretativos, para que eles orientem ação, precisam ser difundidos, por meio de mídias e publicações. Os movimentos feministas latino-americanos se posicionaram criticamente frente aos contextos políticos repressivos da época, a partir especialmente de jornais e revistas. Para tal efeito a comunicação de discursos era imprescindível à organização das ativistas. As formas de ação das feministas não só demandavam liberdades e direitos, mas traziam para si o discurso de democracia e da igualdade.

Desdos anos 70, as feministas latino-americanas tiveram como meio de difusão de pesquisas, pontos de vista e posicionamentos dos atores coletivos, diferentes jornais e revistas. Neste trabalho se explorou uma parte desse material, revisando diferentes publicações feministas do Chile, México, Uruguai, Brasil, República Dominicana, nas quais é notória a colocação da questão racial como uma problemática de interesse para as feministas. De fato, várias feministas negras usaram também esses meios de comunicação para difundir suas opiniões e demandas. .

A comunicação dos discursos por esses meios é uma das estratégias de atuação dos movimentos sociais, incluindo os transnacionais. Portanto, se referirá a eles de forma sucinta no presente capítulo.

Quadro 1. Jornais feministas latino-americanos

Jornal	**Organização/ movimento**	**Período de publicação**	**Cidade**	**País**
Brasil Mulher	Centro da Mulher Brasileira	1975- 1	Londrina	Brasil
Fem		1976	México	México
Nós Mulheres	Movimento Anistia	1976-1978	São Paulo	Brasil
Mulherio	Fundação Carlos Chagas	1981	São Paulo	Brasil
Quehaceres	Movimento Feminista CIPAF	1981	Santo Domingo	República Dominicana
Mujer-Fempress	ILET	1982	Santiago	Chile
Cotidiano Mujer	Movimiento Feminista	1983	Montevidéu	Uruguai
Viva	Centro Flora Tristan	1983	Lima	Peru
La Cacerola	Grupo de Estudios de la mujer en Uruguay (Grecmu)	1984	Montevidéu	Uruguai

Os jornais foram meios de difusão através dos quais as ativistas latino-americanas se posicionaram frente às realidades sociais e políticas, não apenas de seus respectivos países, mas da região de forma geral. Um dos temas que mobilizou as ativistas a escrever e publicar foram os processos de redemocratização e as demandas por direitos sociais e políticos. Tanto um como outro, de forma simultânea e entrecruzada, tocavam os temas de gênero, raça, classe, sexualidade, etnicidade, etc. Portanto, as publicações

citadas acima foram escolhidas como meios representativos de difusão dos enquadramentos feministas.

No Brasil, p.e, no bojo da imprensa alternativa dos anos 70, aparecem jornais feministas como *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*. Esses jornais eram feitos por grupos sociais organizados, dando cobertura a assuntos não veiculados pela imprensa oficial e, portanto, com elevado grau de censura política. A maioria das ativistas destes primeiros jornais feministas eram oriundas de partidos de esquerda, muitas delas tendo vivido a repressão, a tortura e o exílio.

Segundo a editorial do jornal *Brasil Mulher* em 77

> [o jornal] veio incorporar-se à imprensa democrática, levando uma posição clara na defesa da liberdade de expressão, associação e informação. É dentro desse contexto que procuramos levar à frente a luta pela emancipação da mulher, conscientes de que essa emancipação é tarefa que cabe a homens e mulheres. E se a luta pela emancipação feminina faz parte da luta geral por melhores condições de vida e trabalho, contra os preconceitos sociais que envolvem as mulheres, pela defesa dos direitos humanos, por uma anistia ampla e irrestrita, por liberdades democráticas, o problema da mulher não interessa apenas a grupos femininos, mas a qualquer pessoa que busca viver com dignidade pessoal e coletiva (Brasil Mulher, 1977, ano 2, pg.2).

Alguns estudos deram a entender que a criação desses jornais se deu sobretudo pela correspondência e diálogo entre ativistas de distintos movimentos e setores políticos. Destacam-se na edição do *Brasil Mulher*, mulheres militantes do Partido

Comunista do Brasil (PCdoB), da Ação Popular Marxista Leninista (APML) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8).

Em *Nós Mulheres* divulgaram-se ativistas que vinham do exílio e de outros movimentos de esquerda. Devido a diferentes motivos políticos, concepções teóricas ou correntes políticas divergentes, os processos dos dois jornais (*Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*) foram se distanciando. Destaca-se, porém, que ambos os jornais surgiram no período de abertura democrática e de crítica ao modelo tradicional de se fazer política[45]. Nos dois, igualmente, se afirmava a luta das mulheres por emancipação e se questionavam práticas e fundamentos da dominação e exploração das mulheres. De uma ou outra maneira, a temática racial percorreu alguns dos números destes jornais.

No primeiro número de *Nós Mulheres*, intitulado "Quem somos", o artigo "Essa nega falou" dá voz a mulheres negras sobre os temas do preconceito e do racismo no Brasil.

> "O preconceito no Brasil se dá de mil formas. É a famosa sutileza brasileira. Acho que é evidente. Você pode ver a diferença no ônibus. O das três da tarde na maioria só dá branco. Já o das sete, só tem preto. É o pessoal que vai pegar o trem da Central, é o horário do trabalhador...

Continua,

> ".. a mulher negra aspira, de modo geral, um modelo de feminilidade que é imposto por aí. Mas por ser pobre e preta, já teve que enfrentar outra vida. No interior já trabalhou na

[45] Sader, Eder. Quando novos atores entram em cena. São Paulo: Paz e Terra. 1984

> lavoura. É toda uma outra barra. É mais difícil ser 'dondoca'. Você não deixa de ser explorada pelo homem, mas tem mais possibilidades de enfrentar a vida do que a mulher branca que é sustentada. Na cidade a alienação da mulher negra é muito forte: você pode ser empregada doméstica ou vedete, a mulata oba-oba. São os dois caminhos. Quando você sabe disso, vê em que nível estão as mulheres". (*Nós Mulheres*, no. 1. junho 76).

Na mesma época, no México, a revista *Fem* foi criada depois da 1ª Conferencia Mundial sobre a Mulher, realizada na Cidade do México em 1975. Ativistas de vários países participaram do *Fem*, que, mais tarde, se reorganizou no Chile com o nome de *Mujer/fempress*, sendo um dos seus principais objetivos difundir a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra as mulheres –CEDAW[46]. *Mujer/fempress* foi um dos primeiros jornais que circulou durante o processo de abertura democrática na América Latina durante os anos 80.

No número 69, de maio de 1987, de *Mujer/fempress*, por exemplo, Wannia Sant'anna - ativista e militante negra brasileira - escrevia sobre o racismo na sociedade brasileira onde, de maneira geral, as mulheres se posicionaram contra a situação sócio econômica precária das mulheres negras.

> "Hoje, quase 100 anos depois de abolida a escravidão, os meios de comunicação de massa seguem reproduzindo imagens femininas socialmente desvalorizadas e presas ao passado servil:

[46] Ver a Declaração das Mulheres de América Latina e Caribe no Foro Mundial de Nairobi. Mujer/fempress. 1986. Declaración de las mujeres latinoamericanas y del Caribe.

> empregadas domésticas, mucamas, mães de filhos socialmente rejeitados".

Alzira Rufino, brasileira, militante da Casa da Cultura da Mulher Negra em Santos, também se referiu à situação da mulher negra no Brasil, na mesma revista.

> "Nosotras, las mujeres negras, sabemos que nuestros espacios son mucho más angostos que los de las mujeres blancas en la sociedad brasilera. Apesar de su imagen de democracia racial, Brasil es un país extremamente racista y ese factor asociado al machismo es responsable por la grave explotación economica y por la desvalorización social que nos deja al margen de la vida brasilera.
>
> La doble discriminación racial y sexual es responsable del bajo nivel escolar de las mujeres negras. Según datos estadísticos de 1980, basados en fuentes gubernamentales, casi la mitad de las mujeres negras son analfabetas, 90% estudian, máximo 4 años, y solamente 1% llega a la universidad" (Rufino, 1994, n. 94).

Mujer/fempress foi também um local adequado para as reivindicações de direitos políticos pelas mulheres. Especialmente no Chile, o fato de que o movimento de mulheres crescesse nos contextos de luta contra a ditadura de Pinochet desenhou, de alguma maneira, a natureza política da mobilização, ligada à participação da mulher tanto com as classes medias e trabalhadoras, como de partidos de esquerda e centro-esquerda. Isto se refletiu nas publicações e na diversidade de seus temas, usando como

slogan "Democracia no país e na casa", que integrava assuntos de gênero e de luta contra a ditadura[47].

Depois, vários outros jornais feministas se criaram: *Mulherio,* no Brasil, *Cotidiano Mujer* e *La Cacerola,* no Uruguai, *Viva* no Perú, são alguns dos periódicos em que os pontos de vista convergiam ao analisar as interseções entre gênero, raça e demais categorias sociais. Destacava-se nesses jornais a questão racial feminina e suas derivações como a discriminação, as desigualdades, guardando as diferenças dos contextos nacionais, deviam ser difundidas de acordo com o posicionamento das ativistas.

Em 1983, o jornal *Viva* do *Centro peruano Flora Tristan* surgiu na conjuntura da realização do II Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe, em Lima e, nele procurava-se legitimar a categoria de gênero em todos os assuntos da sociedade. "The gender did give them links with other women in society were crucial not only to the hopes of the women's movement but to the future of society". (Miller, 1991, p, 222).

O que mostram os jornais, assim como as publicações acadêmicas de feministas, é que os meios de comunicação serviram como meios de difusão das interações entre as ativistas, os movimentos sociais e as forças políticas. Os contextos políticos deram as oportunidades nacionais e transnacionais de expressão para as ativistas e grupos de

[47] Valenzuela, Maria Elena. 1998. "Women and the democratization process in Chile". In: Jacquette, J, Wolchik, S. Women and democracy. Latin America and Central and Eastern Europe. Baltimor: The John Hopkins University Press.

ativistas latino-americanas.[48] Como aponta Damian, “a década de 1980 anunciou uma nova oportunidade para o desenvolvimento da luta das mulheres” [49].

> No Brasil, o jornal *Mulherio* circulou em São Paulo entre 1981 e 1987. Este jornal se destaca por ser um dos projetos financiados pela Fundação Ford através da Fundação Carlos Chagas, uma das instituições que desenvolvia projetos voltados para as condições das mulheres no Brasil. Entre 1981 e 1988, foram publicadas 42 edições, onde se destaca a participação da ativista Lélia Gonzalez no conselho editorial (1981-1984). Nos seus artigos se enfatiza "o processo de marginalização sofrido pelas afrodescendentes na sociedade... contribuindo assim para o tão necessário enegrecimento do feminismo"[50]. Gonzalez coloca nas paginas de *Mulherio* as criticas à democracia racial e questiona a razão desse mito que calou na sociedade brasileira e no imaginário da miscigenação sobre a convivência harmoniosa entre as raças. A autora reforça que “o grupo mais vulnerável a essa ideologia são as mulheres negras quem sofreram estupro, violência e manipulação sexual durante o período escravocrata, além de forjar os preconceitos relativos à mulher negra: mulher fácil e boa de cama”. (Gonzalez. 1981. *Mulherio*, ano 1, n.3, p. 9).

---

[48] (Damian, G. 1987. “ Feminism and Social Struggle in Mexico”. In: Third World/Second Sex 2. Ed. Miranda Davies. London: Zed Books; Barroso, C. Bruschini, C, 1987 “Building politics form personal lives”. In: Third World/Second Sex 2.).

[49] Damian, 1987 ,s p. 31

[50] (Tolentino, Luana "Por um feminismo plural: o ativismo de Lélia Gonzalez no jornal Mulherio. publicado em 16/07/2013 www.blogueirasnegras.org).

No Uruguai, o jornal feminista *La Cacerola* foi editado pelo Grupo de Estudios sobre la Condición de la Mujer – GRECMU[51]. *La Cacerola* foi uma publicação orientada para temas sobre feminismo, meio ambiente, direitos, anti-racismo[52]. Foi um meio de divulgação destes assuntos. Em 1984, ano de sua criação, participaram feministas que traziam matérias sobre racismo e discriminação da população afro-uruguaia. O GRECMU e o Cotidiano Mujer se manifestaram no meio da década de 80, quando se discutiam os variados temas segundo os perfis das mulheres organizadas.

Concordamos com Giorgi que este processo foi fundamental para criar um marco teórico nas quais as mulheres iriam realizar uma agenda com atenção em assuntos de gênero, raça, desigualdade, discriminação e organização política[53].

De fato, os temas de raça e gênero são colocados em diversos números do jornal. A ocorrência da interseccionalidade das categorias de raça e gênero foram determinantes para organizar os coletivos de mulheres negras.

1.5 Conjunção de repertórios e marcando interpretações para um Feminismo Negro Latino-Americano

Os discursos americanos incentivaram a identidade coletiva das mulheres negras na América Latina. Apesar das primeiras não saberem com certeza que estavam influenciando as segundas, esses discursos permitiram construir uma identidade coletiva

[51] O GRECMU foi fundado pela socióloga Suzana Prates, em 1979. Para uma perspectiva mais completa sobre esta organização, ver, Giorgi, Ana Laura. "A la calle con la cacerola. El encuentro entre la izquierda y el feminismo en los ochenta. Documento de trabajo. Clacso, 2015.

[52] Nesse espaço se produziram processos políticos que, de certa maneira, irromperam nas discussões e práticas políticas que modificaram os sentidos do político. Para uma análise mais aprofundada, ver: Giorgi, Ana Laura. *A la calle con la cacerola. El encuentro entre la izquierda y El feminismo en los ochenta.* Documento de trabalho. Biblioteca Clacso 2015.

[53] Giorgi, Ana Laura, 2015

(mulheres negras) entre as latino-americanas, sobre a qual foi possível propor transformações sociais (Curiel, 2007).

Claramente, o nome “Feminismo Negro” não estava incorporado ao léxico das latino-americanas, mas estava explícito nas ações das organizações sociais locais[54]. Segundo Matilde Ribeiro (2008), as ativistas negras na região colocaram o tema do racismo nos espaços internacionais, especialmente a partir do III Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe. A partir daí, as mulheres negras nos principais países com população negra do continente, especialmente Brasil e Colômbia, tem se organizado em coletivos e associações, sustentando como objetivo denunciar o racismo e o sexismo no movimento negro e feminista. Neste sentido, Sueli Carneiro (2005) introduz o "enegrecimento" do feminismo e a promoção da feminização no movimento negro.

Para entender o Feminismo Negro Latino-americano como uma recolocação da teoria americana anterior, retomada pelas ativistas da região, deve-se entender que o tema faz parte dos ‘feminismos latino-americanos’ ao qual Sonia Alvarez (1998) fazia referência. Nos anos 80, o termo colocava especial ênfase nas diferenças entre as mulheres latino-americanas e na diversidade de identidades e problemas relacionados às mulheres e à cultura. Nesta diversidade, circulavam as afro-descendentes latino-americanas. No Brasil, por exemplo, as organizações de mulheres negras se organizavam ao redor dassuntos como a violência racial, o racismo, o abuso da mulher negra, a saúde das mulheres negras, aborto, atenção médica e chamavam a atenção para a condição socioeconômica da mulher negra no país. As ativistas denunciavam o papel secundário relegado à mulher negra ao interior do movimento negro e a falta de discussão sobre o racismo nos debates do movimento feminista.

[54] Acadêmicas e ativistas latino-americanas coincidem em afirmar que se deve identificar raça e sexualidade como eixos da teoria e prática destes movimentos (Curiel, 2007).

Estudos em sociologia no Brasil têm analisado a relação da ação coletiva das mulheres negras e o feminismo negro, como discurso e como identidade (Lemos, 1997). A autora analisa de que maneira os assuntos de raça e gênero são colocados como marcos de interpretação dos movimentos de mulheres negras brasileiras.

Como exemplo desta colocação, reproduzimos a fala de Lélia González, ativista e intelectual negra, sobre o Encontro Nacional da Mulher em 1979,

> "nossa participação causou reações contraditórias. Até o momento tínhamos observado uma sucessão de falas acentuadamente de esquerda, que colocavam uma série de exigências quanto à luta contra a exploração da mulher, do operariado etc. etc. A unanimidade das participantes quanto a essas denúncias era absoluta. Mas no momento em que começamos a falar do racismo e suas práticas em termos de mulher negra, já não houve mais unanimidade. Nossas falas foram acusadas de emocional por umas e até mesmo de revanchistas por outras; todavia, as representantes das regiões mais pobres nos entenderam perfeitamente (eram mestiças em sua maioria). Toda a celeuma causada por nosso posicionamento significou, para nós a caracterização de um duplo sintoma: de um lado, o atraso político (principalmente dos grupos que se consideravam mais progressistas) e do outro, a grande necessidade de negar o racismo para ocultar uma grande questão: a exploração da mulher negra pela mulher branca."
> (Gonzalez, citada em Lemos, 1997:57).

É assim, então, que os marcos interpretativos são construídos na ação coletiva, preservando os elementos presentes na teoria do feminismo negro. (Collins, 1990). Cabe explicar que os enquadramentos interpretativos não só tendem a 'enquadrar' a ação para lhe outorgar sentido, mas também configuram uma identidade coletiva entre as ativistas. Isto é, o feminismo negro seria um guarda-chuva sob o qual estão abrigados vários sentidos, culturais e políticos, para a ação coletiva. Essa ação tende a transcender fronteiras nacionais, de forma que várias ativistas de diferentes lugares conseguem articular interesses culturais comuns entre as ativistas.

O Feminismo Negro Latino-americano, no sentido desse grande quadro de interpretação se desenvolve a partir do III Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe (EFLAC), 1985, Bertioga, como foi discutido anteriormente. Essa categoria, aqui colocada, é útil para reconhecer o modo como diferentes eixos de opressão se configuram, produzindo desigualdades e situações adversas de múltiplas discriminações a grupos específicos de mulheres, como às mulheres negras (Cardoso, 2012).

O feminismo negro na América Latina e no Caribe conseguiu colocar as mulheres negras como agentes de transformação social e como parte de uma comunidade diaspórica. (Reis, 2012). As mulheres com uma trajetória comum e um presente no qual compartilham as opressões e as lutas e uma agencia que enfrenta o racismo, a discriminação e as desigualdades às quais estão expostas as mulheres negras da região. Desta maneira, Jurema Werneck se aproxima do feminismo desde suas práticas ao analisar as relações conflitivas entre mulheres afrodescendentes e mulheres brancas em torno à questão da apropriação e construção do feminismo (2005). Segundo a autora, apesar da resistência de uma parte das mulheres brancas, as feministas negras conseguiram que o ‘feminismo branco’, como ela mesma o denomina, deixasse de separar a luta contra o racismo e a exploração, da luta contra o patriarcado. Nesse

sentido, coloca as ações de combate ao racismo e ao patriarcado como indissociáveis a partir de uma perspectiva interseccional (Crenshaw, 2001).

Sobre esse aspecto, Werneck assinala que:

> "No feminismo original não tinha diferenças palpáveis, de classe social, de raça. Só existia a questão de gênero. Não encarou esses conflitos que existiam por essas diferenças, então, o discurso racial, o Feminismo Negro encarna o discurso racial. É um feminismo que fala dessa coisa de ser mulher negra, acho que isto é principal diferença, quer dizer, que define todo o resto. E a inserção da negra no mundo, na sociedade brasileira, vai provocar todas as outras diferenças subsequentes". (entrevista a Jurema Werneck, em Lemos, 1997: 120).

Essas diferenças apontadas por Werneck, não são apenas diferenças de raça, mas do racismo impresso no discurso das "feministas originais", assim que o Feminismo Negro Latino-americano nasce, por um lado, de um sentimento de injustiça, da identificação do racismo na sociedade, no movimento feminista e nos outros movimentos. Por outro lado, o sentimento de injustiça que está por trás deste enquadramento discursivo aponta para a discriminação das mulheres negras dentro do próprio Movimento Negro.

Assinale-se que o feminismo tradicional foi, no entanto, importante para a ação das mulheres negras no sentido de perceber uma posição diferenciada e confrontar um novo espaço de poder onde atuar com autonomia. Nesse sentido, considera-se o feminismo negro como um mecanismo que consegue dar conta do diagnóstico que oprime as mulheres negras latino-americanas a perspectiva de gênero, classe e raça. Ao mesmo tempo, propõe que o prognóstico deve considerar a intersecção entre os três

elementos. De forma que o racismo articulado com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular.

Lélia Gonzalez (1988) chamou a atenção para a importância de entender os efeitos resultantes da articulação dessas estruturas de poder na definição do lugar social dos sujeitos na sociedade, principalmente das mulheres, pois tal articulação faz com que as não brancas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente.

Para a formação de uma rede é necessário que a formação de laços de sociabilidade sigam um sentido e um significado. Eles estão tanto na experiência dos indivíduos quanto na interpretação da realidade pelos coletivos. Nesse sentido, retomam-se os apontamentos de Lélia Gonzalez (1988) ao propor nos anos 80 a "amefricanidade" como uma experiência comum de mulheres e homens negros na diáspora e a experiência de mulheres e homens indígenas contra a dominação colonial. A ênfase de Gonzalez estava na exclusão e na discriminação a que estão submetidas as mulheres negras tanto no contexto brasileiro quanto no cenário latino-americano, defendendo que "articulações entre as categorias de raça, classe, sexo e poder [são necessárias] para desmascarar as estruturas de dominação de uma sociedade" (González, 1988: 138).

O manifesto “por um feminismo afro latino-americano” destaca que as ações das mulheres negras são o resultado de um vínculo entre ativistas que seguem uma lógica. Essa lógica se percebe, segundo Gonzalez, na articulação das categorias raciais e a dominação colonial, correspondendo a uma certa identidade: a "amefricanidade”. Esse vínculo cognitivo, como outros, motivaram a ação coletiva das mulheres negras na região, reelaborando e reinterpretando o feminismo negro latino-americano (Lemos, 1997, Moreira, 2007, Cardoso, 2012).

De maneira geral, o feminismo negro latino-americano tem destacado uma regionalização da problemática, para sustentar a organização transnacional dessas mulheres em diferentes territorialidades e politizar temas sobre subalternidade, opressão, emancipação. Tais categorias que têm sido bem adaptadas pelos estudos culturais, a partir do qual o feminismo se explica pela descolonização ou por processos decoloniais e de emancipação, aqui interpretado como um quadro de mobilização, o qual não é o tema central desta tese. Não por isso, se deve deixar de mencionar esse quadro interpretativo pelo qual muitos estudos latino-americanos têm se interessado (Gargallo, 1991, Curiel, 2002).

Destaca-se a articulação dos temas ou dos enquadramentos interpretativos que sustentam essa atividade política, assim como a articulação das próprias ativistas da região. Assim, Sergia Galván o confirma quando diz:

> Aunque parezca una cosa muy extraña, si no es a través de la Red, no me vinculo con las mujeres de Brasil, con las centroamericanas, colombianas, venezolanas. Me ha permitido un vínculo y esto es un empuje importante a un proceso de reflexión y análisis. En ese sentido [la Red] ha jugado un papel sumamente importante (boletin 2, RMAAD, 2009).

O Feminismo negro na América Latina e Caribe conseguiu colocar as mulheres negras como agentes de transformação social e como parte de uma comunidade diaspórica, com uma origem comum e um presente em que se compartilhavam as opressões e lutas e uma agencia comum contra o racismo, a discriminação e as desigualdades.

Dessa maneira, forjava-se então, no decorrer da década de 1980, um "feminismo da diferença" (Reis, 2012) pautado por "um conjunto de experiências e ideias compartilhadas por mulheres afro-americanas, que oferece um ângulo particular de visão de si, da comunidade e da sociedade... que envolve interpretações teóricas da realidade das mulheres negras por aquelas que a vivenciam. Neste conjunto se destacam: o legado de uma história de luta, a natureza interconectada de raça, gênero e classe e o combate aos estereótipos ou "imagens de autoridade". (Carneiro, 2001:24)

Assim, na articulação e na interseccionalidade entre raça, gênero e classe como categorias que demarcam a diferença nas experiências das mulheres, as feministas negras na América Latina trouxeram à luz uma teoria feminista que combate o determinismo imposto pelo gênero (Bairros, 1995, 2000).

1.6 Conclusões

Neste capítulo se expuseram as categorias que permitiram a criação e o fortalecimento de uma ação coletiva vinculando as ativistas feministas e negras latino-americanas. Considerou-se que esse processo deu início a uma sequência reflexiva sobre o movimento negro e feminista, na qual, tanto a perspectiva de gênero quanto a de raça estabeleceram interpretações inovadoras que guiariam a ação das feministas negras.

Neste capítulo enfocou-se o Feminismo Negro Latino-americano como teoria e enquadramento interpretativo das categorias de gênero e raça. A reflexão apontou que tais categorias influenciaram a formação dos movimentos de mulheres negras na região durante os anos 80, sendo, por sua vez, influenciados por feministas negras americanas, o que deu visibilidade a este contingente dentro do campo de movimentos sociais.

Nessa conjuntura se consolidou o projeto político da Rede de Mulheres Negras Latino-americanas, que depois passaria a se chamar Rede de Mulheres Afro latino-americanas, Afro-caribenhas e da Diáspora-RMAAD. Este programa foi resultado da articulação das ativistas em torno dos seguintes assuntos:

- construir e consolidar um movimento amplo de mulheres afro-caribenhas, afro latino-americanas e da diáspora que incorpore as perspectivas étnicas, raciais e de gênero no continente.

- visibilizar a realidade da discriminação e violação dos direitos humanos que vivem as mulheres afrodescendentes, nos âmbitos socioeconômicos, políticos e culturais da região.

- participar em instâncias governamentais e intergovernamentais para formular e implementar políticas públicas, particularmente aquelas que se orientam ao reconhecimento e respeito das identidades coletivas, entre as quais se destacam a pobreza, a migração, a violência contra as mulheres e o HIV, Aids..

- lutar pelo cumprimento de convênios e acordos internacionais que afirmam os direitos das mulheres afro-caribenhas, afro latino-americanas e da diáspora. (boletin 2, RMAAD, 2009).

Capítulo II

Mulheres negras no processo de formação do ativismo transnacional latino-americano

2.1 Introdução

Em uma definição já clássica de movimentos sociais estes são identificados como *redes de ativismo*.

> *"... redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e associações, engajadas em um conflito político ou cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada*[55] (DIANI, 1992, p. 13).

Seguindo esta definição, as redes de ativismo apresentariam as seguintes características principais: por um lado, interações informais entre indivíduos e organizações orientados de forma conflituosa em relação a um adversário definido; por outro lado, compartilhamento de uma identidade. Além disso, tende-se aqui a pensar que dentro da formação de redes de ativismo se incluem laços, dotados de sentido, entre movimentos sociais, ONGs, indivíduos e instituições. A significação dos laços dão sentido à aproximação entre indivíduos e organizações e ao conjunto social.

Outros autores têm identificado as redes como um tipo de ativismo transnacional orientado pela *advocacy*, ou ~~a~~ defesa de direitos. Keck e Sikink[56] incluem neste

[55] Diani, Mario. Social movement , a definition. Social Science Research. 1992
[56] Keck e Sikkink, Activists beyond borders. 1998.

ativismo as organizações da "sociedade civil": indivíduos, integrantes de governos e organismos internacionais, sendo tipos de *advocacy* os laços que os unem à rede[57]. Em ambos os casos, a rede se refere a laços que partem dos indivíduos e que são os eixos da estrutura organizacional.

Von Bulow define redes de ativismo como "alianças feitas entre indivíduos e organizações, engajados por causas comuns" (Von Bulow, 2011:75). Compartilha-se esta definição na medida em que se considera que as redes são flexíveis e que se formam a partir da escolha dos atores e não são dadas pela estrutura social[58] - seguindo a identificação da rede com base em ações e valores comuns que reúnem indivíduos de diferentes instituições. Von Bulow[59] propõe uma metodologia de análise de redes que parte dos vínculos ou laços entre os atores que a estruturam

Von Bulow afirma que os atores podem criar vínculos de acordo com vários aspectos da identidade que compartilham, como: a promoção conjunta de campanhas, o intercâmbio regular de informações, a participação dos membros em mais de uma organização, a construção de laços que possibilitam que os atores se reconheçam como parte de uma mesma ação (White, 1992).

Seguindo esta perspectiva, propõe-se neste capítulo examinar as trajetórias de ativistas-chave que, durante os anos 1980 e 1990, criaram uma rede de ativismo entre mulheres afro-descendentes da América Latina. Coincidimos com os autores acima em que as redes sociais se organizam por meio de alianças entre indivíduos e organizações que estão engajados por causas comuns.

---

[57] HABERMAS, Jürgen. The Structural Transformation of the Public Sphere. Cambridge, MA: MIT Press, 1989 [1962].
[58] Diani, Mische e Saunders.
[59] 2011:75

A Rede de Mulheres Afro Latino-Americanas, Afro-Caribenhas e da Diáspora, RMAAD, objeto de estudo desta tese e apresentada no capítulo anterior, está orientada para o combate às desigualdades sociais e à discriminação racial das mulheres negras da região. Este é um objetivo compartilhado ao qual, contudo, diferentes ativistas chegam por diferentes vias. Este capítulo apresenta diferentes tipos de trajetórias de ativismo que confluíram para a formação da RMAAD. Essas trajetórias provocaram a utilização de espaços transnacionais como forma de protesto e reivindicações específicas da mulher negra na região, durante esse período.

Ao traçar tipos de trajetórias, tenta-se demonstrar que a formação deste ativismo em rede é resultado de alianças criadas ao longo de um período, as duas últimas décadas do século XX. Desta maneira, a reconstrução das trajetórias responderá às perguntas de *porquê* e *como* os ativistas se engajaram na militância. Para esse efeito, considera-se que as ideias e as orientações políticas, sociais e sexuais impregnam de significação os laços e o ativismo que cada uma representa.

Cada tipo de ativismo é uma maneira de entender o trânsito das ativistas na mobilização política, e explica a razão pela qual as ativistas se articulam em determinados contextos. A seguir reconstroem-se oito trajetórias de ativistas cruciais para a constituição da RMAAD, que representam seis caminhos para se chegar ao ativismo feminista negro, como se pode ver no quadro abaixo.

Quadro.2 Tipologia das Trajetórias típicas no ativismo feminista negro

Tipos de Trajetórias (TA)	**Casos (A)**
1. Da institucionalidade ao movimento de mulheres negras	A1. Sueli Carneiro, BR
2. Do movimento feminista e de mulheres aos movimentos de mulheres afro latino-americanas	A2. Sergia Galván, RD A3. Ochy Curiel, RD
3. Do movimento negro ao movimento de mulheres negras	A4. Lucia Xavier, BR A5. Beatriz Ramírez, UY
4. Do movimento social à ONG	A6. Jurema Werneck, BR
5. Do ativismo político ao ativismo social	A7. Dorotea Wilson, NI
6. Das redes institucionais ao ativismo em rede	A8. Epsy Campbell, CR

Essas ativistas representam trajetórias típicas do ativismo de mulheres negras que conseguiram criar laços fortes de ativismo. Outras ativistas que também foram importantes para a articulação de laços foram sem dúvida Luiza Bairros, militante do PT, ex-ministra da Secretária Especial SEPPIR no período 2008-2012, militante negra e feminista nas décadas 80 e 90. Ou Lélia González, e tantas outras ativistas dos outros países latino-americanos, em posições centrais da rede de ativismo em formação.

Na década de 1980, ocorre uma série de interações entre diversas ativistas afro latino-americanas motivadas pela proclamação da Década da Mulher e a internacionalização dos movimentos sociais. Temas em comum permitem as interações entre ativistas, fazendo de determinados espaços de atuação uma oportunidade para colocar suas reivindicações nas plataformas de ação internacionais e, ao mesmo tempo, fortalecer a mobilização social nos espaços internos de cada país.

Dois momentos são marcantes na formação deste ativismo transnacional. Um primeiro momento é a década de 1980, momento de aberturas democráticas em diversos países do continente e período no qual os movimentos sociais da região são mais visíveis na arena política, sendo ~~e~~ também a década em que os temas de gênero são alavancados por organismos internacionais. A Década Internacional da Mulher (1975-

1985), promovida pelas Nações Unidas, foi um dos contextos macro a partir do qual as mulheres latino-americanas se organizaram em movimentos, grupos e coletivos políticos de justiça social[60].

O segundo momento é a década de 1990, quando as ativistas afro latino-americanas se destacaram em espaços transnacionais por sua interação e articulação com diferentes atores. Nesse momento, contam com uma experiência internacional mais ampla, institucional e organizacional, em comparação com a década anterior. A maioria das ativistas da RMAAD participaram das diferentes Conferências Mundiais organizadas pelas Nações Unidas nessa década. A partir desse fato, outros três tipos de trajetórias são observados nesse momento.

Nesses dois momentos, as ativistas que mais tarde participariam da fundação da RMAAD em 1992, todas confluíram em diferentes espaços transnacionais como ~~a~~ os Encontros Feministas Latinoamericanaos e as Conferências Mundiais da ONU. À continuação, serão apresentadas as trajetórias das ativistas latino~~a~~-americanas nestes momentos entre 1980 e 2000.

Reitera-se então que a escolha por seguir a trajetórias das ativistas apresentadas neste capítulo se deve, primeiro, a que todas foram co-fundadoras da Rede de Mulheres Afro-latinoamericanas, Afro-Caribenhas e da Diáspora, e porque cada uma delas foi protagonista nos processos políticos dos movimentos de mulheres negras em seus respectivos países. A produção intelectual, a participação política, a incidência regional das mulheres negras estimularam ações conjuntas durante os eventos internacionais deste momento~~.~~ Ou seja, na década de 80 o ativismo de mulheres negras transita em

[60] Della Porta, Donatella. 2006. Globalization from below. Transnational activists and protest networks. Minnesota: The University of Minnesota Press.

eventos internacionais como os Encontros Feministas Latinoamericanos e nos anos 90, nas Conferências Mundiais da ONU, principalmente.

2.2. Trajetórias de ativismo das mulheres negras latino-americanas

Trata-se agora de apresentar as trajetórias das oito ativistas, que representam tipos de trajetórias de ativismo:

2.2.1. Da institucionalidade ao movimento de mulheres negras**: o caso Sueli Carneiro**

Nascida em 1950, em São Paulo, Aparecida Sueli Carneiro cresceu no bairro da Lapa. Irmã mais velha de sete filhos (4 mulheres e 3 homens), mãe costureira e pai ferroviário. Nos primeiros anos da vida de Sueli, a situação socioeconômica da família foi de relativo conforto; contudo, na década de 50, quando a família cresce e os ferroviários começam a perder o conforto adquirido, a família experimenta "um visível processo de empobrecimento". O papel da mulher dentro do grupo familiar foi sempre, segundo Sueli, outorgado pelo pai como uma "subalternidade natural das mulheres", o que não ajudava a melhorar a situação econômica, pois a mãe era impedida de trabalhar pelo pai.

Pela condição submissa à qual fora levada a mãe durante o casamento e em função das relações de gênero estabelecidas pelo pai em casa, a mãe sempre incentivou as filhas a estudar e a "não depender de um homem para comprar um esmalte, uma

calcinha"[61]. Contudo, apesar do firme pensamento do pai sobre o lugar de submissão da mulher na família e na sociedade, estava muito claro para ele e para sua esposa o lugar do negro na sociedade: opressão, discriminação, pobreza.

Em 71, Sueli entra na graduação da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo e no mesmo ano ingressa na Secretaria da Fazenda. O cargo público e sua situação de estudante universitária levam Sueli a transitar em outros espaços da cidade e criar novas sociabilidades. É nessa época que Sueli se dá conta de que as discussões presenciadas ~~na~~ em casa, sobre raça e gênero, também ocorriam no ambiente político dos movimentos sociais, do movimento feminista e do movimento negro. No ambiente universitário, Sueli se articula com lideranças negras e frequenta o Centro de Cultura e Arte Negra - CECAN, sem ter sido membro ativo[62].

A repressão da ditadura, galopante naqueles anos, marcaria os jovens da luta coletiva até o final da década, quando ressurgiriam os movimentos sociais. No bojo de reivindicações do momento político e também influenciada pelos movimentos sociais, Sueli vê o racismo como problema estruturante do país. As relações de gênero com enfoque racial e as relações raciais com enfoque de gênero, foram estruturando seu pensamento como ativista. "Quando a questão de gênero avança, ela promove ~~às~~ as mulheres brancas; quando a questão racial avança, ela promove os homens negros e as mulheres negras continuam confinadas nos estratos inferiores da sociedade"[63].

---

[61] Depoimentos de Sueli Carneiro a sua biógrafa Rosane Borges. “Sueli Carneiro”. SP: Selo Negro. 2010

[62] Na descrição de R. Borges sobre o Cecan, a autora diz: "O Centro de Cultura e Arte Negra moldou-se como um espaço que aglutinou discussão política e produção cultural. Constitui-se como um catalisador das demandas da juventude negra~~s~~, abrigando uma infinidade de ações nas fronteiras da questão racial" pg. 48

[63] Entrevista com Sueli Carneiro por Flavia Rios e Catalina G. Zambrano, 2013.

Segundo Sueli, foi apenas no final da década de 70 que, após escutar pela primeira vez a Lélia González[64] numa palestra ~~da~~ na Biblioteca Municipal de São Paulo, teve a ideia de construir uma militância própria, articulando as questões de gênero e raça. " Lélia veio resolver o pedaço que faltava em toda efervescência desse debate, e que era fundamental para minha experiência pessoal, minhas inquietações: como pensar a questão de gênero e a questão específica da mulher negra no contexto da luta racial"[65]. A partir daí, Sueli se engaja mais profundamente no movimento de mulheres e funda o Coletivo Estadual de Mulheres Negras de São Paulo, em 1981.

O pensamento de Lélia Gonzalez, sua fala grandiloquente, sua habilidade para expor a necessidade de mudanças na sociedade brasileira, atravessavam as relações raciais e de gênero e as extrapolavam a outros cantos do continente. Essa impulsividade da Lélia influenciou o pensamento e a atuação política de Sueli Carneiro, a maneira de pensar o racismo e o sexismo de forma complementária e articulada, sem segregação entre elas. "Então, é Lélia quem cria essa identidade para mim, essa terceira figura política, essa terceira identidade que compartilha com as outras duas, mas que tem um horizonte próprio de luta. Com Lélia me defini politicamente para militar na questão da mulher negra"[66].

Com essa identificação política, Sueli se inscreve na luta contra esses dois vetores de discriminação- o racismo e o sexismo -e começa transitar nos espaços nacionais e transnacionais. No espaço nacional, Sueli atua, por um lado, na arena institucional e, por outro lado, no ativismo político. No primeiro, sua atuação é em duas

---

[64] (Lélia de Almeida González nasceu em 1935 em Belo Horizonte, MG. Em 58 formou-se em História e Geografia na Universidade Estadual da Guanabara e em Filosofia na mesma universidade em 1962. Foi professora, tradutora, militante do movimento negro, suplente de deputada e ativista da organização de mulheres negras Nzinga, no Rio de Janeiro. Ver biografia completa em Rios e Ratts, 2011).

[65] Depoimento de Sueli Carneiro a Verena Alberti e A Pereira, para o projeto"Historias do Movimento Negro Brasileiro". FGV. Cepedoc. Fita.

[66] Borges, p. 55

frentes institucionais: no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1984) e no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1988). A segunda frente, o ativismo político, é realçada no Coletivo Estadual da Mulher Negra (1984) e no Geledés-Instituto da Mulher Negra (1988). Já no espaço transnacional, o III e o IV Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, em Bertioga (Brasil,85) e Taxco (México,87) e a III Conferência Mundial sobre a Mulher (Nairóbi, 85) são locais de participação desta ativista.

Na época de "vertiginosa proliferação de movimentos sociais" no Brasil e nos países latino-americanos com vivências ditatoriais, Carneiro não se reprime na participação em movimentos por conquistas democráticas, no momento em que a ditadura no país está chegando ao fim, o que incluía demanda por direitos às mulheres e contra a discriminação racial.

Por sua vez, entronizado nas demandas da época sobre o 'direito a ter direitos', o movimento feminista alcança relativo sucesso institucional com a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina – CECF- em 1983, no governo de Franco Montoro. Contudo, o 'insucesso' deste momento foi a falta ou "esquecimento" das mulheres negras no quadro de representação desta instituição.

O alerta de Marta Arruda para este insucesso, incentivou um grupo de mulheres negras, com Sueli à frente, a criar o Coletivo Estadual de Mulheres Negras, que se viabilizou em 1984[67].

Marta Arruda[68] denunciou a exclusão das mulheres negras e convocou as mulheres do movimento [feminista] para

[67] O Coletivo tinha a missão de contituir uma instância política de mulheres negras, com a tarefa de questionar um órgão recém-criado, nascido, em principio, para traçar políticas públicas para mulheres (Borges, p. 67).

responderem. Foi em função disso que nós criamos aqui em São Paulo o Coletivo, como uma frente para polemizar esse debate e não com o intuito de se institucionalizar[69].

Para Edna Roland[70], o fato desencadeou um processo de mobilização de mulheres ativistas negras que teve como resultado por um lado a criação do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo e a nomeação de duas mulheres negras para compor o CECF (Thereza Santos e Vera Freitas). Segundo as palavras de Carneiro "isso fez com que várias ativistas aqui de São Paulo – eu, Dulce Pereira, Tereza Santos, Vera Sampaio, enfim, o conjunto de mulheres negras –tomássemos partido da situação, criando, com isso, o Coletivo Estadual de Mulheres Negras"[71].

As ativistas do Coletivo eram apoiadas dos bastidores pela direção do mesmo, ou seja por Sueli Carneiro diretamente. Tereza e Vera tinham o objetivo de equacionar dentro do Conselho as demandas das mulheres negras no âmbito do Estado.

A inclusão das duas mulheres negras no Conselho foi uma vitória para o coletivo, já que ~~se~~ inseriam nesse espaço governamental as demandas específicas do movimento>

Os quatro anos e meio seguintes, a gente passou por um processo de institucionalização do próprio Coletivo no âmbito do Conselho, na medida em que fomos ocupando espaços nas diferentes comissões que trabalhavam o tema da mulher, saúde,

---

[68] Marta Arruda, radialista negra nos anos 80. Divulgou, publicamente, o 'esquecimento' do CECF ao não contar com conselheiras negras, exortando as militantes negras a se posicionar diante do fato e reclamar ~~o~~ seu lugar (Borges, Rosane.2009. Sueli Carneiro. Selo Negro: SP)

[69] Entrevista com Sueli Carneiro por Verena Alberti e Amilcar Pereira, para o projeto Histórias do Movimento Negro no Brasil. Rio de Janeiro: CPDOC. Fundação Getúlio Vargas.

[70] Roland, Edna.2000. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. Em: Tirando a Mascara. A.S Guimarães e L. Huntley, Paz e Terra:SP.

[71] Em Borges, op-cit.

educação, mercado de trabalho, violência, ou seja, as mulheres negras criaram, inclusive, uma comissão específica de assuntos da mulher negra, além de transversalizar o tema dentro das diferentes áreas de atuação[72].

Entre 84 e 87, Sueli ocupou diferentes cargos no Conselho: conselheira, primeiro, e secretária-geral, depois. Desta maneira, a fronteira entre a instituição e o coletivo foi minando até o segundo ser praticamente absorvido pelo primeiro.

Em 1985, Tereza Santos e Sueli Carneiro elaboram um texto em que são apresentados alguns indicadores socio-econômicos que traçam um perfil da desigualdade socialmente sofrida pelas mulheres negras perante às brancas quanto ao acesso à educação, à estrutura ocupacional e à obtenção de renda. O livro que contem o texto é organizado conjuntamente com Albertina Costa, feminista branca[73]. A publicação foi elaborada também com a finalidade de avaliar e divulgar os avanços alcançados pelo governo brasileiro na Década da Mulher (1975-1985), conforme estabelecido pela ONU na I Confererência da Mulher.

No âmbito dos Encontros Feministas latino-americanos, sua participação no III Encontro em Bertioga foi desde os bastidores. Naquele momento, Sueli estava ocupando um lugar no CECF; ainda assim, o Coletivo da Mulher Negra de ~~em~~ São Paulo, do qual Sueli era uma das fundadoras, ~~se~~ articulou-se com as feministas latino-americanas para denunciar a situação da mulher negra no Brasil. Com a participação de diversas ativistas negras brasileiras, ~~se~~ realizou-se a oficina sobre racismo, programada

[72] Depoimento de S. Carneiro, em: Borges, 2009

[73] Costa, Albertina; Carneiro, Sueli; Santos Tereza. 1985....SP: Conselho Estadual da Condição Feminina

durante os dias do evento. Desta oficina participou a então ativista do movimento negro, Luiza Bairros (Ministra da Igualdade Racial entre 2011 e 2014).

Sueli participa do IV Encontro no México e incentiva ~~às~~ as mulheres negras participantes do evento a 'enegrecer o feminismo'.

Com o intuito de coordenar as atividades do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão do Ministério de Justiça, para a comemoração do centenário da Abolição, Sueli parte para Brasília em 1988, não sem antes deixar sua pegada num novo projeto de ativismo~~:~~ - a criação do Geledés-Instituto da Mulher Negra-, junto com Edna Roland, entre outras mulheres negras de São Paulo.

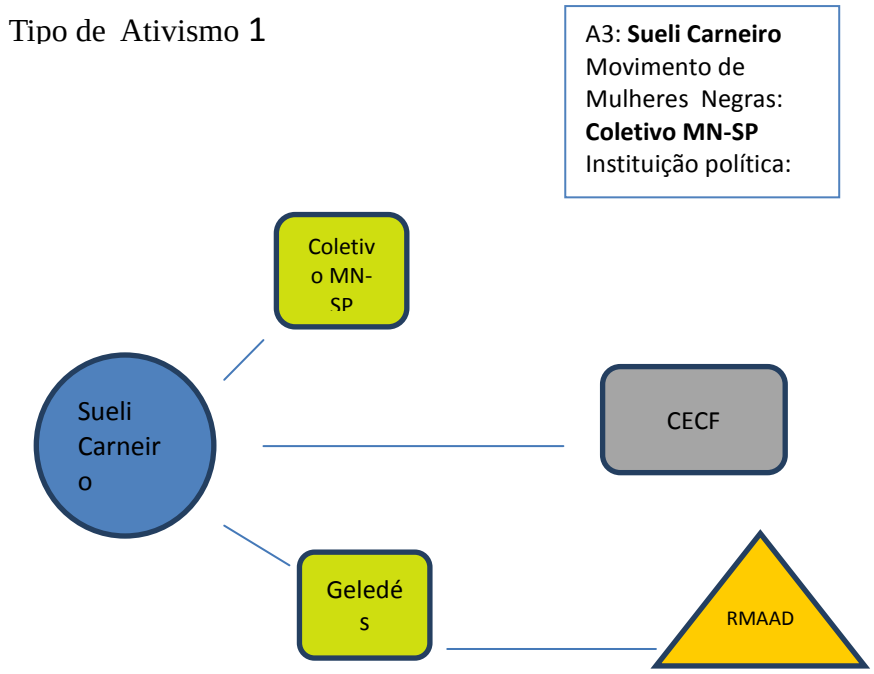
> *Geledés foi criado para enfrentar esse impasse, da gente afirmar uma especificidade derivada da múltipla contradição que estão entorno ao corpo feminino negro ... O Geledés traz a questão da saúde como uma questão essencial da luta negra e que era um tema ausente no movimento negro..Direitos Humanos era um tema que prescindia o tema racial e nós nascemos com essa questão como essencial*[74].

Mulher negra, saúde, direitos humanos, todos vinculando raça e gênero, são temáticas principais que se desenvolvem na ação do Geledés, no momento em que agências de fomento internacional também visavam esses temas para investir na América Latina.

[74] Entrevista com Sueli Carneiro aFlavia Rios e Catalina G. Zambrano, São Paulo. 2013.

Essa trajetória mostra um primeiro tipo de ativismo (TA1) que começa como o movimento de mulheres e deságua em cargos institucionais e na institucionalização do movimento, na forma de ONG de mulheres negras.

Figura 1: Primeiro tipo de ativismo: Do movimento de mulheres negras à institucionalização do movimento



O TA1 - que representa a trajetória de Sueli Carneiro identifica um processo que vai "do movimento de mulheres negras à institucionalização do movimento". Isto é, a trajetória do ativismo vem de uma formação no ativismo coletivo: organizações sociais, , enfocando a temática da mulher negra na sociedade. Esse mesmo intuito está presente na relação com as instituições públicas governamentais . Constata-se que a ligação entre a ativista e a ação institucional é direta, sem afetar os laços com as

2.2.2 Do movimento feminista e de mulheres aos movimentos de mulheres afro latino-americanas: o caso Sergia Galván

Nascida em Hato Mayor del Rey, na região oriental da República Dominicana, em 1955,Sergia Galván começa sua trajetória como ativista política no Comité Revolucionario Camilo Torres-CORECATO, em 1977[75]. Sua permanência no grupo não foi muito prolongada, pois um ano depois de sua vinculação o ditador Balaguer sai do governo, abrindo passo à oposição, o Partido Revolucionário Dominicano -MRD. Logo após sua saída do Comitê, Sergia se vincula ao *Movimento Socialista de los Trabajadores* -MST, sendo as mulheres do movimento sua principal aliança. No MST, as vozes femininas se alçavam para pedir igualdade de direitos trabalhistas e salários iguais.

Também breve foi sua passagem por ali. Por um lado, motivada à questão da mulher e por outro lado, corroborando a literatura, quando os momentos de abertura política oferecem oportunidades políticas de ação aos movimentos sociais. No momento em que Balaguer sai do poder e o partido mais progressista chega ao executivo, o fato incentiva o surgimento de grupos de mulheres, organizações em sua maioria ligadas à esquerda. Mostra disso é a formação, no começo dos anos 80, do Centro de Investigación para la Acción Femenina (CIPAF) e da Acción Femenina Incorporada (AFI). Galván se vincula à AFI, levantando a problemática racial e da mulher negra na República Dominicana.

[75] CORECATO foi fundado em 1970 em homenagem ao líder guerrilheiro colombiano Camilo Torres. Formado por padres da igreja católica e estudantes universitários, o grupo revolucionário tinha como objetivo enfrentar a repressão do governo de Joaquin Balaguer.

O vínculo com o feminismo está marcado pela luta contra as desigualdades e discriminação, tendo como orientação o aspecto racial. Como diz a própria Galván:

> Nuestro objetivo era lograr que el movimiento feminista asumiera el racismo como parte de su agenda de trabajo. Demostrarle al movimiento que todas las mujeres somos potencialmente víctimas del racismo, la xenofobia y la discriminación racial...ha sido difícil hacer la conexión entre género, raza, sexualidad y todas esas categorias[76].

Em 1981, Galván faz parte da delegação dominicana no Encontro Feminista de América Latina e o Caribe (I EFLAC), realizado em Bogotá em 1981. De fato, a delegação dominicana foi a segunda maior do encontro, depois da colombiana. Em Bogotá, foi exposta, detalhadamente, a problemática das mulheres trabalhadoras na América Latina, com atenção particular ao serviço doméstico. A discriminação da mulher no trabalho, incluindo a perda de emprego por idade, estado civil, maternidade; a dupla jornada da mulher trabalhadora; as deploráveis condições nas quais as mulheres de setores populares deviam realizar o trabalho doméstico; a ausência de previdência social para donas de casa, saúde, educação e moradia e a ausência de benefícios específicos para a mulher trabalhadora, entre outros temas, foram abordados durante o Encontro.

Sergia, que representava a Acción Femenina Incorporada –AFI[77]- no Encontro, expôs os temas sobre a discriminação contra a mulher no serviço doméstico e ~~da~~ sobre a vulnerabilidade laboral das donas de casa na República Dominicana. A ativista

[76] Entrevista com Sergia Galván para a Radio Internacional Feminista, março 2001, (http://radiofeminista.net)

[77] AFI era uma organização feminista, criada ao final dos anos 70. Seu objetivo era reivindicar melhores condições de trabalho para as mulheres.

conseguiu uma audiência importante, que se viu refletida em sua participação frequente nos seguintes EFLAC. .

Por iniciativa das feministas dominicanas, durante o I EFLAC, se concordou em criar um dia para visualizar o tema da violência contra as mulheres no continente. A eleição do 25 de novembro foi baseada na história das irmãs Mirabal, assassinadas pela ditadura de Trujillo em 1961. Para Sergia Galván, a data transcendeu as fronteiras latino-americanas. Ela mesma propos submeter uma resolução perante as Nações Unidas para que a data fosse acolhida mundialmente. Como resultado, "na sessão oitenta e três das Nações Unidas em 1999, foi aprovado o dia 25 de novembro como Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher, comemoração de caráter mundial e com legitimidade dos países membros".

> En este encuentro se debatió el tema de violencia de género de manera amplia, laboral, sexual, política, en la calle, doméstica. Era la violencia en todas sus manifestaciones y después esos días de análisis, debates de definición de medidas, presentamos la necesidad de definir un día para denuncia y visibilizar un problema común a todos los países[78].

No começo dos 80, Galván trabalhou para uma das primeiras ONGs do país: o Centro Dominicano de Estudios de la Educación , dentro do programa da mulher. Em 1984, funda a Colectiva Mujer y Salud – CMS-, primeira organização dominicana centrada no trabalho sobre o corpo, a saúde e a sexualidade das mulheres, prioritariamente das mulheres negras.

[78] Entrevista com Sergia Galván ao "Listin Diario", 25 de novembro 2009, Santo Domingo, RD. (http://www.listindiario.com/la-vida/2009/11/25/122664/encuentro-por-las-mujeres-del-mundo).

Com essa orientação, em 1989, Galván é co-fundadora da Casa por la Identidad de la Mujer Afro na República Dominicana em 1989. Esta organização sediaria, em 1992, o Primeiro Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe (I EMN).

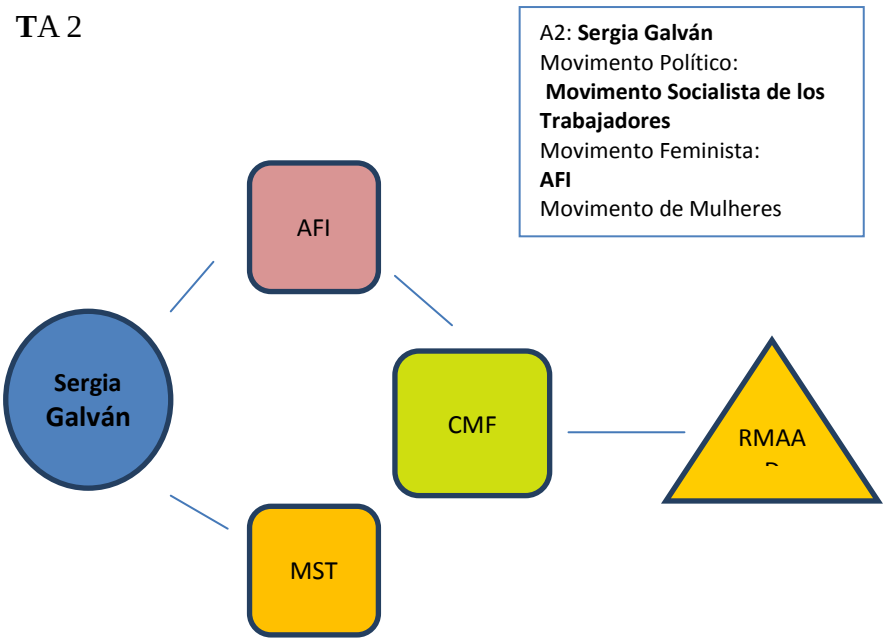
Como Diretora Executiva da CMS, Galván participa nos EFLAC na segunda metade da década de 80 e nos anos 90. Entre as Conferências Mundiais da ONU, durante os anos 90, Galván fez parte do Comitê de Mulheres de América Latina e do Caribe, no evento preparatório da Conferência de Direitos Humanos de 1993. Foi também integrante do Comitê de Mulheres de América Latina e o Caribe, no evento preparatório da IV Conferencia sobre a Mulher de1995. Também fez parte do Comitê Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, na Conferência de Durban contra o racismo em 2001, órgão das Nações Unidas responsável pelo control da aplicação dos tratados de direitos humanos pelos Estados Partes.

Com base em sua trajetória de ativismo político, Sergia Galván se especializa no tema da mulher afro latino-americana na década de 90 e é co-fundadora da Rede de Mulheres Afro Latino-americanas, Afro-Caribenhas e da Diáspora durante o I Encontro de Mulheres Negras de América Latina em 1992.

O tipo de trajetória que se estabece é o TA2: do Movimento Feminista ao Movimento de Mulheres Negras

A trajetória desta ativista é uma amostra do segundo tipo de ativismo (TA2) que começa com a incursão da ativista no movimento feminista, durante a abertura democrática, para depois se especializar na questão da mulher negra.

Figura.2 Segundo tipo de ativismo: do movimento feminista/de mulheres aos movimentos de mulheres afro latino-americanas



A trajetória de Galván se concentra na mobilização coletiva, orientada em especial para a questão da mulher e da mulher negra. Em 1992, as ativistas dominicanas organizaram o I Encontro de Mulheres Afro latino-americanas e do Caribe. Galván foi uma das fundadoras da RMAAD durante o evento.

2.2.3 Do movimento feminista e de mulheres aos movimentos de mulheres afro latino-americanas: o caso de Ochy Curiel

Rosa Inés 'Ochy' Curiel Pichardo nasceu em 1963, na cidade de Santiago, na República Dominicana. Realizou seus estudos de Trabalho Social na Universidad Católica Madre y Maestra em Santo Domingo. Fez estudos de pos-graduação no México e na Colômbia; atualmente trabalha na Universidade Nacional de Colômbia.

Curiel, como Sergia Galván, entre outras ativistas feministas negras da República Dominicana, começa seu ativismo no movimento feminista Movimiento Amplio de Mujeres, no final da década de 70[79].

> *en República Dominicana empezamos a hacer articulación entre colectivos, grupos, y ahí sí empezaron a nacer las ong's. Aunque en Dominicana hubo un momento, sobre todo a finales de los ochenta, con una particularidad, y es que sí pudimos articular acciones colectivas, tanto con aquellas que eran de ong's como aquellas independientes; en esa época no se hablaba de autonomía, sino que éramos independientes*[80].

Durante os anos 90, na República Dominicana constata-se, segundo Curiel, um deslocamento da ação coletiva pela configuração crescente das ONGs. Ao mesmo tempo, surge uma proposta antirracista e antisexista, que tinha surgido primeiramente nos Estados Unidos com o *Black Feminism*.

> *Las feministas negras estaban ya en un debate sobre el tema de la articulación entre raza, clase, sexo, luego viene la sexualidad.. Y nosotras en parte influenciadas por esos pensamientos, sobre todo de líderes como Angela Davis, viendo también la situación de las mujeres negras en el Caribe,*

[79] No final da década de 70, as correntes feministas na América Latina se diversificam e surge um movimento amplo de mulheres (MAM) que desenvolve uma agenda paralela ao feminismo da região. Isto é desenvolve ações em torno da dupla militância (parlamentaria, partidos políticos) e um trabalho de, para e com mulheres de setores populares, camponesas, indigenas, afro-descendentes, a partir de suas necessidades práticas. O Movimiento Amplio de Mujeres é uma forma de articulação na qual participam grupos e ONGs do movimento de mulheres, assim como grupos e ONGs do movimento feminista, organizações governamentais com o intuito de promover políticas publicas de gênero, grupos e centros acadêmicos, participação de mulheres em partidos, etc. México, Peru, Rep. Dominicana são países onde essa proposta encontra adesãoentre as ativistas. Na Rep.Dominicana, em particular, são ativistas negras.

[80] Cejas, op-cit, p. 182

empezamos a construir lo que hoy se puede decir que es el Movimiento de Mujeres Afro[81].

Ao final da década de 80, Ochy Curiel, Sergia Galván, entre outras, fundam a Casa por la Identidad de la Mujer Afro -Identidad.

> *..ese fue un activismo central para mí. Pasamos por todos los procesos por los que los movimientos sociales pasam, que primero es pensar a la mujer negra como una homogeneidad..[para después] cohesionarnos frente a un feminismo que no consideraba las diferencias de clase, de capital simbólico y material, de lugar y también de perspectivas políticas*[82]. (en Cejas, pg. 183)

Antes da criação de Identidad, Ochy participa ~~no~~ do VII Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe -EFLAC. Neste encontro, um dos vetores de discussão foi a pluralidade do feminismo, onde se destacou o lesbianismo feminista, corrente com a qual Ochy se identificava.

> *Por esta misma época empecé a politizar mi lesbianismo, cuando conocí la propuesta del lesbianismo feminista...Éramos lesbianas que estábamos dentro del movimiento feminista y que también estábamos dentro de ese movimiento antirracista y antisexista*[83].

---

[81] Cejas, op-cit. P. 190

[82] Depoimento de Ochy Curiel. "Desde la experiencia. Entrevista a Ochy Curiel". *Revista Andamios*, v. 8, n. 17, p. 183

[83] IBID, p. 184

Ochy participa de todos os EFLAC, desde o II em Lima. No bojo do debate sobre autonomia feminista e institucionalidade, em 1995, ela assiste à IV Conferencia Mundial sobre a Mulher em Beijing, e, a partir daí, se declara feminista autônoma.

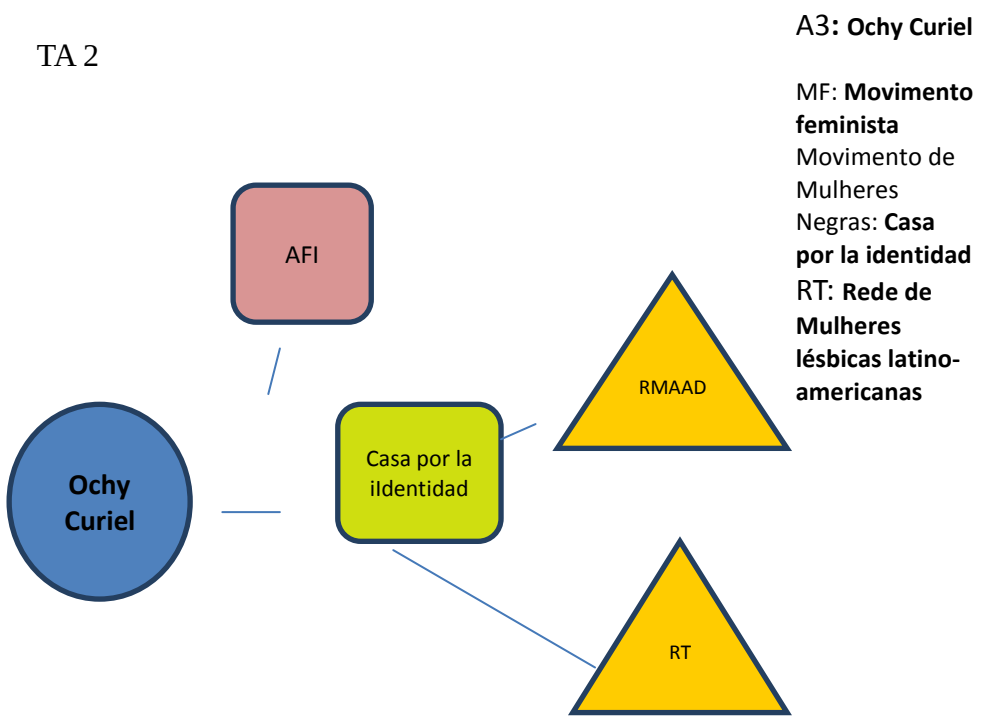
> Fuimos a Beijing y pensamos que era otra cosa, y allá desde Beijing fue cuando nos convertimos en autónomas, porque nos dimos cuenta cómo se tejían todas las relaciones de poder y los objetivos políticos que se perseguían con esta conferencia. Y entonces, a partir de ahí, y de manera mucho más concreta en el Encuentro de Chile en 1996, ya nos definimos como autónomas.. Yo me posiciono entonces desde el feminismo antirracista, del lesbianismo feminista y del movimiento autónomo[84].

A partir desse posicionamento como ativista, dessa tripla "identidade" dada por sua trajetória como feminista, Ochy tem sistematizado seu pensamento teórico, articulando-o com o ativismo. Seus temas de pesquisa analisam o racismo, anti-racismo, conceitos de colonialidade.

Em 1992, como membro diretivo da Casa por la Identidad, Ochy participou da organização do I Encontro de Mulheres Negras - I EMN - em Santo Domingo. Conseqüentemente, foi uma das fundadoras da Rede de Mulheres Afro-latinoamericanas, Afro-caribenhas e da Diáspora. Mas, seu ativismo lésbico-feminista e autônomo criou conflitos dentro da própria Rede, e, em 1997, se desliga dela.

[84] IBID

Figura 2.3 . TA 2



Uma característica notória na trajetória de Curiel é seu ativismo em mais de uma rede transnacional, sendo uma delas a título individual. Desta maneira, fica clara a possibilidade de uma ligação individual a uma rede de ativismo. Isto é, uma rede está unida não só por organizações, mas também por indivíduos autônomos. O tema de gênero permeia todos os vínculos deste tipo de ativismo.

2.2.4 Do movimento negro ao movimento de mulheres negras: o caso de Lucia Xavier

Nasceu no Rio de Janeiro em 1959. Moradora do bairro da Tijuca, onde fez o ginásio, órfã de pai aos dois anos e filha de empregada doméstica. Apesar de sua família ser muito pobre e a mãe viver da pensão do pai e do trabalho pouco qualificado, Lúcia

conseguiu estudar numa escola onde havia "*uma população diferenciada, de classe média, muito poucos negros. Meu desempenho foi normal como o de qualquer outro aluno*" [85].

Começou estudando Serviço Social em Campos, em 1980, numa universidade privada. Para custear seus estudos, ela trabalhou como empregada doméstica durante o dia e estudava a noite. Em 1982, foi aceita no curso de Serviço Social na UFRJ. A universidade, para Lúcia, foi o espaço de formação política e onde começa a tomada de consciência sobre a questão racial.

> *[Na Universidade] você acaba não só tomando consciência da sua própria condição, mas também conhece outras coisas, questionamentos, leitura e discussões...A Universidade contribuiu muito com minha formação, inclusive me mostrando que estudante negro na faculdade é elite, até pode existir alguns que tiveram condições financeiras durante a vida e entraram na faculdade, o que não é meu caso*[86].

Com essa "conscientização" e o discurso escutado sempre em casa sobre as relações raciais quotidianas, como a forma de se vestir, de atuar, etc., para não ser discriminada*"Volta e meia, minha família colocava as condutas que um negro precisa ter para não ser discriminado: andar limpo, arrumado, prestar atenção nas aulas, não ficar por último na escola",* Lúcia decide entrar no Movimento Negro em 1982. Suas primeiras atividades foram na associação Acorda Crioulo, entidade na Cidade de Deus (favela carioca), onde fazia estágios como assistente social, com interesse na questão racial. Adauto Pereira, Edson Santos, entre outros, faziam parte do grupo que trabalhava

---

[85] Depoimento a Márcia Contins. 2005. Lideranças negras. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, p. 306

[86] Ibid, p. 308

naquela associação e por intermediação deles, em 1984, passa a atuar no Instituto de Pesquisa da Cultura Negra -IPCN. Foi ali que a questão da mulher começa a formar parte dos interesses desta ativista[87].

Segundo Xavier, '*quase tudo o que eu aprendi do movimento negro foi vivendo no movimento negro'* [88]. Isto demonstra a ligação entre mulheres negras e movimento negro; contudo, a crítica delas ao movimento apontava para a falta de espaços de direção a serem ocupados por mulheres,

> *O IPCN era basicamente dirigido por homens, podia ser uma estratégia, mas não tinha motivo. A gente já sabia que não era possível que a direção estivesse sempre nas mãos dos homens porque na verdade quem conduzia a ação eram as mulheres. Elas eram as que estavam lá o tempo inteiro, para carregar as bandeiras, para fazer panfleto, para organizar encontros*[89].

Para as mulheres do IPCN, a questão racial era em si estruturante do processo, pois *"não tinha como esperar a passar o problema racial para entrar ~~ao~~ no de*

[87] O IPCN, entidade criada em 1975 no Rio de Janeiro por Amauri Pereira e Carlos Alberto Medeiros, foi lugar de acolhimento de ativistas que pensavam a questão racial brasileira. A própria Lúcia Xavier se refere ao IPCN como um espaço de intelectualidade e ativismo: *"não foi onde "fechei" melhor a minha identidade, mas foi onde terminei de estruturar melhor esse meu compromisso com a questão racial.. os que são os nossos intelectuais hoje, já estavam lá. Lá eu pude acompanhar toda a trajetória africana de mudança de governo, de ação política, todo o processo de apóio à luta contra o apartheid. O IPCN foi importante para perceber que nós não estávamos sozinhos nessa história, o mundo inteiro vivia esse drama e havia várias formas de solução desse problema. O IPCN era um ponto de referência -era a única organização que tinha lugar fixo, que não se perdia nas mudanças, nem nas desestruturações dos grupos, que tinha informação mesmo que muito precária. Era um ponto de difusão, de irradiação de informação. Nos ajudou a ampliar o leque de entendimento. Ao mesmo tempo, tinha as referências americanas e as que aconteciam no continente europeu. A gente tinha lá un caldo profundo de releitura teórica no sobre as maneiras de superar o racismo, de enfrentar, e de pensar que nação nós queríamos, que mundo nós queríamos-se mais à esquerda, se mais à direita".* (depoimento de Lucia Xavier a Amilcar Pereira em "O Mundo Negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)". Tese em História. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2010).

[88] Depoimento de Lucia Xavier a V. Alberti e A. Pereira, 2007 'Histórias do movimento negro no Brasil'. RJ: Ed. Pallas.

[89] Entrevista com Lucia Xavier pela autora em 02/2015, Rio de Janeiro

gênero"[90]. Por esta discrepância e porque para elas '*o IPCN não conseguia incorporar a questão de gênero*', muitas delas se incorporam ao Centro de Articulação das Populações Marginalizadas –CEAP-, criando o Grupo de Mulheres do CEAP. Esta articulação no Rio de Janeiro organizaria o I Encontro Estadual de Mulheres Negras em 1988 e depois se articulariam na organização Criola[91].

> *O movimento negro acaba globalizando e não percebe que há mulheres, que elas são discriminadas também duplamente pelos homens negros. Então, com o decorrer da minha experiência fui vendo a importância dessa luta*[92].

Atuando no IPCN, se relacionou com o grupo de mulheres negras que faziam parte do Programa de Mulheres do CEAP, como Neusa Pereira e Jurema Werneck. Essa discussão sobre a presença da mulher no Movimento Negro vinha sendo elucidada pelo grupo do Ceap, convidando Lúcia a pensar num grupo específico de mulheres negras.

Durante os anos 80, participa também dos Encontros Feministas Latino-americanos, onde reage à questão da mulher negra no que diz respeito à saúde, ~~e~~ à violência e à discriminação. Depois do V EFLAC em San Bernardo, em 1990, as mulheres do grupo do CEAP no Rio de Janeiro se concentram na necessidade de criar um grupo de mulheres negras que cumpram tais objetivos. Assim, em 1992, Lúcia e as demais mulheres do grupo do CEAP fundam a organização Criola.

Lúcia é uma ativista que pensa a questão racial e fala sobre a relação da posição sócio-econômica e da discriminação racial. Desde muito pequenos, os/as meninos/as

---

[90] Alberti e Pereira, 2007.

[91] Criola, organização de mulheres negras, fundada no Rio de Janeiro em 1992 por Jurema Werneck e Lúcia Xavier. Essa organização se constitui como um 'espaço para discutir as problemáticas da mulher negra: racismo, sexismo, homofobia'

[92] Alberti e Pereira, op-cit, p. 306

negros são colocados em posições de subordinação, no lugar de pobres. Lúcia revela a maneira como os negros sentem a discriminação, sem ter muitas opções de ascensão social.

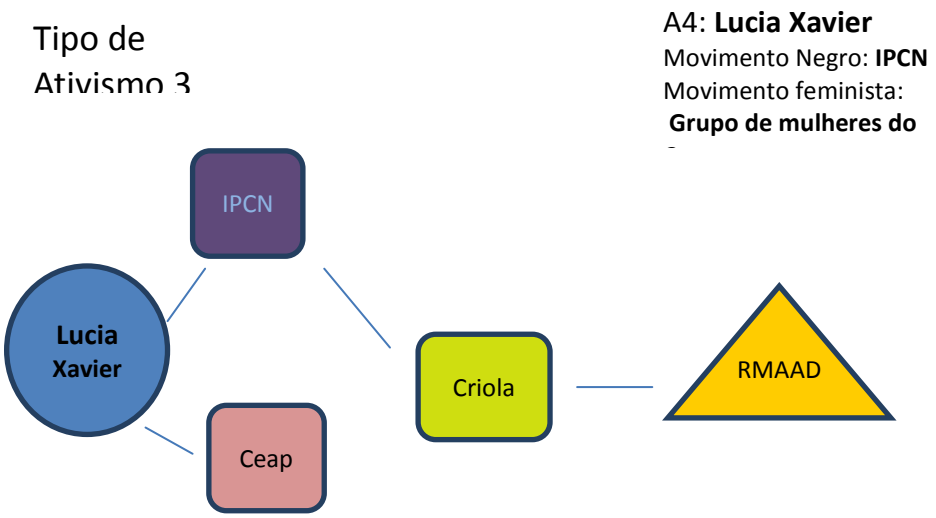
> *Quando entramos na escola, os professores são brancos. Quando eles são negros, são muito poucos e têm menos qualidades. A maioria dos colegas é branco [sic], e quando são negros também têm a mesma condição. Se some dinheiro, foi o negro; se deu alguma coisa errada, foi o negro; os mais sujinhos são os negros, os mais pobres dos pobres, são os negros. Pensa-se na criança pobre e logo se oferece a ela tudo pobre: educação pobre, lugar pobre, formação pobre. E acha aquilo tudo normal porque é pobre. Nem todo mundo é pobre, mas há um empobrecimento efetivo, sem acúmulo cultural, sem exercício do poder, sem exercício da participação política, sem exercício do direito. O pouco que temos, é muito pouco*[93].

O interesse particular na mulher negra na sociedade brasileira e em como superar a dupla discriminação, por ser mulher e por ser negra, incentivam Lúcia a se incorporar à organização. Criola tem por objetivo o desenvolvimento de projetos visando essa problemática, especialmente na área da saúde e violência de gênero.

No ano da criação de Criola, se realiza o I Encontro de Mulheres Afro latino-americanas e do Caribe em Santo Domingo.

[93] Entrevista com Lucia Xavier a Marcia Martins. Em M.Martins. Lideranças Negras, 2006.

Figura 4 Terceiro tipo de ativismo:
Do movimento negro ao movimento de mulheres negras



O TA3 se caracteriza pelo vínculo com o movimento negro. As temáticas raciais sobre discriminação e raça veiculam as outras de gênero, compondo assim uma significação interseccional ao ativismo transnacional.

2.2.5 Do movimento negro ao movimento de mulheres negras: o caso de Beatriz Ramirez

Nasceu em Montevidéu em 1956. Sempre estudou em escolas públicas de seu país, no bairro Palermo, um dos subúrbios mais pobres da capital uruguaia. Como estudante de Serviço Social nos anos 70, segue de perto o acionar do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos. Decide, então, vincular-se ~~a~~ à ação política negra de seu país. Sua primeira experiência de ação com a população afro-uruguaia foi em 1972,

quando se incorpora ao grupo de jovens da *Asociación Cultural Uruguay Negro* - ASCUN[94].

> *Participé del club ACSUN, que era el club de Montevideo donde se juntaba la comunidad negra, los grupos negros de forma muy crítica, muy dura, además porque bueno, éramos una generación que pensábamos que el mundo se cambiaba de un día para el otro. Y posterior a eso, en ACSUN llega la iglesia católica con un programa de desarrollo salido de la dictadura, bueno ni qué hablar del proceso de la dictadura donde ahí hay un pare en los temas de militancia, pero siempre teníamos contacto, vinculaciones informales digamos en las casas de familiares, con compañeros que también nos alimentaban ideológica y conceptualmente con los temas raciales, identitarios con un contenido más uruguayo, porque había habido una influencia* muy fuerte en los 60 del movimiento *norte-americano por los derechos civiles con figuras fuertes como Martin Luther King, Malcom X, Carmichael, Angela Davis que para todo eso era la referente*[95]

---

[94] A *Asociación Cultural y Social Uruguay Negro*- ACSUN- foi fundada em 1941. O objetivo inicial era a integração dos negros na vida nacional uruguaia. O contexto político era a hegemonia do Partido Colorado. A ACSUN tornou-se aliada dos colorados (Andrews, George R. 2010. Blackness in the white nation: A history of Afro-Uruguay. University of North Carolina Press). Contudo, durante a última ditadura militar (1973-1975), a ACSUN atuou como opositora ao regime.

~~A~~ No final dos anos 80, a ACSUN sofreu conflitos internos por questões econômicas e políticas. Naquela época, a Associação acabava de receber financiamentos de instituições locais e estrangeiras, e a maioria de seus membros mantinham um alinhamento histórico com o Partido Colorado. Beatriz tinha se afastado da direção da associação e esses conflitos acabaram na saída não apenas dela, mas de vários de seus militantes.

[95] Depoimento de Beatriz Ramirez a Laura López. "Que América Latina se sincere: Uma análise antropológica das políticas e poéticas do ativismo negro em face às ações afirmativas e às reparações no Cone Sul" Tese. Antropologia Social. UFRGS, Porto Alegre, 2009, p. 148.

Em 1984 é eleita diretora da Associação e foca seu entusiasmo em dirigir ações em direção à redemocratização do país. Para ela, a população afro-uruguaia devia lutar para que no processo democrático se combatesse o racismo, o sexismo e todo tipo de violência racial[96].

Em 88 ela entra no curso de Serviço Social. Nesse período de formação, Beatriz fomenta seu interesse na questão racial e de gênero. Seus estudos de Serviço Social e suas próprias experiências de vida e de suas amigas e familiares, convenceram-na da necessidade de lutar para melhorar a situação da mulher negra na sociedade uruguaia. Decide, então, realizar cursos sobre estudos de gênero no GRECMU[97] entre 1989 e de gênero e etnia no Geledés em São Paulo em 1994.

As mulheres negras uruguaias se engajaram autonomamente em organizações sociais que faziam parte da Organização Mundo Afro (OMA), movimento social constituído em 1989[98], fundada por Beatriz Ramírez e Romero Rodriguez. Essa iniciativa estava focada em reunir numa mesma instituição varias organizações que se interessavam em promover a cultura e a identidade afro-uruguaia. Sua orientação política estava mais alinhada à esquerda e apoiava ao partido Frente Amplio-FA que foi se fortalecendo na cena política desde 1985[99]. Influenciada pela sua aproximação ao

---

[96] Entrevista a Beatriz Ramirez.

[97] GRECMU.. Grupo de Estudios sobre la Mujer. Fundado em 1984 por mulheres do Movimento Feminista com o objetivo de aprofundar os estudos sobre gênero no país.

[98] Na sua tese de doutorado, Laura López indaga pela fragmentação da organização Mundo Afro, e as reconfigurações da militância, prestando atenção ao surgimento de organizações de mulheres negras e identificando diferentes gerações de ativistas. Lopez. L. 2009. "*Que America Latina se sincere*. Uma análise antropológica das políticas e poéticas do ativismo negro em face das ações afirmativas e das reparações no Cone Sul. Tese de doutorado, PPGAS, UFRGS, Porto Alegre.

2013. "A mobilização política das mulheres negras no Uruguai. Considerações sobre interseccionalidade de raça, gênero e sexualidade". Sexualidade , Saúde e Sociedade. Revista Latino-americana.

[99] O primeiro triunfo nas eleições presidenciais do FA no país foi em 2004 com a eleição de Tabaré Vasquez, mas a nível municipal o próprio Vázquez ganhou eleições em 1989 o que, segundo Romero Rodríguez ajudou a despontar a OMA, em Andrews, p. 205

tema de gênero, Beatriz decide fundar, dentro da OMA, o *Grupo de Apoyo a la Mujer Afrouruguaya* (GAMA).

O GAMA- foi uma organização vinculada às OMA que tinha como objetivo político o 'empoderamento das mulheres afro-uruguaias, cujas lideranças estavam estabelecendo trânsitos entre o movimento negro e o feminismo'[100]. O GAMA produziu um importante estudo em que ressaltava e criticava a ausência das categorias étnico-raciais e a interseccionalidade das desigualdades de raça e gênero na sociedade uruguaia[101].

.A formação desta organização foi um exemplo de como a mobilização social tentava incidir nos mecanismos de constituição da hegemonia nacional, usando financiamentos de organismos multilaterais e agências financiadoras para efetuar projetos com esse fim. O grupo tem a iniciativa de criar uma cooperativa de moradia para mulheres afro-descendentes chefas de família. López (2013) explica que esta cooperativa implicava para suas promotoras uma história concreta de resistência e de confrontação à discriminação racial e ao projeto de exclusão social. Avançada a década dos 90, o GAMA realizou o Diagnóstico socioeconómico y cultural de la Mujer Afrouruguaya, apoiado pelo PNUD e pelo Centro de Investigação, Estudo e Desenvolvimento de Itália (CIES). Esse estudo tinha como finalidade revelar uma realidade não contabilizada nos censos e nas estatísticas nacionais, ou seja, a interseccionalidade das desigualdades de raça e gênero[102].

A partir desse momento há uma valorização da atuação no Estado, principalmente, para incidir nas políticas públicas com o uso da profissionalização. Segundo a ativista

---

[100] Lopez, 2013

[101] Diagnóstico Socioeconómico y cultural de la Mujer Afrouruguaya. 1997. PNUD, Centro de Investigação , Estudo e Desenvolvimento de Itália -CIES -.

[102] López, 2013

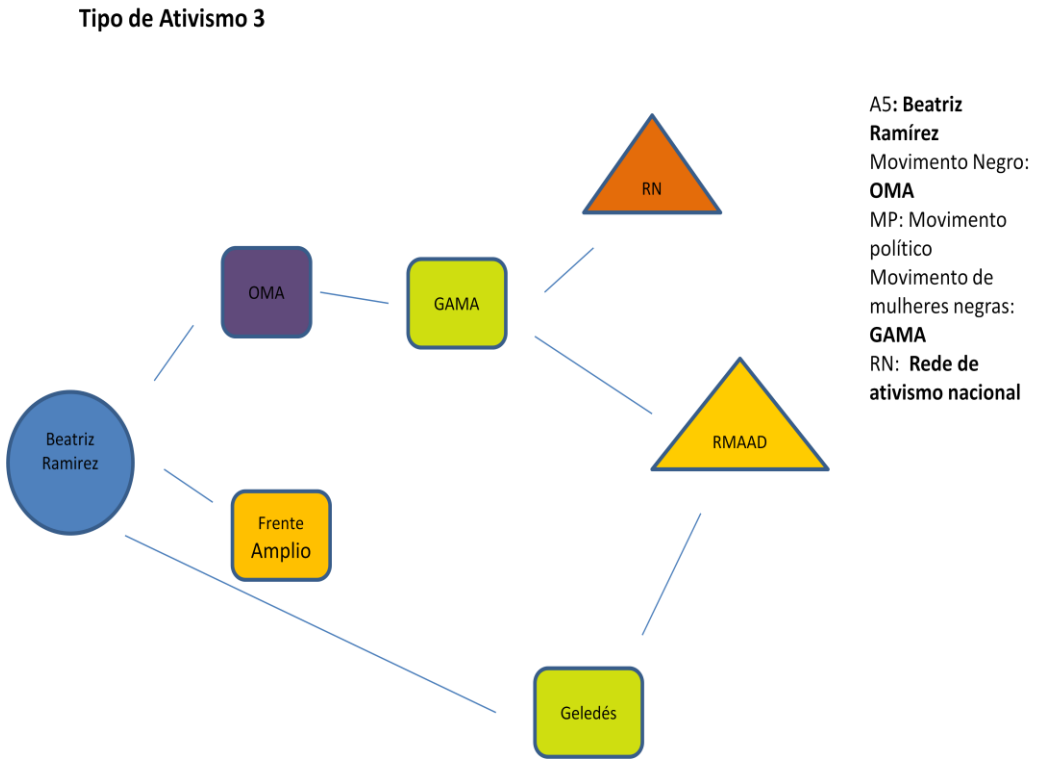
Beatriz Ramírez, são valorizadas as estratégias orientadas à participação dentro do Estado, pois isso possibilita 'estar perto das demandas da coletividade' e representá-las em espaços institucionais[103].

Durante os anos 90, Ramírez também coordenou e liderou a Rede de Organizações Afro no Uruguai, a qual contou com financiamento de institutos globais como Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Durante os anos 90, Beatriz filia-se ao Frente Amplio, partido político de esquerda que chegaria ao poder em 2003, e ocupa cargos em instituições públicas. Nessa década, ela participa das Conferências temáticas da ONU, particularmente da Conferência sobre a Mulher, Beijing 1994, da Conferência preparatória para Durban, Chile 2000, e da Conferência contra o Racismo, Durban 2001.

[103] López, 2009, p. 290

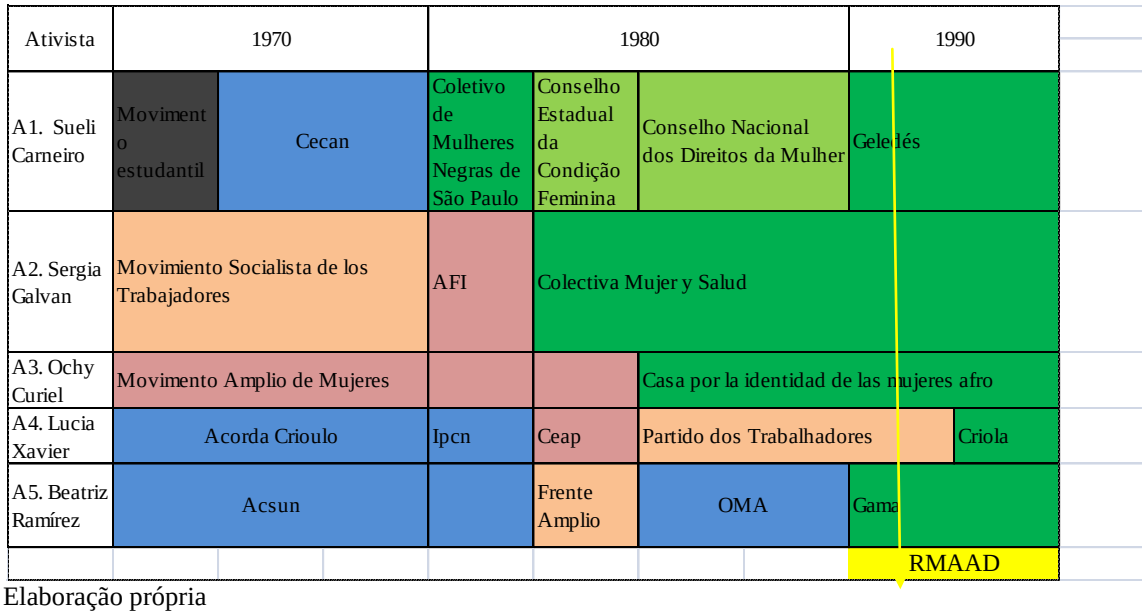
Figura 5 Terceiro tipo de ativismo: Do movimento negro ao movimento de mulheres negras



O TA3 mostra as ligações de um indivíduo com o movimento político e com o movimento negro, conexões que estruturam ~~a~~ o movimento de mulheres negras. Em 92, Ramirez participa da fundação da RMAAD e alcança posições de direção política. Durante os últimos anos de 90, a ativista em instituições políticas governamentais, dentro da perspectiva de gênero e raça.

Os três primeiros tipos de ativismo que se destacam neste primeiro momento indicam que–distintas trajetórias convergem, em 1992, para a mobilização de mulheres negras em cada país. Tais mobilizações ativam a criação da Rede de Mulheres Negras como forma de ativismo transnacional.

Quadro 3 Trajetórias das ativistas que consolidam articulações: filiações associativas



Elaboração própria

Neste primeiro momento, a mobilização das ativistas negras passou pelos movimentos negros e/ou feministas na década de 70 e 80, e algumas chegaram a ocupar cargos nas instituições públicas nos seus países. Outras, vindas tanto do movimento negro quanto do feminismo, colocaram no cenário internacional a situação das mulheres negras em países com 'escassa' população negra. Ativistas dominicanas e uruguaias demonstram esse percurso. E outras destacam na sua trajetória a passagem pelo movimento feminista e por partidos políticos, no momento de atuação no cenário internacional. Mas a tendência que pode ser observada é a da mobilização em movimentos de mulheres negras durante os anos 80.

No momento seguinte, década de 90, o ativismo tornou-se mais especializado e profissionalizado entre as ativistas afro latino-americanas. A participação nas Conferências Mundiais da ONU durante a década são uma amostra disso. Nesses

cenários foram expostas as problemáticas que afetavam as mulheres negras do continente a partir de uma perspectiva mais "experta". As trajetórias de mobilização, primeiro, passavam por mulheres que já tinham experiência de ativismo em várias frentes no cenário nacional e internacional; segundo, por sua inserção no ativismo como profissionais e estudos avançados, por sua articulação formada nas várias organizações sociais da região, permeada pela profissionalização de suas ativistas em diferentes temas; terceiro, pelo respaldo econômico de agências financiadoras a projetos relativos aos temas de gênero e raça,[104] legitimados nas próprias Conferências. As ativistas que protagonizaram este momento correspondem a mulheres *afro latino-americanas* que transitaram notadamente na cena internacional desta década. Suas trajetórias são de diferentes tipos. Seguindo a ordem da tipologia do momento anterior, apresentamos as trajetórias das ativistas presentes neste este segundo momento.

2.2.6 Do movimento social à ONG: o caso de Jurema Werneck

Nasceu em 1961, no Rio de Janeiro, na favela carioca do Morro dos Cabritos, em Copacabana. Sua infância transcorreu em escolas públicas, e, na juventude, frequenta a faculdade de Medicina na Universidade Federal de Rio de Janeiro. Na universidade começa sua experiência na mobilização política do Movimento Estudantil. Como parte de seu ativismo, participa de um programa de prestação de serviços de saúde nas comunidades pobres.

Atuando no Movimento, Jurema conhece algumas feministas que ensinam novas técnicas em saúde para as mulheres. Altamente motivada pela temática, atua como

[104] Para algumas ativistas, este ponto mais que um atributo é um empecilho para o ativismo transnacional.

assistente de medicina nas associações de favelas, especialmente na favela do Morro do Andaraí, usando aquelas técnicas. Ali se aproxima de Sandra Bello, a “Sandrão”, coordenadora da Associação de favelas e próxima também às feministas cariocas.

> *"no movimento estudantil eu entro em contato com as feministas, mas para trazer conteúdos de trabalhos para mulheres em saúde, novas técnicas em saúde da mulher. ..Não era organização, mas era movimento"*[105].

No ano 87, o final de seus estudos de medicina coincide com a realização do I Encontro Estadual de Mulheres Negras em Garanhuns, Pernambuco. Naquele momento, Jurema trabalhava no CEAP, com o Grupo de Mulheres dessa instituição, participando dos programas de saúde para as mulheres das favelas. Sua aproximação de Sandrão, seu trabalho na área de saúde, sua trajetória como mulher negra da favela, levou-a se interessar pelo grupo de mulheres N’zinga que, aquele ano, 1987, não contava mais com a presença de Lélia Gonzalez. Portanto, seu interesse em conhecer esse tipo de ativismo durante o Encontro, induziu também sua participação e sua militância com as mulheres negras.

> *Foi em Garanhuns que me envolvi no Movimento de Mulheres Negras. Desde aquela época. Foi pela "Sandrão" que eu já conhecia do Andaraí que entrei no movimento... Eu também tinha muito interesse pelo que fazia N'zinga e elas iam estar nesse encontro*[106].

[105] Entrevista de Jurema Werneck com à autora. 2014. Rio de Janeiro.
[106] Entrevista de Jurema Werneck, com à autora. 2014. Rio de Janeiro.

A relação da ativista com o ativismo de mulheres negras foi, em parte, induzido pelo grupo N'zinga. Nesse momento, o movimento social estava atraindo ativistas que, como Jurema, tinham um saber especializado. Especializado, por um lado por uma bagagem profissional; por outro lado, pelos conhecimentos adquiridos com as feministas; e, também pelo trabalho com mulheres negras, estudando novas técnicas médicas para o tratamento da saúde da mulher. Com sua bagagem médica, Jurema formaliza um tipo de ativismo profissionalizado, orientado à saúde da mulher negra. Com esse perfil, Jurema Werneck integra o Grupo de Mulheres do CEAP nos anos 80.

Para Jurema, a experiência de organização formal e informal de mulheres negras foi um elemento promotor da fundação de redes de ativismo.

> "At the root of this collaboration was the recognition of the historic involvement of Black women in the emergence of social movements ... in the research of information, and in the establishment of alliances.., this whole enable the rapid learning of the negotiation techniques within the space of the UN and coordinated action in seeking execution of our objectives" (Werneck, 2003, p. 10)

Segundo Werneck, apesar do compromisso das ativistas de lutar contra toda forma de desigualdade, era comum a idéia de centralidade do racismo nas posições desvantajosas da mulher negra tanto no Brasil quanto na América Latina. Werneck trabalhou com feministas, mas não se declarou como tal. A implementação do aprendizado no trabalho foi a base para seu envolvimento com a questão racial, que no feminismo, era secundária.

> "eu não acho que minha militância seja feminista, mas militante de mulheres e mulheres negras. Tem semelhanças, mas tem história diferente, passado diferente, e tem algumas diferenças nos objetivos da luta feminista"[107]

Em 1992, Jurema Werneck, Lúcia Xavier, Neuza Pereira[108], Sandra Belho[109] e outras mulheres do CEAP, ou relacionadas com a instituição, fundam a organização Criola. Esta organização é ~~o~~ produto de uma associação de mulheres especializadas em temas de saúde e assistência social. Ao mesmo tempo, as ativistas da Criola começam a transitar nos espaços das Conferências da ONU, adquirindo maior visibilidade internacional, além de já terem participado de Encontros Latino-americanos destacando estes temas. Coincidia que esse tipo de ativismo era também destacado por organismos internacionais e por movimentos de direitos humanos. Assim, este tipo de ativismo se desenvolve em um contexto de abertura internacional e de mobilização transnacional.

Criola é representada no I Encontro Latino-Americano da Mulher Negra por Neuza Pereira que também é nomeada a primeira Coordenadora Geral da Rede de Mulheres Afro latino-americanas e Afro-Caribenhas.

Segundo Jurema, a composição da Rede *"foi uma resposta ao entendimento entre as organizações de mulheres negras da dimensão racial, e do racismo, que é o principal fator de produção de condições adversas nas quais vivemos"* (Werneck, 2006, p. 3).

---

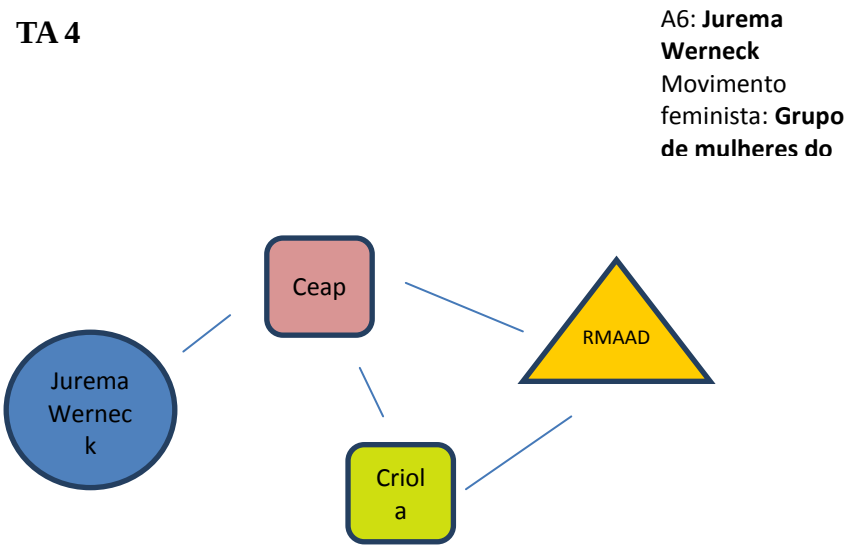
[107] Entrevista de Jurema Werneck à autora em 2014, Rio de Janeiro.

[108] Neuza Pereira, nascida em 1948 no Rio de Janeiro. Em 1994, deixou de participar da Criola e fundou uma organização também dirigida à saúde da mulher. Atualmente, é diretora da associação Coisa de Mulher, na cidade carioca.

[109] Sandra Belho, Sandrão, diretora da Associação de Mulheres do Morro do Andaraí e integrante do CEAP.

Durante os anos 90, as Agências Internacionais investiram fortemente em organizações latino-americanas para que desenvolvessem projetos e ações em saúde e de combate à violência sexual. Assim como a Rede, Criola desenvolveu projetos com financiamento da Ford Foundatione da Fundação MacArthur[110].

Figura.6 Quarto tipo de ativismo: Do movimento social à especialização do ativismo



Este tipo de ativismo TA4 mostra o movimento do indivíduo de um grupo de trabalho especializado para uma organização de mulheres negras. Portanto, um processo de especialização e também de burocratização / profissionalização do ativismo.

[110] A listagem que referencia cada um dos projetos e seus financiadores foi consultado no centro de Documentação da organização Criola no Rio de Janeiro em Fevereiro de 2015.

2.2.7. Do ativismo político ao ativismo social: o caso de Dorotea Wilson

Nasce em Siuna, na província de Puerto Cabezas, ao nordeste da Nicarágua, em 1948. Torna-se freira no convento de Siuna, primeiro com a Congregação das Carmelitas e depois com as *Capuchinas Misioneras de Cristo*. Durante os anos 70, a Frente Sandinista de Liberação Nacional -FSNL buscou apoio nas comunidades religiosas, sobretudo dos Capuchinos, para transmitir informações e colaborar com a luta armada. Dorotea esteve entre as religiosas que apoiaram o movimento político. Dessa maneira, Dorotea passa a militar no FSLN.

> *Los campesinos colaboradores, algunos jueces de mesta y líderes de la palabra, llegaban y decían: –Madre Dorotea o hermana, nosotros queremos platicar con usted. Tenemos unos compañeros que están necesitando de comunicación, queremos informar lo que está pasando y queremos que usted vaya a platicar con ellos*[111].

Dorotea também estudou magistério e psicologia, sendo religiosa. Quando entra na guerrilha decide deixar os hábitos *"foi quando tive que tomar a decisão..porque havia já muita informação sobre os vínculos nossos [dos capuchinos] com os camponeses que apoiavam a guerrilha"*[112].

Nos anos 80, com o triunfo da revolução, Dorotea decide se incorporar à vida política. Nessa década, foi Deputada na Assembléia Nacional (Congresso) de seu país e Prefeita de Biwi, cidade de ação política da FSLN durante os anos da guerrilha.

---

[111] Depoimento de Dorotea Wilson para o projeto 'Memorias de la lucha sandinista" coordenado por Monica Baltodano.

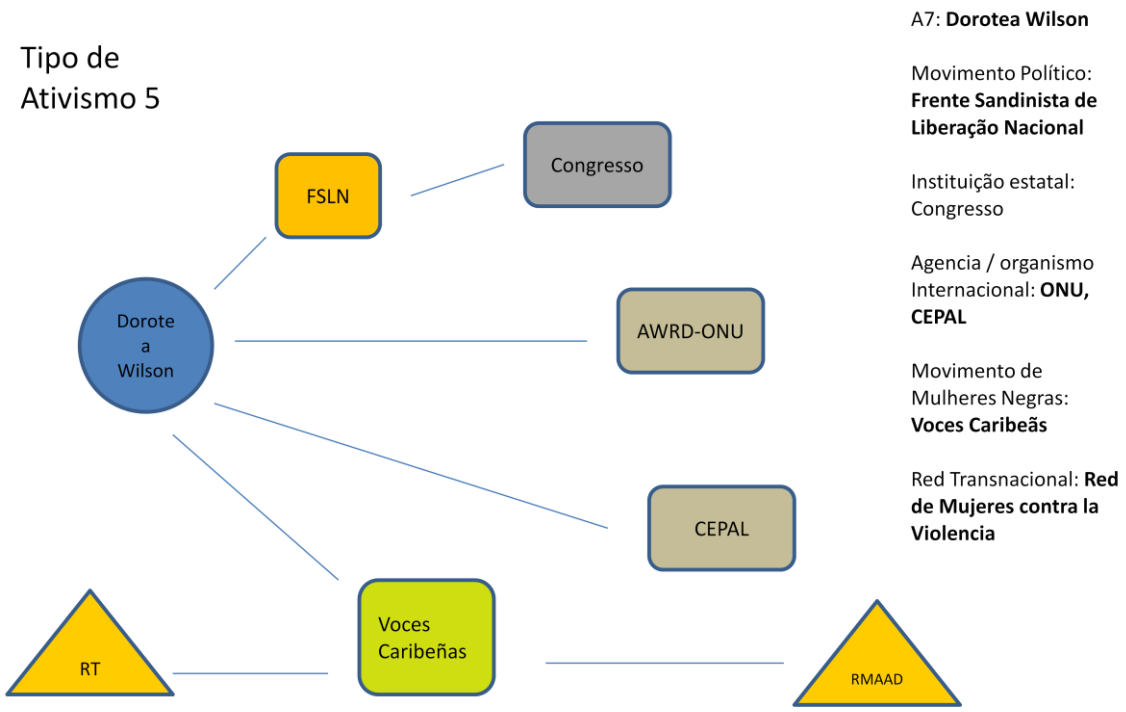
[112] Entrevista com Dorotea Wilson para El Nuevo Diario. Imprensa. http://www.elnuevodiario.com.ni/especiales/230848-monja-guerrillera- defensora-mujeres/

Também nos anos 80, atua em favor da população afro-descendente nicaragüense. Ela, enquanto "criola", coloca a discriminação contra negros e mulheres no debate institucional. Em 82, funda o Grupo Cultural Negro.

Na década de 90, participa da fundação da Rede de Mulheres Afro Latino-americanas e Afro-caribenhas e funda, na Nicarágua, a organização *Voces Caribeñas*. Incentivar políticas municipais com enfoque de raça e gênero, e defender os direitos das mulheres no contexto da identidade da nação e no debate sobre racismo no país, são os fios condutores de sua atuação como política e como militante.

Nos anos 90, participa de quase todas as Conferências Mundiais organizadas pela ONU, seja como representante do governo ou como ativista política.

Figura 7 Quinto tipo de ativismo: Do ativismo político ao ativismo social



2.2.8. Das redes institucionais ao ativismo em rede: o caso de Epsy Campbell

Campbell nasceu em San José, Costa Rica, em 1963. Formou-se em Economia e Administração pela Universidad de Costa Rica, depois foi mestre em Ciência Política pela mesma universidade. Especializou-se em Estudos de gênero e raciais no Centro.. Unam. Atuou nos anos 80 e 90 nos movimentos *Foro de Mujeres para la Integración Centroamericana*[113] e na *Alianza de pueblos afrodescendientes de América Latina y el Caribe*, ambas redes de ativismo transnacional com enfoque de gênero, raça e etnia na América Central.

O ativismo de Campbell começa por seu interesse na questão da mulher e na questão racial na América Latina, em particular na America Central. Funda, no final da década de 80, o Centro de Mujeres Afrocostarricenses. Essa articulação entre o movimento de mulheres e a participação em redes transnacionais lhe permite trabalhar para agências e ong's transnacionais, como a Unifem e o PNUD. Como coordenadora de projetos de organizações internacionais participa do Encontro Feminista Latino-americano em 1990 em San Bernardo e atúa na convocatória ao conjunto de ativistas negras do continente para se reunir no Encontro de Mulheres Negras Latino-americanas.

De fato, Campbell é uma das organizadoras do Encontro, onde se vincula à Rede de Mulheres Afro Latino-americanas, Afro-Caribenhas e da Diáspora. Entre 1997 e 2001 foi coordenadora geral da RMAAD. Assiste às Conferências Mundiais da ONU como militante e promotora de uma agênda de gênero focada na mulher negra de America Latina. Assiste na Conferência de Direitos Humanos em Viena 1993, de

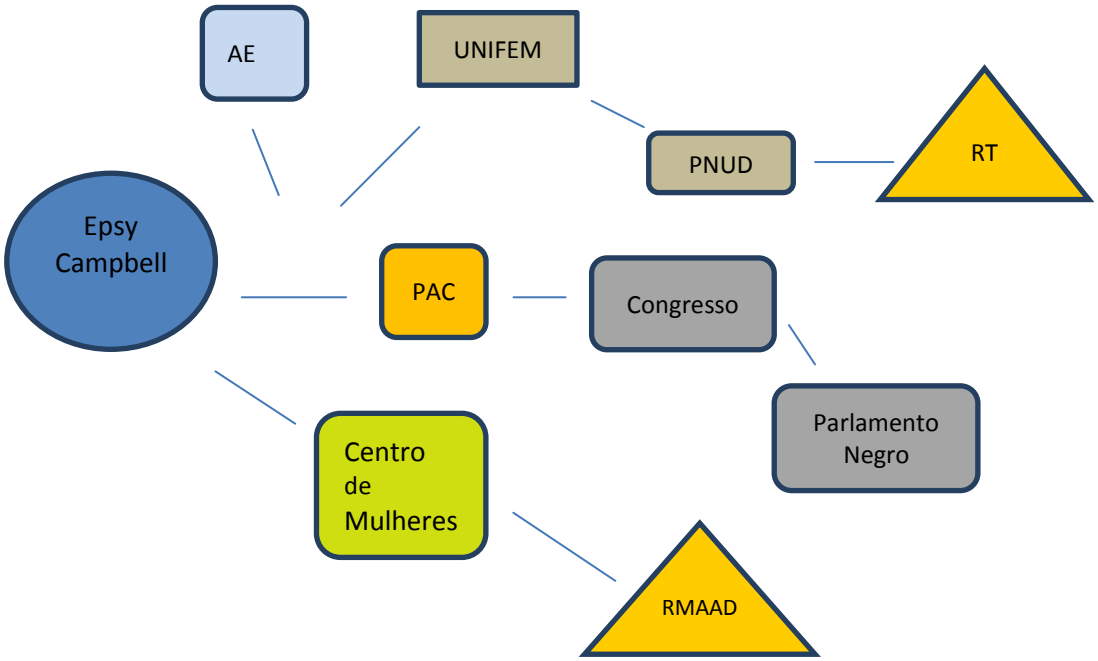
[113] A FMICA, uma organização transnacional criada em 1996 na Nicarágua, com sede em vários países centro-americanos. Reúne várias organizações e movimentos de mulheres da região. Os projetos realizados pelo conjunto de organizações do Foro visam atingir os eixos de reconhecimento da diversidade de gênero; a defesa e o fortalecimento dos direitos humanos das mulheres; a luta pela garantia da participação da mulher em ações de erradicação da pobreza, particularmente da feminização da pobreza, e a eliminação das desigualdades de gênero em todas suas manifestações.

População em Cairo 1994 e na IV Conferencia Mundial sobre a Mulher em Beijing 1995. Foi coordenadora da Rede quando participou da III Conferência contra o Racismo em Durban 2001.

Depois de sua administração na Rede, entra na militância no Partido Acción Democrática no seu país e é eleita deputada na Assembléia Legislativa no período 2002-2006, pelo PAD. Desde o parlamento impulsa a formação de um parlamento negro centro-americano para extender as problemáticas raciais e de mulheres. Desta maneira, Epsy entra na vida política de seu país, porém suas relações com as agencias internacionais ajudam a levar a cabo as iniciativas locais.

Figura 8. Sexto tipo de ativismo: das redes institucionais ao ativismo em rede

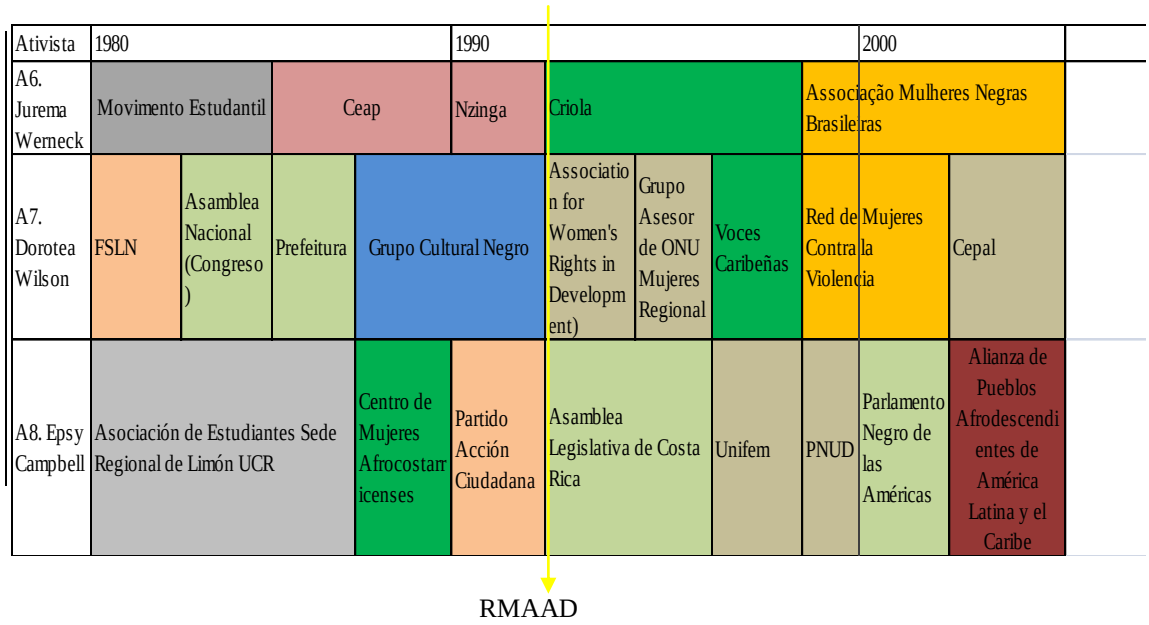
TA6



A8: **Epsy Campbell**
Movimento Social estudantil: **Asociación de Estudiantes**
Movimento Político: **Partido Acción C**
Instituição estatal: **Congresso e Parlamento Negro**
Agencia / organismo Internacional: **Unifem e PNUD**
Rede transnacional**: Aliança de Pueblos Afrodescendientes de América Latina y Caribe**
Movimento de Mulheres Negras: **Voces Caribeñas**
Red Transnacional: **Red de Mujeres contra la Violencia e RMAAD**

Vimos que a trajetória de cada ativista é exemplar de um caminho percorrido por muitas outras. Confirmando o fato pouco provável de ter um indivíduo por tipo de ativismo, as trajetórias de uma série de várias ativistas da RDMAAD definiram quais seriam tomadas como exemplificações.

Quadro 4: Trajetórias das ativistas que consolidam articulções nas décadas 1980 e 1990



Elaboração própria

Com a ajuda de pesquisas sobre as trajetórias de ativistas como Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Vicenta Camusso, Rosália Lemos, Ana Irma Rivera, e várias outras que

enquadrariam em cada TA, definimos o tipo de ativismo como uma generalização empírica.

2.3. Conclusão: Tipos de trajetórias e o processo de formação do ativismo transnacional

Distinguiu-se neste capítulo dois momentos entre 1980 e 2000, cruciais para que as ativistas negras latino-americanas articulassem um ativismo transnacional. As trajetórias de ativismo que traçamos destas mulheres correspondem a um processo de construção e de uma reafirmação de interesses comuns. Mostrou-se que as trajetórias que se abrem em um contexto nem sempre permanecem disponíveis nos períodos seguintes.

No primeiro tipo de ativismo, as trajetórias se deslocam da institucionalização à mobilização social, num processo que permitiu colocar os repertórios discursivos da ação coletiva de mulheres negras no nível institucional. A participação institucional esteve marcada pela aproximação frequente dos Movimentos Negros e das reivindicações feministas. Por sua vez, a participação das mulheres negras nos cenários de decisão política sempre foi uma reivindicação do movimento feminista e de mulheres. Assim, as ativistas deste tipo de trajetória passaram a reivindicar os direitos humanos aplicados à mulher negra e incentivaram a organização de coletivos, institutos, associações. Em consequência, a participação no Estado e os vínculos com movimentos sociais conduziram-nas a formar as organizações de mulheres negras nos seus respectivos países.

O segundo tipo de ativismo começa com o engajamento das ativistas nos movimentos feministas. Desse ponto de vista, as reivindicações focavam temas de saúde, violência, sexualidade, trabalho. A participação nos Encontros Feministas Latino-americanos dessas ativistas foi notável. Sua participação apontou para a visibilização da discriminação e demais exclusões ao relacionar as perspectivas de gênero com as raciais.

O terceiro tipo de ativismo surge de trajetórias de ativistas que se mobilizam principalmente no movimento negro. A principal crítica ao MN vinha das mulheres que colocaram o tema de gênero. A crítica ressaltava o caráter subordinado da mulher nos espaços de decisão política. O tema de gênero, da mulher negra na sociedade, da sexualidade da mulher, da violência de gênero, eram tópicos que respondiam aos próprios interesses e projetos. Esse terceiro tipo se desloca do movimento social negro para o movimento de mulheres negras, como ação principal.

Foi visto como as ativistas destes três tipos traçaram trajetórias que as levaram a atuar nos espaços transnacionais, sobretudo dos Encontros Feministas Latino-americanos nos anos 80. Já na década seguinte, as ativistas que mais se destacam são as que mais transitaram em órgãos institucionais, movimentos políticos e organismos internacionais, e transitam sobretudo em cenários transnacionais, como as Conferências Mundiais da ONU, com um trabalho mais profissionalizado e burocratizado.

A década de 90 marca um segundo momento do ativismo transnacional. Foram apresentados os perfis de ativismo das ativistas que se engajam e que consolidam o ativismo em rede na região. Seguindo com a tipologia anterior, o quarto tipo de ativismo emerge da mobilização social e passa por um processo de especialização. Ou seja, as ativistas participam de movimentos de base, associações e organizações não

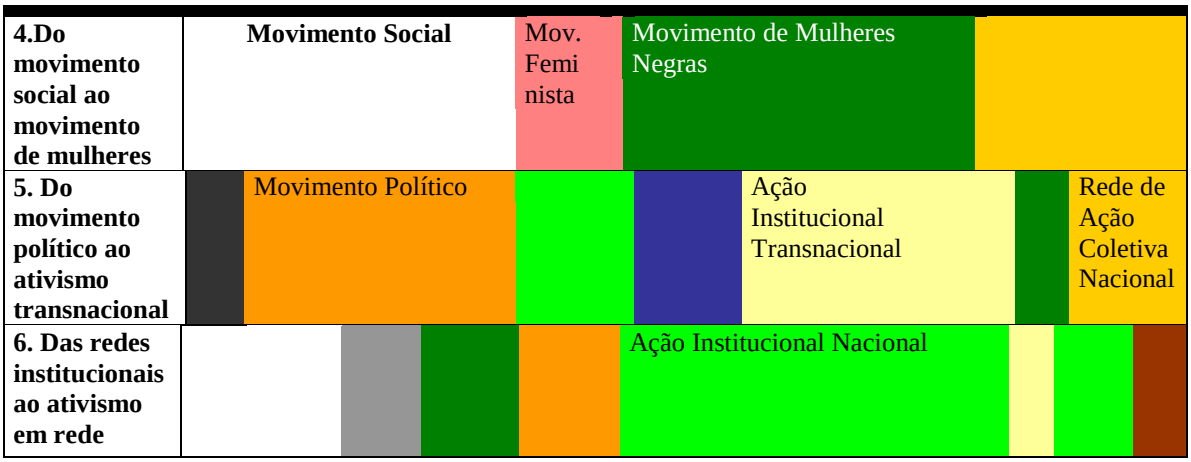
governamentais, ao mesmo tempo em que são profissionais, com interesses sociais e institucionais.

O quinto tipo é constituído por ativistas que transitam do ativismo político ao ativismo social. As ativistas que militaram em movimentos políticos, especialmente de esquerda, consideravam como eixo de ação política o trabalho com as mulheres negras. Daí que sua agenda se dirigisse a temas de raça e gênero.

As trajetórias do sexto tipo de ativismo são definidas pelas relações supranacionais que se estabelecem entre a institucionalização e a transnacionalização do ativismo. As ativistas que representam esse tipo de ativismo transitaram por órgãos do governo, sem serem alheias às relações internacionais entre organismos governamentais, não governamentais e transnacionais.

Quadro 5. Tipos de trajetórias de ativismo e fases de constituição da RMAAD

Tipo de trajetória / Fase	**Primeiro Momento: 1980-1992**				**Segundo Momento: 1992-2001**	
1.Da instituição ao movimento de mulheres				Ação Institucional Nacional	Movimento de Mulheres Negras	
2. Do movimento negro ao movimento de mulheres	Movimento Negro				Movimento de Mulheres Negras	
3. Do movimento feminista ao movimento de mulheres	Movimento Feminista				Movimento de Mulheres Negras	Rede de Ação Coletiva Internacional



RMAAD

Constata-se neste quadro que, para 1992, ano de formação da Rede de Mulheres Afro Latino-americanas e do Caribe, a maioria das mulheres faziam parte de movimentos de mulheres negras em seus países. Toda elas, durante as décadas 70 e 80, participaram ora dos movimentos negros, ora dos movimentos feministas.

Nota-se também que a geração de ativistas dos anos 90 participou frequentemente em instituições nacionais e transnacionais. Dentro das primeiras estão as instituições do Estado como parlamento ou secretarias; já as segundas fazem referência a organismos como as Nações Unidas ou a Cepal; agências internacionais e ONGs.

Ao final da década, a maioria das ativistas fazem parte de redes de ativismo, conectando os ativismos locais em diversos espaços transnacionais. Em consequência, ao longo da década de 90, é perceptível a especialização dos movimentos e a articulação com organismos internacionais e não governamentais nesses espaços. Esses diferentes tipos de trajetória permitem entender que o ativismo em rede é formado por indivíduos que transitam nos espaços nacionais e internacionais e entre organizações, conseguindo atrair recursos e adeptos para uma causa política.

Esses casos empíricos constituem o que Tarrow descreveu como "cosmopolitas enraizados" (*rooted cosmopolitans)*[114]. As ativistas que formam o corpo deste trabalho são cosmopolitas enraizadas na medida em que, por um lado, transitam em espaços transnacionais e , por outro, conseguem articular temáticas particulares e ações políticas conjuntas entre organizações e entre as organizações locais e os Estados.

Trata-se também de ativistas que dentro de um território nacional engajaram-se na temática da identidade e da articulação com o Estado. Os tipos de trajetória mostram que a rede está baseada em alianças entre indivíduos com percursos distintos, mas com interesses e significados compartilhados. Também mostra que a posição de cada ativista na hierarquia interna do ativismo se deve à quantidade e à qualidade dos laços de cada indivíduo na rede.

As trajetórias das ativistas que conformam os diferentes tipos de ativismo, expostos neste capítulo, configuram parte central do ativismo transnacional de mulheres negras na América Latina. A circulação destas mulheres nos espaços de mobilização política nos seus países e fora deles permitiu que se aproximassem e intercambiassem ideias sobre a mulher negra na região.

Constatou-se aqui que as ativistas negras latino-americanas começaram a se articular a partir das mobilizações dos anos 70. Suas trajetórias não só permitem traçar a gênese de um ativismo em rede, mas nelas são perceptíveis as causas em torno das quais a rede de ativismo de mulheres negras na América Latina se formou. enfatizaram-se aqui que as condições de mobilização nos países da região facilitaram a ação dos movimentos sociais, sobretudo porque os países de maior população negra na região entravam plenamente em regimes democráticos a longo das últimas duas décadas do

[114] Tarrow, Sidney. 2012. Strangers at the Gates.

século XX. Por um lado, se constatam condições favoráveis e oportunidades políticas para a mobilização mas, por outro lado, acredita-se que as temáticas, os valores, e a cultura precisavam de um lugar de ação para criar alianças e laços de interação entre os atores.

As questões interseccionais entre raça e gênero foram mutuamente debatidas desde a década de 80, dando visibilidade a diversos movimentos e organizações sociais. As trajetórias mostraram que muitos movimentos sociais aos quais as ativistas negras se incorporaram, estavam também engajados em diversos outros projetos políticos e de *advocacy.*

As mulheres negras transitaram pelas mobilizações, instituições políticas, organismos internacionais, e participaram em eventos internacionais e regionais. Consequência disto, produziu-se um processo de articulação e de veiculação de formas de ação entre elas, a partir de diversas perspectivas nacionais.

No próximo capítulo serão analisados os contextos em que foram formadas as interações das ativistas. Os espaços políticos onde se pronunciaram as mulheres negras da América Latina durante o período, a saber os Encontros Feministas Latinoamericanos e do Caribe –EFLAC e as Conferências Mundiais da ONU. Esses dois tipos de eventos, como as trajetórias, não foram os únicos disponíveis para o fortalecimento de laços entre as ativistas. Contudo, são dois tipos de eventos, ou cenários, que permitiram que as ativistas articulassem suas propostas em contextos macro, mas com resultados micro.

Capítulo III

Espaço e oportunidades políticas para o ativismo afro latino-americano

3.1 Introdução

Os movimentos sociais são produto da interação entre indivíduos e organizações por meio de laços sociais[115] e formas de ação. Neste capítulo se apresentam os espaços em que se traçaram alianças e propostas de ação entre as ativistas de movimentos de mulheres negras na América Latina.. Os espaços aos quais se referirá este capítulo são os eventos internacionais em que participaram as ativistas negras e/ou nos quais se colocaram e interpretaram as questões interseccionais entre gênero e raça (questões tratadas no capítulo 1). O papel dos eventos foi proporcionar um espaço de encontro para os movimentos sociais, as ativistas independentes, as organizações políticas e partidos políticos. Esses espaços serão chamados de "*espaços transnacionais"*, considerando-os, na linha de Sewell, como "*estruturas espaciais", isto* é, espaços estruturais onde a ação coletiva é levada a cabo. No caso do ativismo de mulheres afro latino-americanas, fala-se aqui de uma estrutura que não tem uma delimitação precisa e que está sempre em movimento [116], onde acontece o ativismo transnacional.

[115] Georg Simmel aponta que uma sociedade é o resultado da interação dos indivíduos. Neste sentido afirma-se aqui a idéia de que a construção de laços e de formas sociais faz parte do processo de formação de um coletivo. "Society exists where a number of individuals enter into interaction. This interaction always arises on the basis of certain drives or for the sake of certain purposes". Simmel, G.The problem of sociology. *On individuality and social forms*. University of Chicago Press. Pg. 23

[116]. Sewell, W. Jr. Space in contentious politics. In: Silence and voice in the study of contentious politics. 2001.

Por um lado há um espaço apto para a interação entre os atores, entendendo que a interação é um processo que constrói formas de socialização e, portanto, uma ação coletiva. Esses tipos de espaços, segundo as palavras de W. Sewell, são "gendered, racialized and classed", com estruturas moldadas por fatos enraizados na vida social, que possuem suas próprias lógicas de ação, autônomas, ou relativamente autônomas,[117]. Isto é, o significado e o uso dos espaços são, eles próprios, o foco para a ação dos movimentos sociais. Entende-se que nesses espaços procura-se alcançar determinados objetivos, conferindo-lhe significação e um valor simbólico de luta para alcançar a mudança social.

Por outro lado, o ativismo transnacional que se desenvolve nestas estruturas espaciais é entendido como "a articulação entre indivíduos, organizações e instituições, assim como o compartilhamento de estratégias de ação política entre ativistas" [118].

A significação dos espaços para os laços sociais.

Segundo Tarrow (2012), a invenção de novos termos e conceitos de confrontação política possui duas características que permitem sua difusão: ressonância simbólica e modularidade estratégica.

A primeira sugere que determinados conceitos ressoam nos cenários de confrontação política e são articulados de maneira estratégica para conseguir determinados fins. A modularidade estratégica, por sua vez, se refere ao grau em que os termos que emergem num determinado contexto podem ser transferidos a outros contextos, sem perder as vantagens possuídas originalmente (Tarrow, 2012, p. 161-162).

[117] Sewell, William Jr. Space in Contentious politics. In: Aminzade et al. Silence and Voice in the study of contentious politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 64

[118] Tarrow, Sydney. Strangers at the Gates. Cambridge: University Press, 2012

Havendo em maior ou menor grau estas características, a difusão de uma certa linguagem contenciosa depende da interação entre os atores. Portanto, se espera que os repertórios discursivos sejam colocados nos espaços transnacionais e difundidos na mobilização social[119]. As ativistas negras confrontam uma linguagem contenciosa nos espaços transnacionais, reivindicando a posição das mulheres negras na sociedade latino-americana, e se posicionando contra a discriminação e a desigualdade social.

De fato, os discursos sobre a realidade e a diversidade das mulheres na América Latina foram um assunto generalizado do ativismo de mulheres durante as décadas 80 e 90[120].

Estima-se que, durante essas duas décadas, os espaços transnacionais ofereceram maiores possibilidades de interação e comunicação, justamente porque uma linguagem "afro latino-americana" se difundia entre as ativistas negras da região. A interação entre as *ativistas afro latino-americanas* se deu nesse contexto de oportunidades e espaços abertos à mobilização dos coletivos de ação política da região.

Efetivamente não foram estes os únicos espaços de interação com os quais as ativistas afro latino-americanas se depararam, mas foram sim aqueles que reuniram uma maior quantidade de ativistas negras obedecendo a um processo de difusão do ativismo. Os espaços transnacionais ofereciam, então, maiores possibilidades para a interação destas e de outras ativistas de movimentos de mulheres[121].

Portanto, como foi dito, os espaços aqui analisados fazem parte do processo de articulação do ativismo transnacional de mulheres afro latino-americanas. São eles os Encontros Feministas Latino-americanos e do Caribe –EFLAC- e as Conferências

---

[119] Tarrow, Sidney.2013, Language of Contention. Revolutions in words 1688-2012. Cambridge: Cambridge University Press.

[120] Alvarez, 1998

[121] Segundo Simmel, as formas de relação entre os indivíduos, apesar de ter variados conteúdos, "a forma mantêm sua própria identidade e demonstra que pertence a uma esfera governada por suas próprias leis e pode ser legitimamente abstraída de outras esferas".Simmel, The problem of sociology, p. 29.

Mundiais da Organização das Nações Unidas –CM ONU-, pois esses dois eventos acontecem de forma rotineira durante os anos 80 e 90, e são espaços de frequente participação das ativistas afro latino-americanas, portanto são espaços de ativismo afro latino-americano[122].

Os espaços transnacionais e o ativismo de mulheres afro latino-americanas

Considera-se aqui o termo *"ativismo afro latino-americano"* como um tipo de ativismo transnacional que se desenvolve em distintos espaços onde se promove a interação entre os indivíduos e as organizações dos diferentes países da região[123]. Este ativismo, no caso das mulheres negras de América Latina, surgiu com a idéia de desenvolver um movimento de mulheres mais abrangente e cosmopolita.

Nos anos 80, o movimento feminista, os movimentos negros da região e outros movimentos políticos encontravam-se na arena pública nacional e internacional. Por causa dos vários processos de redemocratização, se ampliavam os espaços de mobilização para os coletivos políticos. Esses movimentos, o negro e o feminista, foram alianças estratégicas dos movimentos de mulheres negras, porém foi com as feministas que colocariam na agenda pública a problemática racial conectada aos temas de gênero. No entanto, os movimentos negros foram, muitas vezes, locais de militância das ativistas afro latino-americanas e como militantes desses movimentos participaram dos eventos internacionais.

Os eventos internacionais formam uma parte importante deste processo de formação, ou de gênese, do ativismo transnacional. Os objetivos gerais destes eventos buscavam colocar os diversos temas e problemáticas sociais das mulheres na arena

[122] Sewell, W. Jr. Space in contentious politics. In: Silence and voice in the study of contentious politics. 2001.

[123] Tarrow, 2012

política. Para isso, os eventos funcionavam como espaços abertos para a formação das alianças entre as diversas ativistas de diferentes países: *espaços transnacionais*[124].

A primeira parte do capítulo vai mostrar quais são esses contextos (espaços transnacionais) e o que eles representam para conseguir construir alianças entre ativistas de distintas culturas e identidades nacionais[125].

A segunda parte se concentra em distinguir as ações e estratégias das mulheres negras nesses contextos. A tese aqui apresentada aponta que as alianças políticas entre os atores são modulares[126] e se baseiam nas aproximações individuais ao ativismo[127]. Ou seja, as articulações das feministas latino-americanas vão se ampliando ou encolhendo segundo o espaço transnacional em que se desenvolvam. As trajetórias de ativismo são, por um lado e segundo nossa perspectiva, a base para a atuação destas ativistas. As experiências como feministas ou como militantes de outros movimentos, se articulam para desenhar ações em conjunto.

Seguindo a metodologia de Keck e Sikkink (data), se propõe a demonstrar que a estratégia dos atores esteve orientada a promover as questões raciais e de gênero nos espaços transnacionais, com ressonância nas distintas ações coletivas das mulheres negras.

Sabendo que a difusão das formas de mobilização de um espaço a outro é o resultado de um processo de interação entre as ativistas, a intervenção estratégica num espaço é difundida, mas não reproduzida, a outras estruturas espaciais, provocando

---

[124] Tarrow, 2012; Mathieu, Lilian. L'espace des mouvements sociaux. Paris: éditions scorpio, 2012.

[125] Contra a idéia do choque de civilizações de S. Huntchinton.

[126] Tarrow, 2012, op-cit

[127] Ao mesmo tempo, as ações propostas pelas ativistas, dependem no compartilhamento de experiências e das distintas aproximações ao ativismo

assim mudanças sociais[128]. O fio condutor da difusão, neste caso, é a interseção entre as categorias de raça e gênero.

3.2 Espaços transnacionais do ativismo afro latino-americano de mulheres entre 1980 e 1995

Em 1975, durante a I Conferência Mundial sobre a Mulher no México, a Organização das Nações Unidas declarou o período de 1976 a 1985 como a Década da Mulher. Muitas análises coincidem em valorar este fato como o catalisador para a exposição das questões e condições das mulheres em América Latina, que se espalhariam por diferentes espaços internacionais. As hipóteses que aqui se seguem são, em primeiro lugar, de que a declaração da Década da Mulher estimulou a visibilização das problemáticas de gênero em diversos espaços transnacionais. Portanto, os temas das mulheres negras da América Latina foram também expostos em diferentes cenários, especialmente nos Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe –EFLAC- e nas Conferências Mundiais da ONU. A segunda hipótese é de que se as ideias se difundem e as identidades se constroem entre as ativistas por que encontram um cenário apto para expor as suas demandas e reivindicações, as causas que incentivam as ativistas dos movimentos de mulheres negras da região a participar nesses espaços, são construções semelhantes da sua história[129].

O objetivo aqui é de desenhar a articulação das ativistas negras latino-americanas nos diferentes espaços transnacionais, entender a maneira pela qual se

[128] Sikkink, Katherine. Caderno em Foco. No.2. vol. 3. 1999

[129] Diani,M. 2003;. Social movements and networks (co-edited with Doug McAdam), Oxford University Press; SOULE, S. 2004 "Diffusion processes within and across movements". In: Snow, D; Soule, S; Kriesi, H. The Blackwell Companion to Social Movements. Blackweel Publishing..

constrói o ativismo transnacional e demonstrar também que as ativistas negras latino-americanas conseguiram introduzir o debate racial e de gênero nesses espaços, promovendo a interação entre elas e a consequente formação de uma Rede de Ativismo Transnacional. Portanto, o estudo dos contextos de formação do ativismo transnacional permite demonstrar que a participação das ativistas em certos cenários internacionais foi utilizada não apenas para produzir o efeito *boomerang*[130], mas também como estratégias e oportunidades para a criação de um ativismo transnacional ou de redes de ativismo.

Por um lado, oito Encontros Feministas Latino-americanos foram organizados entre 1980 e 2001. A participação das ativistas negras nesses eventos foi uma estratégia para demonstrar que as especificidades da mulher negra deviam ser pautadas, questionadas e reativadas. Essa orientação visava ações não estatais, pequenas e específicas por parte das feministas negras latino-americanas, com resultados em curto prazo[131].

Por outro lado, as Conferências Mundiais organizadas pelas Nações Unidas foram oportunidades para a ação política dos movimentos sociais. No mesmo período, foram realizadas nove conferências (duas na década de 80 e sete entre 1990 e 2001). Segundo Tarrow, as oportunidades políticas são mais ou menos abertas dependendo do contexto em que se desenvolvam[132]. Neste caso, as Nações Unidas ofereciam espaços de interlocução abertos a coletividades e grupos não só institucionais. As ativistas negras

[130] O efeito *boomerang* foi descrito por Keck e Sikkink, 1998, para demonstrar que as demandas e os discursos dos ativistas vão além das fronteiras nacionais, e ingressam em demandas compartilhadas por um coletivo transnacional, ou se confrontam a ele. Espera-se que um dos resultados seja logo algum efeito de mudança social no nível nacional. .

[131] Entre 1980 e 2001, foi criada a maioria das organizações de mulheres negras que atualmente existem na América Latina. Ribeiro, Matilde. 2003.

[132] Tarrow, S. 2009, Outsiders inside and insiders outsiders: linking transnational and domestic public action for human rights. Cadernos CRH vol 22 no 55. Salvador jan/apr.,

latino-americanas dialogavam tanto com feministas, quanto com governos e instituições não governamentais para mobilizar ações e recursos.

Esses dois tipos de eventos são espaços que facilitaram a participação das organizações de mulheres negras e, em consequência, a construção de mecanismos de ação para sua articulação[133]. As representantes dos diversos coletivos interatuaram dentro de uma série de situações nos eventos transnacionais, provocando a estruturação de uma rede de sociabilidade. Assim, a articulação das ativistas e a interconexão de seus temas de interesse em espaços transnacionais são os elementos geradores do ativismo transnacional.

Esses espaços, ou, como diria S. Tarrow, "eventos de protesto transnacional" [134] são lugares em que as ativistas reivindicam e expõem as propostas que compõem suas campanhas de protesto[135].

Tanto as Conferências quanto os Encontros são mecanismos que permitem a articulação dos ativismos[136] e estão inclusos nos processos de formação e consolidação das redes de ativismo. Em tais eventos, as ativistas locais que pensam e participam

---

[133] A partir da idéia de que os processos sociais têm uma causa e um mecanismo que os produzem, McAdam, Tarrow,e Tilly, definem mecanismo como "uma classe delimitada de eventos que alteram as relações entre um conjunto determinado de elementos sob uma variedade de situações" (2001, pg:5). Os autores identificam três tipos de mecanismos: ambientais, interpretativos e relacionais. Estes mecanismos são os que permitem entender as causas do ativismo transnacional. No capítulo sobre enquadramentos e ações, esse instrumento analítico será utilizado para entender o caso empírico da rede de ativismo transnacional de mulheres negras latino-americanas.

[134] Tarrow apresenta uma definição mais ampla para ativistas internacionais, sendo: "indivíduos e grupos que mobilizam recursos e oportunidades nacionais e internacionais para promover reivindicações em nome de atores externos, contra adversários externos, ou em favor de metas que eles têm em comum com os aliados transnacionais" (Tarrow, 2012: 186).

[135] "Campanhas de protesto são processos de construção de problemáticas, limitados pelo contexto da ação em que eles são levados a cabo: os ativistas identificam um problema, especificam uma causa e propõem uma solução, tudo no interesse de ~~a~~ produzir uma mudança processual, substancial e normativa na sua área de preocupação" (Keck e Sikkink, 1998: 8).

[136] McAdam, D, Tarrow, S, Tilly Ch, 2001. Dynamics of Contention. :NY

globalmente têm o objetivo de fazer a ponte entre as políticas nacionais e a articulação transnacional de maneira sistemática[137].

Os Encontros Feministas Latino-americanos e do Caribe representam os espaços em que se desenvolvem estratégias de interação entre as ativistas negras latino-americanas. Sua articulação transnacional pode ser narrada a partir da genealogia desses eventos e das sistemáticas interações, fluxos e relações entre os atores[138].

Na década dos 80, cinco EFLAC foram organizados, e três na década seguinte. Já a maioria das Conferências Mundiais da ONU aconteceu na década de 90. Esse dado merece atenção porque a participação das ativistas negras latino-americanas em cada evento é diferenciada. Em primeiro lugar, os EFLAC, eventos mais propícios para as articulações regionais onde as problemáticas se enquadram num marco territorial que fortalece os laços de ativismo. Nos eventos mundiais, por sua vez, as articulações se dão entre as instituições, os Estados e os coletivos. Desse modo, o ativismo é mais abrangente e impessoal, mas com o mesmo objetivo de colocação das problemáticas das mulheres negras latino-americanas no debate coletivo.

Portanto, o período entre 1980 e 1992 constitui a etapa de gênese do ativismo transnacional de mulheres negras latino-americanas[139]; entre 1992 e 2001 ocorre a fase de institucionalização e profissionalização do ativismo. O momento que de quebre[??}

---

[137] Segundo Tarrow, 2009: 153, uma maneira de reforçar essa ponte é mantendo "conexões frouxas" entre os agentes. As redes de ativismo tendem a fazer essa ponte.

[138] Outros trabalhos que também tem analisando o ativismo transnacional do feminismo latino-americano são: ALVAREZ, Sonia; E. Dagnino; A. Escobar. 2000. Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Ed. UFMG. Belo Horizonte; Oleon, 2001; Restrepo, A, Bustamante, X, 2009. 10 Encuentros feministas latinoamericanos y del caribe. Apuntes para una historia en movimiento. Comité Impulsor XI Encuentro Feminista México, D.F, marzo.),

[139] Restrepo, Alejandra. "Tras los rastros del proyecto sociopolítico feminista: Encuentros feministas latinoamericanos y del Caribe. 1981-2014. Tesis. Estudios Latinoamericanos. Universidad Autónoma de México. México, DF. 2016

do movimento é o I Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe em 1992, cenário de formação da Rede de Mulheres Afro Latino-americanas e Afro-caribenhas -RMAAD.

A seguir, são expostos os eventos em que se articulam as ativistas deste estudo em dois momentos separados, respondendo a como e porquê essa articulação se produz e se mantém durante as duas últimas décadas do século XX.

Quadro 3.1. Eventos de protesto transnacional entre 1980 e 2001*

Evento	Cidade	País	Ano	Assunto
1. CM ONU	Copenhague	Dinamarca	1980	Mulheres
2. EFLAC	Bogotá	Colômbia	1981	Desigualdade
3. EFLAC	Lima	Peru	1983	Patriarcado
4. EFLAC	Bertioga	Brasil	1985	Discriminação e racismo
5. CM ONU	Nairóbi	Quênia	1985	Mulheres
6. EFLAC	Taxco	México	1987	Sexualidade
7. EFLAC	San Bernardo	Argentina	1990	Sexismo/Racismo
8. **EMNAL**	**Santo Domingo**	**República Dominicana**	**1992**	**Mulheres Negras/Afro Latino-americanas**
9. CM ONU	Rio de Janeiro	Brasil	1992	Médio Ambiente
10. EFLAC	San Salvador	El Salvador	1993	Redes
11. CM ONU	Viena	Áustria	1993	Diretos Humanos
12. CM ONU	Cairo	Egito	1994	População
13. CM ONU	Copenhague	Dinamarca	1995	Desenvolvimento
14. CM ONU	Beijing	China	1995	Mulheres
15. CM ONU	Istambul[140]	Turquia	1996	Hábitat
16. EFLAC	Cartagena	Chile	1996	Conflito
17. **EMNAL**	**San José**	**Costa Rica**	**1997**	**Mulheres negras latino-americanas**
18. EFLAC	Juan Dolio	República Dominicana	1999	Integração
19. CM ONU	Durban	África do Sul	2001	Racismo

Fonte: Memórias dos eventos.
*CM ONU: Conferencia Mundial da ONU
EFLAC: Encontro feminista latino-americano e do Caribe
EMNAL: Encontro de mulheres negras da América Latina

[140] As Conferências de Dinamarca e Turquia não serão analisadas neste capítulo, pois a participação de movimentos de mulheres foi menos representativa que nas outras Conferências Mundiais da década.

3.3 Ações e estratégias das ativistas afro latino-americanas nos espaços de ativismo transnacional

O objetivo aqui é demonstrar que a relação que se tece entre as ativistas afro-latino-americanas em cada um dos espaços transnacionais se desdobra em ações que repercutem entre os movimentos de mulheres latino-americanas e nos movimentos negros da região, e em estratégias de ação que são usadas desde o começo da década de 80 até o final da década de 90 de maneira modular, segundo o contexto. Uma das nossas hipóteses é de que as redes de ativismo só surgem porque encontram espaços apropriados para a interação dos atores, convertendo-se no que poderíamos chamar de "plataformas de ação". A interação entre os atores acontece, então, porque há um local apropriado para expor ideias e formas de ação.

3.3.1 Emergência da articulação feminista latino-americana na 2ª Conferência Mundial da ONU, Copenhague, 1980

A década de 80 começa com a II Conferência Mundial sobre a Mulher em Copenhague, Dinamarca, que se insere nas atividades propostas pela declaração da Década da Mulher. Este é o primeiro espaço transnacional desta pesquisa (Ev1).

A I Conferência Mundial sobre a Condição Jurídica e Social da Mulher, organizada no México pelas Nações Unidas, em 1975, trouxe avanços importantes para a reflexão e a ação das mulheres no mundo. A adoção da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)[141] pela ONU, em

[141] *A defesa da mulher. Instrumentos Internacionais.* Brasilia: Funag: IPRI : Ministérios das Relações Exteriores, 2003.

1979, fez com que esse acordo fosse divulgado amplamente na II Conferência em Copenhague com o objetivo de que os países também o adotassem.

As Nações Unidas apresentaram, durante o evento, os organismos criados para a promoção da mulher: o Instituto Internacional de Pesquisas e Capacitação para a Promoção da Mulher- INSTRAW e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher -UNIFEM. O objetivo destes organismos era o de "proporcionar o marco institucional para a pesquisa, a capacitação e as atividades operacionais sobre a mulher e o desenvolvimento" [142].

Neste contexto global do decênio da mulher, a participação das mulheres latino-americanas começou ser frequente. O objetivo principal era mostrar que América Latina ganhava um movimento de tipo continental, pois até então os dados davam razão ~~a~~ àqueles que viam o feminismo como um fenômeno característico dos países industrializados e como um grupo eminentemente branco e de classe média. Portanto, as latino-americanas pretendiam confrontar essa imagem mostrando a existência de um movimento no continente.

Assim sendo, o Fórum de Mulheres se destaca durante a II Conferência Mundial sobre a Mulher. A participação dos movimentos feministas de todo o mundo foi notável, e entre eles, os movimentos dos países latino-americanos[143] e os vínculos que conseguiram fortalecer durante o evento.

---

[142] ONU-Organização de Nações Unidas. Las cuatro conferencias mundiales sobre la mujer de 1975 a 1995: Una perspectiva histórica. Assembléia General das Nações Unidas para examinar a plataforma Ação de Beijing. NY: ONU, 2000

[143] Report of the World Conference to review and appraise the achievements of the United Nations decade for women: equality, development and peace". United Nations. Nairobi, 15-26 July, 1985. New York: UN, 1986

A construção de laços entre as feministas da América Latina estruturava a organização das mulheres para alcançar as metas propostas no decênio da mulher. Como consequência, organizou-se o primeiro Encontro Feminista Latino-americano - EFLAC. O 1º EFLAC foi realizado em Bogotá, Colômbia, em 1981.

3.3.2 Primeiro espaço para o ativismo feminista na América Latina : 1º EFLAC, Bogotá, 1981

A organização do 1º EFLAC, em Bogotá, esteve a cargo do Coletivo de Mulheres, dirigido por Maria Cristina Suaza em colaboração com Mara Viveros[144], entre outras ativistas.

Cartaz I EFLAC

Fonte: Memórias I EFLAC

A convocatória para o I EFLAC distinguia a necessidade de "fazer uma reunião de mulheres latino-americanas comprometidas numa prática feminista para intercambiar experiências, opiniões, identificar problemas e avaliar as distintas práticas que elas

[144] Mara Viveros é antropóloga, professora da Universidade Nacional de Colômbia, ativista do movimento feminista da Colômbia durante os anos 70 e 80. Hoje é acadêmica e seus temas de pesquisa se orientam aos estudos de gênero com perspectiva racial.

desenvolvem, assim como planejar tarefas e projetos para o futuro” [145]. Segundo Mara Viveros “os principais temas do primeiro encontro tratavam sobre: - dupla militância-exílio-desigualdades-diferença, contudo o problema racial estava sempre presente” [146]. Este evento, como afirma Julieta Kirkwood, marcou o desenvolvimento do feminismo latino-americano e caribenho.

> Bogotá marcó el tiempo de la recuperación del espacio para las mujeres de un espacio muy especial.. el momento de un desordenado asalto al orden; el tiempo de trabajo se hace canto y fiesta, la razón es desacralizada y puesta en su lugar; se la vislumbra empobrecida y se la enriquece.. Bogotá es la primera experimentación vivida de ese gigantesco estar juntas las mujeres. Fue la primera vez que se reventaron las expectativas[147].

O primeiro Encontro teve o lema: *Llegaron las Feministas* e entre os temas tratados encontrava-se: Sexualidade e vida cotidiana; Mulher e cultura; Mulher e trabalho; Feminismo e luta política[148]. A principal controvérsia que marcou o evento mostrou por um lado, as feministas e por outro lado as políticas ou militantes. As feministas opunham-se à divisão entre 'militantes', 'políticas' e 'feministas' porque entendiam o feminismo como uma forma legítima de prática política. As militantes políticas, por sua vez, alegavam que as feministas poderiam e deveriam se manter nas organizações de esquerda, mas em uma posição autônoma das estruturas partidárias.

---

[145] Suaza, Maria Cristina. 2008, Soñé ...Bogota, p. 189

[146] Entrevista com Mara Viveros pela autora. Janeiro, 2016, Bogotá

[147] Kirkwood, Julieta, 1984. Feministas y políticas. Santiago: FLACSO

[148] Memórias. “Llegaron las Feministas. I Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, Diciembre, 1981, Bogotá”. Ed. Bogotá. 1982

Mulheres que tinham estado no exílio político, sempre questionando as desigualdades e as diferenças das mulheres do continente, formavam uma parte importante das participantes. Estas feministas defendiam que haveria diferentes tipos de feminismo na América Latina, portanto deveria se pensar em 'feminismos latino-americanos', representando a realidade política e social do continente[149].

Cartaz de promoção do 25 de novembro

Fonte: Memórias I EFLAC

Nesse encontro se declara o dia 25 de novembro como "Dia Internacional da não violência contra a mulher". Essa declaração é fruto de uma ampla documentação sobre atos violentos contra as mulheres nas sociedades latino-americanas: estupros, agressões domésticas, tortura, abuso sexual. Dentre as ativistas dominicanas, fortemente envolvidas neste processo, foi Sergia Galván, que tinha militado contra os governos ditatoriais na República Dominicana e atuava agora no movimento feminista AFI, apresentou sua moção de apoio.

[149] Durante os anos de redemocratização em diversos países latino-americanos, diferentes movimentos de mulheres conduziram cenários para a ação política, como os EFLAC. Gargallo, F. , Cú, Maya. 2007. Feminismo y racismo en América latina. Manovuelta. Año 3 (6). México: Universidad Autónoma de México.

A simbologia da data remete ao massacre das irmãs Mirabal, mortas pela ditadura de Trujillo na República Dominicana. Minerva Mirabal foi uma ativista dominicana que denunciou o então Presidente Rafael Leonidas Trujillo (presidente militar entre 1930 e1961) por ameaça de assassinato. Em 25 de Novembro de 1960, Minerva foi encontrada morta junto com suas irmãs Pátria e Maria. Esse foi um dos fatos que desencadeou o fim do regime de Trujillo [150].

3.3.3 Patriarcalismo e racismo: o 2º EFLAC, Lima, 1983.

No 2º EFLAC em 1983, a discussão racial passou ter maior relevância. Nesse evento, a questão foi colocada em Lima, num seminário chamado "Racismos", organizado pelas brasileiras Jurema Batista e Wania Sant'Anna.

Embora o tema desse encontro fosse "*De Bogotá a Lima: Feminismo y Patriarcado*", e sendo as representações patriarcais no subcontinente o tópico central do encontro[151], as ativistas negras conseguiram se posicionar sobre a discriminação racial com o argumento central de que nas sociedades patriarcais latino-americanas, a maioria das mulheres negras na região são pobres ou estão em posições de baixa renda e suas possibilidades de mobilidade social são precárias[152].

Em 1983, as brasileiras quiseram demonstrar as condições sociais das mulheres. A maioria se encontrava em condições de baixa renda. Além disso, as mulheres negras estavam sofrendo a dupla discriminação por serem mulheres e negras. Essa

[150]. Miller, Francesca.1991. Latin American Women and the Search for social justice. Hanover:University Press of New England.

[151] O tema do patriarcado foi transversal em todas as oficinas que ali se levaram a cabo: Patriarcado, Família, Estado, Igreja e Mercado; Patriarcado, subjetividade e corpo; Patriarcado e o vínculo entre poder e saber. (Memórias, II EFLAC)

[152] ibid

problemática se difundia em todos os países latino-americanos com população negra ou afro-descendente. Portanto, todas as mulheres negras latino-americanas estariam implicadas.

Cartaz II EFLAC

Fonte: Memória II EFLAC

Neste contexto, se inicia o debate sobre as diferenças entre a militância feminista e a militância política. Este ponto é importante para entender o posicionamento das mulheres negras nestes debates. As trajetórias de ativismo das mulheres negras mostraram uma circulação em diversos movimentos sociais, enquadrados de maneira comum nos processos de redemocratização da época. Neste momento, também o ativismo se dá a partir da militância feminista, colocando as temáticas de discriminação, racismo, além dos eixos traçados pela organização do encontro: violência, discriminação, desigualdade, organização e mobilização social, etc.

Cabe destacar que o objetivo das ativistas, de maneira geral, era demonstrar que a posição de subalternidade em que se encontrava a população feminina negra na região era consequência da dupla e persistente discriminação racial e de gênero.

Neste encontro se enfatizou que nas reuniões subsequentes deveriam ser colocados os diferentes temas que atingem o racismo e a discriminação.

Propostas da Oficina 21. II EFLAC

21. RACISMO

La composición étnica de América Latina es algo que nos debe llevar a planteamientos sobre los tópicos que el Feminismo en nuestro continente debe contemplar con relación a la discriminación racial. Este hecho nos llevó, a un grupo de mujeres negras e indias, a reflexionar sobre el hecho de que en este II Encuentro Feminista Latinoamericano y el Caribe, no hubo un espacio para la problemática del feminismo y el racismo.

Se produjo un desconocimiento de la realidad del racismo en nuestros países, lo cual es aún más evidente en un país como es el organizador del evento, donde no sólo la mayoría de la población es india y chola y sufre la discriminación, sino también otros grupos étnicos como son los negros, los chinos y los japoneses.

Entendemos que la discriminación racial se presenta en mayor o en menor grado en todos los países de América Latina y del Caribe y en formas variadas, específicas y sutiles.

La discriminación racial va acompañada de la explotación económica y la subyugación social y política. En esa medida las mayorías raciales de nuestros países son doblemente explotadas. Nosotras como mujeres racialmente discriminadas estamos triplemente explotadas.

Pensamos que debido a una falta de toma de conciencia se ha negado en este II Encuentro el espacio que corresponde a esta dimensión de la lucha latinoamericana y del Caribe.

Es por esto que este manifiesto solicita:

1. La inclusión del racismo y feminismo como tema en los próximos Encuentros Feministas.
2. Una declaración contra el racismo por parte de este Encuentro.

Fonte: Memórias, II EFLAC, Julio 1983. Revista de las Mujeres, no. 1. Isis Internacional e Colectivo Coordinador do *II Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe*. Junio, 1984, p. 77

Participação das ativistas afro latino-americanas

As ativistas dominicanas participaram desde o primeiro encontro, destacando-se, neste II EFLAC, a participação de Sergia Galván e também na oficina sobre racismo organizada pelas brasileiras. Suas colocações focavam na interconexão entre raça e gênero em todas as problemáticas sociais que situavam a mulher negra numa posição inferiorizada em relação ao conjunto da sociedade latino-americana. Sergia Galván ressaltava a luta das mulheres contra a violência doméstica e contra as condições do

trabalho doméstico. Destacava que a maioria de mulheres que sofre violência intra-familiar e abuso sexual, assim como a maioria das mulheres ocupada como empregada doméstica, é negra[153].

Ochy Curiel, por sua vez tem destacado as diferenças sociais que surgem da interseção de diversas categorias sociais. A autora ressalta a sexualidade, a raça e as latinoamericanas. Curiel destacava o papel da sexualidade das mulheres negras na possibilidade de ascensão social das mulheres negras, demonstrando limitações estruturais das sociedades latino-americanas.. Segundo Curiel, o "racismo estrutural se deve à interconexão entre as categorias gênero, raça e sexo que implica a opressão da mulher –negra-lésbica [da América Latina]"[154].

Essas demandas se encaixavam dentro dos objetivos do Encontro que era o de considerar as sociedades latino-americanas como absolutamente patriarcais. Em consequência, devia se debater o patriarcado nas distintas 'esferas sociais', e se mantinha a idéia de que as mulheres, por conta disso, estavam numa situação de subordinação econômica, política e cultural[155].

As ativistas negras brasileiras também frequentaram o II Encontro e foram justamente elas que propuseram debater o tema do racismo na oficina 21 do evento. Jurema Batista e Wania Sant'anna foram as debatedoras.

[153] Entrevista a Sergia Galván..2006
[154] Entrevista a Ochy Curiel pela autora. Janeiro, 2016. Bogotá.
[155] Memórias II EFLAC, 1984

3.3.4 Mulheres negras em movimento. Raça e racismo no 3º EFLAC, Bertioga, 1985 3º EFLAC, Bertioga, 1985

A questão racial dentro do feminismo foi colocada abertamente no III EFLAC, em 1985, ano que fechava a famosa Década da Mulher.

No final da Década, em 1985, a questão das diferenças social e econômica entrecruzada com o quesito racial entre as mulheres latino-americanas estava sendo colocada nos movimentos feministas da região. Uma amostra disso é a formação de organizações de mulheres negras na região[156]. As diferenças socioeconômicas e políticas entre as quais se destacava o componente racial, era visível, no fato de serem mulheres e negras nas sociedades latino-americanas e isso as colocava na base da pirâmide social[157].

Com esse espírito, o lema 3º EFLAC foi "nossos feminismos, nossos corpos, o racismo". Um ato político de mulheres negras foi registrado quando 25 mulheres de diferentes organizações sociais de favelas de Rio de Janeiro[158] manifestaram a intenção de participar no evento sem pagar a inscrição, basicamente em função de falta de recursos financeiros. O grupo tinha a intenção de alertar para as diferenças étnicas, sociais e econômicas entre o conjunto das mulheres. Efetivamente, o episódio provocou vários embates com o movimento feminista que organizava o encontro.

Foi então que começou a transformação da ação dos coletivos de mulheres negras da região. A ação dos movimentos era de visibilizar as distintas problemáticas das mulheres negras da região. Com esse enfoque, as ativistas negras como Lúcia Xavier,

---

[156] Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, Nzinga (Brasil), Coletiva Mujer y Salud (República Dominicana).

[157] Os próprios institutos de pesquisa dos Estados começaram a se interessar pelo tema e pesquisaram quantitativamente, revelando em quanto o quesito racial afetava com maior ou menor grau a sociedade (Hasenbalg, C e do Vale, N, 1981).

[158] Entre elas a Associação de Moradores do Morro do Andaraí, Associação Comunitária do Morro dos Cabritos como relatado por Rosália Lemos em entrevista pela autora, Niterói, , RJ, 2015

Rosália Lemos, Beatriz Ramirez, Sergia Galván, se destacam como as divulgadoras das ações coletivas, enfatizando os temas de violência, saúde, racismo e sexismo das mulheres negras.

Cartaz 3º EFLAC, 1985

Fonte: Memórias III EFLAC. Fundação Ford, Novib, Norad. 1986

Nas memórias do 3º EFLAC consta a participação de coletivos, entre os quais se destacam os seguintes grupos feministas que mantinham laços de ativismo com as latino-americanas:

Quadro 7 Participação das ativistas negras no 3º EFLAC

País	Organização	Ativista
Brasil	Coletivo de Mulheres Negras, BR	Sueli Carneiro
	Mulherio, BR	Lélia González
	Conselho Estadual da Condição Feminina	Thereza Santos
	Nzinga	Rosália Lemos
	Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro	Jurema Batista
	Casa da Mulher	Alzira Rufino
Uruguai	Grecmu- Grupo de Estudios sobre la Condición de la Mujer en Uruguay	Beatriz Ramirez
República Dominicana	Casa de la Mujer-Colectivo Mujer y Salud	Sergia Galván
Haití	Movimiento de Mujeres Dominico-haitianas	Anne Marie Corolian

Fonte: Memórias 3º EFLAC, 1986, p. 100

Esses coletivos são representativos dos movimentos de mulheres negras da região na época[159]. As ativistas afro latino-americanas aqui mencionadas estarão, a partir de então, presentes, de uma ou outra forma, nos espaços transnacionais. Concentra-se nosso interesse não mais na trajetória das ativistas, mas nos laços de interação que se criam no evento.

A única memória de EFLAC que divulga a lista de organizações participantes e mostra um perfil dos indivíduos foi a Memória do 3º EFLAC, publicado em 1986.

[159] Para um estudo detalhado sobre as ONGs de Mulheres Negras Brasileiras na segnda metade do século XX, ver Santos, Sonia Beatriz. As ONGs de mulheres negras no Brasil. Revista Sociedade e Cultura, v, 12, n, 2, Universidade de Goiânia. 2009.

Perfil das Participantes

FAIXA ETÁRIA DAS PARTICIPANTES

	Total (848)		Brasil 490)	
	NA	%	NA	%
- Até 25 anos.....	92	10,8	60	12,2
- 26 a 30 anos	168	19,8	99	20,2
- 31 a 35 anos	183	21,6	102	20,8
- 36 a 40 anos	144	17,0	83	17.0
- 41 a 45 anos	90	10,6	56	11,4
- mais de 46 anos..	84	9,9	35	7,2
- Sem resposta	87	10,3	55	11,2

as-

GRAU DE INSTRUÇÃO

	Total (848)		Brasil (490)	
	NA	%	NA	%
- Primária	60	7,1	54	11,0
- Secundária	112	13,2	70	14,3
- Universitária	658	77,6	353	72,0
- Sem resposta	18	2,1	13	2,7

ico

GRUPOS ÉTNICOS

	Total (848)		Brasil (490)	
	NA	%	NA	%
- Branca	642	75,7	383	78,2
- Negra	59	7,0	44	9,0
- Oriental.....	9	1,1	7	1,4
- Índia	18	2,1	7	1,4
- Mestiça	57	6,7	18	3,7
- Sem resposta	63	7,4	31	6,3

MILITÂNCIA

	Total		Brasil	
	NA	%	NA	%
- Grupos Feministas	475	56,0	255	52,0
- Sindicatos	70	8,2	54	11,0
- Partidos Políticos.....	126	14,8	99	20,2
- Grupos Comunitários	133	15,7	91	18,6
- Outros.....	63	7,4	41	8,4
- Independentes...	143	17,0	93	19,0
- Sem resposta	67	7,9	38	7,7

NÚMERO DE BOLSISTAS

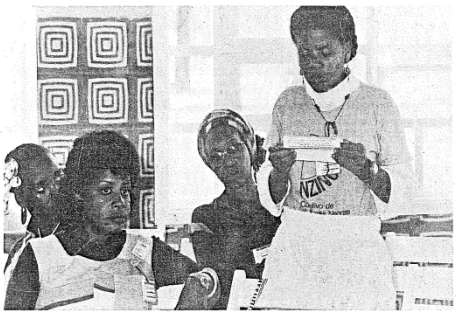
	Total (848)		Brasil (490)	
	NA	%	NA	%
- Receberam bolsas	378	44,6	255	52,0
- Não receberam bolsas	470	55,4	235	48,0

848

Fonte: Memórias do III EFLAC, 1985

As entidades financiadoras foram principalmente a Fundação FORD e OXFAM, que ofereceram a maior quantidade de bolsas para as ativistas participarem. De um total de 848 participantes, 378 (44,6%) receberam bolsas. 56% das participantes militavam em grupos feministas, seguidas por 15,7% em grupos comunitários, e cerca de 15% em partidos políticos. 75% do total se declararam brancas e 7% negras. A maioria das participantes, ao redor de 74%, tinham grau universitário. Portanto, o perfil predominante das participantes era branco, de classe média, entre 26 e 40 anos, com uma maioria ligada a grupos feministas.

Racismo



- ...bueno, yo soy haitiana y mi trabajo con mujeres no se desarrolla en Haití mismo. Yo trabajo en la República Dominicana con las hijas de los braceros haitianos en la República Dominicana. No se menciona a la situación específica de la mujer dominico-haitiana en la República Dominicana. Se hace un enfoque muy global donde se deja totalmente afuera la situación específica de esa mujer. Por lo tanto, hemos creado un Centro que trabaja solamente con dominico-haitianos. Fue necesario hacerlo así, no es por ser exclusivista. Como militante política, primero yo me di cuenta que mi problema, encuanto mujer, no lo podía plantear en mi organización política, "porém" escogí organizarme en instancias feministas. Cuando yo llegué a la instancia feminista yo me di cuenta que mi problema de negra yo no lo podría plantear. Yo tuve que meterme en otra instancia donde se tomaba en consideración otra especificidad. Pero lo que pasa es que en la República Dominicana es difícil encontrar un grupo de mujeres que enfoque la cuestión negra.

- En Perú la mayoría es india, es andina. Hay una población negra y hay una población "nissei"-hijos de japoneses inmigrantes. Y existen también comunidades nativas, indios de la selva amazónica, que de alguna manera conservan sus costumbres... entonces nosotras decidimos "começar a recolher testemunhos" de mujeres que podian ser representativas de cada grupo. "Aí nos demos" cuenta que ser mujer no basta. Que la piel importa. Hay grupos por ejemplo de la clase media donde todas son blanquitas e hay otros grupos que van barrando el color. Hay mestizas como yo, después hay menos blancas, pero no existen grupos de mujeres negras. Y nosotras descubrimos conversando, que el racismo contra el negro existe. El racismo aunque existe en Perú, no es declarado. Y los negros peruanos hacen una cosa, que tratan de blanquizarse, tratan de decir que no son negros. Lo mismo pasa con la gente india. En esa mesa redonda, lo primero es definirnos de qué raza nos consideramos y yo particularmente no sabría lo que decir. Yo soy india, yo soy negra, no sé quién soy.

- ...a moção contra o apartheid foi uma das formas que nós vimos prá agilizar, mas nós podemos, inclusive daqui, tirar uma comissão, daqueles que estiverem interessados, se for melhor uma modificação...

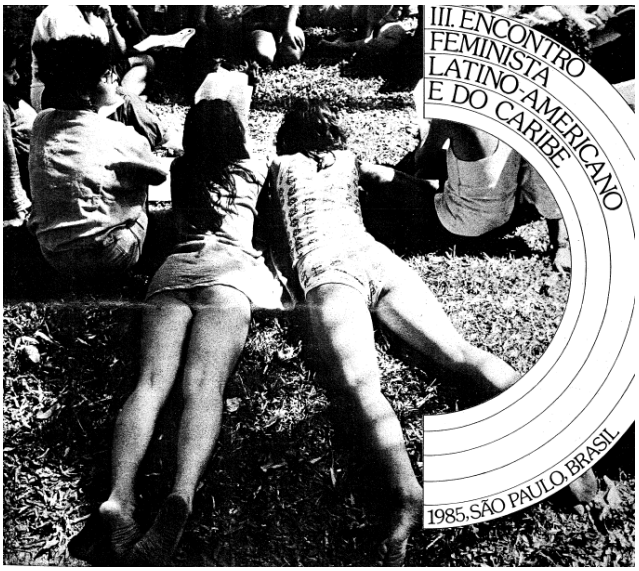
- "O regime racista da África do Sul e o Estado de Emergência decretado para garantir a supremacia das minorias brancas sobre os povos de origem, representam a maior agressão à dignidade humana do nosso tempo. Enquanto mulheres, não podemos ser indiferentes ao crime que representa o regime do Apartheid que impede o exercício da cidadania à população. E mantém a mulher não branca sul africana, principalmente a mulher negra, sua maior vítima, em estado de negação de sua própria existência, transformando-as unicamente em objetos de exploração. Nós mulheres, reunidas no II Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, denunciamos e repudiamos o Estado de Emergência que vem massacrando física e psicologicamente a população sul-africana. Exigimos sua revogação. Exigimos, de imediato o rompimento das relações comerciais e diplomáticas de todos os países da América Latina e do Caribe pelo fim do Apartheid."

"bueno, yo soy haitiana y mi trabajo con mujeres no se desarrolla en Haití mismo. Yo trabajo en la República Dominicana con las hijas de los braceros haitianos en la República Dominicana. No se menciona a la situación específica de la mujer dominico-haitiana en la República Dominicana. Se hace un enfoque muy global donde se deja totalmente afuera la situación específica de esa mujer. Por lo tanto, hemos creado un Centro que trabaja solamente con dominico-haitianos. Fue necesario hacerlo así, no es por ser exclusivista. Como militante política, primero yo me di cuenta que mi problema, en cuanto mujer, no lo podía plantear en mi organización política, "porém" escogí organizarme en instancias feministas. Cuando yo llegué a la instancia feminista yo me di cuenta que mi problema de negra yo no lo podría plantear. Yo tuve que meterme en otra instancia donde se tomaba en consideración otra especificidad. Pero lo

> que pasa es que en la República Dominicana es difícil encontrar un grupo de mujeres que enfoque la cuestión negra"[160].

A oficina sobre racismo foi liderada pelas brasileiras e foi apoiada pelas ativistas negras de outros países.

Cartaz 2 III EFLAC, Brasil, 1985



Fonte: Memórias III EFLAC

A intenção das ativistas negras que tinham organizado a vinda do ônibus a Bertioga era o de provocar a necessidade de reagir frente às discriminações das mulheres negras e colocar em pauta a geração de um novo feminismo próprio, negro e latino-americano. Assim o demonstra o seguinte depoimento numa das oficinas sobre racismo:

> Sou filha de operário, nasci na periferia do Rio de Janeiro e vivi a dificuldade de furar esse bloqueio social e econômico que vive o negro ... essa carga cultural para a mulher negra no

[160] Oficina sobre Racismo. Depoimento. Memórias III Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe. 1986

> Brasil, furando tudo isso chega à Universidade. Agora, aí se sofre realmente o maior racismo, porque aí você é vista como urna intrusa dentro de um novo ambiente que não é o seu, saindo do seu lugar, porque o lugar da mulher negra é na cozinha ou na prostituição. E essa coisa continua quando você quer ser um técnico, por exemplo, eu sou técnica da Secretaria Estadual de Planejamento do Rio de Janeiro e eu tenho que ser um técnico muito melhor para ser respeitada. É um esforço muito grande para aqueles que realmente saem da favela e saem da cozinha para galgar outros espaços. Aqui no Brasil, toda vez que o negro quer brigar por alguma coisa, se coloca que é racismo ao contrário. Só passa a ser racismo ao contrário, quando o negro quer brigar[161].

Segundo Rosália Lemos, Bertioga foi um marco para a organização política das mulheres negras. As duas oficinas sobre feminismo e racismo que ocorreram ao interior do encontro deram inicio a um ativismo feminista negro não só no Brasil, mas em toda América Latina.

> O que se configurou ali [em Bertioga] foi que toda aquela coisa que a gente vinha vivendo, teve um grupo que se atreveu a contestar. A gente vinha resistindo contra o tratamento diferenciado e discriminatório das brancas com as negras.

[161] Memórias III Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe. 31 julho- 4 agosto, 1985, p.33

> Só as mulheres negras que eram escolarizadas eram as que falavam, a gente falava pouco. Naquele ônibus eu disse: agora eu vou falar[162].

3.3.5 Fim da Década da Mulher: 3ª Conferência Mundial da ONU, Nairóbi, 1985.

Na Conferência Mundial sobre a Mulher, Nairóbi, 15-26 Julho, 1985, foram aprovadas as estratégias de aplicação voltadas para o progresso da mulher. O Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para a Década da Mulher, criado em 1975, durante a I Conferencia no México, é convertido no Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).

O tema geral da Conferência girou em torno à igualdade, o desenvolvimento, a paz, as discriminações raciais e a violência. Prestou-se atenção aos temas do desenvolvimento da população, sendo a mulher um segmento fundamental do crescimento econômico das nações. Por isso, condenou-se todo tipo de discriminação à mulher. Cerca de 15 mil representantes de organizações não-governamentais participaram no Fórum de ONGs. Por isto, a conferência foi descrita como o berço do "feminismo global", chamando a atenção para a ampliação de estratégias de ação dos movimentos feministas e de mulheres[163].

---

[162] Entrevista a Rosália Lemos pela autora, setembro, 2015, Niterói, RJ.

[163] Ribeiro, M, 2008. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. Revista Estudos Feministas . Vol. 16. No. 3. UFSC:Santa Catarina.

Participação das ativistas negras latino-americanas

Embora o evento fosse “global”, os temas particulares das distintas comunidades de mulheres tiveram espaço aberto. Nesse contexto se discutiram o racismo, a discriminação e as desigualdades sociais das mulheres negras, em nível mundial. Representando a América Latina, as brasileiras Lélia González e Benedita da Silva participaram nas plenárias e aproveitaram o momento para debater com as lideranças negras internacionais, na sua maioria africana, sobre as raízes culturais e as formas de opressão que compartilham com as populações afro latino-americanas. Dessa maneira, se propunha a ideia de construir ações conjuntas em torno da luta contra as opressões raciais. Em consequência, as ativistas afro latino-americanas difundiram a ideia de uma “africaneidade” na sua cultura e a partir daí, reivindicando uma bagagem cultural e identitária "afro". Durante o evento, grupos participantes de pan-africanistas, inspirados no fiel propósito de W. Du Bois de promover uma unidade africana, repercutiram na América Latina, estabelecendo fortes vínculos com os marcos interpretativos das latino-americanas. A construção de uma identidade “afro” foi promovida, especialmente por Lélia González, em diversos espaços, não só em espaços militantes, mas também acadêmicos[164].

[164] Gonzalez, L. A categoria político-cultural de Amefricanidade. Tempo Brasileiro. No. 92/93. 1988.

Benedita da Silva e Lélia González na III Conferência sobre a Mulher, Nairóbi, Julio, 1985

Acervo Lélia Gonzalez. In: Lélia González. O feminismo negro no palco da história. 2015

A construção de alianças entre as ativistas de diferentes nações foi outra consequência que a Conferência gerou para as mulheres negras. Nesse momento abriram-se as oportunidades para que seus interesses fossem incluídos na agenda dos organismos mundiais. Tal inclusão representava, pois, patrocínios para a execução de projetos referentes a este segmento da população.

As ativistas afro latino-americanas identificaram certos temas como relevantes para a mobilização. Lélia investiu nos temas de racismo e sexismo que, segundo ela, "seriam variações de um mesmo tema mais geral que tem nas diferenças biológicas o ponto de partida para o estabelecimento das ideologias de dominação"[165]

[165] Bairros, Luiza. Lembrando a Lélia González, p.

3.3.6 Sexualidade e raça: 4ºEFLAC, Taxco, 1987

No IV EFLAC em Taxco, México, 1987, foi notável a presença de Agências Financiadoras para projetos de gênero na região: Unifem, Oxfam, Ford, entre outros. Isto advertia num processo de institucionalização e de profissionalização do ativismo feminista para conseguir recursos e relevância das problemáticas de gênero na cena política. Cabe ressaltar que desde a década de 60, a Fundação Ford têm significado uma importante fonte de apoio para atividades de pesquisa na área da saúde, especialmente nas áreas de reprodução e de estudos demográficos[166]. Como resultados das pesquisas se identifica uma relação diferenciada de desigualdade e discriminação contra a mulher, no campo da saúde. Nos anos 80, a Fundação Ford passou a apoiar as propostas de mulheres e para mulheres, assim como ~~a~~ projetos voltados para a saúde materno-infantil e para a sobrevivência de bebês e crianças.

As diferentes tendências do feminismo estiveram refletidas no IV EFLAC, cujo tema foi *La política feminista hoy*. Novos desafios postos pela expansão do movimento entre mulheres pobres, trabalhadoras, lésbicas e não brancas foram a principal controvérsia do evento. Além dos temas que haviam sido tratados nos encontros anteriores, se desenvolveram mais dois nos quais as mulheres negras se manifestaram notavelmente. O primeiro tratava da relação entre feminismo e classes populares e a "feminização" da pobreza. O segundo dava ênfase ao lesbianismo feminista. Nos dois temas era nítida a posição na qual, especialmente, as mulheres negras de América Latina se encontravam.

[166] Reproductive Health: A strategy for the 1990.

Cartaz IV EFLAC

Fonte: Fischer, Amalia et AL. Memórias IV EFLAC. 1987

A presença maciça de mulheres politicamente ativas em movimentos de mulheres (afro-descendentes, indígenas, populares), foi vista como problemática por algumas ativistas. Muitas *feministas históricas* (militantes de longa data) acreditavam que aquela presença maciça do movimento de mulheres impedia a elaboração de "A" agenda feminista e era contraproducente para o avanço da produção do conhecimento feminista[167]. Ochy Curiel foi uma das ativistas que se posicionou criticamente frente ao processo de institucionalização que representava o "novo ativismo feminista", alegando a pouca autonomia que restava para os movimentos de mulheres. Assim sendo, segundo Curiel, essa institucionalização barrava a participação de mulheres lésbicas ou negras ou de setores populares, por causa da discriminação entre as "históricas" e as demais.

> "Muchas de las que llegamos éramos lesbianas, las otras no querían ni tirarse fotos con nosotras. Una lesbofobia impresionante. Salió hasta en los periódicos nacionales… Otro de los conflictos eran con las chicanas, si eran negras o no eran negras, o que onda, si eran latinoamericanas o del Caribe, o

[167] Alvarez, Sonia et al. . 2003. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. Revista Estudos Feministas, vol. 11, no. 2, p. 548

migrantes. Había una cuestión y era la de problematizar la identidad política"[168].

Apesar da frustração de muitas ativistas em geral, em função das diferenças que se expressavam dentro do feminismo, entre "as feministas" e as "massas", foi o momento para que estas últimas promovessem diferentes frentes de luta por direitos e igualdade. No fim do encontro se estabeleceram acordos no tocante à pluralidade do movimento, o que facilitou o trânsito das integrantes para a definição de interesses comuns relacionados com cidadania política e social das mulheres.

A intensa mobilização que provocou o 4º Encontro, com a participação de cerca de 1500 mulheres, demonstrou um processo de maturidade política que não apenas permitiu integrar a questão da mulher ao discurso de classe, mas também redefinir o papel do Estado entre as feministas que vinham de movimentos políticos e de outros movimentos sociais. Portanto, ao conceber o Estado não como adversário, mas como um ente negociador, as mulheres dos chamados "setores populares" marcaram o caminho para construir alianças políticas necessárias para conseguir as demandas que estavam em jogo. Cabe ressaltar que este encontro foi o primeiro em que todos os países da região, salvo Chile, se encontravam num processo de redemocratização, o que oferecia às líderes, dirigentes e demais ativistas as oportunidades de participar publicamente sem temor à repressão[169].

O 4º EFLAC promoveu outros encontros na região como o Encontro Continental de Mulheres, realizado em Havana em 1988. Segundo Vicenta Camusso, ativista negra uruguaia e membro da Rede de Mulheres Afro latino-americanas, "*a partir de 87 se vio*

[168] Entrevista com Ochy Curiel pela autora, janeiro, 2016, Bogotá.

[169] Cejas, Mónica. 2008. Igualdad de género y participación política. Chile, China, Egipto, Liberia, México y Sudáfrica. Mexico, DF: El Colegio de México, p. 109

la necesidad de tener un mecanismo de coordinación para impulsar una política regional antirracista y anti sexista":

> Las mujeres que formábamos parte del movimiento feminista y de mujeres comenzamos a dialogar y tuvimos la oportunidad de conocer la realidad de los países en los cuales vivíamos cada una, y vimos que si bien cada país tenía sus particularidades, la situación de las mujeres negras era de desigualdad, falta de acceso a servicios básicos; la educación iba de escasa a nula; la pobreza era extrema y el flagelo del racismo estaba presente en nuestras vidas y en nuestras comunidades[170].

A partir desse momento começa um processo de profissionalização, burocratização e especialização do ativismo negro latino-americano em diversas temáticas. Nos últimos dois anos da década de 80, surgiu a maioria de organizações e movimentos de mulheres negras na região: Geledés, no Brasil; Casa por la identidad de la mujer afro, na República Dominicana; o Grupo GAMA, no Uruguai; Centro de Mujeres Afrocostarricenses, na Costa Rica, entre outros. As perspectivas destes movimentos confluíam em fortalecer ações e demandas por justiça social nas relações raciais e de gênero.

A intensa mobilização das feministas negras além das fronteiras teve repercussão imediata e irremediável nos contextos internos. No Brasil, por exemplo, foram realizados os Encontros Nacionais de Mulheres Negras onde se incentivava ao governo

[170] Entrevista com Vicenta Camusso, para Awid: http://www.awid.org/es/noticias-y-an%C3%A1lisis/mujeres-afrodescendientes-organizandose-en-america-latina#sthash.afrY1Ahb.dpf

a tomar medidas contra os abusos da sociedade racista sobre as mulheres negras. Com isto, as mulheres ganhavam participação nos espaços de decisão política.

Os contextos de redemocratização dos países da região mudaram a estrutura de mobilização das ativistas. A partir desse momento há maior presença de mulheres em cargos públicos, oficiais[171].

3.3.7 Articulação raça, gênero e sexualidade: 5º EFLAC, San Bernardo, 1990

O V EFLAC em San Bernardo, Argentina, 1990, foi o evento em que as articulações de diferentes setores de mulheres se concretizaram com a formação de distintas redes de ativismo transnacional.

O V EFLAC em San Bernardo, Argentina, foi promovido pelo Movimento Feminista Latino-americano e do Caribe, que se propunha incentivar a formação de redes de ativismo que refletissem os assuntos feministas na região. Entre esses assuntos, os temas raciais tinham lugar privilegiado, sendo um dos tópicos mais financiados pelas agencias internacionais nesse momento. Os principais investimentos das agências e organismos de fomento eram pesquisas sobre a formação e consolidação de organizações sociais de mulheres.

[171] Bairros, L. "A participação da mulher negra nos espaços de poder" Seppir. 2002

Cartaz V Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe, San Bernardo, 1990

Fonte: Memórias V EFLAC

Essa formalização do ativismo e a institucionalização de suas redes estão relacionadas com os processos de internacionalização do feminismo e de outros movimentos sociais, assim como das questões de gênero, de discriminação, de raça e de direitos[172].

Uma das oficinas do eixo de movimentos sociais foi "Mulheres Negras da América Latina e ~~o~~ Caribe". As distintas formas de opressão que determinam a vida das mulheres negras nas sociedades racistas e sexistas da América Latina foram o eixo do discurso neste espaço. Colocou-se a importância da organização das mulheres negras para identificar o gênero e a cor de pele como causa das principais opressões da mulher.

> Las mujeres negras presentes en este Encuentro nos hemos reunido varias veces para discutir nuestra problemática de género y raza e identificar las semejanzas de nuestras formas de vida, así como de nuestras organizaciones. Sentimos la

[172] Stienstra, Deborah. Women's Movement and International Organizations. The MacMillan Press. 1994.

> necesidad de crear lazos más fuertes y de buscar espacios permanentes en las futuras instancias de Encuentros Feministas. Y por eso acordamos trabajar para el fortalecimiento de nuestras organizaciones en nuestros países. (Memória V EFLAC, pg. 18)

O lema da oficina foi "*mujeres de todas las razas, culturas y colores, construyamos otra historia*". Nessa ocasião, então, apresentou-se o projeto de realização de um Primeiro Encontro de Mulheres Negras de América Latina e Caribe em 1992, no Uruguai (em principio).

Para muitas, o 5º Encontro Feminista foi espaço privilegiado para a articulação das ativistas com objetivos comuns. Espaço de denuncias contra a discriminação às mulheres e de demandas pela aceitação das diferenças entre elas.

> Eu participei do V Encontro Feminista em San Bernardo. Foi lá quando Anne Marie Corolian, haitiana, ~~ela~~ convidou as mulheres negras para uma reunião, e aí se discutiu a organização de um encontro latino-americano de mulheres negras que acabou acontecendo em 92 em Republica Dominicana. Ali participou outra pessoa de minha organização que, naquela época, era a diretora executiva[173].

No encontro em San Bernardo se promoveu todo tipo de redes, entre as quais as Rede de Programas de Estudos sobre a Mulher, Rede de Comunicação Progressista Plural e Aberta entre feministas políticas da América Latina e Caribe; Rede de Saúde Mental de América Latina; Rede de Meio Ambiente Feminista. O objetivo das redes era, principalmente, o de promover políticas de gênero nas instituições governamentais

[173] Entrevista com Jurema Werneck pela autora, janeiro, 2015, Rio de Janeiro.

e não governamentais. Nesse V Encontro, as feministas latino-americanas começavam a entrar com peso no aparato governamental e em partidos políticos em seus respectivos países e começaram também a desenvolver ações coletivas dentro da sociedade civil, fundando ONGs[174]. Esse encontro consegue reunir 3500 mulheres, destacando-se a grande confluência de mulheres negras, favorecendo o inicio de uma rede continental de mulheres negras.

Ao lado das redes, as ONGs feministas ganham peso na década de 1990, devendo formalizar suas práticas organizacionais para conseguir interagir com agências governamentais e instituições internacionais (Craske, 2000). Portanto, os ativismos feministas, movimentos de mulheres e redes de ativismo deviam profissionalizar seu ativismo, *ONGinizarse* em termos de Sonia Alvarez[175]. Esse ativismo profissionalizado e profissionalizante esperava exercer pressão internacional para efetuar mudanças nos governos nacionais e assim garantir a implementação de legislações diferenciadas em vista de uma democratização das questões de gênero. Isto é o que Keck e Sikkink têm chamado de *efeito boomerang*[176].

De fato, em vários países da região implementaram-se políticas públicas voltadas para questões raciais e de gênero. Em países como Brasil, Uruguai, Colômbia e na maioria dos países de Centro América e das Antilhas foram criadas secretarias da mulher e de assuntos raciais[177].

---

[174] Como foi exposto no Capítulo 2, a tipologia de ativismo durante os anos 90 passa por participações institucionais, subscrição a movimentos políticos, e ao trabalho em organismos internacionais. Esses trânsitos permitiram a vinculação entre as ativistas, especialmente nos encontros transnacionais.

[175] Alvarez, 1998.

[176] Keck e Sikkink. 1998. Activists beyond borders. Op-cit

[177] As novas constituições políticas dos países latino-americanos entre 1985 e 1999 estabeleceram políticas para a população negra. Na Colômbia, a lei 70 de 1992, ou lei de Comunidades Negras; no Brasil, a emenda constitucional de 1988; a criação de secretarias para populações afro-descendentes como o Instituto Palmares no Brasil em 1996 e a Direção de Assuntos para Comunidades Negras na Colômbia em 1993.

3.3.8 As mulheres negras no Planeta Fêmea: Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, RIO 92, Rio de Janeiro

Na década de 90, propagam-se as Conferências Mundiais temáticas das Nações Unidas. A primeira delas, a RIO 92 ou Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, no Rio de Janeiro.

A oportunidade não podia ser melhor para as organizações sociais de feministas negras, especialmente as brasileiras[178]. Muitas organizações de mulheres latino-americanas estavam sendo, ou tinham sido formalizadas durante os últimos anos e este era o momento de expor as suas reivindicações e demandas aos governos nacionais[179]. O evento reuniu às ativistas com o objetivo de discutir o tema de meio ambiente, principalmente. Várias perguntas rodeavam esse tema como o papel das mulheres na definição de políticas meio ambientais, e o papel das mulheres no debate público de forma geral.

Entre as ativistas negras, a maioria das que são citadas neste e no capítulo anterior, acudiram a esta Conferência. A novidade foi que sua participação se deu como *membras* de organizações de mulheres negras. A importância da participação destas ativistas apoiou-se no papel de promotoras dos aspectos raciais e de gênero na região, tais como violência, saúde e discriminação da mulher. Isto permitiu o diálogo com o

[178] Roland, E . 2000, O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In: Guimarães, A.S.A, Hunlty, L. Tirando a mascara: ensaios sobre o racismo no Brasil. Paz e Terra: São Paulo, p. 245)

[179] Maria Mulher, Porto Alegre; Nzinga, Belo Horizonte, 1989; Criola, 1992; Casa da Cultura da Mulher Negra, Santos, 1990 ; Mãe Andreza, São Luiz do Maranhão;

Estado para uma mudança social nesses aspectos[180] e uma abertura política para a participação dos movimentos na tomada de decisões.

> "as feministas introduziram novas interpretações e propostas para os grandes temas que desafiam a humanidade [desenvolvimento, justiça econômica, direitos das mulheres, educação para adultos, racismo], e deixaram registrada nos documentos oficiais a perspectiva feminista de transformação anti-patriarcal, anti-racista, anti-homofóbica e anti-pobreza da civilização mundial".[181]

Logo no começo da década, importantes periódicos e jornais feministas foram criados para exortar a participação dos movimentos de mulheres nos eventos internacionais. No Brasil, a *Revista Estudos Feministas* e *Enfoque feminista* são exemplo das formas de ação que marcam os movimentos no Brasil. *Enfoque feminista* foi o jornal produzido pela ONG feminista *Cepia* no Rio de Janeiro em 1991, e *Estudos Feministas* é, até hoje, uma revista de difusão das distintas tendências dos movimentos de mulheres e seu primeiro número foi em 1992. Em pesquisa feita nestas revistas, notou-se que várias ativistas negras vêm participando da publicação da revista, colocando a importância de relacionar todos os temas sociais com as categorias de raça e gênero[182].

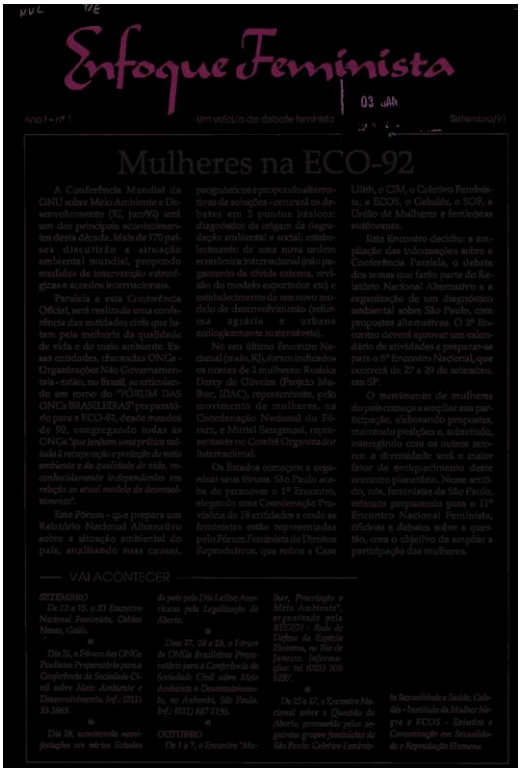
Pode-se notar que os temas expostos pelas mulheres negras para os anos 90 tinham uma ampla difusão através das publicações. Também é visível, nesse momento, uma diversidade de temas compartilhados pela academia, a institucionalidade e/ou a ação coletiva.

---

[180] Arilha e Lago, Cairo +20 e políticas públicas no Brasil: consolidando e ampliando direitos. 2014. São Paulo.

[181] Claudia Ferreira e Claudia Bonan. "Da ONG à ONU. Cotidiano e visibilidade". In: Mulheres e Movimentos. São Paulo. Editora Aeroplano, http://www.mulheresemovimentos.com.br/

[182] Carneiro, Sueli. 1995. Gênero, Raça e Ascenção Social. Revista Estudos Feministas.



Enfoque Feminista

Ano I - nº 1 — Um veículo de debate feminista — Setembro/91

Mulheres na ECO-92

A Conferência Mundial da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RJ, jun/92) será um dos principais acontecimentos desta década. Mais de 170 países discutirão a situação ambiental mundial, propondo medidas de intervenção estratégicas e acordos internacionais.

Paralela a esta Conferência Oficial, será realizada uma conferência das entidades civis que lutam pela melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente. Essas entidades, chamadas ONGs - Organizações Não Governamentais - estão, no Brasil, se articulando em torno do "FÓRUM DAS ONGs BRASILEIRAS" preparatório para a ECO-92, desde meados de 90, congregando todas as ONGs "*que tenham uma política voltada à recuperação e proteção do meio ambiente e da qualidade de vida, reconhecidamente independentes em relação ao atual modelo de desenvolvimento*".

Este Fórum - que prepara um Relatório Nacional Alternativo sobre a situação ambiental do país, analisando suas causas, prognósticos e propondo alternativas de soluções - centrará os debates em 3 pontos básicos: diagnóstico da origem da degradação ambiental e social; estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional (não pagamento de dívida externa, revisão do modelo exportador etc) e estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento (reforma agrária e urbana ecologicamente sustentável).

No seu último Encontro Nacional (maio, RJ), foram indicados os nomes de 2 mulheres: Rosiska Darcy de Oliveira (Projeto Mulher, IBAC), representando pelo movimento de mulheres, na Coordenação Nacional do Fórum, e Muriel Saragoussi, representante no Comitê Organizador Internacional.

Os Estados começam a organizar seus fóruns. São Paulo acaba de promover o 1º Encontro, elegendo uma Coordenação Provisória de 18 entidades e onde as feministas estão representadas pelo Fórum Feminista de Direitos Reprodutivos, que reúne a Casa Lilith, o CIM, o Coletivo Feminista, a ECOS, o Geledés, e SOF, a União de Mulheres e feministas autônomas.

Este Encontro decidiu: a ampliação das informações sobre a Conferência Paralela, o debate dos temas que farão parte do Relatório Nacional Alternativo e a organização de um diagnóstico ambiental sobre São Paulo, com propostas alternativas. O 2º Encontro deverá aprovar um calendário de atividades e preparar-se para o 6º Encontro Nacional, que ocorrerá de 27 a 29 de setembro, em SP.

O movimento de mulheres do país começa a ampliar sua participação, elaborando propostas, marcando posições e, sobretudo, interagindo com os outros setores: a diversidade será o maior fator de enriquecimento deste encontro planetário. Nesse sentido, não, feministas de São Paulo, estamos preparando para o 11º Encontro Nacional Feminista, oficinas e debates sobre a questão, com o objetivo de ampliar a participação das mulheres.

VAI ACONTECER

SETEMBRO

De 12 a 15, o XI Encontro Nacional Feminista, Caldas Novas, Goiás.

Dia 22, o Fórum das ONGs Paulistas Preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Inf.: (011) 35 3865.

Dia 28, convocado manifestações em vários Estados do país pelo Dia Latino Americano pela Legalização do Aborto.

Dias 27, 28 e 29, o Fórum de ONGs Brasileiras Preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Anhembi, São Paulo. Inf.: (011) 867 1135.

OUTUBRO

De 1 a 7, o Encontro "Mulher, Procriação e Meio Ambiente", organizado pela REDEH - Rede de Defesa da Espécie Humana, no Rio de Janeiro. Informações: tel (021) 205 6287.

De 25 a 27, o Encontro Nacional sobre a Questão do Aborto, promovido pelos seguintes grupos feministas de São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, Geledés - Instituto da Mulher Negra e ECOS - Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana.

"Mulheres na ECO-92" Enfoque Feminista. *n.1, 1991*

Também se destacam nessas publicações a difusão e repercussão dos eventos internacionais. No primeiro número de *Enfoque Feminista*, em 1991, divulga-se a realização da Rio 92 e falava-se dos espaços que haveriam para o intercâmbio de ideias, discursos e formas de ação entre as ONGs feministas e os movimentos de mulheres. Na *Estudos Feministas*, o primeiro número da revista (v.0, n.0, 1992) apresentou o dossiê dedicado às Memórias do espaço Planeta Fêmea- PF, promovido pela Conferência, ~~e~~ organizado e coordenado por ativistas feministas brasileiras.[183]. Participaram do PF cerca de 30 mil mulheres de todo o planeta durante os nove dias do evento, e se consolidou como um espaço transnacional em que foi possível acolher o ativismo, as relações, as demandas e reivindicações do conjunto de mulheres.

[183] Rosiska Darcy de Oliveira. Memórias do Planeta Fêmea. Revista Estudos Feministas, n.0, 1992

O Planeta Fêmea, como outros espaços paralelos da conferência, propunha-se fixar ementas e propostas das mulheres no documento final, a Agenda 21. A voz feminina passou da ambição modesta de ser ouvida no espaço público a uma outra, bem mais subversiva, a de formular um outro projeto civilizatório[184]. A Agenda cobria vários tópicos como solidariedade e diversidade, desenvolvimento sustentável, segurança alimentar, entre muitos outros.

O intuito do Planeta Fêmea era propor uma mudança para o mundo que corrigisse os danos causados pelo desequilíbrio da relação com o meio ambiente. “Era uma imensa vontade política de pensar uma transformação que não perpetuasse as exclusões da sociedade capitalista e que construísse uma ética baseada no respeito às diferenças"[185].

Fonte: Oliveira, Rosiska Darcy de; Corral Thais. 1992. Planeta Fêmea. Rio de Janeiro: Coalizão de Mulheres Brasileiras.

Tratava-se de um espaço dedicado a reivindicar as contribuições das mulheres para a mudança social. Assim, nas memórias do Planeta Fêmea, se disse que as mulheres ali reunidas não estavam apenas para se apresentarem como vítimas de seu

[184] Oliveira, Rosiska, Revista Estudos Feministas, n.0, v.0. 1992

[185] Priscilla Caroline Brito. 20 anos depois de Planeta Fêmea. CFMEA, n. 172, junho, 2012. (http://www.cfemea.org.br/index.php/colecao-femea-e-publicacoes/colecao-femea)

exílio da história. Mas, estavam ali para exigir direitos e reivindicar responsabilidades. "O Planeta Fêmea foi antes de tudo um ponto de vista" [186].

O espaço teve apoio de diversas entidades não governamentais como a International Women's Health Coalition; Global Fund for Women; MacArthur Foundation; Women's Programme/ Dutch Ministry of Foreign Affairs; grupos e organizações de mulheres de todo Brasil. A comissão organizadora deste espaço esteve a cargo de reconhecidas feministas: Rosiska Darcy de Oliveira, Thais Corral, Maria Aparecida Schumacher, Sônia Alves Calió e Sônia Corrêa.

A Rio 92 ocorreu entre os dias 2 e 14 de junho 1992; um mês depois, de 19 a 25 de julho aconteceu o Encontro de Mulheres Negras de América Latina.

Participação das ativistas negras

Na Rio 92, participaram as ativistas negras de diversos países latino-americanos. Militantes negras brasileiras, uruguaias, colombianas, dominicanas, costarriquenses, entre muitas outras nacionalidades expuseram principalmente os temas sobre violência, direitos humanos e discriminação e ecologia. Rosália Lemos[187] aborda as principais atividades de organizações que visavam articular questões relacionadas às mulheres negras, tal como fez a GAECO[188], a partir de seu boletim informativo. A autora lembra as atividades desenvolvidas por esta e outras organizações, coordenando diversas atividades que relacionavam ambiente, ecologia e população afro-brasileira, ECOAFRO: A tribuna contra o racismo, GAECO e CRIOLA: Tratado Contra o

[186] Oliveira, Rosiska Darcy. Memórias do Planeta Fêmea. In:

[187] Lemos, R.1997. O Feminismo Negro em construção: a organização das mulheres negras no Rio de Janeiro. Dissertação. UFRJ, Rio de Janeiro, p. 96

[188] "O Grupo de Ações Ecológicas em Comunidades –GAECO, surgiu para tentar ampliar esta visão sobre Ecologia, buscando desenvolver a Educação Ambiental junto à população afro-brasileira". (Lemos, 1997,p. 94-95.

Racismo e "A ecologia além do útero", que abordava a situação ambiental vivida por mulheres negras nas comunidades faveladas.

3.3.9 6º EFLAC, San Salvador, 1993

Depois da RIO 92, as feministas centro-americanas organizaram o I Encontro Feminista Centro-Americano em Montelimar, Nicaragua. Na Agenda de Montelimar se reconheceram as diferenças e os distintos níveis de aproximação ao feminismo dos movimentos de mulheres e se exigia que os temas sobre racismo e discriminação fossem expostos nos encontros transnacionais[189]. Tal agenda foi relembrada em 1993, durante o VI Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe para tratar esses temas centrais.

O EFLAC se realizou em Costa del Sol, El Salvador, e reuniu mais de 3500 participantes. Insolitamente, a abertura do Encontro se realizou no espaço do aeroporto Internacional, onde mais de 70 feministas de diversos países foram impedidas de entrar ao país e detidas no aeroporto até a sua deportação. O motivo desta detenção foi a participação no Encontro Feminista, o que alertava o movimento sobre a violência que ainda exerciam os Estados e as sociedades contra as mulheres (segundo Norma Blásquez, como bruxas perseguidas pelos seus *aquelarres* nos séculos XVI e XVII[190]).

O fato de impedir a participação das ativistas foi um preâmbulo para que as atividades do Encontro mostrassem a necessidade de discutir a participação da mulher em todos os espaços de decisão política, a discriminação das mulheres, a racialização do feminismo. O fato revelou e constatou que o movimento feminista lutava contra toda forma de repressão; que o movimento não era homogêneo e que estava baseado na

[189] Alvarez, S. et al. Encontrando os feminismos latinoamericanos. Estudos Feministas. Vol. 11. N. 2. 2003, p. 551, ver também: "Desenredándonos : recordando de San Bernardo a Montelimar. Newsletter. Comité 6º EFLAC. Em: Juanita Díaz-Cotto." Lesbian-Feminist activism and latin american feminist encuentros". in: M. Blasius. Sexual Identities, Queer Politics. Princeton: Princeton University Press. 2001.

[190] Graf, Norma Blazquez. 2008. El retorno de las Brujas. Mexico D.F: Centro de Investigaciones Interdisciplinares en Ciencias y Humanidades, Universidad Autónoma de México.

diversidade de ativistas e ativismos e que o reconhecimento de que a realidade social latino-americana afeta de forma diferente as mulheres da região, dependendo de seu lugar de origem –cor, raça, etnia e classe.

Memórias do VI EFLAC

Sergia Galván, da República Dominicana, dirigiu o *Foro de Mujeres negras e indias*, durante o VI EFLAC. Neste marco estava colocada a questão da etnia e a raça da seguinte maneira:

> ..el Encuentro es una instancia para el intercambio de diversas experiencias, sin embargo se evidencia que en este Encuentro faltan espacios para discutir asuntos específicos y primordiales en torno a la violencia hacia las mujeres negras e indígenas, no parece ser suficiente la presencia de estas mujeres en el movimiento[191],

Sergia apontou a necessidade de agir contra o sexismo, o racismo e a discriminação contra mulheres negras. A violência, a falta de participação e todos os

[191] Depoimento de Sergia Galván em: Blandón, María Teresa. 1994. *Memorias VI Encuentro feminista latinoamericano y del Caribe. San Salvador, 1993*. CEE, Embajada Real de los Países Bajos, FRAUEN.

elementos que corrompem os direitos cidadãos e da mulher, seriam elementos que deveriam ser colocados na agenda do evento.

É neste momento que a cresce a relação conflituosa entre os indivíduos e é quando o conflito dá forma à rede de relações; Sergia destacou também que um dos principais espaços de discriminação se encontrava entre as feministas. Esse era um dos "nós" que enfrentava o movimento feminista.

> A través de testimonios de compañeras de diferentes orígenes, se estableció que vivimos en un mundo sexista, racista, donde nosotras las mujeres somos discriminadas y también somos discriminadas aquí... O sea que el racismo es como parte de todo el proceso de socialización patriarcal y que por lo tanto es una responsabilidad que tenemos todas y cada una de las mujeres feministas, y como un gran desafío que como feministas tenemos[192].

Entre as organizações participantes no encontro estavam os grupos feministas ou de mulheres, o movimento amplo de mulheres e as ativistas autônomas. As lésbicas confrontaram o tema da reprodução da desigualdade e discriminação das mulheres lésbicas e negras. Ochy Curiel, da República Dominicana envolveu-se na discussão do reconhecimento da mulher negra e na reivindicação dos direitos das mulheres, entre os quais a sua sexualidade[193]. Entre as oficinas, destaca-se *Saliendo del closet: explorando el lesbianismo*, coordenada por Curiel.

[192] IBID, pg. 58

[193] Ochy Curiel participa neste Encontro como feminista autônoma e ativista do Movimento lésbico-feminista da América Latina e o Caribe.

Outra questão na qual as ativistas negras se articularam foi na mobilização de recursos para o ativismo[194]. As ONGs mantinham compromissos com agências internacionais de fomento de projetos e recursos em variados temas. A relação das ONGs com agências financiadoras foi um tema relevante durante o Encontro, pois as atuais ONGs se nutriam dessa maneira para circular os discursos, projetos e demandas. Enfim, as agências constavam como uma via pela qual as ativistas conseguiam participar dos espaços transnacionais e realizar projetos de ação política.

Nesta ocasião, foram designadas as ativistas que representariam o Movimento Feminista Latino-Americano e do Caribe na IV Conferência sobre a Mulher a ser realizada em Beijing em 1995. Contudo, antes dessa Conferência, duas outras Conferências mundiais foram realizadas em 93 e 94: -Direitos Humanos e -População e Desenvolvimento, respectivamente. Em ambas foi relevante a participação das latino-americanas.

3.3.10 Conferência Mundial de Direitos Humanos. Viena. 1993

Para algumas mulheres, a Conferência de Viena foi "sem sombra de dúvida, o momento em que se colocaram os direitos das mulheres como direitos humanos. Entre outras coisas se reforçava que o assunto da violência contra as mulheres, por exemplo, é um assunto de violação de direitos humanos..[essas colocações são] produto de demandas feitas a partir das distintas organizações de mulheres e feministas, assim como sua participação no ativismo antes, durante e depois destes eventos internacionais"[195].

[194] McAdam, McCarthy, Zald, 1996

[195] Entrevista a Dorotea Wilson, coordenadora da Rede de Mulheres Afro-latinoamericanas, in: www.mujeresafro.org

A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos em Viena, 1993, foi o cenário de participação das redes de ativismo transnacional e o momento em que se conectaram diferentes assuntos de direito ligados a gênero e a raça, constatando que a interseção entre essas categorias produz distintos tipos de opressões[196]. Esse era o discurso do feminismo negro americano que repercutia em diversos movimentos de mulheres e redes de ativismo afro latino-americanas. Nos espaços de discussão dos direitos da mulher se postulou que os direitos das mulheres são direitos humanos, portanto as mulheres têm o direito de não ser discriminadas por causa de sexo, raça e condição social e têm direito à vida sem violência, entre outros.

No artigo 15 se enfatiza a questão racial nos direitos humanos:

> O respeito pelos Direitos Humanos e pelas liberdades fundamentais sem distinção de qualquer tipo constitui uma regra fundamental das normas internacionais de Direitos Humanos. A rápida e ampla eliminação de todas as formas de racismo e discriminação racial, xenofobia e manifestações conexas de intolerância, constitui uma tarefa prioritária da comunidade internacional. Os Governos deverão adotar medidas efetivas para prevenir e combatê-las. Os grupos, instituições, organizações intergovernamentais e não-governamentais, bem como os indivíduos, são instados a intensificar os seus esforços de cooperação e coordenação das suas atividades contra estes males[197].

O artigo 18 dos Direitos Humanos afirma que

[196] Collins, P, 1992. Black Feminist Thought. Routledge: Cambridge.
[197] Declaração da Conferência sobre Direitos Humanos, 1994, Viena: ONU.

> Os Direitos Humanos das mulheres e das crianças do sexo feminino constituem uma parte inalienável, integral e indivisível dos Direitos Humanos universais. A participação plena das mulheres, em condições de igualdade, na vida política, civil, econômica, social e cultural, nos níveis nacional, regional e internacional, bem como a erradicação de todas as formas de discriminação com base no sexo, constituem objetivos prioritários da comunidade internacional[198].

Em nome da recém-formada Rede de Mulheres Afro Latino-Americanas, Afro-Caribenhas e da Diáspora, participaram Epsy Campbell, da Costa Rica, Sergia Galván, da República Dominicana, Dorotea Wilson, da Nicarágua, Sueli Carneiro, Lucia Xavier, Jurema Werneck, do Brasil. Estas ativistas também representavam suas próprias organizações e nações.

3.3.11 Direitos reprodutivos e sexuais das mulheres negras: Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento, Cairo, 1994

Considerado o maior evento sobre temas populacionais, a Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento no Cairo, em 1994, passou a reconhecer o pleno exercício dos direitos humanos e a ampliação dos meios de ação da mulher como fatores determinantes da qualidade de vida dos indivíduos. Isto foi decisivo na evolução dos

[198] IBID.

direitos das mulheres, sobretudo no que tem a ver com decisões sobre sua própria vida.[199]

A Agenda do Cairo coloca especial ênfase nas mulheres: Cap. IV: A igualdade entre os sexos e o empoderamento da mulher, e no Cap. VII. Direitos Reprodutivos e Saúde Reprodutiva. No capítulo quatro, entre as ações recomendadas, distinguem-se o estabelecimento de mecanismos para a participação igual e representação equitativa da mulher em todos os níveis do processo político da vida pública: promoção da educação, desenvolvimento de capacidades e de emprego da mulher; eliminação de todas as práticas que discriminem a mulher, em todos os aspectos da vida social e política.

É na Conferência do Cairo a primeira vez que a palavra "gênero" como categoria de análise é transversal a todos os temas que ocupam o desenvolvimento das nações, e utilizada num documento intergovernamental[200]. Desta maneira, a Conferência de População e Desenvolvimento da ONU reafirmou o direito à saúde como um direito humano, colocando os direitos reprodutivos como matriz estruturante do campo da população, no tema sobre os Direitos Reprodutivos e Saúde Reprodutiva[201].

Nos anos 90, na América Latina, o movimento de mulheres reclamava o direito à sexualidade e a saúde reprodutiva, combatendo a esterilização forçada e colocando novas tecnologias de controle de fecundidade à disposição das mulheres. No Brasil, particularmente, as feministas se encontraram na Conferência do Cairo expondo a realidade da violação de direitos sexuais e reprodutivos da mulher brasileira. Mostrou-se

---

[199] "Na Agenda de Cairo, se produziu um novo paradigma no campo das reflexões e orientações programáticas sobre o desenvolvimento, especialmente por deslocar o foco de uma concepção essencialmente demográfica, ao considerar as mulheres como detentora de direitos" (Jacqueline Pitanguy. Entrevista a autora, abril, 2016. Rio de Janeiro)

[200] Conferencia do Cairo, Plano de Ação, princípio no. 8, p. 43. Correa Sonia, 2011. O progresso das mulheres no Brasil. em: fazendo gênero. 2013

[201] Pitanguy, Jacqueline. 2002. "Gênero, cidadania e direitos humanos". In: C. Bruschini, S. Unbehaum. *Gênero, democracia e sociedade brasileira.* São Paulo: Editora 34. Fundação Carlos Chagas.

que as mulheres negras seriam aquelas que mais estariam sofrendo ~~de~~ esterilização forçada.

> A agenda dos direitos reprodutivos comportava a questão da esterilização forçada como uma dimensão de racismo no sentido de (ser) uma esterilização preferencial de mulheres negras. Foi, inclusive, um momento de tensão, porque havia um movimento do feminismo para proibir a esterilização e havia uma outra corrente que defendia a esterilização como um direito.
>
> O que nós temos é o contrario: afirmar a esterilização como um direito e regulamentar qualquer tipo de abuso com mulheres negras, brancas, amarelas.
>
> Havia uma política não controlada pelo Estado, mas presente. Preferencialmente em mulheres mais pobres[202].

Apesar de que na Conferencia do Cairo, a questão da mulher negra e do racismo não tivesse tanta importância no âmbito dos debates, das discussões e das estratégias, foram ratificados a opção e o direito básico de todo casal e indivíduo de decidir livre e responsavelmente sobre o número de filhos, seu espaçamento e de dispor de informações e meios para tal, sem sofrer discriminação, coerção ou violência[203]. As organizações de mulheres negras também estavam presentes no espaço transnacional em luta por seus direitos. Organizações como *Criola* no Rio de Janeiro e *Geledés* em São Paulo, junto com organizações feministas como *Cepia* no Rio de Janeiro, se

[202] Entrevista com Jacqueline Pitanguy pela autora, abril 2016, Rio de Janeiro.

[203] Conferencia do Cairo, Plano de Ação, capítulo VII-7.3; Pitanguy, Jaqueline. 2014. Cairo + 20: uma visão crítica de processos e resultados de negociações e perspectivas de futuro. In: Arilha, M.; Lago T. Cairo +20 e políticas públicas no Brasil: consolidando e ampliando direitos. Sâo Paulo: Comissão de cidadania e reprodução, Cebrap.

posicionaram frente ao tema da saúde da mulher negra, e desde aí o combate ao racismo e ao sexismo na sociedade brasileira assim como o direito à reprodução[204],.

> Cepia trabalhou com outras organizações para além do planejamento familiar que regulamentava a esterilização, ou seja a esterilização como um direito. Afirmar a esterilização como um direito e regulamentar qualquer tipo de abuso com mulheres negras, brancas, amarelas. Havia uma política não controlada pelo Estado, mas presente, preferencialmente, entre mulheres mais pobres[205].

Diversas organizações sociais de mulheres negras concentravam suas ações em promover políticas de saúde sexual e reprodutiva. *Criola*, no Rio de Janeiro, é um exemplo disso, de organizações que iniciaram uma agenda incisiva na saúde reprodutiva[206] das mulheres negras, ratificando que as mulheres negras são as mais vulneráveis à esterilização forçada e abusos sexuais[207]. A principal controvérsia vinha especialmente do caso brasileiro, e de pesquisas em que se atribuía às mulheres brancas a maioria de esterilizações[208].

No entanto, as organizações de mulheres negras da América Latina iniciaram uma agenda em saúde pública em que as ativistas afro latino-americanas participaram do grande evento internacional para formalizar o combate contra o racismo e a discriminação no uso de técnicas de controle da sexualidade e reprodução.

---

[204] Werneck, Jurema. “De Ialodés.”.

[205] Entrevista com Jacqueline Pitanguy pela autora, Rio de Janeiro, 2015.

[206] Saúde reprodutiva, conceito adotado na Conferência e ratificado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que afirma ser: Estado de completo bem-estar físico, mental e social e não a simples ausência de enfermidade em todas as matérias concernentes ao sistema reprodutivo e a suas funções e processos. (Cap. VII, no. 7.2)

[207] Goes, Emanuelle, F; Moore, Hanna e Figueiredo, Juliana "Mulheres negras, racismo e a (não) garantia dos direitos reprodutivos. Agencia Patricia Galvão. 01/03/2015

[208] Berquó, Elza.

Os estudos das principais ativistas negras demonstram que a esterilização forçada foi uma técnica utilizada pelo governo brasileiro para o controle da natalidade, utilizando sobretudo as mulheres negras[209]. Desta maneira se demonstra como o racismo é estruturante e sistêmico. Esse tipo de técnica foi utilizada também durante o período eugenésico que parecia ser extinto (para a eliminação dos degenerados, indesejáveis e inferiores). A intenção era que por meio da esterilização em massa das mulheres negras diminuiria o percentual de negros/as na sociedade.

Segundo Edna Roland, em 1990, cerca de 69% da população feminina brasileira em idade reprodutiva usava algum método de contracepção. Deste total, 43% estavam esterilizadas. No Nordeste, se observava a maior proporção de mulheres esterilizadas - 62% - considerando que um maior contingente destas mulheres era negra. Ou seja, os temas de reprodução e sexualidade estavam colocados na agenda internacional. De fato, de acordo com o Comitê de fiscalização da Convenção Racial da ONU, são as mulheres negras as mais vulneráveis à esterilização forçada e aos abusos sexuais, inclusive por conta da permanência no mercado de trabalho, principalmente do trabalho doméstico[210].

> Se as lutas por garantias de direitos não contemplam as mulheres e as suas interseccionalidades, estarão distantes de efetivar direitos e reivindicar agendas legítimas, pois a dimensão das trajetórias e experiências vividas deve ser contemplada na agenda tanto no campo da política e do direito.[211]

---

[209] Roland, E. Direitos Reprodutivos e racismo no Brasil. Revista Estudos Feministas, n. 506, ano 3. R.J, 1995. Werneck Jurema. De Ialodés.. Fazendo Gênero 1998..

[210] Roland E. Direitos Reprodutivos e racismo no Brasil. Revista Estudos Feministas, n. 506, ano 3. R.J, 1995. Stepan, Nancy. A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. Memória da Conferência Mundial de Direitos Humanos. Caderno do IPRI, no. 10, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão. Instituo de pesquisas de Relações Internacionais, Organização dos Estados Americanos. 1994

[211] Roland, 1995

Neste item, muitas ativistas negras demandaram prestar maior atenção aos temas referentes ao acesso à saúde e aos abusos e violações dos direitos das mulheres negras na América Latina. Os temas sobre a mulher, considerando que todos os assuntos sobre a mulher atingem as mulheres negras, baseiam-se no reconhecimento de que todos os casais e indivíduos decidam livre e responsavelmente o número, espaçamento e quando devem ter os seus filhos e de terem acesso à informação sobre a forma como fazê-lo, bem como o direito de se beneficiarem de saúde sexual e reprodutiva do mais alto nível.

Os programas de saúde reprodutiva devem satisfazer as necessidades da mulher, incluindo adolescentes, e devem envolver a mulher na liderança, planificação, tomada de decisões, gestão, implantação, organização e avaliação de serviços. Esses temas estavam sendo colocados pelas organizações, redes e movimentos de mulheres negras na América Latina. Por isto, destacam-se as participações de ativistas negras brasileiras, dominicanas, costarriquenhas e da Rede de mulheres afro-latino-americanas.

Os temas colocados pelos coletivos de mulheres negras giravam em torno da reprodução, direitos sexuais e reprodutivos e toda forma de violência. Esses tópicos, que recaiam no efeito da discriminação racial em todas as sociedades latino-americanas, eram compartilhados pelas ativistas.

Quadro 8 Assuntos das organizações negras na Conferência do Cairo

Capítulo I. Preâmbulo
Capítulo II. Princípios
Capítulo III. População e Desenvolvimento
Capítulo IV. A Igualdade entre os Sexos e Empoderamento da Mulher
Capítulo V. A Família
Capítulo VI. Crescimento e Estrutura da População
Capítulo VII. Direitos Reprodutivos e Saúde Reprodutiva
Capítulo VIII. Saúde, Morbidade e Mortalidade
Capítulo IX. Urbanização e Migração Interna
Capítulo X. Migração Internacional
Capítulo XI. População Desenvolvimento e Educação
Capítulo XII. Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento

Segundo ativistas de *Geledés* nesse momento: "precisávamos lutar para que a reprodução pudesse ser decidida no mundo do privado, cabendo ao Estado garantir os direitos reprodutivos [da mulher negra] e assegurar condições para a manutenção da vida [da mulher e da criança negras]". Segundo Edna Roland[212], após 1994 ocorre um paradoxo no movimento de mulheres negras no Brasil: por um lado, interrompe-se o processo de articulação política das instâncias próprias do movimento; por outro, há um claro crescimento da presença das mulheres negras em espaços ligados ao movimento de mulheres e um reconhecimento pelo menos formal, da necessidade da questão de gênero ser contemplada nos espaços do movimento negro, que passa a considerar as mulheres como um setor importante do movimento.

[212] Roland, E. 2000.

Por sua vez, o *Criola* apresentava temas relacionados à saúde reprodutiva das mulheres negras brasileiras, ação retomada também por outras organizações como o *Coletivo Mulher e Futuro* da República Dominicana. Os assuntos que estavam sendo levantados pelas mulheres negras nas suas comitivas de participação eram solidários com os temas da Conferência: Mulher negra, população e desenvolvimento. As ações dos coletivos negros poderiam, então, estar ancoradas a uma justificativa formal ou institucional, apesar de que a justificativa estar nas próprias ações.

Diversos itens pautados pelas mulheres negras foram incorporados ao Relatório Oficial do governo brasileiro para a Conferência no Cairo. No Fórum de ONGs, paralelo à Conferência, as mulheres negras brasileiras organizaram um painel internacional sobre saúde e direitos reprodutivos.

3.3.12 Espaço de consolidação do ativismo 4ª Conferência Mundial sobre Mulheres, Beijing, 1995

Para os movimentos de mulheres latino-americanas, a importância da Conferência sobre a mulher em Beijing em 1995 foi a grande afluência de ativistas, em particular de ativistas afro latino-americanas, cuja intervenção deixou elementos estruturadores na declaração final.

A IV Conferência sobre a mulher foi um momento chave para a articulação do ativismo negro na América Latina, pois ali se mostrou a relação entre a questão racial e as diversidades entre feminismos. Esses temas já tinham sido expostos em Nairóbi uma década atrás.[213].

[213] Vale lembrar que foi em Nairóbi onde se colocou o tema do nascimento do "feminismo global" que repercutiu na América Latina e se visibilizou durante os anos 90s. Segundo Sonia Alvarez, a

A diferença entre as duas conferências está na participação das latino-americanas de forma mais ampla e notória em Beijing que em Nairóbi. Além disso, em 1995, foi mais abrangente a interação das ativistas não só com instituições que enunciavam oportunidades políticas para a mobilização, mas também com movimentos sociais e organizações não governamentais para construir estratégias de ação. Em Beijing foi também notória a participação de ONGs feministas, tema tratado amplamente por Sonia Alvarez. Essa *onginização*, caracterizada pela especialização e profissionalização das organizações feminista e de mulheres, é considerada como uma estratégia de incidência política, ou uma "modularidade estratégica", nos termos de S. Tarrow.

> [Em Beijing] las ONG feministas se robaron la escena. Fueron actoras relativamente nuevas en el movimiento quienes asesorarían a la CEPAL y a muchos gobiernos nacionales en la formulación de los documentos oficiales preparatorios; fueron ellas quienes recibieron subsidios (a menudo cuantiosos) de organismos de ayuda bilateral y multilateral o de fundaciones privadas nacionales e internacionales para organizar sus actividades en Beijing. Por su parte, de acuerdo con la mayoría de las participantes y observadoras del movimiento de mujeres, las ONG dominaron las dinámicas políticas de organización y controlaron la financiación del proceso paralelo preparatorio de los movimientos de mujeres de Beijing"[214] .

---

heterogeneidade entre os feminismos da região passou a ser crescente depois da conferência de 1985. Alvarez, 2001.

[214] Alvarez, Sonia. Los feminismos latinoamericanos se globalizan en los noventa: Retos para un nuevo milenio.In: Tarrés, Maria Luisa. Género y cultura en América Latina. México: El Colegio de México, 1998.

Seguindo essa linha de pensamento, coincide-se aqui com a autora em afirmar que a Conferência de Beijing foi o espaço transnacional em que os movimentos de mulheres de América Latina apresentaram maior expressividade. Segundo Virginia Vargas, na IV Conferencia foi evidente a diversificação destes movimentos pela reivindicação de múltiplas identidades com base nas distintas situações de marginalidade, opressão e discriminação vividas pelas mulheres. Portanto, a autora identifica duas correntes não excludentes dentro do feminismo latino-americano: 1. as ativistas dos movimentos; 2. as ativistas que se encontravam em espaços institucionais.

> Beijing fue y es la estrategia de un amplio sector del movimiento y las ONG feministas: no es la utopía feminista, pero nos facilita el terreno para llegar a ella. Beijing es un 'texto' y un 'pretexto'. Es una estrategia múltiple, con un fin específico: la elaboración y aprobación de la Plataforma de Acción Mundial y al mismo tiempo un medio para visibilizar las propuestas feministas en el aquí y ahora, para articular la voluntad política de un amplio sector del movimiento, o más bien de múltiples expresiones del mismo, para contar con una herramienta de presión política frente a los gobiernos y la sociedad; para generalizar entre todas las mujeres los mínimos democráticos necesarios para eliminar los aspectos más flagrantes de su subordinación[215].

Desta maneira, se constata que a Conferencia de Beijing produziu a primeira grande transformação nos feminismos latino-americanos, consequência própria dos

[215] Vargas, Virginia. Carta hacia el VII Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe- Chile 1996. in: Olea, C. Encuentros, (des)encuentros y búsquedas: el movimiento feminista en América Latina. Ediciones Flora Tristán. Lima. 1998, p. 30.

processos de democratização dessa época marcada pela maior capacidade de negociação e de conformação de alianças com os governos e outras instituições. A inserção nos espaços oficiais no âmbito nacional e internacional é considerada como uma forma de ação política que permitia incluir as mulheres nos processos de democratização, apesar de advertir que esses processos fossem inconclusos[216].

Desta maneira, a intervenção no espaço transnacional dos movimentos de mulheres latino-americanos, permitiu a incorporação de propostas destes setores aos governos da região. Neste processo se destaca o aprendizado das mulheres nas instituições governamentais e as formas de operar e funcionar nestes espaços transnacionais e no estabelecimento de alianças com mulheres de organismos e agências globais e regionais das Nações Unidas[217]. Segundo Cecilia Olea e Virginia Vargas, as estratégias de incidência por parte das latino-americanas no processo ambivalente de globalização e a presença de uma nova agenda por parte das Nações Unidas foram possíveis graças à articulação entre as ativistas dos movimentos, as feministas autônomas e as institucionalizadas.

> Un sector significativo de instituciones feministas estuvo presente disputando contenidos y perspectivas para cada uno de ellos. Las feministas comenzaron así a ser actoras fundamentales en la construcción de espacios democráticos en las sociedades civiles regionales y globales, sumando al pasado un feminismo

[216] Acosta, Gladys et al. Las apuestas inconclusas. El movimiento de mujeres y la IV Conferencia Mundial de la Mujer. Lima: Centro de la Mujer Flora Tristán.. 2000

[217] Cabe ressaltar que a partir dos anos oitenta na América Latina se constituem instituições governamentais encarregadas da elaboração e promoção de políticas públicas para mulheres, entre as quais se destacam: o Conselho Estatal dos Direitos da Mulher no Brasil (1985), o Instituto da Mulher no Uruguai (1987), a Subsecretaria de Desenvolvimento Humano e Família na Argentina (1987) e o Serviço Nacional da Mulher no Chile(1991). Este processo se amplia e fortalece a partir da IV Conferencia sobre a Mulher, na medida em que passa a fazer parte da Plataforma de Ação que surgiu deste espaço, em Beijing.

> novedoso de 'solidaridad global', cuya dinámica enriqueció y amplió el horizonte de transformación feminista, sensibilizando su postura frente a la diversidad[218].

Esse preâmbulo se aplica em boa medida às ativistas afro latino-americanas, muitas delas já organizadas em redes de ativismo. O objetivo dessas mulheres era, principalmente, influenciar a Plataforma Internacional para a Ação.

Considera-se, portanto, que a Conferência de Beijing foi um "processo" para as ativistas feministas latino-americanas. Esse processo tem diferentes momentos e episódios como: a preparação dos movimentos brasileiros para Beijing em diversos eventos realizados entre 1993 e 1995[219]; as reuniões preparatórias regionais de Mar del Plata- Argentina, em setembro de 1994; culminando com a participação de mulheres latino-americanas no Fórum de ONGs sobre as mulheres em Huairou- China, entre agosto e setembro de 1995.

Segundo Matilde Ribeiro (1995), no Fórum de ONG preparatório para a IV Conferencia em Mar del Plata em 1994, as brasileiras, por intermediação de Geledés - organizaram o painel "Mulheres Negras Latino-americanas e Caribenhas", criando-se de fato a articulação regional com a finalidade de pressionar governos e Chefes de Estado para que as demandas e reivindicações das mulheres negras fossem incorporadas aos documentos oficiais no âmbito das políticas públicas[220] Como resultado, foi criado um documento contendo as propostas das mulheres negras latino-americanas e caribenhas e

[218] Olea, Cecilia; Vargas, Virginia. Los senderos hacia las cumbres. In: G. Acosta et al. Las apuestas inconclusas. El movimiento de mujeres y la IV Conferencia Mundial de la Mujer. Centro de la Mujer Flora Tristán. Lima. 2000. p. 33.

[219] Os encontros nacionais de mulheres no Brasil, especialmente...

[220] Segundo Ribeiro 1995, pg. 95.

incluindo 15 pontos que serviram como referência para as discussões que deviam ser considerados no Plano de Ação Regional e da Plataforma de ação da Conferência[221].

A participação das organizações e redes feministas nesta Conferência fez possível que se ratificasse um mecanismo por meio do qual se pudesse avaliar sistematicamente a situação da mulher na sociedade e as medidas políticas e legislativas sobre os direitos das mulheres. O evento culminou com a declaração da Plataforma de Beijing, que definiu medidas específicas e recomendações às sociedades e os Estados para reconhecer a diversidade e os direitos da mulher, exigindo melhor qualidade de vida, inclusão, não discriminação, entre outros.

Em resumo, durante o Fórum de ONGs, as ativistas e organizações de mulheres negras da região apresentaram propostas que exaltavam a questão de raça e de gênero e fizeram parte da Plataforma de Ação.

A partir da 4ª CM, cresce o interesse pela temática da mulher negra com um discurso de interseccionalidade que expõe a interação entre as categorias de gênero e de raça. A conferência mesma foi o espaço em que convergiram as várias organizações de mulheres negras para propor medidas que visaram um câmbio para esta população; câmbio consistente na alteração das relações sociais ao longo do tempo, e na forma de responder aos conflitos e contradições nas relações sociais.

[221] Oliveira, Fátima; Ribeiro, Matilde; Silva, Nilza Iraci. Cadernos Geledés 5: A mulher negra na década a busca da autonomia. São Paulo: Geledés. Instituto da Mulher Negra. 1995.

3.4 Conclusões: Ações estratégicas das mulheres negras durante duas décadas na América Latina

Durante duas décadas, 1980 e 1990, os espaços transnacionais serviram como plataformas de ação onde se produziram interações entre as ativistas negras, os movimentos sociais e outras organizações políticas.

Ressaltou-se que os espaços analisados foram um foco de ação para os movimentos sociais. Nos doze espaços apresentados, vimos que as ações das ativistas negras estiveram ao mesmo tempo em tensão e ligação com os movimentos feministas e ONGs. A interação das mulheres de uma maneira geral, nos espaços transnacionais, alcançou impactar políticas sociais nos diferentes países da América Latina.

Este trabalho corrobora, porém, autores que apontam que os resultados alcançados nos espaços transnacionais são fruto de uma interação dos atores que usam estes espaços para a ação coletiva. A ação coletiva transnacional é, por um lado, uma trama de ações e reações às mudanças políticas, produzida num contexto favorável e, por outro lado, é uma teia de significados, que, ao serem difundidos através das ações e das reivindicações, permitem estabelecer uma ação conjunta entre os atores. A ação coletiva transnacional precisa de um locus de ação, construído para e pelos ativistas.

Distinguimos, aqui, duas características que permitem a difusão, seguindo S. Tarrow: a ressonância simbólica e a modularidade estratégica. A ressonância de certos enquadramentos em grupos que não o criaram se deve a uma familiaridade cultural, ou a uma ancestralidade comum, no caso aqui analisado.

A eficácia dos enquadramentos produzidos pelo movimento são visíveis na ressonância que alcançaram nas políticas públicas. As datas comemorativas mundiais

conseguidas pelos movimentos de mulheres em diversos espaços transnacionais são uma amostra:

25 de novembro : Dia mundial de não violência contra as mulheres (EFLAC I)

22 de julho: Dia pelo trabalho doméstico (CMM, 1985)

8 de março: Dia Internacional dos Direitos das Mulheres (CMDH, 1993)

14 de setembro: Imagem das mulheres nos meios de comunicação (EFLAC, 1990)

As estratégias de mobilização que foram acolhidas pelos diferentes movimentos de mulheres foram:

- a campanha regional a favor do aborto (EFLAC V, 1990)

- iniciativas regionais, entre as quais o Tribunal Popular Radical sobre Violação de Direitos Humanos das Mulheres (EFLAC VI, 1993)

- denúncias das situações de violação de direitos humanos, reivindicando os direitos das mulheres (CMDH, 1993).

- Declaração das mulheres negras, e das mulheres como um todo, contra os abusos à saúde reprodutiva. Demandas pelo reconhecimento de direitos sexuais e reprodutivos. (CMPD, 1994).

- Formação de ONGs. (EFLAC, 1990; RIO 92)

- Coalizões internacionais, ou formas de ação que tentam responder às mudanças na conjuntura nacional e internacional.

O capítulo mostrou que os atores envolvidos neste ativismo transnacional de mulheres afro latino-americanas transitaram por diversos espaços usando diferentes estratégias para criar interações com outros atores. Essas estratégias foram desenvolvidas diferentemente, dependendo do contexto. Durante os anos 80, as

estratégias estiveram mais concentradas nos Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe e, na década seguinte, nas Conferências Mundiais da ONU.

Durante esse período, as ativistas negras difundiram um enquadramento que vinha se forjando desde as décadas anteriores pelas feministas negras americanas. Desta maneira, a estratégia dos atores esteve orientada a promover as questões raciais e de gênero no contexto latino-americano, usando os espaços transnacionais para conseguir ressonância no conjunto de movimentos de mulheres negras do continente e de outras organizações políticas e agências de financiamento.

4. Capítulo IV

Redes de ativismo transnacional: a RMAAD

4.1 Introdução: Mapas conceituais da articulação das ativistas afro latino americanas

O objetivo deste capítulo é analisar o processo de formação da Rede de Mulheres Afro Latino-americanas Afro-caribenhas e da Diáspora –RMAAD- e do ativismo transnacional que vai se conformando a partir das conexões e das ações que as ativistas negras latino-americanas começaram a desenvolver na década de 1980 até o momento da formação da RMAAD em 1992.

Nos capítulos anteriores foram apresentados os fatores culturais e de *agency* que moldaram as relações do ativismo transnacional das mulheres negras latino-americanas durante as duas últimas décadas do século XX. Particularmente, os repertórios discursivos que permitiram às mulheres negras latino-americanas se mobilizarem ao redor de demandas específicas, analisados no primeiro capítulo; as trajetórias de mobilização das ativistas, que possibilitaram a articulação e interação entre elas, no segundo; e os espaços transnacionais, considerados aqui como as oportunidades políticas que deram lugar a essa articulação, apresentados no capítulo três. Neste capítulo se dará ênfase à análise das conexões entre as ativistas, ou à articulação traçada pelas ativistas nesses diferentes cenários internacionais.

Tanto a articulação quanto os cenários são elementos do processo de formação do ativismo transnacional, neste caso da Rede de Mulheres Afro latino-americanas, Afro-

caribenhas e da Diáspora -RMAAD. Trata-se de elementos mensuráveis, pelo significado da relação entre os indivíduos e os outros elementos da rede: organizações e instituições.

O argumento aqui é que a composição dos laços de ativismo entre as mulheres negras latino-americanas durante os anos 80 só foi possível graças à interação entre ativistas que tiveram posições hierárquicas de liderança no início da Rede, e que transitaram nos diversos contextos internacionais durante o período anterior.

Assim, se considera que o processo de formação da RMAAD se constrói a partir dos laços sociais entre certas ativistas com posição conectiva, que lhes possibilitaram intermediar a relação. Elas também difundem um discurso socializador, que fomentou a ação. Por isso, a análise do processo de formação da RMAAD se faz aqui tanto a partir das conexões, isto é, dos vínculos concretos entre as ativistas, quanto dos significados que atribuíram a estas relações sociais.

Segue-se aqui a linha de análise de Ann Mische, que aponta que a agenda das redes resulta da interação comunicativa e das *performances* que as relações entre os membros estabelece, e por meio da qual se faz a difusão e a mediação de discursos. A autora propõe mapas conceituais que expliquem relacionalmente (cultural e estruturalmente) o processo de formação das redes sociais [222].

Os tipos de interação social traçados ao longo deste trabalho permitem delinear a interação entre os atores como compondo uma estrutura relacional, a RMAAD, que dá os contornos das diferentes alianças ou conexões que os atores sociais puderam estabelecer[223].

Mische,Ann. 2003. Cross-talk in movements: reconceiving the culture-network link. In: M. Diani , D. McAdam. Social movements and networks..Oxford.

[223] Simmel, 1955; White, 1993 ; Tilly1995

4.2 Articulação do ativismo transnacional

Na literatura sociológica, as formações sociais têm um caráter relacional e são modeladas por configurações concretas, as quais fornecem as estruturas das relações. A coesão dos laços sociais deve-se medir a partir da junção de categorias e relações sociais (formas de ação/ estratégias). Essa junção é conceituada como *Catnet* '(Tilly, 1978): "a socially cohesive set of structurally equivalent actors hypothesized as more able and likely to share ideas or a common culture and to engage in collective action than other sorts of real or latent groups" (Emirbayer e Goodwin, 1993: 1447).

Desde seu começo, a RMAAD teve uma estruturação orgânica, com diferentes tipos de ativistas na coordenação geral e nas sub-coordenações. Ao se tratar de América Latina, as sub-coordenações foram regionais (Caribe e América Central; Região Andina; Cone Sul), o que denota uma organização burocrática no interior do quadro de um ativismo transnacional.

Interessa aqui mostrar a composição da RMAAD, a partir de suas conexões na arena internacional. Trajetórias e contextos são essenciais para compreender porquê as ativistas usaram determinados repertórios de ação nas suas manifestações. Para proceder uma análise nesta direção, seguiremos as análises de A. Mische e M. Emirbayer. Os autores afirmam que a análise formal das redes tem o intuito de descrever e dar uma explicação do comportamento da rede. Segundo os autores, a ação relacional é uma ação comunicativa na qual agem elementos culturais e identitários que desenvolvem novos desempenhos interpretativos, ou performances. Desta maneira vai se criando uma interdependência entre os elementos da rede.

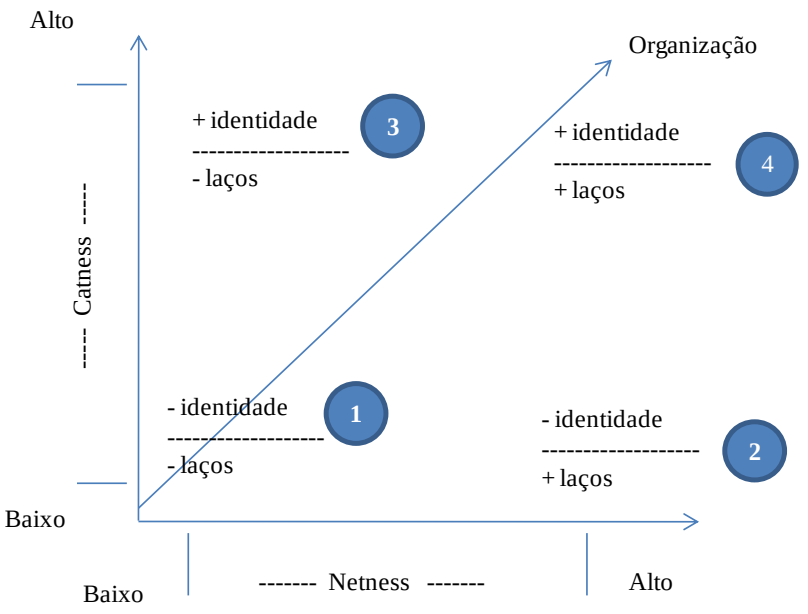
Voltando à estrutura da RMAAD, ela se compõe principalmente das relações entre as ativistas e organizações sociais trabalhadas no segundo capítulo e das posições

hierárquicas delas no interior de uma forma organizacional que ganha a feição de uma rede. A hierarquia dentro da rede se estabelece pela quantidade e qualidade de laços aos quais estas ativistas se conectaram ao longo do tempo, num processo político que opera desde os anos 80.

Para lembrar, as ativistas deste estudo (Sueli Carneiro, Jurema Werneck, Lúcia Xavier. (Br.); Sergia Galván, Ochy Curiel (RD); Beatriz Ramírez(Uy); Dorotea Wilson (Ni); Epsy Campbell (CR), representam diferentes trajetórias que levaram ao ativismo feminista-negro da América Latina. Determinados repertórios discursivos e marcos interpretativos foram usados e elaborados pelas ativistas para fortalecer as relações sociais e expandir seus próprios repertórios de ação.

O processo de formação da rede social se dá na interseção entre categorias e redes, ou laços sociais. A *Catnet* é definida como uma série de indivíduos que pertencem tanto a determinadas categorias (elementos discursivos que definem identidades), quanto a certas redes ou conjunto de laços sociais dotados de significado: "All Brazilians comprise a set of people only weakly linked by interpersonal networks, but strongly identified by themselves and others as a separate category of being: low on netness, high on catness" (Tilly, 1978, p. 63).

O ponto a ressaltar aqui é que a organização dos atores vai *em crescendo,* como se representa na figura 2*:* quanto maior é a identificação com um grupo, mais laços de ativismo se formam.



1. Encontros ocasionais 2. Amizades 3. Nacionalidades 4. Organizações Sociais

Fonte: Tilly, 1978: pg 63

Esta metodologia é usada aqui para entender a configuração e a organização que organiza a estrutura da Rede.

4.2.1. Significados dos laços

Para compreender as conexões da rede, deve-se falar dos significados dos seus laços. O sentido dos laços tem a ver com formas culturais utilizadas por indivíduos e pelo grupo, que produzem novas formas culturais e novas identidades.

Os movimentos de mulheres negras na América Latina - como vimos no primeiro capítulo - estiveram fortemente influenciados pelas feministas negras, que visibilizaram este contingente dentro do movimento feminista tradicional. Na região latino-americana, as mulheres negras encontraram dificuldades para discutir integradamente as

questões de gênero e raça. As barreiras foram em um duplo sentido, levantadas pelo movimento feminista e pelo movimento negro.

Os laços de ativismo entre as feministas negras latino-americanas produziram uma interseccionalidade entre os termos mulher e negra, gerando conflitos políticos sobre o sentido que devia ter a ação da "mulher negra". A partir daí se constituiu esta categoria que definia uma identidade política com a qual se contava para a mobilização. As formas de ação vinham embaladas por repertórios discursivos enfatizando a justiça social para as mulheres negras da região.

Ao mesmo tempo, oportunidades se abriram e os contextos políticos favoreciam a articulação do ativismo feminista negro latino-americano, dada a existência de diferentes eventos internacionais, os quais foram apresentados no capítulo anterior: as Conferências Mundiais da ONU e os Encontros Feministas Latino-americanos e do Caribe.

A pesquisa revelou que, na medida em que os significados dos laços estão alinhados, estimula-se a criação e o fortalecimento de articulações entre ativistas, o que permite engrossar a força dos laços. Destacou-se anteriormente que os laços das ativistas negras latino-americanas se fortaleceram durante a década de 1980, em consequência dos sucessivos encontros das ativistas em eventos internacionais. O resultado foi a constituição de um "movimento transnacional".

4.3 Análise qualitativa da Rede de Mulheres Afro Latino-americanas, Afro-caribenhas e da Diáspora –RMAAD

A RMAAD, como organização social estruturada produziu posições hierárquicas dos indivíduos, baseadas tanto nos fatores culturais quanto relacionais, que foram cruciais para o desenvolvimento de suas ações.

Os fatores culturais são o conjunto de discursos, identidades coletivas e trajetórias que conformam o ativismo como ativismo transnacional. O argumento aqui é que a RMAAD é um tipo de movimento social transnacional, que se desenvolve a partir da conexão entre indivíduos e organizações que têm interesses comuns num nível que rompe com as fronteiras nacionais.

A análise dessa conectividade, a descrição empírica da Rede e suas orientações políticas serão apresentadas ao longo do capítulo, demonstrando que as interações entre as ativistas são modeladas pelas suas trajetórias e interesses. A descrição analítica de oito trajetórias de mobilização, expostas no segundo capítulo da tese, explicaram as causas da mobilização das mulheres negras nos diferentes contextos internacionais e em que medida as conexões estiveram motivadas por interesses em comum. Neste capítulo, assume-se que a ação coletiva vai se produzindo na medida em que as conexões vão se fortalecendo. A explicação da formação da rede se dá desde um ponto de vista dialógico, ou seja, de difusão e repercussão dos discursos das distintas organizações através de suas ativistas.

4.3.1 Laços da RMAAD

Nesta metodologia de análise da Rede a relação entre discurso e ação é dada pela distinções de certos cliques ou círculos sociais[224]. Por um lado, identificam-se os *cliques* ou lócus de ação onde se sobrepõem os laços sociais; por outro, se distinguem as posições dos atores com maior centralidade.

A centralidade é a medida da quantidade de laços que possui um ator, sendo que quantos mais laços, maior centralidade do ator no espaço[225]. Desta maneira se pode distinguir certas tendências nas conexões entre os indivíduos, produzidas a partir de uma interpretação compartilhada da própria experiência.

Esta interpretação é feita por meio de um *enquadramento interpretativo*. O enquadramento interpretativo que as ativistas negras começaram a fortalecer durante a década de 80, em nível local e global, se refere à idéia de “amefricaneidade”, impulsionada pelas ativistas brasileiras. O "feminismo negro/*afro* latino-americano" e a idéia de "amefricaneidade" motivaram uma diversidade de ações coletivas por parte das mulheres negras na região. Ambos foram interpretados e reelaborados como um "feminismo negro latino-americano" (Lemos, 1997, Moreira, 2007, Cardoso, 2012). A construção de novas articulações se deu num contexto de maior expressividade das organizações políticas, promovendo diferentes temas políticos e sociais deste grupo.

Estes enquadramento interpretativos foram veiculados por meio de encontros entre os atores. Detectou-se, ao longo da pesquisa, que todas as oito ativistas estiveram

---

[224] Os *cliques*, do ponto de vista simmeliano, se referem aos círculos sociais ou grupos de afiliações de uma rede, que interatuam reciprocamente (Simmel. Conflict and the whe of group affiliations. NY. The Free Press. 1995, pp. 125)

[225] Neste trabalho se dará preferência à analise descritiva, não quantitativa, do fenômeno. Contudo, acredita-se que um trabalho mais complexo estimaria com ênfase matemática a centralidade dos indivíduos ou das posições dos indivíduos nas redes.

presentes em ao menos um evento dos dez analisados no terceiro capítulo, entre 1980 e 1996. Portanto, considera-se esta amostra de ativistas bastante densa, porque todos os indivíduos estão conectados com os outros por meio de laços relativamente fracos. Ou seja, tais laços não geram muitos outros novos laços. A importância desses laços está em sua permanência ao longo do tempo e em sua construção a partir de uma base de conflitos entre atores, entre atores e organizações sociais, e entre atores e instituições públicas ou estatais. Por sua vez, essas relações conflituosas estimularam a formação de novas formas de ativismo nos níveis locais dos movimentos de mulheres negras nos diferentes países da região, durante a década de 1980.

Entre 1980 e 1996 se consolidaram laços de ativismo entre as ativistas negras latino-americanas, ou seja conexões baseadas em reivindicações e formas de ação comuns. O processo de articulação destas ativistas ocorreu em espaços políticos de expressão como nas assembleias constituintes e no processo de reflexão das novas cartas políticas, fenômeno amplamente presente em quase todos os países latino-americanos. Os discursos feministas e raciais ganharam forma de leis nas Constituições Políticas, no final dos 80 e primeiros anos dos 90, contra a discriminação racial e pelos direitos cidadãos. Portanto, os movimentos sociais foram também movidos por discursos feministas e raciais

Dentro da amostra de ativistas deste trabalho, Sergia Galván e Ochy Curiel, dominicanas, ativistas feministas, foram as únicas das oito que participaram do 1ºEFLAC em Bogotá. As dominicanas atuavam no movimento feminista de seu país, tendo circulado anteriormente em outros movimentos políticos, como o guerrilheiro nos anos 70.

Durante o segundo EFLAC, destaca-se a participação de Sérgia Galván, como representante do movimento feminista AFI, e das ativistas Jurema Batista e Wania Sant'anna, do Movimento Negro Brasileiro; Batista, por sua vez, também ativista do movimento de mulheres negras Nzinga. Essas figuras são representativas do conjunto de laços presentes no evento transnacional e articuladas em torno ao racismo, formulado como questão de justiça social, e compartilhado pelo conjunto de ativistas.

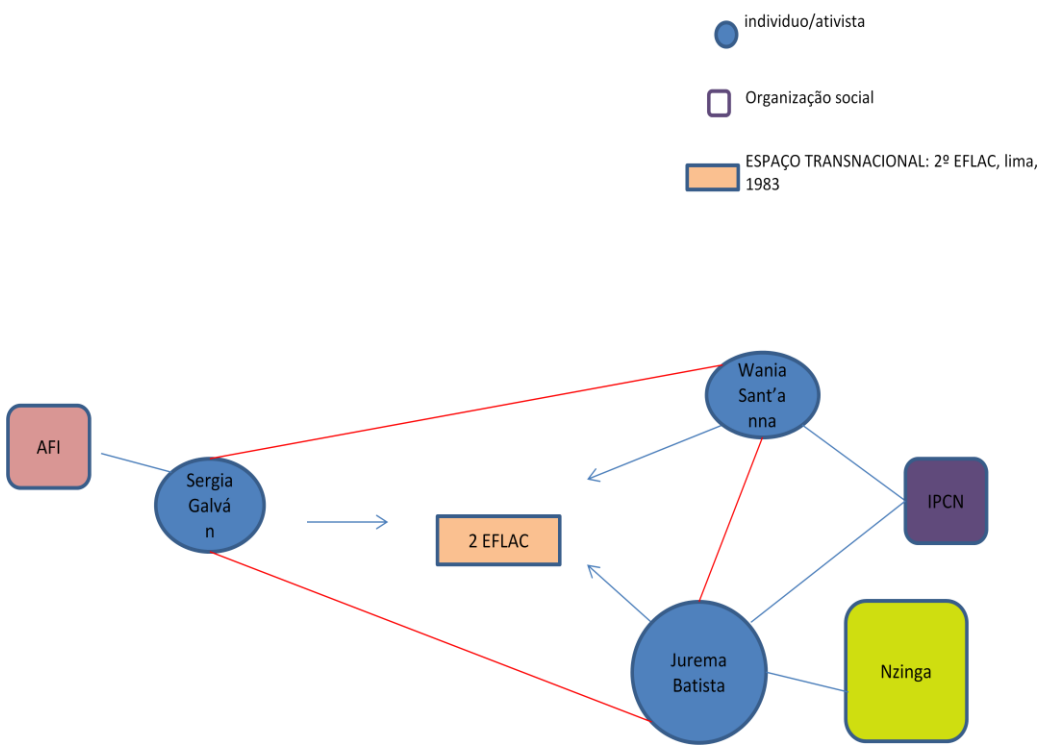
Usando os discursos de repressão e violência contra as mulheres na época da ditadura dominicana, estas ativistas conseguiram colocar no cenário internacional a comemoração do 25 de novembro como dia internacional de combate à violência de gênero[226]. Dessa maneira, o ativismo das dominicanas ganhou difusão e repercussão na região.

Estas ativistas utilizavam discursos relativos principalmente à saúde da mulher negra para provocar mobilização. Ao mesmo tempo se somaram aos protestos pelo aborto, contra a violência e pela igualdade de direitos.

No segundo EFLAC, em 1983, a presença das ativistas negras se multiplicou com relação ao evento anterior. Desta vez, as mulheres negras assistiram ao evento, em sua maioria, como militantes do movimento negro. Neste caso, Lucia Xavier representava o IPCN do Rio de Janeiro, assim como também Wania Sant'anna e Jurema Batista. Essas ativistas conseguiram colocar a questão racial dentro do evento, fato que atraiu várias outras ativistas como Sergia Galvan e Beatriz Ramirez. Neste "circulo social", o repertório do ativismo negro contra a discriminação, o racismo e a desigualdade racial entrou no campo do ativismo de mulheres latino-americanas.

[226] Como se expus no capítulo anterior ao elencar os resultados dos eventos internacionais, o dia 25 de novembro de 1963 foram desaparecidas e achadas mortas de assassinato comandado pelo regime do ditador Trujillo na República Dominicana.

Figura 4.1. Presença de blocos discursivos em 1983, em Lima.

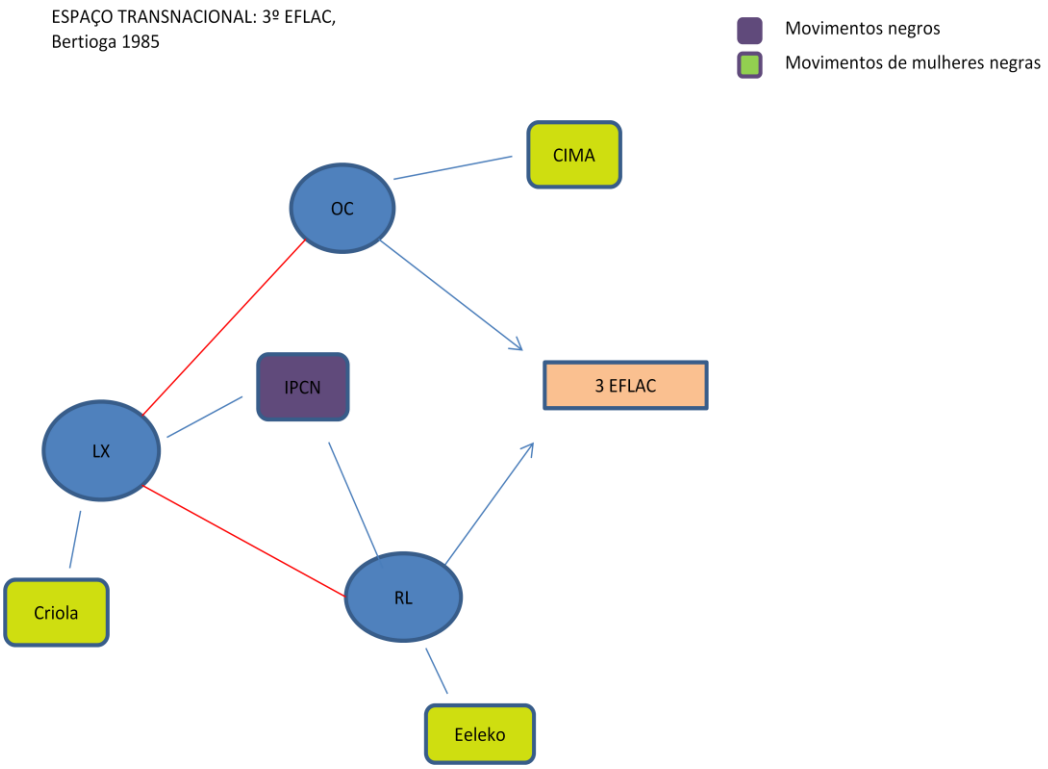


Nesta figura é possível diferençar dois "blocos": um bloco baseado no repertório discursivo do ativismo feminista e o outro bloco no repertório do ativismo negro. Cada um dos blocos é considerado como um clique ou círculo social no qual se mobilizam os enquadramentos discursivos do Feminismo e do Feminismo Negro no contexto latino-americano.

Na configuração da RMAAD se destacam os laços individuais entre ativistas, assim como os vínculos particulares com os movimentos sociais. As ativistas participaram em eventos transnacionais porque foram motivadas pelas suas afiliações, pelo seu próprio ativismo. A perspectiva microsociológica da análise permite destacar as motivações e oportunidades das ativistas para a mobilização. Mas ao relacionar as

ativistas a partir de repertórios discursivos compartilhados, adota-se uma perspectiva mais ampla em que outros fatores além do subjetivo incidem na formação de laços. Este é o caso das relações entre as ativistas dos movimentos feministas da região e de suas reivindicações baseadas no gênero. Por sua vez, a categoria gênero começa ser usada e definida ou redefinida pelos grupos de interesse, que passam a se definir como "as mulheres negras".

Figura 4.2. EFLAC, Bertioga, 1985



As ativistas são vistas como membros ou participantes de movimentos e organizações sociais, motivadas pelo uso compartilhado de uma categoria, "mulheres negras". Neste clique é possível observar como se formou esta identidade coletiva, que combina o pertencimento a uma categoria racial e a um gênero, como movimento de

mulheres negras. Esta concepção seria carregada pelas ativistas para orientar sua ação no espaço transnacional.

Ressalta-se que as ativistas participaram de movimentos e organizações sociais motivadas pela interseção das demandas que as categorias de raça e gênero representam. Neste *clique* é possível observar que a identidade coletiva "mulheres negras" é a que determina a filiação das ativistas centrais no ativismo no espaço transnacional. Há também que se notar a interseccionalidade que vai sendo criada entre as categorias de raça, gênero e classe. Esta interseção entre raça, gênero e classe distinguirá as ativistas mais centrais na rede.

4.3.2 As conexões entre ativistas negras desde 1985

Em 1985, dois eventos marcaram as interações entre as mulheres negras da região. Por um lado, o 3º EFLAC e, por outro a 3ª Conferência Mundial das Mulheres (3ª CMM). O primeiro desses eventos teve como tema central o racismo e a desigualdade de gênero. O evento aconteceu no Brasil e mobilizou amplamente às mulheres negras do país. Desde esse momento o tema da interseccionalidade entre as categorias de raça e gênero causou conflitos entre o movimento negro e o movimento feminista. Causa e consequência dessa interação foi a ampla circulação das ativistas mais centrais, que ao circularem, produziram a difusão do enquadramento interpretativo "mulheres negras" nos discursos na América Latina.

Cabe lembrar, que a circulação dos significados, como foi apontado no terceiro capítulo desta tese, é uma das formas pela qual a difusão do Feminismo Negro Latino-americano foi possível durante os anos 80 e 90. Particularmente a partir das publicações periódicas de ativistas e intelectuais em diversos jornais feministas e acadêmicos da

região como Mulherio, Estudos Feministas do Brasil ou La Cacerola de Uruguay, durante os anos 80

O segundo evento, a 3ª CMM, organizou um Fórum de Organizações Sociais e ONGs. Neste contexto se expuseram as problemáticas socio-econômicas que afetam as mulheres negras na região e que as colocam numa situação mais vulnerável e dificultam conseguir direitos iguais aos outros grupos sociais. A participação das brasileiras foi destacada principalmente devido a um texto de Sueli Carneiro e Tereza Santos escrito para a Fundação Carlos Chagas, *Mulher Negra. Política governamental e a mulher*, 1985, editado pelo Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, circulou amplamente durante o Fórum.

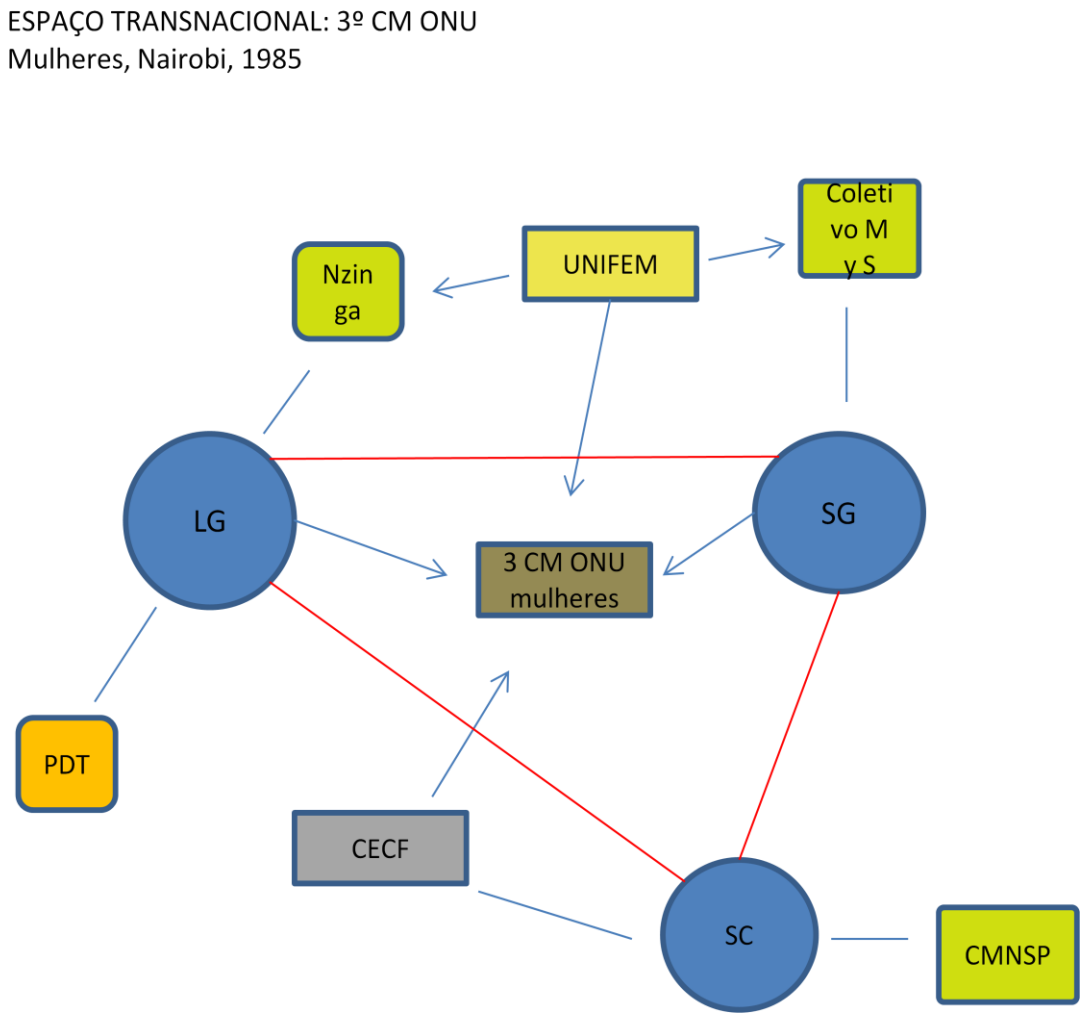
Por sua vez, Sergia Galván de República Dominicana participou no Fórum em nome da Colectiva Mujer y Salud (ver capítulo 2). A temática da saúde da mulher negra veio se somar ao repertório discursivo usado pelas ativistas negras nos diferentes cenários políticos, ampliando o discurso do Feminismo Negro Latino-americano.

As ativistas negras dos diferentes países latino-americanos começaram a circular com uma orientação discursiva compartilhada: a discriminação, o racismo e o sexismo.

O argumento aqui é que a interação entre as ativistas negras se deu por meio do quadro interpretativo "Feminismo Negro Latino-americano". Este une indivíduos e grupos e permeia os espaços de ativismo onde a rede que se constrói.

A partir das discussões sobre a problemática da interseção de diferentes categorias sociais, como gênero e raça se criam novos *laços de mobilização.* A metodologia de análise de redes permite mostrar as posições dos indivíduos nas configurações sociais segundo seu papel de mediadores e difusores do quadro interpretativo .

Figura 4.3. 3ª CM ONU, 1985



O contexto de relações muda quando os interesses são elencados de acordo aos recursos mobilizados. Neste caso, a presença das agências internacionais é sem dúvida um elemento de conflito entre ativistas e organizações. Na figura se mostra que a ação transnacional é feita em espaços apoiados por organismos institucionais nacionais, como a Comissão Estadual da Condição Feminina, CECF, organismo do governo do Estado, em São Paulo, e agências financiadoras internacionais como a Unifem (agência financiadora internacional para a Organização de Mulheres da ONU, organismo internacional).

Para analisar o conflito nas redes sociais pode-se recorrer ao conceito de "desigualdades duradouras"[227] de Charles Tilly. O autor se refere às desigualdades que persistem por um tempo considerável e que se revelam nas interações sociais, durante a vida e as gerações[228].

As interações que operam no ativismo transnacional, durante a 3ª Conferência Mundial sobre a Mulher em 1985, mostram a posição central da UNIFEM – agência de financiamento da própria ONU. Durante os anos 80, os organismos internacionais proveram recursos às organizações sociais e políticas para desenvolverem projetos sobre temas relacionados com mulheres, cumprindo assim com os objetivos de inclusão propostos na agenda da Década da Mulher. Generalizam-se também temáticas de confrontação política como o direitos sobre o corpo, a violência intra familiar, as desigualdades entre homens e mulheres, ou entre mulheres brancas e não brancas. persistentes nas dinâmicas sociais como trabalho. Todas elas revelam o papel de mediadores nas relações sociais entre movimentos sociais, organismos governamentais, partidos políticos e organismos não governamentais e indivíduos.

Observa-se também a formação de blocos de atores; i.e, Sérgia Galván e Lélia González mantêm um vínculo baseado em discursos sobre a mulher negra na América Latina. Em 85, durante o Fórum de ONGs em Nairóbi, entre as organizações sociais com pauta interseccional de gênero e raça se destacam a organização dominicana Colectiva Mujer y Salud e a brasileira Nzinga, com a atuação dessas ativistas. As agências financiadoras dos organismos institucionais, como a Unifem da ONU, que se interessam pelos projetos sobre mulher e raça na América Latina, fortaleceram as ações dessas organizações a partir da mobilização de recursos. .

[227] Tilly, Charles. Durable inequalities. 1995.

[228] Seguindo essas bases teóricas, se argumenta que as desigualdades de oportunidades entre as distintas categorias sociais (raça e gênero, no caso) criaram fronteiras e resistências entre grupos negro/branco e homem/mulher que ficam em permanente tensão na sociedade.

Por sua vez, Lélia González e Sueli Carneiro, além de estarem unidas pela nacionalidade, se distinguiram politicamente por suas atuações dentro de instituições do Estado, com relativo poder. Essas ativistas conformam outro bloco de relações: como membros de partidos políticos - PDT e outros partidos de esquerda, no caso de González e atuantes em organismos do Estado, como o CECF, no caso de Carneiro. Elas configuram outro bloco de interação entre as ativistas e a formação da rede de ativismo, por meio de sua filiação política e participação institucional.

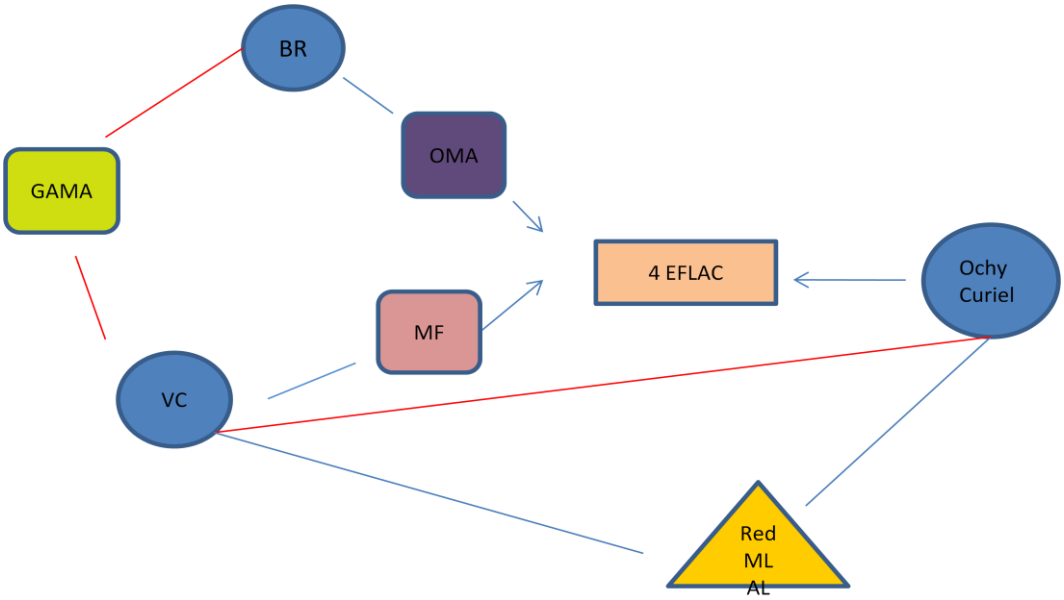
No começo da década de 80, as agências internacionais para o fomento de ações e pesquisas em torno à mulher conseguiram um papel importante na América Latina. Agências como Unifem, Oxfam, Fundação Ford e Fundação MacArthur financiaram a maioria dos projetos das organizações de mulheres negras da região. Esta pesquisa não se aprofundou nas inversões detalhadas de cada uma destas agências na América Latina, pois o foco aqui era entender os contextos nos quais as ativistas negras da região começaram a mobilizar recursos. De fato, as organizações de mulheres negras, como foi exposto no capítulo 2, conseguiram muitos vínculos com estas organizações através dos projetos institucionais das agências que se encaixaram nas demandas políticas da região, além do que os temas de gênero ganharam fôlego com a Década Internacional da mulher declarada pela ONU em 1975.

O ano de 1985 foi, portanto, o "primeiro fim" da Década da Mulher. Contudo, na 3ªa Conferência em Nairobi ficou declarado que os objetivos do decênio não tinham cumprido as metas propostas no começo (ONU, Report of the world conference to review and appraise the achievements of the united nations decade for women: equality, development and peace. Nairobi, 15-26 JulY, 1985. New York. United Nations). As problemáticas expostas pelas mulheres das organizações sociais latino-americanas, especialmente, durante o Fórum mencionado, enfatizaram que a situação das mulheres

era uma demonstração de porquê os objetivos do Decênio estavam inconclusos. Em decorrência, a Assembléia Geral da ONU, sob pressão dos movimentos, propôs uma nova Conferência Mundial dez anos depois, a fim de responder positivamente aos propósitos da ONU com relação às mulheres.

Esta proposição deu visibilidade a muitas outras mobilizações de feministas e de mulheres, cujos discursos se encaixavam nos discursos globais da ONU. Entre estes, o da sexualidade e dos direitos sexuais e reprodutivos. Em 1987, as feministas lésbicas e o feminismo LGBT conduziram novas categorias de sexualidade, gênero e política. Estas foram lançadas por ativistas como Ochy Curiel da República Dominicana, no 7º EFLAC, em Taxco, México. Curiel vinha do ativismo feminista, mas definiu sua ação na interseção das categorias raça, gênero, sexualidade e política. A posição política dessa ativista denota a posição diferençada das ativistas na rede. As diferenças entre elas aparecem em seu repertório discursivo que, nesse caso, está voltado para fortalecer a categoria "mulheres negras lésbicas" na América Latina.

Figura 4. 4ºEFLAC, 1987 e a categoria 'sexualidade'



O quarto EFLAC, em 1987, se caracterizou por receber a participação de diversas redes de ativismo, entre elas a rede de mulheres lésbicas de América Latina, com seu próprio enquadramento interpretativo, que se somou ao repertório discursivo do feminismo negro latino-americano.

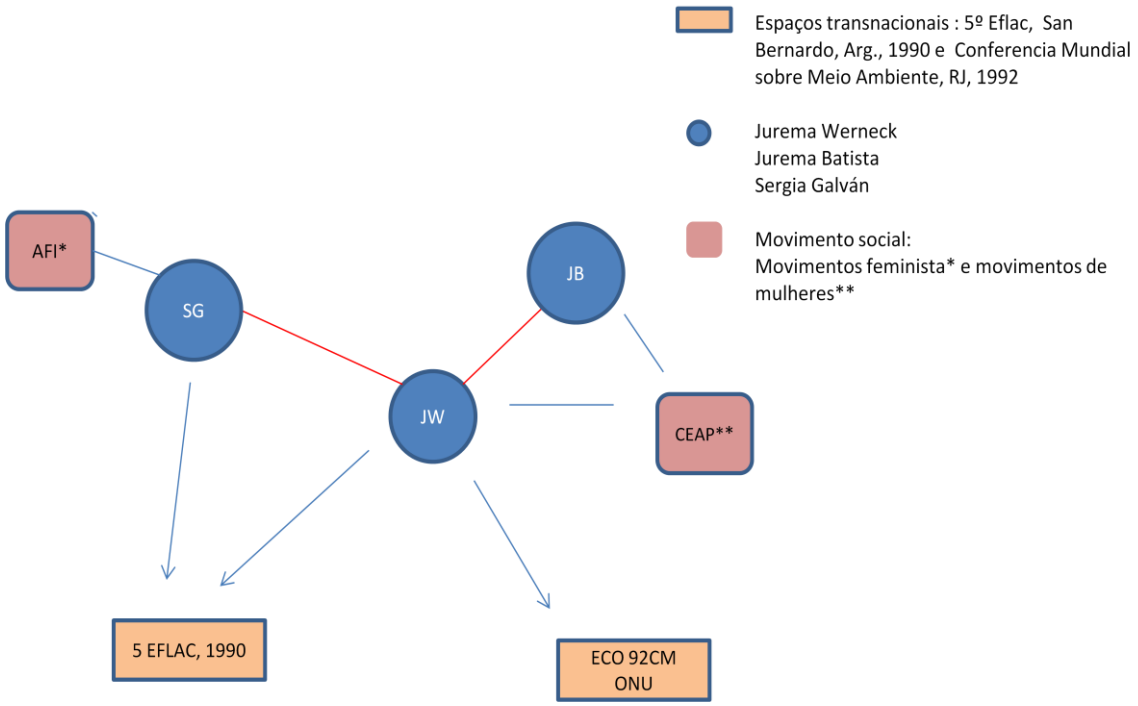
Neste clique é notório o afastamento entre as ativistas, o que mostra dos conflitos que rondam toda ação coletiva. Os conflitos vão surgindo entre as ativistas por causa das próprias categorias da interseccionalidade. Um dos conflitos mais notório se dá no posicionamento do discurso da sexualidade e a diferença sexual. Como se viu na trajetória de Ochy Curiel, quando o tema do lesbianismo feminista foi colocado nos eventos internacionais, as lésbicas e o movimento LGBT tinham o objetivo de colocá-lo não só como uma atitude sexual, mas como um posicionamento político. Contudo, o afastamento das lésbicas feministas das relações com feministas e feministas negras foi

a crítica a uma hetero-normatividade que de fato era difícil superar, sobretudo na América Latina. Segundo Curiel:

> "Acho que não podemos falar em representatividade, porque no movimento lésbico-feminista nenhuma organização representa o resto das organizações, muito menos na América Latina. Acredito que, a partir dos anos 1990, atingimos o auge dos espaços lésbicos-feministas, graças ao impacto do feminismo que buscava, entre outras coisas, maior autonomia nas mulheres, fora dos partidos e sindicatos. Desde então, o corpo e a sexualidade passaram a ser centrais para a política e ele permitiu, além de questionar o caráter hetero-centrado do feminismo, abrir novas brechas para o feminismo tanto como teoria social, quanto como prática política"[229].

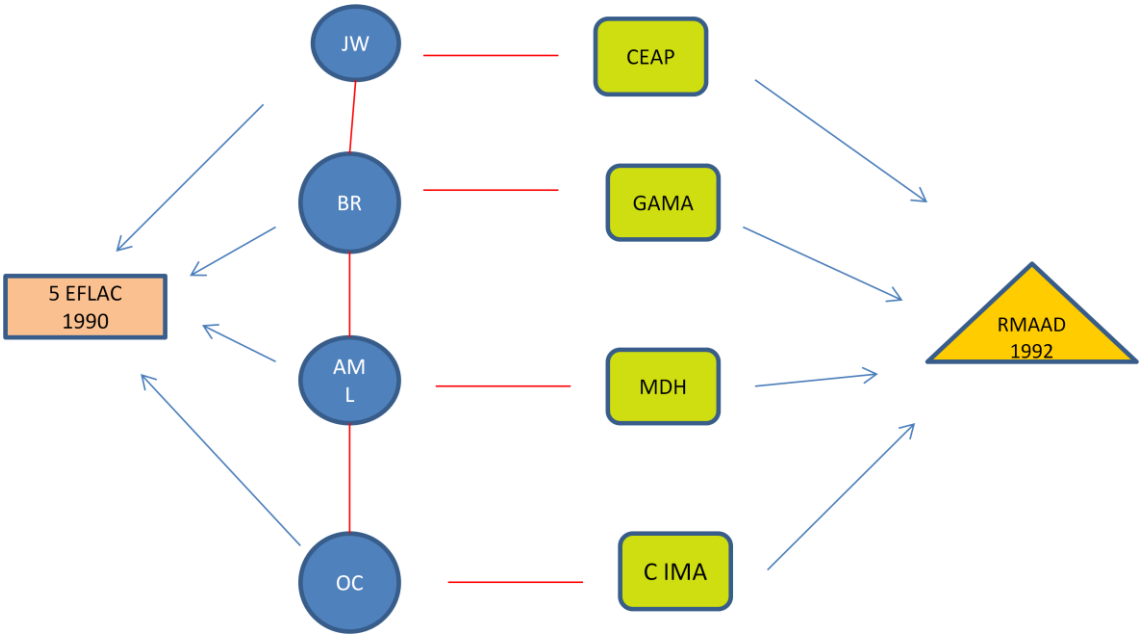
[229] Entrevista a Ochy Curiel pela autora, Bogotá 2016.

Figura 5. A categoria gênero aberta em 1990 e 1992



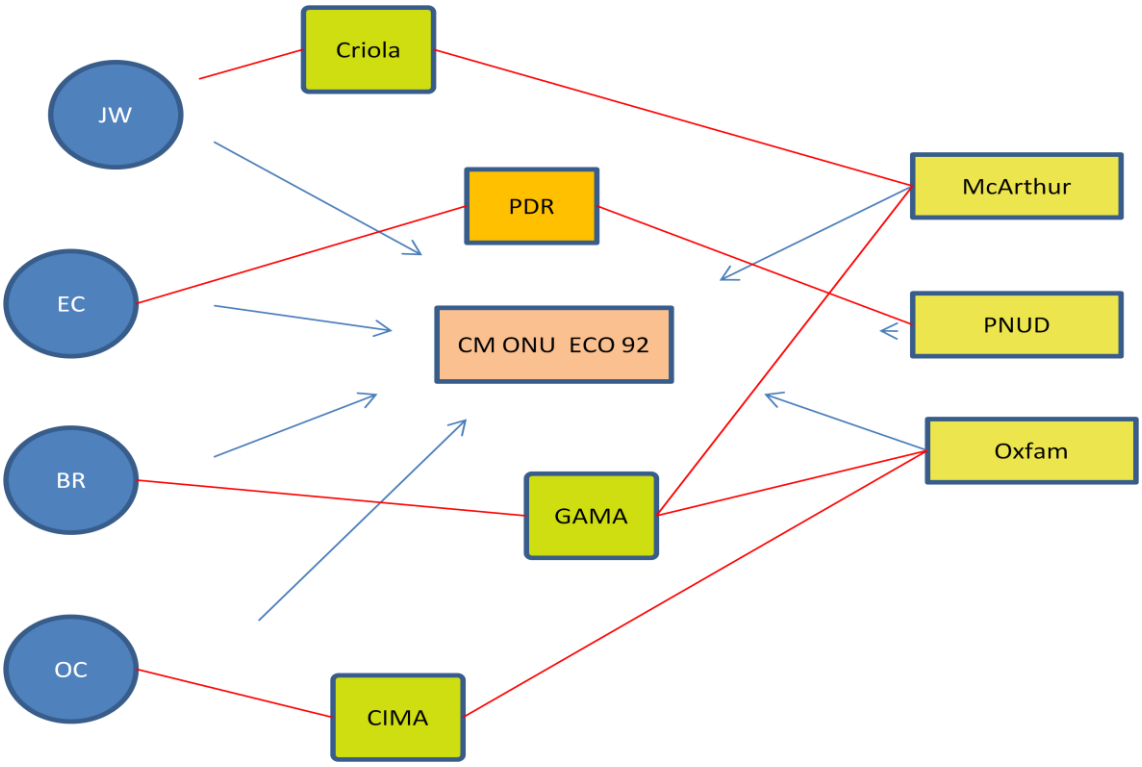
A frequência da participação das ativistas nos eventos internacionais aqui mencionados as coloca em posições centrais dos cliques e, portanto, ativam hierarquias entre as ativistas. Anteriormente se viu que as ações destas ativistas nos diferentes eventos repercutiram amplamente no pensamento feminista negro da região, sendo elas as que mantiveram o diálogo que possibilitou o "ativismo transnacional". (Mische, 2003).

Figura 4.5. Os anos 90 e o repertório negro-feminista



Seguindo com a análise de correlações que se formam neste círculo social criado no quinto EFLAC em 1990, se observa na figura 7 que as ativistas negras latino-americanas fazem parte de organizações de mulheres negras e, portanto, utilizavam determinados repertórios discursivos comuns. Esse *clique* fez a convocação para o primeiro Encontro de mulheres negras latino-americanas, em 1992, em torno do enquadramento interpretativo compartilhado, já que o chamado foi para organizar uma rede de ativismo de mulheres negras latino-americanas, a RMAAD.

Figura 4.6. Os eventos internacionais e as agências internacionais



Entretanto, na América Latina, essa decisão fomentou a organização coletiva de mulheres em grande escala. Como vimos no segundo capítulo, o "boom" organizativo das mulheres negras na região se desenvolveu na década de 1980. Isto esteve relacionado com a "estratégia global" da ONU. A Declaração da década da mulher feita na I Conferência Mundial da Mulher no México em 75, foi uma "estratégia global para salvar milhões de mulheres e crianças" https://nacoesunidas.org/acao/mulheres/

O fato é que a articulação de mulheres negras em cada país da região, com porcentagem de população negra igual ou maior a 10% (Brasil, República Dominicana, Uruguai, entre outros), passou compartilhar seus enquadramentos interpretativos e os fez circular amplamente nos cenários internacionais.

O significado de uma ação coletiva depende, segundo Melucci, de seu sistema de referência e das dimensões analíticas que o caracterizam (1989). Esse não é o caso das redes. As redes, pelo contrário, seriam sistemas de relações sociais definidos apenas de uma perspectiva empírica, a partir de uma detalhada descrição de seu funcionamento e das suas conexões. Portanto, não se trata de uma categoria que mobilize a ação com tal. O que, pelo contrario, mobiliza os indivíduos ou grupos são as motivações, e elas vêm do pertencimento e da sobreposição entre as categorias de raça e gênero. A rede é sobretudo uma estratégia de ação, mais ampla que o movimento social, é um movimento que engloba outros movimentos, por suas múltiplas conexões. Quando esse movimento ultrapassa as fronteiras nacionais é se pode falar então de um movimento transnacional, como a RMAAD..

A raça e o gênero são categorias analíticas adotadas pela ação coletiva das mulheres negras na América Latina, apesar do conflito entre os elementos da relação, que podem ser vistos como "esferas de conflitos", no sentido de Melucci (1989:58), que criam um novo paradigma social:

> "Os conflitos sociais saem do tradicional sistema econômico-industrial para as áreas culturais: eles afetam a identidade pessoal, o tempo e o espaço na vida cotidiana, a motivação e os padrões culturais da ação individual"[230]

As mulheres negras em seu conjunto teriam que enfrentar as feministas. Além do que, os recursos viriam a suportar ações em ambas as direções (feminismo e feminismo negro).

[230] Melucci, Alberto. 1989. "Um objetivo para os movimentos sociais?". Lua Nova; Revista de Cultura e Política. No. 17. São Paulo

As categorias de raça e gênero podem se juntar e sobrepor às de classe e sexualidade, criando novas relações entre ativistas. Ao final da década de 80, posturas das ativistas negras eram discutidas em diversos cenários políticos. É assim que a rede começa a funcionar, como um campo de ações estratégicas dos diversos atores, no qual são expostas as condições de catnet: interesses comuns, organização, mobilização, oportunidade e ação coletiva (Tilly, 1978, p.7)[231]

No início da década de 1990, Beatriz Ramírez, uruguaia, fundadora da RMAAD em 1992, ativista do movimento negro uruguaio desde os anos 70 e fundadora da organização GAMA-Grupo de mujeres negras, em 1997, afirmava que a organização dos movimentos sociais era uma resposta à crise que se vivia em nível global (A crise à qual se refere Ramirez, em particular é o Consenso de Washington)[232]. Este é o momento em que a categoria classe, referida à posição dos indivíduos na estrutura social/ "situação social", passa a formar parte do conjunto de categorias analíticas que conformam o ativismo de mulheres negras.

Essa é uma exemplificação de como se introduzem categorias num enquadramento interpretativo. A confluência num mesmo enquadramento fundamenta uma ação estratégica.

Em 1990, com esta abordagem de interseccionalidade entre categorias analíticas, as ativistas negras difundem as ações dos movimentos de mulheres negras latino-

[231] Segundo este autor, a ação coletiva não é simplesmente o resultado do compartilhamento de certos elementos e interesses entre grupos humanos, mas também é o resultado da presencia de estruturas relacionais que possibilitam a construção de identidades coletivas, as quais dão os recursos cognitivos, simbólicos e emocionais para produzir mobilização e carregar conflitos (Diani, Mario, 2007, "The relational element in Charles Tilly's Recent (and not so recent) work. Social Networks, no. 29: 317).

[232] In: Lopez, Laura Cecilia. “Que América Latina se sincere”. Uma análise antropológica das políticas e poéticas do ativismo negro em face às ações afirmativas e às reparações no Cone Sul. Tese em Antropologia. URGS. Porto Alegre. 2009.

americanas, durante o 5º EFLAC, em San Bernardo, Argentina. Todas as ativistas deste estudo participaram do encontro. Entre elas surgiu a decisão de organizar posteriormente um Encontro de Mulheres Negras Latino-americanas.

As oito ativistas lideraram a ação coletiva desde seus países e convocaram o resto de ativistas latino-americanas. Destaca-se também que neste momento todas as ativistas estavam vinculadas a movimentos de mulheres na região, voltadas para as reivindicações dos direitos das mulheres negras.

4.3.3 Ações e reações da RMAAD na década de 1990

O Primeiro Encontro de Mulheres Negras Latino-americanas se realizou em Santo Domingo, República Dominicana, em 1992. Portanto, as ativistas Sergia Galván e Ochy Curiel lideraram a organização no seu país; Jurema Werneck, Lucia Xavier e Sueli Carneiro lideraram no Brasil, a través das organizações Criola no Rio de Janeiro e Géledés em São Paulo. Beatriz Ramírez participava no grupo de mulheres do movimento Organização Mundo Afro no Uruguai, nesta posição coordenou a organização nos países de América do Sul, com o apoio das ativistas de Colômbia, Venezuela, Equador, Argentina.

Apesar dos conflitos anteriores entre as ativistas, houve consenso sobre agir a partir de um ativismo transnacional, fundando em decorrência a Rede de Mulheres Negras Latino-americanas e do Caribe.

Durante o Encontro de mulheres negras, as ativistas deixavam claro seus interesses em colocar na roda discursiva a discriminação racial e de gênero que atingem às mulheres negras da região e cujo processo vinha se gestando a partir dos anos 80.

Nos discursos se destacaram menções às estruturas dominantes e hierárquicas que colocavam a mulher negra na base da pirâmide das relações sociais, políticas e econômicas, ponto comum na América Latina.

Lembremos que essas orientações tinham sido já apresentadas durante a 3ªa conferência em Nairóbi em 1985 por Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Sergia Galván, entre outras. No entanto, nos Encontro das mulheres negras, as mesmas ativistas, atuavam desta vez desde a mobilização específica de mulheres negras, ligadas também a outros movimentos ou instituições. No segundo capítulo tínhamos apontado que as trajetórias de ativismo destas mulheres e sua participação nos diferentes eventos foram tanto as causas quanto as consequências das articulações entre elas. Apresentamos assim seus vínculos com organizações sociais e instituições governamentais e não governamentais e se destacou o fato de que a partir de 1985 aumentaram na região a quantidade de ativistas negras nos eventos internacionais e, portanto, houve aumento de movimentos de mulheres negras.

Desta vez, em 1992, se denunciaram as limitações que as mulheres negras enfrentam no acesso à educação, os papeis estereotipados e marginais no processo produtivo e se demonstrou que as mulheres negras eram, no mercado de trabalho, as que recebiam os piores salários. Portanto, pelo menos no contexto latino-americano, se denunciava que nem as metas das Nações Unidas em relação à igualdade de oportunidades para toda as mulheres não se cumpriam, nem as articulações das feministas latino-americanas nos diferentes EFLAC davam conta da realidade da mulher negra.

Por isto, as conexões entre as ativistas levaram a criar ou juntar organizações sociais e criar a Rede de Mulheres Negras Latino-americanas em 1992. A Rede teve como primeiras diretoras ou orientadoras a brasileira Neusa Pereira, ativista da organização carioca "Criola". Criola, por sua vez era dirigida, por Jurema Werneck. Portanto, o "Criola", como instituição, quanto a Jurema, como sua diretora, ocuparam um papel central na rede. Mais do que por seu papel orgânico dentro da RMAAD, Werneck se posiciona num lugar central devido às conexões e laços que foram sendo agitados em torno à ativista.

Considera-se então a Rede de Mulheres Negras Latino-americanas como um conjunto de movimentos, indivíduos, instituições que trabalham a partir de conexões "em rede". Esses atores permitem ou facilitam a criação de laços que fortaleçam as demandas específicas das organizações ou instituições às quais representam. Lembremos que, neste caso, consideramos que a Rede tem a mesma composição de um movimento social: indivíduos e coletivos, ação ou *agency* e fatores culturais como os repertórios de ação.

Assim, a RMAAD é uma estratégia de ação que configura a junção desses fatores, e articula conflitos. Isto é, tem laços entre as ativistas que se articulam, ao mesmo tempo que outros laços se desintegram. Essa relação conflitiva apareceria nos eventos posteriores à criação da Rede.

Entre 1992 e 1995 aconteceram cinco eventos internacionais em que a ação do movimento transnacional foi lançado para difusão e repercussão na "esfera de conflito" internacional, como referia anteriormente A. Melucci(1989).

Os resultados desses eventos foram expostos no capítulo anterior e aqui os juntamos com o contexto de atuação da RMAAD. Em 1992 a Conferência Mundial do

Meio Ambiente no Rio de Janeiro fomentou o espaço feminista "Planeta Fêmea", no qual as feministas e as feministas negras brasileiras se colocaram como mediadoras de um ativismo transnacional com uma forma de ação global, baseada na discriminação, na violência sexual e nas condições de desigualdade de gênero.

Nesse contexto, a Rede teve a representação de Epsy Campbell e Dorotea Wilson. Ambas as ativistas atuavam em organismos internacionais como PNUD,Fundação Ford, em diferentes projetos. Este laço traçado entre ativistas e instituições não governamentais para a mobilização de recursos produziu um atrito entre as ativistas negras que se declaravam autônomas, como o caso de Ochy Curiel.

De fato esse é o momento em que o fomento das agências internacionais a projetos sobre raça e gênero tem um aumento na América Latina, tal como o demonstrou Sonia Alvarez em sua pesquisa sobre a "onginização" dos movimentos feministas na região (1998).

Alguns estudos sobre as organizações não governamentais feministas brasileiras apontaram que os principais financiadores de projetos de mobilização social e da academia vinham das agências internacionais, principalmente da Fundação Ford, a Fundação McArthur e dos organismos internacionais (unicef,undp, unifem, fnuap).

> "Todas as 21 ONGs analisadas recebem financiamento de agências internacionais. Ao todo, são 42 agências, 23 delas na Europa e 19 na América do Norte. Das agências européias, 9estão na Alemanha, 6 na Inglaterra, 3 na Holanda, 2 na Suiça, 1 na Espanha e outra na Noruega.
>
> Das norte-americanas, 15 são estadunidenses e 3 canadenses. Dos organismos internacionais, a Unesco financia 2 projetos, a

> Unicef 3, a UNDP 1, a Unifem 3 e a FNUAP 4. Em geral, asagências financiam mais de uma ONG; assim como as ONGs recebem financiamento de mais duma agência, sendo que um mesmo projeto pode receber financiamento de mais de uma agência.Ao todo, segundo as informações obtidas nos sítios das ONGs analisadas, são 93 financiamentos provenientes de 42 agências, divididos entre 48 projetos de 21 ONG's" (Ferreira,2006,*http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/abep2006_332.pdf)

Entre as ONGs de mulheres negras destacadas neste estudo se encontra Géledés da ativista Sueli Carneiro e Criola de Jurema Werneck. Assim como elas, outras organizações sociais que tinham se fundado como movimento de mulheres negras passam a ser ONGs, mobilizando organicamente os recursos.

Pode-se pensar essa mesma dinâmica nas organizações de mulheres no resto da América Latina. De fato, as ativistas que mencionávamos anteriormente, Epsy Campbell, Sergia Galván, Beatriz Ramírez, atuavam formalmente com essas instituições para mobilização de recursos. Portanto, as organizações sociais da região entravam na mesma dinâmica que as brasileiras.

Os laços das organizações com as agências financiadoras e organismos facilitadores de recursos, criavam importantes conflitos entre as ativistas, pois ao final o que estava em disputa eram recursos limitados. Um dos conflitos que foram apontados no trabalho de Ferreira questiona os interesses das organizações como realmente representativos dos grupos com quem trabalha

> "as lideranças das ONGs acabam por ficar mais preocupadas em ajustar seus projetos às exigências ou expectativas das agências do que atender aos interesses e necessidades das mulheres com/para as quais trabalham".

Essas são algumas caracterizações dos conflitos, outras são da ordem dos recursos. Isto é, os projetos das organizações começaram a ser elaborados a partir dos discursos das instituições, deixando de lado seus próprios interesses. Essa crítica, dentro da RMAAD, foi sustentada particularmente por Ochy Curiel, ativista "autônoma" membro da Rede e ligada aos movimentos de mulheres lésbicas. Esse conflito se refere à ruptura entre 'institucionalizadas' e "autônomas" que abriu uma brecha na utilização dos recursos discursivos no qual o Feminismo Negro Latino-americano vinha se formando.

A ruptura entre ativismo institucionalizado e ativismo autônomo nos diferentes espaços feministas latino-americanos, foi analisada por Alvarez (2003). A autora apresenta a profissionalização do ativismo, demonstrando a maneira pela qual os discursos vão sendo reorientados na direção dos recursos, da institucionalização e das dinâmicas internas das ONGS. Desta maneira, na década de 90, a RMAAD manifesta um comportamento orgânico para conseguir disputar recursos. Ao mesmo tempo, a Rede utiliza repertórios discursivos globais com o intuito de manter uma posição central nos cenários internacionais. Portanto, as ativistas da Rede comparecem à IV Conferência Mundial sobre a Mulher na China, em 1995.

A ONU, organismo impulsor da conferência, ressalta a importância do evento da seguinte maneira:

> "a transformação fundamental em Pequim foi o reconhecimento da necessidade de mudar o foco da mulher para o conceito de gênero, reconhecendo que toda a estrutura da sociedade, e todas as relações entre homens e mulheres dentro dela, tiveram que ser reavaliados. Só por essa fundamental reestruturação da sociedade e suas instituições poderiam as mulheres ter plenos poderes para tomar o seu lugar de direito como parceiros iguais aos dos homens em todos os aspectos da vida. Essa mudança representou uma reafirmação de que os direitos das mulheres são direitos humanos e que a igualdade de gênero era uma questão de interesse universal, beneficiando a todos." (https://nacoesunidas.org/acao/mulheres/)

O argumento deste capítulo enfatiza, no entanto, o ponto de vista do ativismo feminista. Na Plataforma de ação de Beijing várias ações foram colocadas pelas mulheres negras organizadas no mundo, e ficaram na Agenda de Beijing. Como se tinha apontado anteriormente, as categorias analíticas circulam nos eventos internacionais, muitas delas passam a ser adotadas e, outras, passam a compor os repertórios discursivos locais ou regionais de ativismo. Este é o caso da categoria *gênero*, como anteriormente estava sendo discutido. Pela primeira vez, a categoria é colocada num 'documento oficial', em 1995,e desde esse momento passa a ser categoria analítica da interseccionalidade no ativismo de mulheres negras na América latina.

A ênfase de nosso argumento não está na "oficialidade" de um termo para ser colocado como categoria analítica, mas como elemento que permite dar sentido à ação. Isso dá peso à categoria.

A interseccionalidade, ou cruzamento das categorias, raça, classe, gênero, sexualidade, foi central nas discussões do II Encontro de Mulheres Negras Latino-americanas, em Costa Rica, em 1997. Portanto, as categorias raça e gênero e sua interseccionalidade, além das categorias sexuais e de classe, adotadas por sua vez, pelas ativistas autônomas da RMAAD, conduziram as discussões do evento.

Aqui há dois resultados: 1. as categorias raça e gênero intersecconectadas fazem pensar numa identidade diferenciada. No ativismo negro tinha-se já disputado o termo "afro" como uma identidade. Desta maneira, o termo foi conquistando uma posição central no ativismo, como identidade coletiva construída na mobilização social. 2. Nesta conjuntura teórica, a Rede de Mulheres Negras Latino-americanas passou a se chamar Rede de Mulheres Afro Latino-americanas e da Diáspora -"a famosa" RMAAD.

4.3.4 Estrutura da RMAAD na segunda metade da década de 1990

A partir do segundo Encontro de mulheres afro-latinoamericanas e caribenhas levado a cabo na Costa Rica em 1997, a RMAAD definiu que sua estrutura organizacional estaria composta por:

- Uma assembleia geral, definida como o máximo organismo para a tomada de decisões da Rede e seria conformada por todas as integrantes e participantes nos encontros regionais a se realizar.

- Coordenação geral

- Equipes de coordenação subregional: Centroamérica (Honduras, Nicaragua, El Salvador, Costa Rica, Belize), Cone Sul (Argentina, Uruguai, Paraguai), Brasil, Países

andinos (Venezuela, Colômbia, Equador, Peru), Caribe anglo-saxão, Caribe francófono, Caribe Castelhano, Caribe holandês, e mulheres da Diáspora.

-Comitês nacionais: Membros da rede, individuais ou grupos.

A organização da RMAAD é claramente uma organização internacional, onde os diferentes países da região estão representados. Entre 1996 e 2000, ficou estabelecido que a sede da RMAAD seria em Costa Rica e a estrutura a seguinte:

Coordenadora geral: Epsy Campbell Barr, Costa Rica.

América Central : Berta Arzú, Honduras

Cone Sul: Beatriz Ramírez, Uruguai

Região Andina: Doris Garcia, Colômbia

Brasil: Joana Angelica de Souza, Edenice Santana de Jesus, Lucimar Alves.

Caribe Hispano: Ada Verdejo, Porto Rico

Caribe Anglófono: Verna St Rose Graves, Trinidade e Tobago

Caribe Holandés: Magda Martina, Curaçao

Caribe francês: Maryse Jean Jacques, Haiti

Na década de 2000, a sede passa ser a Nicarágua, renovando atores em posições hierárquicas da Rede:

Coordenadora geral: Dorotea Wilson, Nicarágua

Cone Sul: Elizabeth Suarez, Uruguai

Países Andinos: Nirav Camacho, Venezuela

Sonia Viveros, Equador

Brasil: Maria Maura de Jesus, Vera Fermiano

Diáspora: Yvette Modestin:, Estados Unidos

Centro America: Ann McKenly, Costa Rica

Caribe: Ana Irma Rivera, Porto Rico

Desta maneira se observa a complexidade estrutural que vai assumindo a Rede ao final da década de 90 e que é resultado da formalização das ONGs feministas para conseguir interagir com agências governamentais e instituições internacionais (Craske, 2000). O envolvimento das feministas em organizações cada vez mais profissionalizadas e especializadas foram consequência de uma maior capacidade de consolidar coalizões em instituições governamentais e não governamentais. Coalizões de *advocacy* (promoção e defesa de direitos) e de políticas públicas, permitiram às ativistas feministas promover e vigiar a promoção de políticas de gênero na região (Alvarez, 1998).

4.4 Conclusões

O processo político da RMAAD foi marcado pelas interações entre ativistas negras latino-americanas desde o início da década de 1980. Considerou-se neste capítulo a RMAAD como uma estrutura organizativa que se conformou em 1992 e na qual interagem ativistas de diferentes países da região. É uma estrutura organizativa, e, tal como os movimentos sociais ou outras formas de organização, feita de conexões.

Neste caso, as conexões se dão no cenário internacional, resultando num ativismo transnacional.

A partir dessa profissionalização do ativismo, ou *ongização*, esperava-se que as ONGs conseguissem que os governos nacionais implementassem legislações diferenciadas, tendo em vista a democratização das questões de gênero num efeito boomerang (Keck e Sikkink, 1998).

Resumindo, as décadas de 1980 e 1990 oferecem um contexto internacional favorável à mobilização das mulheres negras da região que participaram nos eventos tanto mundiais como regionais sobre mulheres. Esses eventos são oportunidades, ao possibilitar participação e posicionamento das ativistas negras frente a determinados assuntos.

Neste trabalho, a metodologia baseada na perspectiva relacional orientou uma análise das relações na Rede que permitiu entender as mudanças culturais e históricas da ação coletiva. No caso aqui analisado, houve a tentativa de entender a relação entre redes e cultura ou em que medida elementos culturais como raça ou gênero fomentam e aprofundam conexões entre indivíduos, e dos indivíduos com coletivos ou instituições. Os elementos culturais, por sua vez, devem ser entendidos como operando nestas intersecções (Robnett, 2002).

Nas redes de interação, destaca-se o papel de certos indivíduos que atuam em e desde suas posições que lhes permitem operar como mediadores (*brokers).* Essas posições são o resultado de um capital cultural adquirido a partir do seu conhecimento tanto interno quanto externo aos movimentos sociais; ao mesmo tempo, o acesso ao capital cultural depende da posição de cada indivíduo na sociedade. O propósito de usar essa metodologia neste trabalho foi de reconstruir as interações e transações que se

desenvolvem nas redes de ativismo, prestando atenção às interações estratégicas possíveis.

Além disso, entende-se que as identidades coletivas são construídas em espaços de contestação, que podem estar mais ou menos abertos para o desenvolvimento da mobilização. Segundo Robnett (2002), os espaços abertos se referem aos espaços externos ao movimento (eventos nacionais e internacionais, instituições governamentais e internacionais) que permitem a participação das ativistas, afetando diretamente sua posição no espaço social-coletivo. Os cenários fechados, ou internos, limitam a confrontação política e a construção de identidades coletivas.

A partir dessas contextualizações argumentou-se que a construção de um enquadramento interpretativo em torno da mulher negra nos ativismos feminista e negro da América Latina foram plasmados num Feminismo Negro Latino-americano, que se difundiu ao longo das décadas 80 e 90 em eventos internacionais, fomentando a formação de uma rede de ativismo transnacional.

A RMAAD se constituiu como um movimento transnacional, na medida em que os assuntos foram articulados num formato de ativismo que perpassava as fronteiras nacionais. No entanto, as ativistas não só continuaram a manter um forte arraigamento com o ativismo local, como lideraram o fortalecimento das organizações de mulheres e se mantiveram em posições estratégicas na participação política.

5. Conclusões

Neste trabalho procurou-se reconstruir o processo de constituição de um tipo de o ativismo transnacional, os ativistas negras latinoamericanas. Esse processo foi analisado aqui ao longo desta tese, entre 1980 e 1995, a partir de três dimensões: as trajetórias de ativismo, os enquadramentos interpretativos produzidos e/ou mobilizados pelas ativistas e os contextos políticos produzidos nos eventos nos quais atuaram.

Constatou-se que as mulheres negras conectaram as perspectivas de gênero e raça, graças a um processo de articulação e de conectividade entre ativistas que foi progressivamente se consolidando desde os anos 80.

Este trabalho mostrou que o processo de formação de um ativismo feminista negro latino-americano se deu por meio da conquista progressiva de posições e de políticas, da produção de alianças, mas também em meio a conflitos.

No primeiro capítulo se demonstrou que a produção de um repertório discursivo contra as desigualdades, a discriminação, e o racismo contra as mulheres negras se desenvolveu e se difundiu entre as ativistas negras latino-americanas, já que as ativistas negras ocuparam espaços estratégicos nos jornais da imprensa alternativa e acadêmica para expandir seu pontos de vista. Por outra parte, as relações das ativistas com outros movimentos sociais e instituições públicas permitiram a circulação em diversos espaços institucionais e não institucionais.

No segundo capítulo se deu ênfase à trajetória de ativismo de ativistas chave, cujas conexões foram constituindo o ativismo transnacional da Rede de Mulheres Afro Latino-americanas, Afro-caribenhas e da Diáspora (RMAAD). Traçar as trajetórias de ativismo teve o objetivo de mostrar a pluralidade de caminhos pelos quais as mulheres negras na região se engajaram na RMAAD, a partir de distintas experiências de

mobilização política. As trajetórias mostraram que o duplo engajamento das ativistas negras, que estavam afiliadas também a outros movimentos sociais, com outros projetos políticos e de *advocacy*, permitiu o trânsito internacional das mulheres.

Em consequência disto gerou-se um processo de articulação e de veiculação de formas de ação entre as ativistas,que conseguiram colocar nos espaços internacionais a diversidade de perspectivas nacionais. Neste sentido, valeram-se do que Margareth Keck e Katherin Sikkink chamaram de *efeito boomerang*, ao tentarem influir sobre políticas nacionais e incentivar a formação de movimentos locais ou nacionais de mulheres para engrossar o ativismo transnacional.

Em seguida se demonstrou que os lugares de fala das mulheres negras da América Latina durante o período, de maneira conjunta e veiculando formas de ação compartilhadas, foram as Conferências Mundiais da ONU e os Encontros Feministas Latino-americanas. Porém, estes não foram os únicos espaços de expressão, mas foram sim espaços de oportunidades para a mobilização de mulheres negras da região. Nestes lócus de ação, construídos para e pelos ativistas, ocorreu a difusão de repertórios e a ressonância de enquadramentos interpretativos, que permitiram desenvolver estratégias de ação conjuntas, que conformaram uma ação coletiva transnacional.

As décadas de 1980 e 1990 ofereceram o contexto político internacional favorável para a mobilização das mulheres negras da América Latina e abriram oportunidades para a formação de um movimento de caráter transnacional que foi a Rede de Mulheres Afro Latino-Americanas, Afro-caribenhas e da Diáspora (RMAAD).

Usando o conceito de movimento social de Mario Diani (1992), argumentou-se que o processo de formação da RMAAD se deu a partir da interação e da atuação de certas lideranças que atuaram como produtores, mediadores, receptores de repertórios discursivos. Monstrou-se que as interações e transações que se desenvolveram nesta

rede de ativismo foram a base para construir o ativismo transnacional de mulheres negras na América Latina.

Como um todo, este trabalho procurou compreender como o ativismo vai mudando com o tempo e as gerações de ativistas. O escopo deste trabalho foram as duas últimas décadas do século XX, porém a RMAAD existe até hoje o que abre a possibilidade de pesquisar as mudanças que o novo século trouxe para o ativismo transnacional.

Este trabalho analisou o ativismo transnacional a partir da interseccionalidade das categorias de gênero, raça, e sexualidade, como elementos de fortalecimento das ações políticas das mulheres negras. O caminho seguido para essa analise foi feito desde um ponto de vista micro-sociologico, a partir das trajetórias de ativismo das lideranças. Se constatou um processo de ação e reação frente a assuntos que atingem a população de mulheres negras da América Latina, o que desencadeou a formação de um ativismo transnacional. Isso revela que as conexões do ativismo transnacional estão baseadas em ações promovidas desde o ativismo local e desde diferentes perspectivas de mobilização. Esse fato é desconhecido ou negligenciado pela produção acadêmica sobre o assunto. Neste caso, o movimento negro, o movimento feminista e particurlarmente, os movimentos de mulheres latino-americanas deram continuidade às agendas expostas pelas lideranças nos espaços políticos internacionais.

Constatou-se, ao mesmo tempo, que os conflitos de interesses são um elemento essencial para a formação deste ativismo. Uma das consequências mais marcantes do processo de articulação entre atores de diversas origens é o conflito entre diferentes repertórios discursivos. Contudo, é o conflito o que permite a consolidação de novas gerações de ativistas e emergência de novos temas..

A mobilização de mulheres negras na América Latina tem enfrentado as discussões de violência, de desigualdade de gênero, discriminação sexual e racial, direitos sexuais e reprodutivos, visíveis nos cenários políticos internacionais desde a década de 1980. Contemporaneamente, os efeitos políticos dessa mobilização são variados, como a institucionalização das carreiras de ativistas em espaços estatais, a mobilização de mulheres negras de uma nova geração, que demandam, no seu contexto e tempo, ações contra as mesmas discussões dos anos 80.

Isto é causa e consequência de um empoderamento e de uma maior participação política das mulheres negras no âmbito político internacional.

6. Referências Bibliográficas

ACOSTA, Gladys et al. *Las apuestas inconclusas. El movimiento de mujeres y la IV Conferencia Mundial de la Mujer*. Lima: Centro de la Mujer Flora Tristán.. 2000

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar. *Histórias do movimento negro no Brasil*. RJ: Ed. Pallas. 2007

ALONSO, Angela. "As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate". *Lua Nova.* Vol. 76. 2009.

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas. O movimiento abolicionista brasileiro (1868-88).* São Paulo: Companhia das Letras. 2015

ALVAREZ, Sonia et al. "Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos". *Revista Estudos Feministas*. vol. 11, no. 2. 2003

ALVAREZ, Sonia, "Los feminismos latinoamericanos "se globalizan": tendencias de los 90 para el nuevo milenio", en: Escobar et al. *Política cultural y cultura política. Una nueva mirada sobre los movimientos sociales latinoamericanos*. Taurus. Icanh. Bogotá. 2001

ALVAREZ, Sonia. "Feminismos latinoamericanos", *Revista Estudos Feministas*, vol. 6, no. 2, 1998

ALVAREZ, Sonia. "Los feminismos latinoamericanos se globalizan en los noventa: Retos para un nuevo milênio". Em: Tarrés, M.L. *Género y cultura en América Latina*. México: El Colegio de México, 1998.

ALVAREZ, Sonia; E. Dagnino; A. Escobar. 2000. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Ed. UFMG. Belo Horizonte

ANDREWS, George R. *Blackness in the white nation: A history of Afro-Uruguay*. University of North Carolina Press. 2010.

ARILHA. Margareth; Lago, Tania . *Cairo +20 e políticas públicas no Brasil: consolidando e ampliando direitos*. São Paulo: Oficina Editorial. 2014.

BAIRROS, Luiza. "A participação da mulher negra nos espaços de poder". Seppir. 2002

BAIRROS, Luiza. "Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994". *Revista Afro-Asia.* 2000

BAIRROS, Luiza. "Nossos feminismos revisitados". *Revista Estudos Feministas*. Ano 3. Segundo semestre. Florianópolis. 1995

BARROSO, C. BRUSCHINI, C, 1987 "Building politics form personal lives". In: In: M. Davies (ed.) *Third World/Second Sex*. London: Zed books, 1987

BASTIDE, Roger. [1965]. *Negros e brancos* em São Paulo: Ed. Paz e terra.

BENFORD, Robert; SNOW, David. "Framing processes and social movements: An overview and assessment". *Annual review of sociology*. Vol. 26. No. 1. 2000

BENFORD, Robert. "An insider's critique of the social movement framing perspective". *Sociological inquiry*. Vol. 67, no. 4. 1997

BERQUÓ, Elza. "The evolution of population question in the Twentieth Century". Em: Hogan, D. *Population Change in Brazil: contemporary perspectives.* Campinas: Núcleo de Estudos de População-NEPO. 2001

BLAZQUEZ Graf, Norma. "Epistemologia feminista: temas centrales". En: Blazquez, N, Flores, F. e Rios, Maribel (coords). *Investigación feminista: epistemologia, metodologia y representaciones sociales*. México: CEIICH, UNAM, 2010

BLAZQUEZ, Norma. *El retorno de las brujas. Incorporación, aportaciones y críticas de las mujeres a la ciencia*. Mexico D.F. UNAM. 2008

BORGES, Rosane. *Sueli Carneiro*. SP: Selo Negro. 2010

BRAH, Avtar. "Diferença, Diversidade, Diferenciação". *Cadernos Pagu*, No. 26. Janeiro-julho. 2006.

BRINGEL, Breno. "Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas nos estudos de ações coletivas e movimentos sociais". *Sociologia e Antropologia.* 2012.

BRITO, Priscilla Caroline. "20 anos depois de Planeta Fêmea". *CFMEA*, n. 172, junho, 2012

BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra. *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34. 2002.

CARDOSO, Claudia Pons "Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras". Tese de doutorado. UFBA. Salvador. 2012

CARNEIRO, Sueli . "Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero". Em: Ashoka empreendimentos sociais; takano cidadania (Orgs.). *Racismos contemporâneos*. Takano Editora Rio de Janeiro. 2003

CARNEIRO, Sueli. "A mulher negra na sociedade brasileira "o papel do movimento feminista na luta anti-racista". Em: M. Kabengele. História do negro no Brasil. O negro na sociedade brasileira: resistência participação, contribuição. Brasilia: Fundação Cultural Palmares. 2004

CARNEIRO, Sueli. "Gênero, Raça e Ascenção Social". *Revista Estudos Feministas*. Vol. 3. No. 2. 1995.

CEJAS,Monica."Desde la experiencia. Entrevista a Ochy Curiel". *Revista Andamios*. Vol. 8. No. 17. 2011

CEJAS, Mónica. Igualdad de género y participación política. Chile, China, Egipto, Liberia, México y Sudáfrica. Mexico, DF: El Colegio de México, p. 109. 2008.

CHABOT, Sean. "Transnational diffusion and the african American reinvention of gandhian repertoire". *Mobilization: An International Quarterly*. Vol. 5. No. 2. 2000

COLLINS, Patricia H. "Toujours courageuses? Le feminism noir en tant que projet de justice sociale". *Intersectionalité et colonialité. Débats contemporains.* Les Cahiers du CEDREF. Paris: Université Denis Diderot, 2015.

COLLINS, Patricia H. "La política del pensamiento feminista negro". In: M. Navarro, C. Timpson (comp.) "Qué son los estudios de mujeres?". Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. 1998

COLLINS, Patricia H. *Black Feminist Thought. Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. NY-London: Routledge. 1990.

CONTINS, Márcia. *Lideranças negras*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora. 2005

CORRÊA, Sonia. "O progresso das mulheres no Brasil". *Fazendo gênero*. 2013

COSTA, Albertina de O. BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. São Paulo: Editora Rosa dos Tempos, Fundação Carlos Chagas. 1992.

COSTA, Albertina; CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Tereza. *Mulher Negra. Política governamental e a mulher.* SP: Conselho Estadual da Condição Feminina. 1985

CRASKE, Nikki. *Continuing the challenge: the contemporary Latin American Women's Movement(s),* Research Paper 23, Institute of Latin American Studies- University of Liverpool, Liverpool. 2000

CRENSHAW, Kimberlé “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. Estudos Feministas, ano 10, 1º semestre, p. 171-188. 2002

CRENSHAW, Kimberlé. 2001. “Mapping the margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color”. Stanford Law Review, v. 43, p. 1241- 1299. 1995

CURIEL, Ochy. "Los aportes de las afrodescendientes a la teoría y la práctica feminista. Desuniversalizando el sujeto "mujeres". Perfiles del feminismo iberoamericano. Vol. 3. Buenos Aires. 2007

CURIEL, Ochy. *La Nación Heterosexual*. Bogotá, Buenos Aires: Grupo Latinoamericano de Estudios, Formación y Acción Feminista (glefas), Brecha Lésbica. 2013

CURIEL, Ochy. “La RMAAD: Un intento de acción política transnacional atacado por la institucionalización”. Documento de trabajo No. 1. Centro de estudios y programas interamericanos. 2006

CURIEL, Ochy. “Identidades esencialistas o construcción de identidades políticas: El dilema de las feministas negras”. *Otras Miradas.* Venezuela. 2002

DAMIAN, Gisela. “Feminism and Social Struggle in Mexico”. In: M. Davies (ed.) *Third World/Second Sex*. London: Zed books, 1987.

Della PORTA, Donatella. *Globalization from below. Transnational activists and protest networks*. Minnesota: The University of Minnesota Press. 2006.

Della PORTA, Donatella; DIANI, Mario. “The symbolic dimension of collective action.”. In: *Social Movements.: an introduction*. Blackwell Publishing. 1998

Della PORTA, Donatella, TARROW, Sidney. *Transnational protest and global activism.* Rowman& Littlefield publishers. 2005

DIANI, Mario. "The relational element in Charles Tilly's Recent (and not so recent) work”. *Social Networks*, no. 29. 2007

DIANI, Mario. “Social movement, a definition”. *Social Science Research*. 1992

DIANI, Mario; MCADAM, Doug, *Social Movements and Networks*. Oxford, New York: Oxford University Press. 2003

DÍAZ-COTTO, Juanita. “Lesbian-Feminist activism and latin american feminist encuentros”. Em: Blasius M. *Sexual Identities, Queer Politics*. Princeton: Princeton University Press. 2001.

DOMINGUEZ, Petrônio. Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. *Cadernos Pagú.* No. 28. 2008

EMIRBAYER, Mustafa; GOODWIN,Jeff. “Network analysisis, culture, and the problem of agency. *American Journal of sociology.* Vol. 99. No. 6. 1993

EMIRBAYER, Mustapha. “Manifesto for a relational sociology”. *American journal of sociology*. Vol 103. N. 2. 1997

FERNANDES, Florestán [1964]. A integração do negro na sociedade de classes. Rio de Janeiro: Ed. Globo. 2008

FERREIRA, Claudia; BONAN, Claudia. “Da ONG à ONU. Cotidiano e visibilidade”. Em: *Mulheres e Movimentos*. São Paulo: Editora Aeroplano 2004

FERREIRA, Maria Salete. “As organizações não-governamentais (ONGs) Feministas Brasileiras”. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambú. 18-22 setembro. 2006

FUHSE, Jan; MÜTZEL, Sophie. “Tackling connections, structure, and meaning in network research”. *Qualitative and Quantitative*. No. 45. 2011.

GAMSON, William. *Talking politics*. NY: Cambridge University Press. 1992.

GARGALLO, Francesca. *Ideas Feministas Latinoamericanas.* México. UACM. 2006.

GARGALLO, Francesca; CÚ, Maya. "Feminismo y racismo en América latina". *Manovuelta*. Año 3. No.6. México: Universidad Autónoma de México. 2007

GIORGI, Ana Laura. A la calle con la cacerola. `El encuentro entre la izquierda y el feminismo en los ochenta`. Documento de trabalho. Biblioteca Clacso 2015.

GIVAN, Rebecca; SOULE, Sara. *The diffusion of social movements: Actors, mechanisms, and political effects*. NY: Cambridge University Press. 2010

GOES, Emanuelle, F; MOORE, Hanna e FIGUEIREDO, Juliana "Mulheres negras, racismo e a (não) garantia dos direitos reprodutivos". Agencia Patricia Galvão.

GOFFMANN, Erving. 1974. *Frame Analysis*. Na essay of organization of experience. Boston: Northeastern University Press. 1986 .

GONZÁLEZ, Lélia.. "Por un feminismo afrolatinoamericano", en: *Isis Internacional & MUDAR – Mujeres por un Desarrollo Alternativo. Mujeres. crisis y movimiento. América Latina y el Caribe*, Isis Internacional, Santiago de Chile. 1988

GRAF, Norma Blazquez. EL RETORNO DE LAS BRUJAS. Mexico D.F: Centro de Investigaciones Interdisciplinares en Ciencias y Humanidades, Universidad Autónoma de México. 2008

GUIMARÃES. Antônio Sérgio. Classes, Raças e Democracia. São Paulo: Editora 34. 2002

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo. Ed. 34. 1993

HABERMAS, Jürgen. *The Structural Transformation of the Public Sphere*. Cambridge,MA: MIT Press, 1989.

HARDING, Sandra. Why has the sex/gender system become visible only now? . In: S. Harding e M. Hentikka (eds). *Discovering reality: feminist perspectives on epistemology, metaphysics, methodology and philosophy of science*. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher. 2003.

HARDING, Sandra. "A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista". *Revista Estudos Feministas.* Vol 1. No. 1. 1993

HARDING, Sandra. "Existe un método feminista?". En: Bartra, Eli (org.) *Debates en torno a una metodologia feminista*. México: UAM-X. 1987

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do V. *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro: Iuperj . 1988.

hooks, bell. *Ain't I a Woman: Black Women and Feminism.* South End Press. 1982

hooks, bell. "Mujeres Negras. Dar forma a la teoría feminist". Em: Eskalera La Karakola. *Otras Inapropiables. Feminismos desde la Frontera*. Madrid Traficantes de Sueños.. 2004

JACQUETTE, Jane; WOLCHIK, Sharon. 1998. *Women and Democracy. Latin America and Central and Eastern Europe*. Baltimore: The John Hopkins University Press,

JASPER, James. *The Art of Moral Protest. Culture, Biography, and Creativity in Social Movements.* The Chicago University Press. 1997

JELIN, Elizabeth. "Women and Social Change in Latin America". Zed books Ed. Jelin, E; Nash, June and Safa, Helen. 1986. *Women and change in Latin America*. South Hadley, Mass: Bergin& Garvey Publishers.1990

KATZENSTEIN, Mary Fainsod. "Feminism within American Institutions: Unobtrusive Mobilization in the 1980s" *Signs.* Vol. 19. No. 1. 1990

KECK , Margareth e SIKKINK, Katherine. *Activists beyond borders. Advocacy networks in international politics*. Cornell University Press. Ithaca, New York. 1998

KIRKWOOD, Julieta. *Feministas y políticas*. Santiago: FLACSO. 1984

KRINSKY, John; MISCHE, Ann. "Formations and formalisms: Charles Tilly and the paradox of the actor". *Annual Review of sociology.* Vol. 39. 2013

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e nós Mulheres: origens da imprensa feminista*. Vermelho. 2012

LEMOS, Rosália de Oliveira, "Feminismo Negro em Construção: a organização do Movimento de Mulheres Negras no Rio de Janeiro" Dissertação de mestrado. Departamento de Psicossociologia. Rio de Janeiro.1997

LEVINE, Donald N. *Georg SIMMEL. On individuality and social forms*. Chicago:University of Chicago Press. 1971

LÓPEZ, Laura. "Que América Latina se sincere: Uma análise antropológica das políticas e poéticas do ativismo negro em face às ações afirmativas e às reparações no Cone Sul" Tese. Antropologia Social. UFRGS, Porto Alegre, 2009, p. 148.

LÓPEZ, Laura. "A mobilização política das mulheres negras no Uruguai. Considerações sobre interseccionalidade de raça, gênero e sexualidade". *Sexualidade , Saúde e Sociedade*. Revista Latino-americana. 2013

LORDE, Audre. *Sister outsider: essays and speeches*. Crossing Press. Berkeley. 1984

MACKINNON, Catharine A. *Toward a feminist theory of the state*. Cambridge: Harvard University Press. 1989

MATHIEU, Lilian. *L'espace des mouvements sociaux*. Paris: Éditions Scorpio, 2012

MCADAM, Doug; RUCHT, Dieter. "The Cross-National Diffusion of Movement Ideas. *The Annals of the American Academy of Pollitical and Social Science.* Vol. 528. 1993

MCADAM, Doug; McCARTHY, John; ZALD, Mayer. *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities*, Mobilizing Structures and Cultural Framings. NY: Cambridge University Press. 1996

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of Contention.* NY: Cambridge University Press. 2001

MELUCCI, Alberto. *Nomads of the Present: social movements and individual needs in contemporary society.* Philadelphia: Temple University Press. 1989a

MELUCCI, Alberto. "Um objetivo para os movimentos sociais?". *Lua Nova*, n. 17. São Paulo. 1989b

MEYER, David; WHITTIER, Nancy. "Social movement spillover". *Social problems*. Vol. 4. No. 1. 1994

MILLER, Francesca. *Latin American Women and the Search for Social Justice*. New England: University Press. 1991

MILLER, Francesca. 1990. "Latin American Feminism and the Transnational Arena". in: *Women, Culture and politics in Latin America*. Seminar on Feminism and Culture in Latin America. Berkeley: University of California Press.

MILLER, Francesca. *Latin American Women and the Search for social justice*. Hanover: University Press of New England. 1991

MISCHE, Ann e EMIRBAYER., A. "What is Agency?". *Social Problems*. 1998

MISCHE, Ann. “Cross-talk in Movements: Reconceiving the Culture-Network Link”. In: Diani, M; McAdam, D, *Social Movements and Networks*. Oxford, New York: Oxford University Press In: 2003

MOREIRA, Núbia. “O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo”. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia. IFCH. Unicamp. 2007

MÜTZEL, Sophie. “Networks as culturally constituted processes: a comparison of relational sociology and actor network theory”. *Current Sociology*. Vol. 57. N. 6. 2009

OLEA, Cecilia; VARGAS, Virginia. “Los senderos hacia las cumbres”. In: G. Acosta et al. *Las apuestas inconclusas. El movimiento de mujeres y la IV Conferencia Mundial de la Mujer.* Centro de la Mujer Flora Tristán. Lima. 2000.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. “Memórias do Planeta Fêmea”. *Revista Estudos Feministas*, n.0, 1992

OLIVEIRA, Fátima; RIBEIRO, Matilde; SILVA, Nilza Iraci. *A mulher negra na década a busca da autonomia* . Cadernos Geledés 5: São Paulo: Geledés. Instituto da Mulher Negra. 1995.

ONU-Organização de Nações Unidas. *Las cuatro conferencias mundiales sobre la mujer de 1975 a 1995: Una perspectiva histórica*. Assembléia General das Nações Unidas para examinar a plataforma Ação de Beijing. NY: ONU, 2000

PASSY, Florence.. “ Social Networks Matter But how?”. In: Diani, M; McAdam, D. *Social Movements and Networks. Relational approaches to collective action*. Oxford University Press. 2003

PEREIRA, Amilcar. "O Mundo Negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)". Tese em História. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2010.

PIERSON, Donald. *Teoria e pesquisa em sociologia*. São Paulo. Ed. Melhoramentos. 1962.

PITANGUY, Jacqueline. “Gênero, cidadania e direitos humanos”. Em: Bruschini, C; Unbehaum, S. *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora 34. Fundação Carlos Chagas. 2002

PITANGUY, Jaqueline. “Cairo + 20: uma visão crítica de processos e resultados de negociações e perspectivas de futuro”. Em: Arilha, M.; Lago T. *Cairo +20 e políticas públicas no Brasil: consolidando e ampliando direitos*. Sâo Paulo: Comissão de cidadania e reprodução, Cebrap. 2014

REIS, Maria Luiza Martins (2012), “Diaspora como movimento social: A rede de mulheres Afro-latinoamericanas, Afro-caribenhas e da Diáspora e as políticas de combate do racismo numa perspectiva transnacional”. Tese de doutorado. Departamento de Sociologia. UFSC, Santa Catarina. 2012

RESTREPO, Alejandra. “Tras los rastros del proyecto sociopolítico feminista: Encuentros feministas latinoamericanos y del Caribe. 1981-2014”. Tesis en Estudios Latinoamericanos. Universidad Autónoma de México. México, DF. 2016

RESTREPO, Alejandra, Bustamante, Ximena. “10 Encuentros feministas latinoamericanos y del caribe: Apuntes para uma historia em movimiento. México: Comité Impulsor XI Encuentro Feminista. 2009

RIBEIRO, Matilde. Las mujeres negras enla lucha porsus derechos. Nueva Sociedad. No. 118 2008.

RIBEIRO, Matilde. “Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização”. Revista Estudos Feministas. Vol. 16. No. 3. 2008

RIBEIRO, Matilde. “Mulheres negras brasileiras de Bertioga a Beijing”. Revista Estudos Feministas. Vol. 3. No. 2. 1995

RIOS, Flavia ; RATTS, Alex. *Lélia Gonzalez.* São Paulo: Selo Negro. 2011.

RIOS, Flavia. “A trajetória de Thereza Santos: comunismo, raça e gênero durante o regime militar”. *Plural. Revista do programa de Pós-Graduação em Sociologia.* Usp. 2014

RIOS, Flavia. “Elite Política Negra no Brasil. Relação entre movimento social, partidos políticos e Estado”. Tese de doutorado. Departamento de Sociologia. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2014.

ROBNETT, Belinda “External Political Change, Collective Identities, and Participation in social movement organizations. In DOxford university press. New York. 2002

ROBNETT, Belinda. African American women in the civil rights movement, 1954-1965: Gender, leadership, and micromobilization”. *American Journal of Sociology*. No. 101. 1996

ROLAND, E. “Direitos Reprodutivos e racismo no Brasil”. *Revista Estudos Feministas*, n. 506, ano 3. R.J, 1995.

ROLAND, Edna. “O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas”. Em: Guimarães, A.S.A, Hunlty, L. *Tirando a mascara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. Paz e Terra: São Paulo. 2000

SADER, Eder. *Quando novos atores entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra. 1984

SANTOS, Sonia Beatriz. “As ONGs de mulheres negras no Brasil”. *Revista Sociedade e Cultura*. Vol. 12. No. 2. Universidade de Goiânia. 2009

SEWELL, W. Jr. “Space in contentious politics”. In: Aminzade, R. ET al. *Silence and voice in the study of contentious politics*. NY: Cambridge University Press. 2001.

SIKKINK, Katherine. La dimensión transnacional de los movimientos sociales. Em: Jelin, E. *Más Allá de la nación: las escalas múltiples de los movimentos sociales*. Buenos Airs: Ed. El Zorzal. 2004

SIMMEL. Conflict and the web of group affiliations. NY. The Free Press. 1995

SKIDMORE, Thomas. *O Brasil visto de fora.* São Paulo: Paz e Terra. 1992

SMITH, Dorothy. [1972]. Women's perspective as a radical critique of sociology. In: Harding, Sandra. *Feminism and methology: Social science issues: social science issues*. Bloomington: Indiana University. Milton Keynes: Open University, 1987.

SNOW, David; BENFORD, Robert. “Alternative types of cross-national diffusion in the social movement arena” Em:della Porta, D, Kriesi, H., Rucht, D. *Social movements in a globalizing world* . UK: Palgrave Macmillan. 1999.

SNOW, David e BENFORD, Robert . “Master frames and cycles of protest”. *Frontiers in social movement theory*. New Haven: Yale University Press. 1992

SNOW, David e BENFORD, Robert. “Alternative types of cross-national diffusion in the social movement arena”. D. della Porta, H. Kriesi, D. Rucht. *Social movements in a globalizing world*. Macmillan, London. 1999

SNOW, David. Et al. “Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation”. American sociological review. Vol. 51, No. 4. 1986

SOTERO, Edilza. “Representação política no Brasil pós Estado-Novo”. Tese de doutorado. Departamento de Sociologia. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2015

SOULE, Sarah. “The student divestment movement in the United States and tactical diffusion: The shantytown protest” *Social Forces.* Vol. 75. No. 3.1997

SOULE, Sarah. “Diffusion processes within and across movements”. In: Snow, D; Soule, S; Kriesi, H. *The Blackwell Companion to Social Movements*. NY: Blackweel Publishing.2004

STEINBERG, Marc. “The roar of the crowd: Repertoires of discourse and collective action among the Spitafields Silk Weavers in Nineteenth-Century London”. Em: Traugott, M. (ed.). *Repertoires and cycles of collective action*. Duke University Press. 1995

STEINBERG. “The Talk and Back Talk of Collective Action: A Dialogic Analysis of Repertoires of Discourse among Nineteenth-Century English Cotton Spinners”. *American Journal of Sociology*, Vol. 105, No. 3. 1999, pp. 736-780.

STEPAN, Nancy. *A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

STIENSTRA, Deborah. *Women’s Movement and International Organizations*. The MacMillan Press. 1994.

SUAZA, Maria Cristina. Soñé que soñaba: una crónica del movimiento feminista en Colombia de 1975 a 1982. Bogota: JM editores. 2008

TARROW, Sidney. “Outsiders inside and insiders outsiders: linking transnational and domestic public action for human rights”. *Cadernos CRH*. Vol. 22. No. 55. Salvador jan/apr. 2009

TARROW, Sidney. *Strangers at the Gates.Movements and States in Contentious Politics.* New York: Cambridge University Press. 2012

TARROW, Sidney. *The New Transnational Activism*. NY: Cambridge University Press.2005

TARROW, Sidney; MCADAM, Doug. “Scale shift in transnational contention”. Em: della Porta, D; Tarrow, S. *Transnational protes and global activism*.. 2005

TILLY, Charles. *Durable inequalities*. Los Angeles: University of California Press. 1999

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution.* NY: McGraw Hill. 1978

TILLY, Charles. *Popular Contention in Great Britain, 1758-1834*. Cambridge: Harvard University Press 1995.

TOLENTINO, Luana "Por um feminismo plural: o ativismo de Lélia Gonzalez em Mulherio”. publicado em 16/07/2013 www.blogueirasnegras.org

VALENZUELA, Maria Elena. “Women and the democratization process in Chile”. In: Jacquette, J, Wolchik, S. *Women and democracy. Latin America and Central and Eastern Europe*.Baltimor: The Honhs Hopkins University press. 1998.

VARGAS, Virginia. “Carta hacia el VII Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe-Chile 1996”. EM: Olea, C. *Encuentros, (des)encuentros y búsquedas: el movimiento feminista en América Latina*. Ediciones Flora Tristán. Lima. 1998fossem inconclusos 102

VON BULOW, Marisa. “Brokers in action. Transnational Coalitions and Trade Agreements in the Americas”. *Mobilization: An International Quarterly*:, Vol. 16, No. 2. 2011

WADE, Peter.. “Ariculations of erotism and race: domestic service in Latin America”. *Feminist Theory*. Vol 14. N. 2. 2013

WERNECK ,Jurema . "De Ialodés y feministas. Reflexiones sobre el accionar de las mujeres negras em América Latina y el Caribe", en: Féminismes dissidents em Amérique latine et la Caraïbe. Nouvelles Questions Féministes. Vol 24. No. 2, Paris. 2005

WERNECK, Jurema. *Construindo a eqüidade: estratégia para implementação de políticas públicas para a superação das desigualdades de gênero e raça para as mulheres negras*. AMNB 2007.

WERNECK, Jurema. “Desigualdade racial em números: coletânea de indicadores das desigualdades raciais e de gênero no Brasil”. Documento Criola. 2003

WHITE, Harrison. *Identity and Control. A structural theory of social action.* New Jersey: Princeton University Press. 1992

WHITTIER, Nancy. "Meaning and structure in social movements" In : Meyer, D. et al. New York: Oxford university press. 2002

WHITTIER, Nancy. *Feminist Generations. The persistence of the Radical Women's Movement.* Philadelphia: Temple University Press. 1995

ZAMBRANO, Catalina G.; Martins, Gabriela P.; SOUZA, Rafael. "Movimentos sociais, partidos políticos e análise de redes: Entrevista com Ann Mische". Revista Plural. Vol. 22, no. 1. USP. 2016.

"Desenredándonos : recordando de San Bernardo a Montelimar". Newsletter. Comité 6º EFLAC 1993

Acta De Chapultepec Conferencia Interamericana Sobre Problemas De La Guerra Y De La Paz , 21 de Febrero a 8 de Marzo de 1945

Declaração da Conferência sobre Direitos Humanos, 1994, Viena: ONU.

Memória da Conferência Mundial de Direitos Humanos. Caderno do IPRI, no. 10, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão. Instituo de pesquisas de Relações Internacionais, Organização dos Estados Americanos. 1994

Memórias do VI EFLAC

Memórias III Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe. 1986

Memórias IV EFLAC. 1987

Memórias V EFLAC

Memorias VI Encuentro feminista latinoamericano y del Caribe. San Salvador, 1993. CEE, Embajada Real de los Países Bajos, FRAUEN.

ONU, Report of the world conference to review and appraise the achievements of the united nations decade for women: equality, development and peace. Nairobi, 15-26 JulY, 1985. New York. United Nations

Planeta Fêmea. Rio de Janeiro: Coalizão de Mulheres Brasileiras.

ANEXO I- Entrevistas

Nome	Data	Local	Entrevistador
Betty Lozano	14/01/2015	Cali, Colômbia	Catalina G. Zambrano
Dorotea Wilson	23/ 10/2011	Manágua, Nicarágua	El Nuevo Diario. Imprensa http://www.elnuevodiario.com.ni/especiales/230848-monja-guerrillera- defensora-mujeres/
Dorotea Wilson		Manágua, Nicarágua	Monica Baltodano , projeto 'Memorias de la lucha sandinista"
Jacqueline Pitanguy	04/04/2016	RJ/ RJ	Catalina G. Zambrano
Jurema Werneck	04/03/2015	RJ/RJ	Catalina G. Zambrano
Lucia Xavier	26/02/2015	RJ/RJ	Catalina G. Zambrano
Mara Viveros	2016	Bogotá, Colômbia	Catalina G. Zambrano
Maura Nasly Mosquera	2016	Cali/ Colômbia	Catalina G. Zambrano
Neuza Pereira	26/02/2015	RJ/RJ	Catalina G. Zambrano
Ochy Curiel	08/01/2016	Bogotá, Colômbia	Catalina G. Zambrano
Rosália Lemos	21/09/2015	Niterói/RJ	Catalina G. Zambrano
Sergia Galván	25/11/2009	Santo Domingo, RD	Listin Diario
Sergia Galván	1994	San Salvador	María Teresa Blandón
Sergia Galván	2001	República Dominicana	Radio Internacional Feminista http://radiofeminista.net
Schuma Schumaher	04/04/2016	RJ/RJ	Catalina G. Zambrano
Sueli Carneiro	20/07/2004	RJ/RJ	Verena Alberti e A Pereira. Projéto História do Movimento Negro Brasileiro. CPDOC
Sueli Carneiro	17/12/2013	SP/SP	Catalina G. Zambrano e Flavia Rios

ANEXO II- Acervos consultados

Nome	Local	Cidade
Biblioteca Florestán Fernandez	Universidade de São Paulo	São Paulo
Biblioteca Anna Poppovic	Fundação Carlos Chagas	São Paulo
Biblioteca Luis Angel Arango	Pública	Bogotá
Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades	Universidad Autônoma de México	México, DF
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC	Fundação Getúlio Vargas	Rio de Janeiro
Centro de documentação Criola	Criola	Rio de Janeiro
Centro de documentação Geledés	Geledés	São Paulo
Centro de documentação	Coisa de Mulher	Rio de Janeiro

ANEXO III- Revistas Feministas

Cotidiano Mujer	**República Dominicana**
Enfoque Feminista	**Brasil**
Fempress	**México- Chile**
Isis-Ediciones de las mujeres	**Chile**
La Cacerola	**Uruguai**
Mulherio	**Brasil**
Nós Mulheres	**Brasil**
Revista de Estudos Feministas	**Brasil**
Revista Mundo Afro	**Uruguai**

ANEXO IV- Imagens de protesto feminista

Mulheres pela anistia política, I EFLAC, 1981, Bogotá

Arquivo de Alejandra Restrepo, 2016

Mulheres em marcha contra a violência, 25 de novembro 1981, Bogotá

In: Suaza, C. "Soñé que soñaba.."

Benedita da Silva e Lélia González na III Conferência sobre a Mulher, Nairóbi, Julio, 1985

Acervo Lélia Gonzalez. In: Lélia González.